



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---

EDIÇÃO

**11**



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---

EDIÇÃO

**11**



## **OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS**

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, bem como por parceiros convidados, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

### **Expediente – 11ª Carta de Conjuntura**

**Reitor:** Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

**Pró-Reitora de Pós-Graduação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Romeiro

**Pró-Reitor de Graduação:** Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:** Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

**Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório:** Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

#### **Coordenação Geral do Observatório:**

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

#### **Coordenação Adjunta do Observatório:**

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

#### **Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

#### **Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Prof<sup>a</sup>. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Prof<sup>a</sup>. Me. Marta Ângela Marcondes

Prof<sup>a</sup>. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

#### **Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Doutorando (UFRRJ) Adhemar S. Mineiro

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Mestranda Gisele Yamauchi (UFABC e USJT)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Mestranda Sandra Collado (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

#### **Convidados desta edição:**

Prof. Me. Alexandre Rudolfo de Souza Guirão

Especialista Álvaro Barbosa da Silva Junior

Graduanda em Direito Ana Carolina Kaminski Buratto

Advogada e Especialista em Direito Tributário Andressa Misael de Souza

Prof. Aristogiton Moura (USCS e Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo)  
Profª Drª Bárbara Soares da Silva (FATEC)  
Graduanda Carolina Gouveia (UFABC)  
Administrador, Contabilista e Graduando em Direito Carlos Afonso  
Especialista em Gestão Ambiental Edmilson Gonçalves dos Santos  
Prof. Me. Filipe R. C. Souza (FESP-SP)  
Advogada e Especialista em Direito Processual Civil Grazielle Rocha da Silva  
Presidente do TiD-Brasil Rafael Marques  
Prof. Me. Reginaldo Braga Lucas (FASB)  
Graduanda Rafaella Navarro Leonel  
Ms. Vivian Machado de Oliveira Rodrigues (DIEESE)

**Apoio na organização dos textos:**

Mestranda Gisele Yamauchi

**Comunicação:**

Prof. Me. Luciano Cruz

**Assessoria de Imprensa:**

Ana Paula Lazari Ferreira

**Revisão de textos:**

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição  
Ana Paula Lazari Ferreira  
Mestranda Gisele Yamauchi

**Carta online:**

Alan de Almeida Matias  
Ana Paula Lazari Ferreira  
Renata Ezellner Miquilim

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Visite nosso site: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs)

## Sumário

**1. ENTREVISTA COM O SUBSECRETÁRIO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SEDETI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL: SR. LUIZ GUSTAVO CANGA MORCELLI - 7**

*Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi*

**2. MERCADO DE INVESTIMENTOS E VALORES DAS STARTUPS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - 14**

*Álvaro Barbosa da Silva Junior*

**3. A IMPORTÂNCIA DAS ARENAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA “INOVAÇÃO ABERTA” - 23**

*Jefferson José da Conceição*

**4. OS SETORES ESTRATÉGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM A AGÊNCIA DESENVOLVE SP - 27**

*Alessandra Santos Rosa*

**5. A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA, 2001-2019 - 33**

*Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi*

**6. AÇÕES PARA UMA INDÚSTRIA CAPAZ DE ALICERÇAR O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - 40**

*Rafael Marques – Presidente do TID-Brasil*

**7. O CRÉDITO E A DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO GRANDE ABC PAULISTA - 42**

*Vivian Machado*

**8. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UM NOVO PARADIGMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO E SEU IMPACTO PARA O MEIO EMPRESARIAL - 56**

*Alexandro Rudolfo de Souza Guirãõ  
Andressa Misael de Souza  
Grazielle Rocha da Silva*

**9. SAÚDE E HÁBITOS ALIMENTARES NUM CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL: PROJEÇÕES PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS, PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA - 67**

*Carolina Gouveia*

**10. CUIDADOS COM A SAÚDE DOS MORADORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - 72**

*Antônio Aparecido de Carvalho  
Álvaro Francisco Fernandes Neto  
Reginaldo Braga Lucas*

**11. O PAPEL LEGAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) EM 2020 NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DECORRENTE DO RESULTADO DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 76**

*Francisco R. Funcia*

**12. ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - 79**

*Stefanie Sussai*

**13. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA - 86**

*Ana Carolina Kaminski Buratto*

*David Pimentel Barbosa de Siena*

*Rafaella Navarro Leonel*

**14. PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE CULTURA DE INTEGRIDADE EMPRESARIAL NO GRANDE PAULISTA E EM OUTRAS REGIÕES - 93**

*Alexandro Rudolfo de Souza Guirão*

*Carlos Afonso*

*Observatório de Integridade Empresarial e Compliance - OIEC*

**15. THINK TANK (2): DESENHO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA PARA MELHORAR A QUALIDADE DO JOGO POLÍTICO ELEITORAL - 109**

*Aristogiton Moura*

**16. COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL EM REGIÕES METROPOLITANAS: EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO (WORKSHOPS) ENTRE ATORES DO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS RESULTADOS PRELIMINARES - 118**

*Volney A. Gouveia*

*Filipe R. C. Souza*

**17. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: VOO AUTORIZADO OU CANCELADO? - 128**

*Volney A. Gouveia*

**18. ALDEIA GUYRAPA-JU – TERRA INDÍGENA TENONDÉ PORÃ AÇÕES MULTIDIMENSIONAIS ENTRE ÁREAS DE CONHECIMENTO DISTINTAS PARA APRENDIZADO E TROCA DE SABERES - 132**

*Edmilson Gonçalves dos Santos*

*Luis Felipe Xavier*

*Marta Angela Marcondes*

**19. DRENAGEM URBANA NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES - 140**

*Enio Moro Junior*

**20. NÍVEL DE QUALIDADE EM ATENDIMENTO DE SERVICE DESK EM ESPANHOL E EMPREGO DE CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICAS NA REGIÃO DO GRANDE ABC - 145**

*Bárbara Soares da Silva*

**21. ENTRE A MÃO INVISÍVEL E O LEVIATÃ: RESENHA - 150**

*Roberto Vital*

## Nota Técnica

# 1. ENTREVISTA COM O SUBSECRETÁRIO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA SEDETI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL: SR. LUIZ GUSTAVO CANGA MORCELLI

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi

Luiz Gustavo Canga Morcelli é o Subsecretário de Inovação e Tecnologia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação (SEDETI) da Prefeitura de São Caetano do Sul<sup>1</sup>.

## 1. Fale um pouco da sua trajetória profissional.

Hoje estou como Subsecretário de Tecnologia e Inovação de São Caetano do Sul. Fundador do Centro e Consultoria de Inovação Ahoy! Berlin SP. Idealizador do FoodTech Movement. Um dos criadores da startup de saúde Dandelin. Há 20 anos trabalhando com projetos de inovação, novos negócios e parceria. Recentemente atuei na implantação dos Centros de Inovação Ahoy! Berlin SP, Ágora Tech Park em Joinville e Casa Melhoramentos em SP. Ajudei a criar, desenvolver e implantar novos negócios e projetos através da inovação. Trouxe para o Brasil o Centro e Consultoria de Inovação da Alemanha: Ahoy Berlin. No Foodtech Movement, por meio da consultoria de inovação. Reuni todos os envolvidos na cadeia de alimentos e bebidas, interessados, entusiastas e transformadores em torno de um assunto tão nobre quanto a arte de alimentar. O movimento tem como objetivo conectar os diversos atores dessa cadeia e promover a discussão sobre o assunto, criando assim condições favoráveis para que empreendedores e novos negócios possam se desenvolver. Fui um dos únicos brasileiros a convite do Governo de Israel a falar no evento Rethinking Food em Tel Aviv: <https://ieifoodtech2019.formswizard.co.il/website/index>. Faço palestras pelo Brasil falando sobre Centros de Inovação. Escrevo artigo para a Pequenas Empresas & Grandes Negócios, um dos jurados do 100 Startups to Watch do Valor Econômico. Um dos criadores da startup Dandelin, que vai democratizar a saúde no Brasil. Nascido e morador de São Caetano do Sul. Troquei a iniciativa privada pelo setor público para ajudar e implantar projetos de inovação da cidade de São Caetano do Sul, bem como desenvolver ações de Transformação Digital na Prefeitura e realizar mudanças nessa nova economia que já faz parte do dia a dia das pessoas no município.

## 2. Fale-nos sobre as principais ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul na área da Tecnologia e Inovação.

Assumi a Subsecretaria de Tecnologia e Inovação da cidade faz um mês, com o objetivo de trazer essa nova economia voltada a projetos de inovação para a cidade. Vamos montar o Centro de Inovação de São Caetano do Sul para fazer conexão entre empreendedores, mentores, investidores, universidades, aceleradoras e corporações para que negócios, ideias e iniciativas possam surgir e prosperar, além de revelar uma nova geração de empreendedores e startups no nosso município. Além da Lei Municipal de Inovação e uma parceria com a USCS, algumas das nossas ações são: realizar um Pitch.Gov na cidade, fazer um mapeamento das startups de São Caetano (com a USCS), realizar um Programa de Empreendedorismo Interno com os servidores, além de criar desafios junto a iniciativa privada para transformar a cidade em laboratório a céu aberto para cidades inteligentes.

## 3. São Caetano do Sul possui uma Lei de Inovação? Quando foi aprovada? Pode nos expor uma síntese?

Sim. O Prefeito José Auricchio Jr. assinou a Lei Municipal de Inovação em 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos a atividade tecnológica e de inovação,

visando o desenvolvimento sustentável de São Caetano do Sul. Foram estabelecidos pontos para fomento de ações de inovação pela iniciativa privada, sociedade civil e cidadãos estabelecidos e que moram na cidade visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, além da melhoria dos serviços públicos municipais. A Lei regulamenta o Sistema Municipal de Inovação, forma o Conselho Municipal de Inovação e autoriza a criação do Fundo Municipal de Inovação. E por fim organiza os tópicos de promoção da inovação na administração municipal com o Plano de Sustentabilidade, o Plano do Executivo e a Rede de Promoção de Inovação de São Caetano. A Lei também veio para incentivar, prospectar, desenvolver e implantar métodos, instrumentos e técnicas que conduzam à melhoria e inovação na organização e serviços prestados pela administração pública.

#### **4. O que é o Pitch.Gov São Caetano do Sul?**

O Pitch.Gov na cidade vem com objetivo de unir governo e startups para gerar inovações solucionando desafios de interesse público. Enquanto, por um lado, o governo enfrenta desafios para melhorar os serviços públicos e precisa inovar, por outro, as startups querem validar suas soluções e alcançar escala com impacto positivo. É com essa missão que o Pitch.Gov vai ser realizado em São Caetano do Sul. A relação entre a Prefeitura e uma startup tem de, antes da mais nada, ser ganha-ganha: é preciso gerar resultado a todas as partes envolvidas. Por um lado, a Prefeitura pode oferecer recursos únicos para alavancar os resultados de uma startup, em troca e adquirir conhecimento em uma área ou solução ainda não experimentada. Do outro, uma startup que participar do Pitch.Gov São Caetano pode ter uma solução-chave ou conhecimentos e competências necessárias para atender uma demanda prioritária, testando e aprimorando a sua solução em ambientes reais e gerando impacto positivo para a população.

#### **5. O que a Prefeitura entende por “Smart Cities” e como isto se conecta com as ações de inovação e tecnologia?**

As cidades têm se tornado centros de participação e atuação, tornando essencial que as prefeituras tenham um papel mais atuante no desenvolvimento de empreendimentos, ações de inovação e tecnologias locais. Assim, o conceito de “Cidades Inteligentes” - “Smart Cities” é cada vez mais relevante para São Caetano do Sul, explorando o desenvolvimento tecnológico, a conexão entre inovação e sistemas das cidades para oferecer melhores serviços públicos para os moradores da nossa cidade. Uma cidade inteligente vem junto com a visão de que desenvolvimento urbano esteja conectado à tecnologia e com a inovação para melhorar a vida das pessoas de alguma maneira sempre.

#### **6. Um “ecossistema de inovação” é o termo que a literatura utiliza para descrever o sistema, o qual, em determinado território (local, regional, estadual, nacional...), liga e impulsiona o apoio à inovação, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo, por meio da interação entre empresas, empreendedores, universidades e poder público, entre outros. Assim, quais as principais instituições e atores constituem hoje o ecossistema de inovação de São Caetano do Sul? Qual a sua avaliação sobre este ecossistema?**

Estou há um mês no cargo e conhecendo o ecossistema mais a fundo agora. Conversando com todos os players da cidade para entender quem é quem. Inclusive tive conversas com o Reitor e Professores da USCS. Essa nova economia com essa corrida tecnológica ganha sempre novos contornos com o desenvolvimento de ecossistemas. O que vi em São Caetano do Sul até agora são várias iniciativas. Minha missão na subsecretaria de tecnologia é unir todos esses atores para todos se conectarem, não deixar solto. Como em todo ecossistema aqui aparecem iniciativas para atrair empreendedores, ações para promover parcerias com grandes empresas, projetos para absorver conhecimento da academia (em que cito aqui na cidade instituições como a USCS, Mauá, Senai e Fatec como as principais) e buscar investimentos para a inovação.

**7. Como fazer para garantir que se constituam startups em São Caetano do Sul, e que elas efetivamente tenham a sua sede na cidade, sem se transferir para São Paulo ou outra cidade do interior, como parece acontecer em alguns casos?**

Aqui eu vejo de duas maneiras. Criar uma startup quer dizer que vai haver uma abertura de uma nova empresa. A grande maioria dos empreendedores procura abrir sua startup perto de onde mora, por questão de custos. Um dos objetivos do Centro de Inovação que iremos fazer é criar condições para que a startup fique em São Caetano do Sul nesse espaço físico dando todas as possibilidades para o começo do negócio. Ao mesmo tempo, temos objetivo de trazer startups da Grande São Paulo para a cidade. Se ela tiver sede em outra cidade, vamos tentar trazer pra São Caetano do Sul, que se transfira para cá. Por meio da Lei da Inovação teremos o Fundo Municipal, na qual uma das premissas para receber investimento é ter a sede em São Caetano do Sul. E em conjunto com a Secretaria de Fazenda, vamos começar um estudo para ver a viabilidade de reduzir algum tipo de imposto para as novas empresas do setor de tecnologia ou para aquelas que buscarem a expansão das atividades no município. Uma possível redução do ISS, do IPTU e reduzir a burocracia ao máximo para que as empresas obtenham os incentivos. O foco é sempre ter um esforço contínuo para deixar a cidade sempre dentro do mapa da inovação, do empreendedorismo, tecnologia, startups e fundos de investimento.

**8. Como as ações de São Caetano do Sul, no campo da inovação e tecnologia, se relacionam com as ações e instituições do Grande ABC Paulista? Ou, em outras palavras, o que cabe à cidade e o que cabe à ação regional?**

É uma ação em conjunto na região. Com todos fazendo a sua parte. É preciso avançar cada vez mais na criação, integração e desenvolvimento do ecossistema de inovação e tecnologia do Grande ABC. São Caetano já lidera alguma dessas ações e pode ajudar a potencializar outras. Acho que hoje o Grande ABC pode fazer muito mais pelo seu tamanho e pelo que representa na economia brasileira. Os negócios ainda se realizam pela enorme vontade das pessoas. Mas, em São Caetano do Sul, queremos que a cidade fique cada vez mais como um player que fomenta, incentiva, organiza e conecta essas pessoas, ações, instituições e empresas. E a partir das ações de São Caetano do Sul, ajudar a coordenar e articular para fazer o Grande ABC avançar nessa corrida, em que as interações são cada vez mais necessárias e abrangentes.

**9. Há alguns anos atrás, a Região do Grande ABC, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico, realizou, em parceria com a USCS, um inventário de Oferta tecnológica do Grande ABC? Você considera que este inventário poderia ser atualizado e aprofundado pela cidade de São Caetano do Sul, especificamente?**

Sim. Faria muito sentido nesse momento. Até mesmo indo atrás de novas informações como o mapeamento das startups do Grande ABC, e tentar criar um índice de inovação, além é claro de mapear os serviços tecnológicos, laboratórios, centros de inovação, hubs, aceleradoras, espaços de P&D das instituições de pesquisa e empresas privadas da região. Precisamos saber todas essas informações e números para servir como um cartão de visita para buscarmos novos investimentos. E se fosse possível também saber números e também observar a interação entre os diferentes atores e os motivos pelos quais cooperam. Nesses atores, se fosse possível saber quais são eles que na minha perspectiva seriam: mercado financeiro, investidores, universidades, empresas, startups, governos, instituições de fomentos, serviços especializados e infraestrutura.

**10. Que cidades ou regiões no Brasil e no mundo inspiram a atual gestão municipal de São Caetano do Sul no campo da inovação e tecnologia?**

Hoje gosto muito de Florianópolis, Joinville (no ano passado fiquei seis meses na cidade), Belo Horizonte e Recife. São as principais cidades, e que já trabalham com inovação e tecnologia há mais de 20 anos. Já estive nessas cidades e o que estou tentando fazer nesse início de trabalho é

trazer o melhor de cada uma. Em Florianópolis, temos o Sapiens Park, em Joinville tem o Ágora Tech Park, o governo mineiro em BH tem o SEED, que é um programa do governo mineiro para desenvolvimento de startups, e, finalizando, tem o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR. Quem puder conhecer essas iniciativas seria muito interessante. São projetos que já deram certo e não param de crescer.

### **11. Como estimular a efetiva participação do ecossistema de inovação – em particular, as startups – na resolução dos problemas e desafios das gestões públicas na cidade de São Caetano?**

Uma das nossas primeiras ações para esse estímulo é o Pitch.Gov que vai unir a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e startups para gerar inovações solucionando desafios de interesse público. As grandes empresas e instituições já reconhecem que não podem manter-se as mesmas. E, se no mundo privado eles já entendem essa realidade, é essencial que a nossa cidade não deixe de se adequar. As startups precisam e querem validar suas soluções e alcançar escala com impacto positivo. Em São Caetano do Sul em parceria com essas startups vamos criar desafios para melhorar os nossos serviços públicos. Startups e a Prefeitura vão criar em conjunto um plano de trabalho e fazer um convênio para estabelecer cronograma e parâmetros para testes que serão realizados. Assim a Prefeitura conhece soluções para seus desafios, startups conseguem testar suas soluções em escala usando as estruturas da cidade e os serviços públicos são melhorados.

### **12. O Grande ABC é o maior *cluster* industrial da América Latina. Na região, concentram-se centenas de indústrias de grande, médio e pequeno porte. No entanto, há um distanciamento entre as indústrias e o ecossistema de inovação regional (universidades, centros de pesquisa, startups etc). Como fazer para aproximar a indústria e o ecossistema de inovação de São Caetano do Sul?**

Como eu ouvi em uma palestra da Fapesp no ano passado: "Um ecossistema de inovação e tecnologia depende do ambiente de negócios e de ações específicas para estímulo". O que começamos a fazer em São Caetano do Sul é unir instituições e pessoas com interesses distintos. O Centro de Inovação vai tangibilizar a fazer toda essa conexão, coordenação e articulação. E principalmente criar a maioria das ações em torno de todo conhecimento da USCS, Mauá, Senai, Fatec e Sebrae. Atrair investimentos e formar mão de obra para atender a demanda que estamos trazendo para a cidade. Por exemplo, uma das bases da inovação é a pesquisa das instituições de ensino. Assim podemos fazer convênios com a iniciativa privada para a USCS pesquisar, planejar e executar projetos de base tecnológica ou de saúde.

### **13. São Caetano do Sul possui importantes *clusters* nas áreas de TI e de saúde. O que a gestão municipal tem feito ou pretende fazer para conectar estas áreas com o seu ecossistema de inovação?**

A Prefeitura de São Caetano busca diversificar a economia da cidade com atração de empresas ligadas à área da Saúde e TI. Tivemos uma primeira reunião para desenvolver um APL na área de saúde. Nos últimos anos 15 grandes empresas do ramo da Saúde se instalaram ou encaminharam interesse em se alocar em São Caetano, apostando em uma situação econômica favorável, aproveitando os benefícios que a cidade proporciona. A expectativa é de geração de mais de 2000 empregos com a chegada do Hospital São Luiz, Laboratório Fleury, Euroimmun, LBS Laborosa, DL Distribuidora, entre outras empresas. Na mesma linha de utilizar São Caetano do Sul como um laboratório a céu aberto para smart cities, nós vamos criar desafios de saúde para a iniciativa pública e startups trazer novos projetos envolvendo healthtechs para cidade. Outro ponto bem interessante na cidade para atrair companhias para São Caetano do Sul na área de saúde é a desburocratização e a modernização da Vigilância Sanitária.

**14. Hoje, os aplicativos de mobilidade e de alimentação são uma realidade concreta na vida cotidiana das pessoas. Em que áreas da vida cotidiana você acha que elas irão crescer?**

Na verdade os aplicativos de mobilidade e de alimentação são uma coisa só hoje. Vamos pegar o exemplo clássico do Uber e 99 (*apps* de mobilidade) tem o serviço do Uber Eats e 99 Food (*apps* de alimentação). O aparecimento dos *apps* de transporte mudou o cenário da mobilidade nas cidades, e em São Caetano do Sul também não foi diferente. É cada vez maior o número de pessoas que usam esse tipo de serviço, deixando para trás carros particulares ou transporte público. Ao mesmo tempo, os *apps* de carona são alternativas de renda para quem enfrenta dificuldades para encontrar emprego, ou procura uma renda extra.

Além de afetar a mobilidade, os *apps* também provocaram mudanças em outros setores da economia, como o de entregas, que passou a fazer uso de outros veículos, como as motos, as bicicletas e até mesmo os patinetes.

Outra tendência que vem crescendo bastante são as fintechs, que vem com taxas menores que os bancos tradicionais, com crédito mais barato e sem burocracia, além de ajudar os desbancarizados no Brasil que são uma grande parcela da população hoje.

**15. No Brasil, universidades, empresas e governos costumam atuar como “castelos” bem separados, com suas prioridades, projetos e timings guardados em “masmorras” próprias. O chamado “modelo tríplice hélice (triple helix model of innovation)”, adotado em países mais avançados, centrado em torno de projetos nacionais e regionais estratégicos, busca aproximar as três partes desde a chamada pesquisa básica até a pesquisa aplicada e o business propriamente dito. Que ações você sugere para que um modelo dessa natureza possa se reproduzir no Brasil?**

Pela extensão territorial do Brasil podemos potencializar o que já dá certo no nosso país. Cito como exemplo, a Unicamp em Campinas e a Fundação Certi em Florianópolis que é ligada a Universidade Federal de Santa Catarina que começou a disseminar o empreendedorismo entre os seus alunos para reter os talentos e que comessem seus negócios na cidade. Mas tem que atingir mais universidades no Brasil que precisam ser a base para a criação de ecossistemas de inovação em determinadas regiões como o Grande ABC. Para isso, precisamos de universidades empreendedoras e da integração com governo e indústrias. E é isso que a Prefeitura de São Caetano do Sul começou a fazer. Articular essas conexões. Para que haja essa integração dos três membros da triple helix são necessários governos inovadores (que é o que buscamos todos os dias aqui na nossa cidade), indústrias cada vez mais tecnológicas e universidades empreendedoras.

**16. A USCS vem buscando realizar uma maior presença do empreendedorismo e inovação em toda a universidade, como um dos itens estratégicos de sua ação nos próximos anos? Neste sentido, que ações você recomendaria para o sucesso desta empreitada?**

Como eu disse, um dos vetores da triple helix é a universidade empreendedora. Já sabemos que alguns dos caminhos são o de ter como referência exemplos clássicos e mundiais de Universidade como o MIT e Stanford, que são referências em inovação e que contam com iniciativas de incentivo à ciência e pesquisa. E tudo caminha que as universidades, assim como a USCS tenham uma nova estrutura, que uniria o ensino, a pesquisa e o empreendedorismo. Também funcionariam como incubadoras, recebendo incentivos da iniciativa privada e governamentais, além de fazer investimentos na criação de startups em busca de novos negócios fomentando o empreendedorismo entre os alunos e o ecossistema na sua região. O ensino

continuará fundamental, mas o modo de transmitir o conhecimento e formação dos profissionais tem que mudar. A interdisciplinaridade é essencial na formação cada vez mais. Trazer os cursos de administração, arquitetura e engenharia para entregar trabalhos de conclusão juntos fazendo uma startup, por exemplo. É preciso ter um ensino com conteúdos diferentes do curso do estudante tradicional ou cursos de curta duração de uma semana a dois meses para formar profissionais mais preparados para o mundo. Cursos de Design Thinking com soluções de caso reais, UX, Digital Analytics, Cyber Security, Blockchain, Big Data e principalmente bootcamps para ensinar a programar. E o quanto antes criar a Agência de Inovação da USCS integrando professores e alunos para gerir a política de inovação para promover a utilização do conhecimento científico, tecnológico e cultural produzido na universidade. E principalmente para tornar a inovação e o empreendedorismo uma prática constante na USCS criar uma interface robusta entre a USCS e o setor produtivo por meio da iniciativa provada, setor público, incubadoras, parques tecnológicos, aceleradoras de empresas e projetos de cooperação. Podem contar comigo para executar e tornar tudo isso viável.

**17. A Prefeitura de São Caetano do Sul pretende constituir um Parque Tecnológico na cidade? Se sim, como deveria funcionar, a seu ver, um Parque Tecnológico no ABC, isto é, setores e projetos prioritários, interação com as universidades, startups etc?**

Sim. Com a aprovação da Lei de Inovação Municipal de São Caetano começamos a estruturar o Centro de Inovação e Tecnologia que deve funcionar no Tamoyo. Um espaço de conexão entre empreendedores, mentores, investidores, universidades, aceleradoras, Prefeitura de São Caetano, outros órgãos do poder público e corporações para que negócios, ideias e iniciativas possam surgir e prosperar, além de revelar uma nova geração de empreendedores e startups na nossa cidade. Um espaço inspirador para conectar ideias e pessoas brilhantes com vontade de transformar negócios, tecnologia e a vida das pessoas e empresas para melhor. Com o objetivo de tornar um espaço, um centro de desenvolvimento de negócios inovadores e um hub de conexão entre diversos agentes do ecossistema de inovação. Reunir, em um mesmo espaço físico, startups, médias e grandes empresas, investidores, universidades e centros de pesquisa, facilitando o desenvolvimento de negócios entre todos em São Caetano do Sul.

**18. Gostaria de acrescentar algo a entrevista?**

Queria colocar a Subsecretaria de Tecnologia e Inovação à disposição da USCS para pensarmos e principalmente colocar em prática ações de inovação e tecnologia em conjunto. Ao mesmo tempo dizer que vamos trabalhar cada vez mais para ter um papel fundamental para o crescimento econômico de São Caetano do Sul, para atrair investimentos, potencializar o empreendedorismo, a inovação tecnológica e qualificar o profissional de acordo com as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho da nossa cidade. E construir um projeto perene e sustentável de estímulo ao ecossistema de inovação, fomento de startups e a produção de pesquisa em conjunto com a criação de ambientes para atração de investimentos.

Nota:

1 O atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação (SEDETI) da Prefeitura de São Caetano do Sul é o Sr. Fernando Trincado.

---

**Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: [www.blogdojeff.com.br](http://www.blogdojeff.com.br). Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira".

Editora Didakt, 2019 (407 pág.). Disponível em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

**Gisele Yamauchi.** Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda pela USJT e pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

# 2. MERCADO DE INVESTIMENTOS E VALORES DAS STARTUPS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA

Álvaro Barbosa da Silva Junior

## Resumo Executivo

*A presente nota técnica tem como objetivo apresentar a questão dos investimentos e dos valores das empresas startup no país e no Grande ABC Paulista. Inicialmente será comentado como funciona o mercado de investimentos em startups no país. Também a descrição de suas nomenclaturas específicas para esse mercado. Esta nota técnica também apresentará os valores envolvidos nos investimentos dos últimos anos e descreverá seu impacto no Grande ABC Paulista.*

### 1. O que é Venture Capital

Venture capital, ou capital de risco, é uma modalidade de investimento focada em empresas de até médio porte que possuem alto potencial de crescimento, mas ainda são muito novas e têm faturamento baixo. O objetivo desse tipo de investimento não é apenas injetar capital na empresa para ajudá-la a crescer, mas também influenciar diretamente no andamento e na gestão do negócio. Isso contribui na criação de valor para a futura venda de participação acionária na empresa.

Hoje, esse tipo de aporte é mais comum em startups com modelo de negócio escalável. Ocorrem rodadas de investimentos — denominadas Seed, Series A, Series B, Series C, e assim por diante — de acordo com a maturidade da empresa, em valor crescente. A modalidade se diferencia de investidores anjo, que investem no estágio inicial, e de investimentos de *private equity*, que buscam empresas maiores e com maior faturamento.

### 2. Como é o Mercado de Venture Capital no Brasil

No Brasil, o mercado de venture capital ainda está em fase de desenvolvimento, porém já é o maior da América Latina e cresce de maneira exponencial. Além do volume estar aumentando, o número de rodadas tem diminuído, o que mostra o começo de uma maturação do mercado, com aportes a cada rodada cada vez maiores. Junto a esses investimentos, o ecossistema de startups também tem crescido de maneira exponencial no Brasil. Hoje, já existem no País cinco unicórnios, startups avaliadas em mais de um bilhão de dólares. São elas: 99, Nubank, Pagueseguro, Stone e Movile. Esse número tende a crescer de maneira proporcional ao volume dos investimentos providos pelo segmento de venture capital.

Segundo os dados da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), o total de capital comprometido pelos fundos de *private equity* e venture capital já chegam a R\$ 153,2 bilhões, com aumento médio de 28% ao ano. Tais dados mostram que essa indústria vem apresentando grande crescimento, mesmo com a recessão que o Brasil passou nos últimos anos.

Essa informação é relevante, uma vez que o venture capital e o *private equity* são um importante vetor de crescimento e consolidação de empresas, principalmente em economias mais desenvolvidas, como os Estados Unidos. Porém, quando olhamos a evolução desse mercado por aqui em relação aos países desenvolvidos, verificamos que o investimento nesse setor ainda é baixo. Em 2015, de acordo com dados da ABVCAP, o investimento nessa indústria em relação ao PIB do Brasil foi de apenas 0,31%, contra 1,41% dos Estados Unidos e 1,95% da Inglaterra.

A proporção, entretanto, acompanha a dos demais segmentos do mercado financeiro. Em 2017, o Brasil terminou o ano com 344 empresas listadas na B3, contra 6.870 nos Estados Unidos. Se houvesse maior investimento no segmento de venture capital e *private equity*, mais empresas teriam potencial para chegar à bolsa de valores. Consequentemente, isso também impactaria no crescimento do país.

### **3. Como investir em Venture Capital**

O investimento em venture capital pode ser realizado por: companhias de participações; gestores, Fundos de Investimento em Participações (FIPs), que são fundos estruturados para esta finalidade; e investidores individuais que disponham de capital e amplo conhecimento para investir.

Normalmente, os FIPs funcionam como um condomínio fechado, no qual não é possível que o investidor resgate as suas cotas a qualquer momento, mas sim que venda sua participação para outro investidor por meio da B3 ou para o próprio fundo. Por essa razão, o investimento nos FIPs é permitido apenas para Investidores Qualificados, que são aqueles que possuem mais de R\$ 1 milhão em investimento, e Investidores Institucionais.

Para atuar na área, é importante que o investidor tenha uma visão ampla, sendo capaz de analisar a resistência do setor às alterações nas variáveis macroeconômicas. Além disso, ele deve estimar o crescimento, interpretar as necessidades do mercado consumidor e, ainda, saber identificar indústrias de alto potencial, que, no atual momento do Brasil, geralmente estão relacionadas a empreendimentos voltados para a tecnologia.

O envolvimento dos investidores na gestão do negócio pode variar bastante de acordo com o perfil da empresa alvo, sendo o setor de atuação, o porte da empresa e o seu estágio de desenvolvimento pontos especialmente relevantes.

Para o investidor interessado no segmento, é importante saber que os FIPs podem ser regulamentados ou não. No segmento regulado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável tanto pela regulamentação quanto pela fiscalização desses fundos, bem como dos seus administradores. Sendo assim, a parte legal do investimento também é de suma importância para seu sucesso.

### **4. As vantagens de receber este tipo de investimento**

Além de um poderoso auxílio financeiro que qualquer empresa necessita para crescer, esta modalidade de investimento propicia inúmeras outras vantagens:

- a) Suporte na gestão: os investidores que direcionam seu capital aos FIPs costumam ter amplo conhecimento no setor de empreendimentos e podem desempenhar cargos de coordenação e gestão na empresa.
- b) Parceria de longo prazo: o venture capital é um investimento de longo prazo realizado por pessoas com certa experiência e que, portanto, entendem que o êxito não vem de uma hora para outra.
- c) Conselho fiscal e administrativo: em se tratando de um fundo de investimento, pode haver a exigência da criação de um conselho para apoiar a empresa em suas decisões fiscais e administrativas, além de facilitar processos burocráticos.
- d) Evolução rápida: com o apoio recebido por meio do venture capital, é natural que a empresa tenha mais chances de se inserir no mercado de forma sólida.

## 5. Principais investimentos em venture capital

O mercado de venture capital já conta com um número considerável de investidores no Brasil. Os principais são instituições públicas, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), criadas no intuito de prover crédito para o desenvolvimento de negócios promissores.

Com relação às instituições privadas, há importantes gestores de venture capital operando. Um dos maiores destaques vai para a Monashees, conhecida no mercado como caçadora de unicórnios, um dos pilares centrais para investimentos de empresas expoentes e para líderes em seus segmentos, como Nubank e Rappi.

Para Nicolás Szekasy, cofundador e sócio da Kaszek Ventures, responsável por financiar dezenas de startups com levantamentos de fundos milionários ao longo de oito anos, a tendência desse mercado é de maior abertura e incentivos para empresas com alto potencial tecnológico, inicialmente focadas na América Latina. Tal tendência se deve a uma vantagem competitiva crítica na região, demonstrada pela criação de fintechs, apps de venda e compra geral, entregas de comida, entre outras inovações.

## 6. Os tipos de investidores

### ***Venture Capital***

São fundos que investem em startups que já provaram seu modelo de receita.

Ventures Capitals também são focados em saber e analisar quem são os fundadores das startups a serem investidas. Geralmente, como a fase da startup a ser investida já é mais avançada, analisa-se com mais rigor as métricas disponíveis.

Além disso, muitos fundos de Venture Capital focam em startups que já passaram pelo MVP e já estão em pleno funcionamento. Esse tipo de negócio, normalmente, precisa de aporte para impulsionar o crescimento e dar escala ao negócio.

### ***Private Equity***

Normalmente, são fundos que investem capital diretamente nas empresas. O investimento é realizado quando a startup desenvolve margens lucrativas, fluxo de caixa estável e vai além de gerar receita. Outro detalhe é que o negócio também tem estrutura e capacidade para atender uma quantidade significativa de dívida.

Dessa forma, as empresas de PE têm como principal objetivo observar as principais métricas financeiras, incluindo o EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), o fluxo de caixa, o fluxo de caixa livre e, em última análise, o que a IRR acredita que pode alcançar.

### ***Investidores-anjo***

O investidor-anjo investe seu próprio capital em startups no estágio inicial. Eles frequentemente atuam em várias delas e buscam agregar valor estratégico por meio de conselhos e gerando conexões.

Colaboram em ideias sobre como operacionalizar a empresa, MVP (*minimum viable product*) e o ajuste do *product market fit*. Concentram-se mais em fatores qualitativos, como quem são os fundadores e as chances do negócio decolar.

## **7. Rodadas e tipos de investimento**

As rodadas de investimento funcionam da seguinte maneira: os investidores oferecem dinheiro em troca de uma participação acionária no negócio. Há alguns modelos de troca de conhecimentos ou permuta por participação, mas são menos comuns.

As rodadas são divididas em séries (series) e a classificação que as acompanha tem a ver com o estágio da startup:

### ***Investimento-anjo***

Normalmente é a primeira rodada de investimentos de uma startup. Inicialmente testa-se a tese, monta-se o time inicial e desenvolve-se um MVP. Costuma ser composta por pessoas físicas, notadamente família e amigos, e pequenos investidores que irão fazer o aporte inicial. Nessa etapa, o volume de investimentos, no Brasil, costuma ser de até R\$ 700 mil.

### ***Investimento semente (Seed)***

O intuito é fornecer aporte para apoiar o trabalho inicial de pesquisa, desenvolvimento e validação de mercado da empresa.

O montante também vem para ajudar a startup a empregar uma equipe mais profissional. Nessa fase, os empreendedores estão trabalhando com poucos funcionários ou somente os sócios estão atuando na empresa.

Nessa fase, quem investe são investidores-anjo e fundos de Venture Capital. O aporte de capital varia, mas costuma estar entre R\$ 700 mil a R\$ 2 milhões.

### ***Series A***

Tem como foco otimizar a base de usuários e criar novas ofertas de produtos e serviços. É uma oportunidade e forma para dimensionar o produto em diferentes mercados.

É importante que a startup tenha um plano para desenvolver um modelo de negócios que gere lucro a longo prazo.

Fundos de Venture Capital normalmente são os investidores de séries A e os valores envolvidos podem ir desde R\$ 2 milhões a R\$ 20 milhões.

### ***Series B***

Aqui, o aporte é maior e tem como função contribuir para escalar o negócio e ajudar a startup a expandir o alcance do mercado. Isso pode acontecer por meio do aprimoramento de processos, novas contratações e até mesmo na compra de outras empresas.

Assim, os valores investidos podem chegar a dezenas de milhões.

### ***Series C***

O investimento tem como objetivo acelerar a empresa em todos os aspectos, lançando-a no mercado internacional e/ou adquirindo novas companhias. Os investidores injetam capital em empresas maduras e de alto potencial, com intenção de receber mais que o dobro da quantia de volta.

## **IPO**

O IPO (Oferta Pública Inicial – *Initial Public Offering*) é o momento em que a empresa passa a ser aberta na Bolsa de Valores, com muitos acionistas. É a primeira vez que uma empresa vende suas ações para o público, deixando de ser um negócio detido por poucas pessoas.

## **Exits**

Em algum momento os Ventures Capital podem se deparar com uma oportunidade de exit quando ocorre uma nova rodada de investimento. A expressão exit se refere ao ponto de saída daquele investidor.

Além disso, nesse momento, o fundo pode optar por fazer o *follow on* que é investir uma pequena porcentagem para não diluir a sua participação com a entrada de novos investidores.

Por exemplo, com a nova rodada de investimento, para não perder os 30% do aporte realizado anteriormente, o Venture Capital investe proporcionalmente para manter a sua participação e fazer com que ela não seja diluída.

Além disso, o exit pode ocorrer também quando a startup é adquirida por uma empresa maior.

Grandes companhias adquirem startups como parte de uma estratégia de proteger sua posição de liderança ou de entrar no mercado brasileiro. A venda de uma startup para uma organização é um dos eventos de liquidez mais comuns por ser extremamente rentável para os fundadores da startup e investidores iniciais.

Vale trazer os motivos que levam a uma saída ou exit:

- 1- Venda estratégica para outras empresas no mesmo setor (trade sale).
- 2- Estrutura de recompra da participação do fundo pela própria empresa ou acionistas controladores (estrutura de recompra).
- 3- Venda de participação para outros Fundos de Venture Capital.
- 4- Abertura de capital da empresa (IPO).

## **Valores investidos durante rodadas de investimento**

<b>Tipo</b>	<b>Valores</b>
Investimento Anjo	Até R\$ 700 mil
Investimento Semente (Seed)	De R\$ 700 mil a 2 milhões
Séries A	De R\$ 2 milhões a 20 milhões
Séries B / Séries C	Acima de 20 milhões
IPO	Abertura de Capital / Valores indefinidos

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações de Fernanda Finotti – Editora Capital Aberto.

## **Foco no smart money**

O objetivo de muitos fundos, como por exemplo do próprio Distrito Ventures, é ir além de alocar recursos e esperar o retorno. O intuito dos VCs é monitorar o investimento ativamente, influenciando diretamente na gestão e andamento das investidas.

Afinal, o objetivo de muitas startups é ir além do recebimento do aporte, ganhar com a expertise dos investidores, ter suporte e mentoria deles, e também direcionamento.

Portanto, além da injeção de capital, os fundos de Venture Capital têm como objetivo contribuir com *smart money*.

*Smart Money*: O investimento não é apenas o financeiro, mas também intelectual. É quando o interesse está em ter aquele investidor como um mentor, como sócio, e parte da equipe para orientar e contribuir com insights importantes para o negócio.

## 8. Volume de aportes em startups

O ecossistema brasileiro de startups registrou recorde no volume de investimentos em 2019. Segundo levantamento da consultoria em inovação Distrito, as empresas do País receberam US\$ 2,7 bilhões em aportes no ano passado. É um crescimento de 80% na comparação com 2018, quando o total foi de US\$ 1,5 bilhão.

Ao todo, 260 rodadas de investimento foram realizadas no último ano, de acordo com o estudo. O número de aportes cresceu 8,3% na comparação com 2018, mas não bateu recordes - em 2017, foram 263 investimentos no País, mas com valor individual menor, totalizando US\$ 905 milhões. "Há uma evolução maior do mercado nacional e maior liquidez no mercado global. Isso tudo beneficia os investimentos", diz Gustavo Gierun, cofundador da Distrito.

Responsável por ao menos nove aportes no País em 2019, incluindo nos unicórnios Gympass, QuintoAndar e Loggi, o grupo japonês SoftBank surgiu como peça fundamental desse crescimento. Considerados os anúncios feitos no ano passado, as rodadas com a participação da empresa movimentaram cerca de US\$ 1,3 bilhão, respondendo por quase metade do volume registrado em 2019.

O cenário deve ser diferente neste ano, depois dos problemas apresentados por WeWork e Uber, duas das principais apostas do SoftBank no exterior - o grupo já admitiu que fará menos investimentos no País em 2020. Na visão de Gierun, isso não necessariamente será problema. "O mercado tem se sofisticado nos últimos anos e atraído cada vez mais investidores estrangeiros", diz.

### Volumes de aportes em startups no País

2017	US\$ 0,9 bilhão
2018	US\$ 1,5 bilhões
2019	US\$ 2,7 bilhões

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da Distrito.me.

## Fintechs

Segundo o levantamento realizado pela Distrito, as fintechs (startups de serviços financeiros) foram as empresas que mais receberam atenção dos investidores. Foram ao todo 62 cheques, que somaram US\$ 935 milhões - entre eles estão os US\$ 400 milhões que levaram o Nubank a ser avaliado em cerca de US\$ 10 bilhões.

O crescimento do segmento também chama a atenção: em 2018, as fintechs brasileiras haviam recebido US\$ 338 milhões. Em 2019, portanto, o salto foi de 276%. "É um setor que vive uma

revolução, que deve aumentar nos próximos anos", diz Gierun. "Novas regulações, como open banking, pagamentos instantâneos e cadastro positivo, abrem espaço para que startups disputem com as grandes empresas. Há oportunidades".

Segundo o estudo, 87 aportes foram realizados em capital semente, quando a startup ainda está em estágio inicial de desenvolvimento - esses cheques giram em torno de R\$ 500 mil e R\$ 5 milhões. Outros 40 investimentos foram do tipo Série A, quando a empresa já começou a amadurecer seu produto. Além disso, 38 investimentos foram realizados em fase pré-semente, quando a startup ainda é considerada embrionária.

### **Tabela da quantidade de aportes em Startups no país entre 2010 e 2019**

<b>Ano</b>	<b>Aportes</b>
2019	260
2018	240
2017	263
2016	210
2015	209
2014	199
2013	192
2012	135
2011	65
2010	25

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da Distrito.me.

## **9. Investimentos por setor**

### **Tabela dos investimentos por setor em 2019**

<b>Setor</b>	<b>Investimentos</b>
Fintech	62
Varejo	31
Saúde	24
Recursos Humanos	18
Publicidade	18
Mobilidade	12
Agro	10
Imóveis	8

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da Distrito.me.

## **10. Fatos interessantes sobre startups no Brasil**

- A média de crescimento do número de startups no Brasil é de 26% ao ano, com um total, em 2019, de 12 a 13 mil startups.

- Modelos de negócio mais comuns: Saas, Marketplace, e-Commerce e Consumer.
- Faturamento: aproximadamente 50% delas não fatura; 3,4% (260 startups) faturam entre R\$ 500k e R\$ 1MM.
- Aceleração: 11% das startups mapeadas foi acelerada por algum grupo.
- 45% das startups estão na região Sudeste; 30% no estado de SP.
- Temos 11 unicórnios; 9 em SP.

## 11. Regiões onde se concentram as startups no país e suas nomenclaturas

Estado	Nomenclatura da região
São Paulo	Zero Onze (Capital) ABC Valley (Grande ABC Paulista)
Rio de Janeiro	Carioca Valley (Capital e Baixada Fluminense)
Minas Gerais	San Pedro Valley (Belo Horizonte) Colméia (Uberlândia) Zebu Valley (Uberaba)
Paraná	Capi Valley (Curitiba) Red Foot (Londrina) Sudovalley (Sudoeste do Paraná)
Santa Catarina	Startup SC
Goiás	Pequi Valley
Sergipe	Caju Valley (Aracaju)
Alagoas	Sururu Valley
Recife	Manguezal
Rio Grande do Norte	Jermimum Valley
Ceará	Rapadura (Fortaleza)
Amazonas	Jaraqui Valley (Manaus)

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da Step Consultoria.

## 12. Situação do mercado de investimentos na região do Grande ABC Paulista

O mercado de investimentos na região do Grande ABC, apesar de já ter maturidade, ainda não foi devidamente mapeado. Sendo muito difícil saber os valores exatos investidos nas startups da região.

Outro fator a ser considerado é o fato de muitas startups da região serem financiadas muitas vezes por seus próprios proprietários e também por investidores anjos, muitos deles pessoas físicas que não costumam divulgar seus aportes.

Um exemplo disso é a startup *Protto* localizada no município de Diadema. Fundada em 2018 pelo herdeiro da empresa de cadeados Papaiz, Gianpaolo Papaiz, essa startup produz a Alva, Luminária que é vendida desmontada dentro de kits. Essa empresa opera dentro de um galpão no município de Diadema e conta com somente um funcionário. O valor investido para a abertura dessa startup foi de R\$ 800 mil e partiu somente de seu dono, Gianpaolo Papaiz. O valor só é conhecido por que o próprio dono divulgou em uma reportagem.

---

**Álvaro Barbosa da Silva Júnior.** Advogado e Pós-graduado em Atualização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Presidente da Comissão de Internet das Coisas (Oit) da Subseção dos Advogados de São Caetano do Sul. Associado do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul. Integrante da Associação Brasileira de startups através da Startup Trato a Trato.

## Referências Bibliográficas

1. Universidade Metodista de São Paulo. Empresas ainda resistem a investir em startups iniciantes lamenta coordenador da incubadora Mondó. Disponível em: <http://portal.metodista.br/mondo/noticias/empresas-ainda-resistem-a-investir-em-startups-iniciantes-lamenta-coordenador-da-incubadora-mondo>
2. Step Consultoria: [www.stepconsultoria.com](http://www.stepconsultoria.com)
3. Negócios em Movimento. Startups do ABC são impulsionadas por investidores-anjos. Disponível em: <http://www.negocioemmovimento.com.br/negocios/startups-do-abc-sao-impulsionadas-por-investidores-anjos/>
4. ABC do ABC. ABC Ganha sede regional da Anjos do Brasil. Disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/sao-caetano/noticia/abc-ganha-sede-regional-anjos-brasil-39335>
5. Editora Capital Aberto. O que é Venture Capital – Fernanda Finotti. Disponível em: <https://capitalaberto.com.br/secoes/explicando/venture-capital/>
6. Diário do Grande ABC. Cenário de Crise Impulsiona Startups no Grande ABC. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3226445/cenario-de-crise-impulsiona-startups-no-grande-abc>
7. O Estado de São Paulo. Volume de aportes em startups do País cresce 80% e atinge US\$ 2,7 bi em 2019. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,volume-de-aportes-em-startups-cresce-80-no-pais-e-chega-a-us-2-7-bi-em-2019,70003169262>
8. ABC Valley. Disponível em: [www.abcvally.com.br](http://www.abcvally.com.br) / [https://www.instagram.com/abc\\_valley/](https://www.instagram.com/abc_valley/)
9. Distrito.me. Disponível em: <https://distrito.me>
10. Distrito.me. Venture Capital: o que é e como funciona. Disponível em: [https://distrito.me/venture-capital-o-que-e-e-como-funciona/?gclid=EAlaIqObChMI0dXnmbmr5wIVT4CRCh1sbAzQEAYASAAEgLaDvD\\_BwE](https://distrito.me/venture-capital-o-que-e-e-como-funciona/?gclid=EAlaIqObChMI0dXnmbmr5wIVT4CRCh1sbAzQEAYASAAEgLaDvD_BwE)

### 3. A IMPORTÂNCIA DAS ARENAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DA “INOVAÇÃO ABERTA”<sup>1</sup>

Jefferson José da Conceição

#### Resumo Executivo

*A nota destaca a importância das arenas de inovação em um processo de inovação aberta. A nota reproduz texto que compõe o livro “Entre a mão invisível e o leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira” (405 pág.), do mesmo autor, lançado pela Editora Didakt em dezembro de 2019. O livro pode ser adquirido na estante virtual [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br).*

A inovação é item fundamental da competitividade das empresas, cidades e países. O modelo clássico de inovação de produtos, serviços, materiais e processos, vigente na maior parte do século XX, foi aquele em que a inovação era realizada em ambientes fechados no interior das empresas. Eram os departamentos e laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas os responsáveis quase que exclusivamente pela inovação. A empresa detentora da inovação detinha por longo período ganhos extras derivados do controle monopólico da inovação. Este é o modelo de “inovação fechada” (“*closed innovation*” em inglês).

Como mostrou Chesbrough (2003; 2006), a forma como ocorre inovação está mudando desde o final do século passado e neste século XXI. Vivemos em um mundo marcado por intensas e rápidas transformações. Entre as quais: a globalização da pesquisa e do conhecimento; a existência de um número cada vez maior de recursos humanos e instituições que lidam com a geração de novos conhecimentos e inovações; a influência das tecnologias de comunicação, que permitem um fluxo rápido e em tempo real de informações.

Hoje, por melhor que seja o seu departamento de P&D, nenhuma empresa consegue reunir todos os melhores talentos e especialistas da sua área de negócio, e tampouco consegue reter todo conhecimento que envolve uma inovação. Na atualidade, as inovações ocorrem com maior frequência, fluem de modo mais rápido para fora de um domínio exclusivo e exigem grandes volumes de recursos financeiros.

A inovação tende a se dar de forma cada vez mais “aberta”, combinando ideias e conhecimentos novos surgidos no interior da empresa com ideias e conhecimentos oriundos do ambiente externo à empresa. Em outras palavras, também na fase da inovação o mundo interno à empresa passou a interagir intensamente com o mundo externo, por meio de vários formatos possíveis de parcerias. Este é o modelo de “inovação aberta” (“*open innovation*”, em inglês).

Neste modelo, os departamentos de P&D devem dialogar mais com os outros setores da empresa (finanças, área comercial, publicidade, etc) e realizar cooperações com outras empresas e instituições, como universidades, centros de tecnologia, *startups*, fornecedores, empresas de comercialização, usuários, entre outros. Os parceiros da empresa na inovação podem estar localizados em várias partes do mundo (colaboração em rede). As inovações podem também ser aplicadas em mercados cada vez mais globais.

A cooperação pode se traduzir, por exemplo, na aquisição pela empresa de licenciamentos, patentes e propriedades intelectuais provenientes de outras empresas, organizações e instituições. O fluxo também deve ocorrer no sentido inverso: as inovações internas da empresa podem ser socializadas com o ambiente externo, por meio de *joint ventures*, licenciamentos, *spin-offs* etc.

O quadro a seguir ilustra a diferenciação entre inovação fechada e inovação aberta:

### Quadro 1: Diferenciação entre inovação fechada e inovação aberta

PRINCÍPIOS DA INOVAÇÃO FECHADA	PRINCÍPIOS DA INOVAÇÃO ABERTA
As pessoas competentes trabalham para nossa empresa.	Pessoas que também são competentes trabalham fora da empresa. Precisamos trabalhar com pessoas competentes dentro e fora da empresa.
Devemos lucrar a partir de P&D. Nós mesmos devemos realizar descobertas, desenvolvê-las e comercializá-las.	P&D externos podem criar valores significativos. P&D interno é necessário para reivindicar alguma parte destes valores.
Se nós realizarmos as descobertas por nós mesmos, conseguiremos o mercado desta inovação primeiro.	Nós não temos que, necessariamente, originar a pesquisa para lucrar com ela.
A empresa que primeiro alcançar uma inovação ganhará o mercado (desta inovação).	Construir um modelo de negócio (para esta inovação) é melhor que alcançar o mercado primeiro.
Nós venceremos, se nós criarmos as melhores ideias no negócio em que atuamos.	Nós venceremos, se nós fizermos o melhor uso das ideias internas e externas à empresa.
Deveríamos controlar nossas propriedades intelectuais, de forma que nossos concorrentes não lucrem com nossas ideias.	Deveríamos lucrar com o uso por parte de outros de nossas propriedades intelectuais; e deveríamos adquirir as propriedades intelectuais de outros, sempre que isto faça avançar nosso modelo de negócio.

Fonte: Chesbrough (2003), apud Hällbrant e Ingvarsson (2012). Tradução livre.

Hällbrant e Ingvarsson (2006) deixam claro que existem várias formas de praticar e realizar a inovação aberta. Esses autores sumarizaram parte das abordagens sobre o tema da seguinte forma:

Surgiram maneiras diversas de praticar a inovação aberta em diferentes níveis. Hagel e Brown (2006) discutem o fenômeno da criação de redes, nas quais centenas ou mesmo milhares de participantes colaboram para criar novos conhecimentos com um organizador da rede que coordena a inovação distribuída, colaborativa e cumulativa. Etzkowitz e Leydesdorff (1995) discutiram o modelo de “tríplice hélice”, que se baseia em laços entre as instituições que se sobrepõem. Esses autores descrevem como a indústria, as universidades e os governos podem colaborar para criar inovação. Von Hippel (2005) pôs em evidência o potencial de usuários no desenvolvimento de inovações, em vez de apenas serem sujeitos passivos de inovações. De acordo com Almirall (2008), a participação do usuário ainda está apenas no início; igualmente faltam estrutura e participação do governo. Intermediários, tais como InnoCentive e Yet2.com, forneceram uma estrutura para que os usuários participem, mas são restritos quanto ao fluxo de

entradas e saídas de ideias. Laboratórios vivos (Living Labs) são arenas onde os atores podem experimentar ambiente reais, abertos (Almirall, 2008). Nos “laboratórios vivos” autoridades públicas e cidadãos colaboram para criar, prototipar, validar e testar novos serviços, negócios, mercados e tecnologias (Niitamo, Kulkki, Eriksson e Hribernik, 2006). Outras formas de laboratórios abertos são aquelas realizadas com clientes, funcionários, fornecedores e especialistas (Sundbo, 2011).

Não obstante estas diferentes formas de praticar a inovação aberta, é aceito que, para que este processo cooperativo da inovação aberta ocorra, as empresas, instituições acadêmicas, *startups* e outros parceiros devem estar sintonizados quanto aos desafios, objetivos, agendas e cronogramas.

As arenas de inovação – espaços físicos/eventos nos quais estes atores e instituições se encontram – visam criar as condições favoráveis para este alinhamento em torno de desafios da inovação a serem enfrentados em determinado tema ou área. As arenas facilitam a interação entre os atores. Em outras palavras, nas arenas de inovação, as empresas buscam cada vez mais constituir uma rede de conexões com instituições, universidades, centros de pesquisa e *startups* com objetivo de estabelecer desafios conjuntos e programas de inovação aberta. Portanto, na prática, as arenas de inovação são espaços de *networking*, cocriação e colaboração em diferentes níveis.

Ainda de acordo com Hällbrant e Ingvarsson (2006):

Há quatro dimensões de arenas de inovação aberta. Em primeiro lugar, a dimensão formal, diz respeito aos contratos formais e acordos de propriedade intelectual, que parecem sempre ser um problema em arenas de inovação aberta. Alguns redigem contratos formais, enquanto outros tentam contornar a necessidade disto, trabalhando em um nível tal que não haja a necessidade de trocar conhecimentos confidenciais. Em segundo lugar, a dimensão informal preocupa-se com a geração de confiança e motivação dentro de uma arena de inovação aberta. Em terceiro lugar, a dimensão física diz respeito a como a arquitetura da arena influencia as pessoas que nela participam - e, por esta via, permitir que elas trabalhem em conjunto de forma eficaz, partilhem recursos - e se a arena se estende para o mundo virtual. Finalmente, a dimensão estrutural diz respeito ao que os diferentes atores da arena realmente fazem juntos e como suas atividades e processos são estruturados.

Uma característica bastante importante ainda em relação às arenas de inovação é o impulso que elas dão ao empreendedorismo das empresas iniciantes, em particular as *startups*. As arenas permitem um diálogo direto desses empreendimentos com os projetos estruturantes das empresas (por conseguinte, com potenciais mercados consumidores), com os governos (quando este está envolvido) e com as universidades e centros de pesquisa.

No caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, o papel dos governos na estruturação de arenas de inovação cresce ainda mais em importância (note-se que o papel dos governos nos países desenvolvidos também é significativo). Em geral, nos países em desenvolvimento, é grande o distanciamento entre as empresas, as universidades e os empreendimentos do tipo *startups*. Cabe ao governo - em suas três esferas, União, Estados, Municípios - exercer o papel de *broker* (“quebrador de gelo”) e estimular a inovação aberta e as arenas de inovação.

Parece, pois, ser bem adequado aos países como o Brasil a adoção do modelo de “tríplice hélice”, que alia Governos, universidades e empresas em projetos econômicos conjuntos que exigem superação de desafios tecnológicos. Este modelo é bastante aplicado em países avançados como Suécia, EUA, Alemanha, ainda que com diferentes variantes.

## Notas

1 Publicado no site do jornal ABCD Maior, em 7 de junho de 2016.

---

**Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: [www.blogdojeff.com.br](http://www.blogdojeff.com.br). Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 pág.). Disponível em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

## 4. OS SETORES ESTRATÉGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM A AGÊNCIA DESENVOLVE SP

Alessandra Santos Rosa

### Resumo Executivo

*Estudos da Agência de Desenvolvimento Paulista de São Paulo (Desenvolve SP) apontam para os setores produtivos do Estado de São Paulo, que são um importante caminho para o aumento da exportação e estímulo à educação/capacitação, pois há necessidade de mão de obra qualificada. Esta nota técnica, adotando conceitos internacionais, discute a intensidade tecnológica de produtos exportados pelo Grande ABC Paulista. Esta perspectiva leva a uma reflexão sobre a importância de políticas públicas de incentivo à exportação, bem como o fomento à tecnologia e à educação.*

### 1 - Agências de fomento ao crédito e/ou empreendedorismo e a Agência de Desenvolvimento Paulista de São Paulo (Desenvolve SP)

As agências de fomento ao crédito, de acordo com o Banco Central do Brasil, possuem um objetivo específico: “financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento” (BANCO CENTRAL, 2019).

Entretanto, é comum observar estes órgãos realizando um papel concomitante de pesquisa e informação para os Estados e municípios que fazem uso de seus recursos. Assim, há também em seus escopos um papel orientador para a manutenção e sustentabilidade das empresas em seus respectivos municípios.

A Agência de Desenvolvimento Paulista foi instituída pela Lei N° 10.853 de 2001 e regulamentada pelo Decreto 52.142 / 2007. Além da constituição a regulamentação da Desenvolve SP, a lei salientou: “a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades (...)”. A Agência fornece ainda capital para projetos de instituições públicas, especialmente no quesito sustentabilidade.

Esta nota técnica pretende colocar em evidencia o trabalho de pesquisa realizado pela agência de fomento, com o objetivo de analisar os setores estratégicos e, por meio de indicadores, apontar a capacidade competitiva de cada Região Administrativa do Estado de São Paulo.

O trabalho realizado pela Fundação SEADE, denominado “Mapa da Economia Paulista”, apresentou 16 (dezesesseis) regiões administrativas <sup>[1]</sup> e analisou 10 (dez) indicadores de competitividade. São eles: exportação por intensidade tecnológica; escolaridade; setores com maior percentual de empregos; emprego industrial na região administrativa; emprego e faturamento real; distribuição de empregos formais de acordo com o porte da empresa; composição do valor adicionado fiscal; investimentos anunciados segundo principais setores; população; PIB; índice paulista de responsabilidade fiscal. Além desses indicadores a pesquisa considera os setores mais importantes na RA e apresenta uma análise swot da mesma (MAPA DA ECONOMIA, 2019).

### 2 - Região Administrativa de São Paulo

É formada por 39 municípios. Nela, encontram-se os sete municípios do Grande ABC Paulista: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio

Grande da Serra. A RA de São Paulo é considerada uma região diversificada e altamente competitiva no quesito setor financeiro e produtivo.

De acordo com o estudo da Desenvolve SP, a região possui como principais setores de atuação: químico, farmacêutico, material de transporte, borracha e plástico, máquinas e equipamentos.

No item exportação por intensidade tecnológica<sup>[2]</sup>, a RA de São Paulo apresenta os seguintes resultados para o seu *cluster* industrial: 36,1%, indústria de média alta tecnologia; 27%, indústria de baixa tecnologia; 17,4%, indústria de média baixa tecnologia; 6%, indústria de alta tecnologia; 13,4%, de produtos não industrializados.

O estudo também apontou um crescimento - de 43,3% para 57,7% - nos empregos formais com níveis de médio completo e superior incompleto.

Com base nas informações, pode-se afirmar que a RA de São Paulo é uma das mais desenvolvidas do Estado e possui alta capacidade produtiva.

### **3 - O Grande ABC Paulista e sua classificação por intensidade tecnológica e escolaridade**

Dado as considerações anteriores baseadas na metodologia do estudo da Desenvolve SP, apresentaremos a seguir dois indicadores fundamentais para análise de competitividade do Grande ABC Paulista (sete municípios).

3.1 - Classificação por intensidade tecnológica. A Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia, divulgou que a organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou critérios para classificar exportações e importações quanto ao seu grau de tecnologia, derivado de uma metodologia internacional denominada ISIC:

A classificação das Exportações e Importações por intensidade Tecnológica é construída a partir da metodologia proposta no artigo "The OECD STAN Bilateral Trade by Industry and End-use (BTDIxe)" publicado pela organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) Neste artigo, estão discriminados e/ou agregados 66 atividades econômicas, baseadas na "International Standard Industrial Classification of All Economic Activities", quarta versão (ISIC REV.4). Algumas dessas atividades econômicas podem ser agrupadas de acordo com sua intensidade tecnológica, em quatro grupos: Alta Tecnologia, Média Tecnologia, Média-Baixa Tecnologia, Baixa Tecnologia (tabela 5 da BTDIXE). (Secretaria de Comércio Exterior, 2019)

Tendo como base estes critérios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estruturou a Classificação Nacional por Atividades Econômicas (CNAE).

Para a identificação da intensidade tecnológica, o Departamento de Estatísticas e Apoio às exportações (DEAX/ MDIC) optou por adotar uma tabela de correspondência da OCDE associado a classificação do IBGE<sup>[3]</sup>.

Assim, tomando como base a análise da Desenvolve SP a tabela 1 apresenta a intensidade tecnológica dos produtos exportados nos municípios do Grande ABC.

**Tabela 1: Classificação de Intensidade Tecnológica de acordo**

Municípios	Valor de Exportação US\$Milhões	Valor de importação Us\$Milhões	Ranking	Intensidade Tecnológica
<b>SAndré</b>	434,32	537,78	1° Pneumáticos Novos e Borracha - 48% Assessórios dos Veículos Automóveis - 6,9% 3° Tubos de Cobre - 6,5% 4° Polímeros de Propileno - 5,3% Filamentos Artificiais 5% 2° Partes e 5° Cabos de	Produtos da Indústria de transformação de Média Alta e Média Baixa Tecnologia
<b>SBCampo</b>	2.612,88	2.225,67	1° Chassis com motor para veículos automóveis - 17% 2° Veículos Automóveis para Transporte de Mercadorias - 16% 3° Tratores Exceto de posição 8709 - 12% de passageiros e outros - 11% 4° Automóveis 5° Produto do Reino Vegetal 7.2%.	Produtos da Indústria de transformação de Média Alta Tecnologia
<b>Scaetano</b>	213,7	177,08	1° Automóveis de Passageiros e outros veículos automotores - 26% 2° Veículos Automóveis para Transporte de Mercadorias - 17% 3° Desperdícios e sucatas de Ferro Fundido - 16% 4° Produtos do Reino Vegetal - 7,1% 5° Máquinas e aparelhos de uso agrícola - 6,2%	Produtos da Indústria de transformação de Média Alta Tecnologia
<b>Diadema</b>	202,23	473,49	1° Máquinas e Ferramentas 12% / Partes e Assessórios 12% 2° Desperdícios, resíduos e sucatas - 7,4% Laminados Planos - 5,4% 3° Produtos Laminados Planos de outras ligas de aço - 4% 4° Produtos Laminados de aço - 4% 5° Aglutinantes, preparos para moldes ou núcleos de fundição - 2%	Produtos da Indústria de transformação de Média Alta Tecnologia
<b>Mauá</b>	159,13	352,3	1° Óleos de petróleo ou de minerais 16% assessórios dos veículos automotores 14%; 2° Partes e 3° Preparações antidetonantes, inibidores de oxidação - 11%; 4° Outras chapas, tiras películas e lâminas de plástico - 10% 5° Éteres, álcoois, fenóis - 9,6%	Produtos da Indústria de Transformação de Média Baixa Tecnologia
<b>RGrande Serra</b>	0,34	0,57	Partes e acessórios de veículos automotores - 83%	Produtos da Indústria de Transformação de Média Alta Tecnologia
<b>Ribeirão Pires</b>	136,36	38,58	1° Bombas, granados, torpedos - 82% 2° Outras armas de fogos e produtos semelhantes - 6,9% 3° Partes reconhecíveis como destinadas a linhas de produção; 4° Estopins e rastilhos de segurança -2,6% 5° Partes e acessórios dos veículos automóveis - 1,2%	Produtos da Indústria de Transformação de Média Alta Tecnologia

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Como podemos observar, todos os municípios possuem em seu ranking de exportação produtos classificados como Média Alta Tecnologia e Média Baixa tecnologia. Esta análise nos permite afirmar que a região continua, apesar das evasões industriais, um polo tecnológico importante e competitivo. É importante ressaltar também que o ranking de exportações destaca a área automotiva, referência na região.

Outro indicador observado pela Desenvolve SP foi o da escolaridade (ensino médio completo e superior incompleto) dos empregos formais. O órgão analisou os anos de 2002 a 2016 para a análise da região e observou aumento significativo como citado anteriormente. Para a observação do Grande ABC foi copilado dados dos anos 2010 a 2018 por meio de análise do sistema Relação Anual de Relações Sociais - RAIS que podem ser verificados nas tabelas 2 e 3.

**Tabela 2: Número de Empregos Formais com Ensino Médio Completo – Municípios do Grande ABC – 2010 a 2018**

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Santo André</b>	96.425	97.010	106.792	1136.54	114.825	109.929	98.167	102.398	107.015
<b>SBCampo</b>	136.117	144.050	137.883	146.217	143.916	137.981	127.677	128.573	129.162
<b>SCaetano Sul</b>	47.902	50.023	53.266	51.751	52.503	52.594	51.640	53.364	54.404
<b>Diadema</b>	57.831	60.541	58.736	58.702	57.077	52.819	48.506	47.584	47.995
<b>Mauá</b>	36.858	37.893	36.387	38.190	37.865	38.180	38.044	38.329	38.249
<b>Ribeirão Pires</b>	12.165	12.309	13.160	13.753	14.172	13.657	13.410	13.115	12.991
<b>RGrande Serra</b>	2.218	2.595	2.369	2.543	2.293	2.505	1.689	2.278	2.022
<b>Total</b>	<b>389.516</b>	<b>40.4421</b>	<b>408.593</b>	<b>424.810</b>	<b>422.651</b>	<b>407.665</b>	<b>379.133</b>	<b>385.641</b>	<b>391.838</b>

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Ministério da Economia – RAIS, 2019

**Tabela 3: Número de Empregos Formais com Ensino Superior Incompleto - Municípios do Grande ABC – 2010 a 2018**

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Santo André</b>	8.360	7.972	8.039	7.282	7016	7.858	6.531	7.386	7.803
<b>São Bernardo do Campo</b>	14.762	15.318	13.827	2.115	2001	12.467	1.961	11.117	11.087
<b>São Caetano do Sul</b>	5.884	6.117	5.935	893	918	4.974	723	5.008	5.244
<b>Diadema</b>	4.843	4.629	7.235	89	101	6.623	88	6.230	6.140
<b>Mauá</b>	2.420	2.388	2.241	7.949	8.374	2.004	7.392	2.009	2.042
<b>Ribeirão Pires</b>	827	775	789	13.580	12.582	908	10.742	641	695
<b>Rio Grande da Serra</b>	96	130	95	4.783	5.058	92	5061	79	97
<b>Total</b>	<b>37.192</b>	<b>37.329</b>	<b>38.161</b>	<b>36.691</b>	<b>36.050</b>	<b>34.926</b>	<b>32.498</b>	<b>32.470</b>	<b>33.108</b>

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Ministério da Economia – RAIS, 2019.

Houve aumento, ainda que pouco expressivo, nos empregos formais com ensino médio completo no período de 2010 a 2018 (0,59%). Santo André foi o que apresentou maior aumento com 10,9

%. Já os empregos formais com ensino superior incompleto tiveram queda na região no mesmo período (cerca de 10% a menos), embora se analisarmos o período de 2016 e 2017, o ano seguinte apresentou melhora significativa. Neste item todos apresentaram queda com destaque para São Bernardo do Campo, com 24%.

Estes números podem refletir duas análises empíricas: a primeira de que a crise e o desemprego reduzem o número de profissionais em cada setor de forma geral e houve a diminuição de profissionais com maior escolaridade; a segunda de que a inclusão de alta tecnologia pode estar iniciando um processo de substituição de mão de obra, o que inclui profissionais mais específicos.

## Conclusão

Entende-se que a competitividade de um país, região e município está bastante associada à indústria de transformação e sua capacidade de exportação.

De acordo com Conceição (2019) uma política voltada para exportação de industrialização cumpre papel importante na geração de emprego e renda. Além disso, há o efeito multiplicador, com repercussões na área da educação. O aumento da produção de produtos de alta intensidade tecnológica requer uma educação de alto nível. Este é um dos desafios a serem enfrentados pela região em sua busca de incremento de sua competitividade.

## Notas

[1] RA Presidente Prudente; RA Araçatuba; RA São José do Rio Preto, RA Barretos, RA Franca, RA Marília, RA Bauru; RA Central, RA Ribeirão Preto, RA Itapeva, RA Sorocaba, RA Campinas, RA Registro, RA São Paulo, RA Santos, RA São José dos Campos.

[2] Este item será exemplificado mais adiante

[3] Vide Tabela de correspondência pelo Ministério da Economia: [http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/Nota\\_SIIT.pdf](http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/Nota_SIIT.pdf)

---

**Alessandra Santos Rosa.** *Mestra em Administração. Graduada em Economia (USCS). Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera (Administração, Engenharia e Cursos tecnológicos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação e coordenadora do APL de Pão de Queijo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.*

## Referências Bibliográficas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI N° 52142./2007. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52142-06.09.2007.html>. Acesso em fevereiro de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é Agência de Fomento? Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/agencia\\_fomento.asp?frame=1](https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/agencia_fomento.asp?frame=1). Acesso em janeiro de 2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Entre a Mão Invisível e o Leviatã: Contribuições heterodoxas à economia brasileira. Por um plano nacional de exportações. DIDAKT. São Caetano do Sul. USCS. 2019.

DESENVOLVE SP. Sobre a Desenvolve SP. Disponível em:  
<https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sobre-a-desenvolve-sp/> Acesso em janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. MAPA DA Economia Paulista. Disponível em:  
<https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiapaulista/> Acesso em Dezembro 2019

JUS BRASIL. Lei N° 10853/ 01 Disponível em: <https://governo-jusbrasil.com.br/legislacao/165787/lei-10853-01>. Acesso em janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Nota técnica: Classificação da Secretaria do Comércio Exterior. Disponível em:  
[http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/Nota\\_SIIT.pdf](http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/Nota_SIIT.pdf). Acesso em: janeiro de 2020.

## 5. A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA, 2001-2019

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi

### Resumo Executivo

*A nota técnica apresenta a evolução da frota de veículos automotores do Brasil e da Região do Grande ABC Paulista no período entre 2001 e 2019, bem como aponta a importância de um Programa Nacional de Renovação e Reciclagem de Veículos no Brasil. Com base nos dados do Denatran, verifica-se que, nas últimas duas décadas, a frota nacional de veículos, composta por automóveis, caminhões, ônibus, micro-ônibus, motocicletas, entre outros tipos, mais do que triplicou, passando de 31,9 milhões em 2001 para 104,8 milhões em 2019 (228,5% de crescimento). Destaca-se o aumento da frota de motocicletas, que saltou de 4,0 milhões para 23,2 milhões (476%). Já a frota de automóveis aumentou de 21,2 milhões para 56,7 milhões (167%); a de caminhões, de 1,5 milhões para 2,8 milhões (95%); a de ônibus, de 274,0 mil para 647,3 mil (94,1%); e a de micro-ônibus, de 140,1 mil para 412,1 mil (194,0%). Especificamente em 2019, havia 20,4 milhões de veículos de 0 a 5 anos de tempo de fabricação (19,0% da frota); 48,6 milhões de veículos, de 0 a 10 anos (45,3%); 79,1 milhões, de 0 até 20 anos (73,7%). Outros 27,3 milhões de veículos possuíam mais de 20 anos de uso (25,5%). Se tomados os veículos acima de 30 anos, eram 8,6 milhões de veículos (8%). No caso do Grande ABC Paulista, a frota também cresceu entre 2001 e 2019: de 772,6 mil para 1,8 milhões de veículos (137,9% de crescimento). Portanto, o crescimento da frota da região também foi significativo, mas inferior ao que aconteceu no país como um todo. É provável que isto tenha se dado pelo rápido crescimento da frota em algumas outras regiões do país, sobretudo no interior do sudeste e nas regiões Norte e Nordeste. No Grande ABC Paulista, em 2019, havia 300,2 mil veículos de 0 a 5 anos de tempo de fabricação (16,2%); 713,8 mil, de 0 a 10 anos (38,6%); 1,2 milhões, de 0 até 20 anos (66,5%). Na Região, 604,8 mil veículos possuíam acima de 20 anos (32,7%); e 170,2 mil, acima de 30 anos de fabricação (9,2%). O expressivo número de veículos acima de 20 anos de uso no país, ou mesmo acima de 30 anos, e os problemas associados a esta característica da frota brasileira, revela a necessidade de um Programa Nacional de Renovação e Reciclagem da frota.*

A frota de veículos automotores do País, Estado ou Município pode ser medida de várias maneiras. O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) disponibiliza em sua página de internet (<http://www.infraestrutura.gov.br/denatran.html>) estatísticas da frota nacional, estadual e municipal. Os dados do Denatran constituem-se na base do levantamento e das considerações feitas nesta nota técnica.

O Denatran classifica os veículos automotores de acordo com os seguintes tipos: automóvel, bondes, caminhão, caminhão trator, caminhonete, camioneta, chassi plataforma, ciclomotor, micro-ônibus, motocicleta, motoneta, quadriciclo, reboque, semirreboque, sidecar, trator, outros, trator-esteira, trator roda, triciclo, utilitário. Nesta nota técnica, priorizamos a coleta dos dados dos seguintes principais tipos de veículos: automóvel, caminhão, ônibus, micro-ônibus e motocicleta. Contudo, quando se faz referência à “frota total”, são levados em conta aqui todos os outros tipos de veículos.

Cumprido desde já dizer que os dados disponibilizados pelo Denatran se referem à frota de veículos registrados deduzida daqueles veículos cujos registros foram baixados porque não têm mais recuperação, são desmontados, têm perda total ou são vendidos em sucata. Entretanto, estatísticas divulgadas por outras entidades, como a ANFAVEA e o SINDIPEÇAS, para o cálculo da frota efetivamente circulante, levam em conta também os licenciamentos, emplacamentos, índice de sobrevivência, entre outros ajustes. Isto significa que os resultados da frota circulante apresentados por estas entidades costumam ser inferiores aos do Denatran, até o momento.

Registre-se que, em 28/3/2017, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) emitiu a resolução nº 661, que alterou critérios para a baixa de registro de veículos bem como os prazos para efetivação. O objetivo do Contran foi o de levar em conta o elevado volume de veículos não licenciados há mais de 10 (dez) anos e com mais de 25 (vinte e cinco) anos de fabricação junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, bem como a necessidade de viabilizar a atualização da base de dados dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. Na resolução, o Conselho cria o conceito de 'frota desativada', assim determinada:

*o veículo não licenciado há 10 (dez) anos ou mais e que contar com 25 (vinte e cinco) anos ou mais de fabricação, terá o seu registro atualizado com indicativo de 'frota desativada' automaticamente na Base de Índice Nacional - BIN, pelos respectivos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. (...). Art. 6º-C. O veículo que acusar pendência judicial, pendência administrativa ou que estiver à disposição da autoridade policial não terá seu registro baixado. Art. 6º-D. O veículo com indicativo de 'frota desativada' e flagrado circulando, está sujeito às penalidades de multa e apreensão e à medida administrativa de remoção previstas no artigo 230, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (...).*

Apesar disso, os dados que constam da página do Denatran ainda não separam a frota brasileira de veículos entre frota circulante e frota desativada.

Postas estas ressalvas metodológicas preliminares, acreditamos que a série aqui exposta serve para dar uma visão geral do perfil da frota brasileira e das tendências da sua evolução, bem como para subsidiar a construção de políticas públicas e privadas referentes ao tema.

## I - A frota de veículos no Brasil

**Tabela 1: Frota de veículos no Brasil, total e por tipo, 2001-2019**

	Automóveis	Caminhões	Micro-ônibus	Motocicletas	Ônibus	Outros	Total
<b>2001</b>	21.236.011	1.456.464	140.135	4.025.556	274.081	4.780.756	31.913.003
<b>2002</b>	22.486.611	1.517.087	150.330	4.646.440	291.467	5.193.032	34.284.967
<b>2003</b>	23.669.032	1.572.444	162.684	5.332.056	304.010	5.618.275	36.658.501
<b>2004</b>	24.936.451	1.636.535	173.716	6.079.361	320.257	6.094.555	39.240.875
<b>2005</b>	26.309.256	1.703.715	184.463	6.934.150	335.170	6.605.207	42.071.961
<b>2006</b>	27.868.564	1.768.221	198.393	7.989.925	353.583	7.193.954	45.372.640
<b>2007</b>	29.851.610	1.847.225	214.483	9.410.110	375.669	7.944.928	49.644.025
<b>2008</b>	32.054.684	1.939.276	232.073	11.045.686	401.049	8.833.893	54.506.661
<b>2009</b>	34.536.667	2.026.269	249.016	12.415.764	424.068	9.709.858	59.361.642
<b>2010</b>	37.188.341	2.143.467	270.693	13.950.448	451.989	10.813.036	64.817.974
<b>2011</b>	39.832.919	2.274.947	296.761	15.579.899	486.597	12.072.412	70.543.535
<b>2012</b>	42.682.111	2.380.780	318.762	16.910.473	514.980	13.330.085	76.137.191
<b>2013</b>	45.444.387	2.488.680	340.928	18.114.464	547.465	14.664.805	81.600.729
<b>2014</b>	47.946.665	2.588.984	361.501	19.242.916	574.125	15.986.299	86.700.490
<b>2015</b>	49.822.709	2.645.992	375.274	20.216.193	590.657	17.036.111	90.686.936
<b>2016</b>	51.296.982	2.684.227	383.325	20.942.633	601.522	17.958.327	93.867.016
<b>2017</b>	52.916.160	2.720.548	390.235	21.608.568	612.534	18.843.911	97.091.956
<b>2018</b>	54.715.488	2.766.097	398.839	22.339.110	627.058	19.899.961	100.746.553
<b>2019</b>	56.652.190	2.826.343	412.046	23.165.586	647.376	21.080.834	104.784.375

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

**Tabela 2: Crescimento da frota de veículos no Brasil, total e por tipo de veículo, 2001 – 2019**

Automóveis	Caminhões	Micro-ônibus	Motocicletas	Ônibus	Outros	Total
166,77%	94,06%	194,04%	475,46%	136,20%	340,95%	228,34%

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

**Tabela 3: Frota de veículos no Brasil, por idade, em 2019**

Idade da frota	Quantidade de veículos
de 0 até 5 anos	20.420.378
de 0 até 10 anos	48.587.596
de 0 até 20 anos	79.050.961
Acima de 20 anos	27.263.573
Acima de 30 anos	8.556.092
Não identificado	902.447

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

Com base no levantamento realizado a partir dos dados do Denatran, é possível chegar às seguintes principais conclusões referentes à frota nacional de veículos:

1. Pelas tabelas 1, 2 e 3, verifica-se que, nas últimas duas décadas, a frota nacional de veículos, composta por automóveis, caminhões, ônibus, micro-ônibus, motocicletas, entre outros tipos, mais do que triplicou, passando de 31,9 milhões em 2001 para 104,8 milhões em 2019 (228,5% de crescimento). Destaca-se a frota de motocicletas, que saltou de 4,0 milhões para 23,2 milhões (476%). Já a frota de automóveis aumentou de 21,2 milhões para 56,7 milhões (167%); a de caminhões, de 1,5 milhões para 2,8 milhões (95%); a de ônibus, de 274,0 mil para 647,3 mil (136,2%); e a de micro-ônibus, de 140,1 mil para 412,1 mil (194,0%).

2. O crescimento da frota de veículos foi maior entre 2002 e 2014 (crescimento anual médio da frota de 8%). O crescimento sofreu desaceleração entre 2015 e 2019 (3,9% de crescimento anual médio). Isto se deve à crise. Ou seja, à redução da produção e das vendas internas (3,9%).

3. O acentuado crescimento da frota de motocicletas parece guardar relação com os seguintes fatores, principalmente: o aumento do poder aquisitivo das famílias de menor renda entre 2002 e 2014; a política de crédito implementada pelas empresas do setor; a motocicleta como alternativa de geração de trabalho e renda (serviços online; empresas de entrega) e veículo mais adequado para enfrentar a crescente falta de mobilidade dos centros urbanos do país.

4. O modelo de transporte centrado no rodoviário teve sequência nas últimas duas décadas. A frota de automóveis, como exposto, cresceu 167% entre 2011 e 2019; e as de caminhões e de ônibus cresceram, respectivamente, 95% e 94%. Considerando-se que os investimentos públicos e privados em ampliação da malha viária não se expandiram significativamente, e foram baixos os investimentos na expansão e na qualidade das linhas de metrô e trens, no período, o resultado foi o aumento dos congestionamentos e as crescentes dificuldades no campo da mobilidade.

5. Especificamente em 2019, havia 20,4 milhões de veículos de 0 a 5 anos de tempo de fabricação (19,0% da frota); 48,6 milhões de veículos, de 0 a 10 anos (45,3%); 79,1 milhões de 0 até 20 anos (73,7% da frota). Outros 27,3 milhões de veículos possuíam mais de 20 anos de uso (25,5% da frota). Se tomados os veículos acima de 30 anos, eram 8,6 milhões de veículos (8% da frota).

## II - A frota de veículos no Grande ABC Paulista

**Tabela 4: Frota de veículos no Grande ABC Paulista, total e por tipo, 2001-2019**

	Automóveis	Caminhões	Micro-ônibus	Motocicletas	Ônibus	Outros	Total
<b>2001</b>	600.417	22.803	4.054	45.271	4.802	95.262	772.609
<b>2002</b>	632.341	23.552	4.171	51.973	4.924	99.273	816.234
<b>2003</b>	655.033	23.884	4.328	60.392	5.089	103.193	851.919
<b>2004</b>	683.503	24.465	4.504	69.993	5.125	108.290	895.880
<b>2005</b>	654.692	22.775	4.193	69.980	4.735	104.323	860.698
<b>2006</b>	747.275	26.257	4.972	98.748	5.437	120.551	1.003.240
<b>2007</b>	790.976	27.008	5.366	119.577	5.554	129.566	1.078.047
<b>2008</b>	841.992	28.491	5.697	140.351	6.025	142.016	1.164.572
<b>2009</b>	892.008	29.972	5.907	153.684	6.505	153.062	1.241.138
<b>2010</b>	949.405	33.981	6.576	169.529	7.250	171.806	1.338.547
<b>2011</b>	1.004.967	36.889	6.993	185.953	7.899	193.122	1.435.823
<b>2012</b>	1.062.747	38.279	7.366	198.414	8.430	212.054	1.527.290
<b>2013</b>	1.110.987	38.635	7.576	207.424	8.851	228.358	1.601.831
<b>2014</b>	1.142.127	38.222	7.640	214.034	9.064	240.151	1.651.238
<b>2015</b>	1.163.052	37.037	7.534	219.507	9.288	248.028	1.684.446
<b>2016</b>	1.178.154	36.186	7.434	224.264	9.290	256.247	1.711.575
<b>2017</b>	1.199.125	35.658	7.270	229.843	9.212	264.585	1.745.693
<b>2018</b>	1.223.635	35.120	7.213	237.820	9.221	276.130	1.789.139
<b>2019</b>	1.249.552	34.792	7.223	247.123	9.368	289.892	1.837.950

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

**Tabela 5: Crescimento da frota de veículos no Grande ABC Paulista, total e por tipo, 2001-2019**

Automóveis	Caminhões	Micro-ônibus	Motocicletas	Ônibus	Outros	Total
108,11%	52,58%	78,17%	445,87%	95,09%	204,31%	137,89%

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

**Tabela 6: Frota de veículos no Grande ABC Paulista, por idade e município, em 2019**

	S.André	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra	Grande ABC
<b>de 0 até 5 anos</b>	88.186	106.559	39.293	27.787	27.958	8.773	1.599	300.155
<b>de 0 até 10 anos</b>	205.840	249.415	72.482	78.098	78.405	24.074	5.466	713.780
<b>de 0 até 20 anos</b>	349.560	417.461	106.898	149.866	149.511	44.393	11.953	1.229.642
<b>Acima de 20 anos</b>	190.149	187.925	41.124	67.426	84.040	26.305	7.862	604.831
<b>Acima de 30 anos</b>	57.294	49.981	10.990	16.150	25.157	8.367	2.282	170.221
<b>Não identificado</b>	2.703	6.133	4.270	1.349	615	153	26	15.249
<b>Total</b>	540.793	606.643	148.316	217.769	233.830	70.769	19.830	1.837.950

Fonte: Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS a partir de dados do DENATRAN.

1. As tabelas 4, 5 e 6 mostram que houve um aumento da frota de veículos no Grande ABC Paulista de 772,6 mil em 2001 para 1,8 milhão em 2019 (137,9% de crescimento). Portanto, o crescimento da frota da região também foi significativo, mas bastante inferior ao que acontece no

país como um todo. É provável que isto tenha acontecido pelo crescimento maior da frota em outras regiões do país.

2. O Grande ABC Paulista acompanhou o aumento exponencial da frota de motocicletas. Entre o período de 2001 e 2019, a frota de motocicletas verificou um aumento de 445,9%. Havia 45,2 mil motocicletas em 2001 contra 247,1 mil em 2019. Por sua vez, a frota de automóveis aumentou de 600,4 mil para 1,3 milhões (111,1%); a de caminhões, de 22,8 mil para 34,8 mil (52,6%); a de ônibus, de 4,8 mil para 9,4 mil (95,1%); e a de micro-ônibus, de 4,1 mil para 7,2 mil (78,2%).

3. No Grande ABC Paulista, em 2019, havia 300,2 mil de veículos de 0 a 5 anos de tempo de fabricação (16,2%); 713,8 mil de 0 a 10 anos (38,6%); 1,2 milhões de 0 até 20 anos (66,5%).

## **A importância da constituição de uma Política de Renovação e Reciclagem da frota nacional de veículos**

Desde os anos de 1990, discute-se, em nível internacional<sup>1</sup> e no Brasil, a constituição de um Programa Nacional de Renovação e Reciclagem. Sucessivos e diferentes governos, lideranças empresariais da cadeia automotiva, representações da cadeia de reciclagem, sindicatos de trabalhadores e universidades, entre outros, participaram destas discussões.

Cabe aqui mencionar dois estudos publicados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e que foram elaborados pela Subseção Dieese do Sindicato: “Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos: as propostas dos Metalúrgicos do ABC”, de novembro de 1998, e “O Setor de Caminhões no Brasil – as propostas de Renovação da Frota dos Metalúrgicos do ABC”. Ambos os estudos se encontram disponíveis em [www.smabc.org.br/dieese/publicacoes](http://www.smabc.org.br/dieese/publicacoes). Sabe-se também de trabalhos das entidades ANFAVEA, SINDIPEÇAS e empresas de consultoria. Mas estes não estão disponíveis ao público.

No estudo de 1998, elaborado pelo DIEESE, afirmava-se na conclusão do trabalho:

As vantagens de um programa de renovação e reciclagem da frota são enormes. Em grandes linhas, elas são as seguintes: maior segurança no trânsito; redução do consumo de combustível por veículo; decréscimo da emissão de poluentes por veículo; reciclagem de materiais [aço, plásticos, vidros, carpetes, baterias, entre outros]; aproveitamento de matérias-primas não renováveis; aumento da velocidade média nas cidades; ganhos de eficiência no transporte urbano e rodoviário; ganho na qualidade de vida dos habitantes; melhoria do transporte coletivo; estímulo à produção de veículos populares e de caminhões e ônibus; geração de emprego e renda; manutenção/aumento da arrecadação de impostos.

[O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC propõe] uma negociação para a renovação da frota [que deve] ocorrer no contexto de uma negociação “multipartite”, envolvendo empresas montadoras, autopeças, fornecedores, novos empreendedores para a montagem de centros de reciclagem, Estado (Governo Federal, Governo Estadual e Municípios), Sindicatos de trabalhadores e associações de consumidores, além de outras entidades diretamente envolvidas no tema. Nesta negociação, a aquisição de veículos novos, em troca de reciclagem de velhos, seria alcançada por meio de: a) redução do “preço líquido de comercialização” (custo de produção + lucros); b) redução da carga tributária (IPI, ICMS, IPVA), aplicada sobre os veículos populares e caminhões e ônibus; c) abertura de linhas de financiamento com taxas de juros e prazos de pagamento mais favoráveis à compra de veículos novos.

Existem diversas alternativas dentro dos pressupostos acima descritos para a aquisição de veículo novo (Zero KM). É preciso escolher aquela que melhor alcance o objetivo da renovação gradual da frota com a preservação da arrecadação, maximização da geração de emprego, incremento da produção,

melhoria do transporte coletivo, estabilização dos preços e reciclagem de materiais.

Nos anos de 1998 e 1999, discutiu-se bastante a estruturação do Programa Nacional de Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos pelos segmentos acima mencionados, bem como pelos Governos Federal e Governo do Estado de São Paulo. Tomou-se como base as propostas apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, expressas no referido estudo de 1998. Sinteticamente, estas propostas consistiam em formular um Programa que concedesse estímulos creditícios e fiscais para a troca dos veículos com mais de 15 anos por veículos zero-quilômetro: os veículos mais antigos participantes do programa seriam encaminhados para “dar baixa” no Departamento Nacional de Transito – Denatran; a partir daí seriam sucateados e reciclados (sendo que seria reaproveitados materiais como vidro, ferro, aço, plásticos e borracha, entre outros) em centros de reciclagem que seriam montados no país. A propósito, empresas como Votorantim e Gerdau manifestaram interesse em apoiar a estruturação desses centros de reciclagem.

A crise fiscal vivida ao final da década de 1990 impediu a continuidade das negociações.

Neste início da segunda década do século XXI, na qual cresce a preocupação com soluções para a mobilidade associada à retomada da produção industrial em bases ambientalmente sustentáveis, é mais do que hora de retomar as negociações para a execução deste importante programa.

---

## Notas

1. Bellmann & Khare (1999) apontaram que, entre os objetivos para a reciclagem de veículos, estão a redução dos danos ambientais dos automóveis em fim de vida e a promoção da fabricação de carros adaptados / reciclados. Estes autores mencionam que, por ser uma cadeia ligada a fluxos de resíduos complexos (elétricos, eletrônicos, entre outros), a logística reversa de veículos possui grandes desafios a enfrentar: a necessidade de separação das várias matérias-primas presentes no produto; o manuseio de fluxos de materiais muito diferentes; a falta de coleta organizada; a falta de massa crítica; a falta de projeto para reciclagem; a falta de tecnologias específicas de reciclagem; a pouca comercialização e as características mais pobres do produto. Outro ponto abordado pelos autores é a questão de como será avaliado o critério de reciclabilidade. Nesse sentido, os autores consideram a metodologia que a legislação alemã e europeia utiliza para medir a reciclagem. Esta metodologia divide a reciclagem em cinco categorias: a) reciclável: infraestrutura e tecnologia claramente definido; a peça é completamente reciclável ou reutilizável; exemplo, chapa metálica, blocos de motor; b) potencialmente reciclável, mas nenhuma infraestrutura está disponível: rede de coleta não definida ou organizada; exemplo, acabamento interno de plástico; c) potencialmente reciclável, mas desenvolvimento de processo ou material é necessário: a tecnologia não foi comercializada; exemplo, reciclagem de fibra de vidro; d) com potencial de recuperação de energia: conhecido tecnologia; capacidade de produzir energia com economia valor; e) nenhum potencial de reciclagem conhecido; exemplo, acabamento em couro. Em face disso, Bellmann & Khare concluem que os custos dessa logística reversa são altos e envolvem: recompra do veículo, transporte, armazenamento do veículo, mão-de-obra para desmontar e montar, compra e depreciação de equipamentos e máquinas, tempo necessário para recuperação de peças e materiais, entre outros. O exemplo europeu mostra que foi feito um acordo em relação à logística reversa de veículos, envolvendo incentivos de aderência da população em comprar os carros reciclados, que vai desde a criação de leis, cobranças extras de impostos para carros mais velhos e que poluem, até no esforço estratégico de marketing para mostrar à população que esses produtos não são de categoria inferior, entre outros. Como se pode notar, a discussão é complexa e leva tempo para construção de uma política de reciclagem de veículos.

---

**Jefferson José da Conceição.** Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: [www.blogdojeff.com.br](http://www.blogdojeff.com.br). Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

**Gisele Yamauchi.** Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda pela USJT e pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

## Referências Bibliográficas

BELLMANN, Klaus; KHARE, Anshuman. Economic issues in recycling end-of-life vehicles. **Science Direct Technovation**, v. 20, n. 12, p. 677-690, 2000. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0166497200000122>>. Acesso em: 03.fev.2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. Renovação e reciclagem da frota nacional de veículos. In: CONCEIÇÃO, Jefferson In: CONCEIÇÃO, Jefferson J. **Entre a mão invisível e o leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira**. São Caetano do Sul: Didakt, 2019, p. 149-152.

## Nota Técnica

# 6. AÇÕES PARA UMA INDÚSTRIA CAPAZ DE ALICERÇAR O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Rafael Marques – Presidente do TID-Brasil

### **Resumo Executivo**

*A nota reflete a gravidade da crise da indústria brasileira e aponta para a urgente necessidade da constituição do Plano Indústria, envolvendo governo, setor privado e sindicatos de trabalhadores, em uma agenda que reposicione o País na economia global.*

É cada vez mais difícil esconder a magnitude da crise da indústria brasileira, como ela se apresenta nos últimos anos. Os indicadores dessa situação, que já ultrapassou o estágio alarmante, estão em todas as partes. E nem mesmo aqueles cujo dever de ofício é lançar sinais positivos para os atores econômicos conseguem cumprir esse objetivo com um mínimo de efetividade, quando se dispõem a isso.

Incorporado na gigantesca máquina do Ministério da Economia, a Indústria deixou de ter voz autônoma e submergiu entre temas que se tornaram prioridades excludentes de quaisquer outras. Os sinais de que a economia pouco crescerá acumulam-se e as entidades que respondem por previsões macroeconômicas ajustam os números, semana após semana. E os números da indústria contribuem decisivamente para essa revisão.

Os sinais de alarme vêm de todos os lugares, mas ficam muito evidentes em episódios de grande alcance. A indústria extrativa, que parecia relativamente imune à crise tanto na mineração quanto na extração de petróleo, sofre agora o impacto dos acidentes de Mariana e Brumadinho, por um lado, como das novas políticas para a exploração, produção, refino e comercialização de óleo e gás.

Na cadeia petroquímica, a venda da Braskem anuncia-se como mais um episódio de empobrecimento do sistema empresarial brasileiro e a conversão de uma grande empresa em uma filial de grupo controlado remotamente. Esse empobrecimento está patente na venda da Embraer, um projeto de desenvolvimento tecnológico que o Brasil iniciou nos anos 1930, convertido em indústria nos anos 1970 e com grande vigor empresarial após sua privatização nos anos 1990. O anúncio pela Ford do fechamento de sua fábrica em São Bernardo do Campo é um episódio que acrescenta cores dramáticas ao processo de enfraquecimento da indústria brasileira. Como sabemos, cada um desses episódios propaga-se por suas respectivas cadeias de fornecimento e produção, com efeitos negativos multiplicados e amplificados.

O enfraquecimento da indústria brasileira ganhou intensidade e velocidade nos últimos quatro anos, e deve agravar-se pela desimportância que recebe dos atuais formuladores e implementadores de política econômica. Mesmo contando com a iniciativa dos governos refletida em políticas setoriais sucessivas (a exemplo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE; da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP; e do Plano Brasil Maior – PBM – planos bons, mas restritos), a indústria não foi capaz de reverter a sua perda de participação no produto interno brasileiro e a sua queda de relevância entre as maiores economias industriais do planeta.

Diferentemente das correntes de pensamento econômico clássico e conservador, que veem nisso um fenômeno “natural” e compensado por nossas vantagens competitivas nos setores baseados na exploração de recursos naturais (casos da mineração e agropecuária), entendemos que nenhum projeto de desenvolvimento poderá ser inclusivo e difusor de bem estar para a população brasileira se não estiver lastreado na presença vigorosa de um setor industrial que seja grande, dinâmico e transformador. E nessa perspectiva, é possível afirmar que a indústria brasileira deva

ser capaz de cumprir três funções sistêmicas e cruciais para um projeto estratégico de desenvolvimento nacional e regional.

A **primeira função** da indústria é gerar progresso tecnológico para todos os demais setores da economia. A agricultura desenvolve-se com máquinas, equipamentos, insumos, sementes, sistemas logísticos e outros elementos que se originam na indústria e na sua capacidade de concretizar soluções mais avançadas em cada novo ciclo de produção. O que vale para a agricultura vale com igual razão para a pecuária (com o desenvolvimento de novas vacinas, por exemplo), para a extrativa vegetal (com equipamentos florestais), para a extrativa mineral (a exemplo das inovações introduzidas pela Vale no Complexo Eliezer Batista, em Canaã dos Carajás), para a extração de petróleo (com base na indústria naval), para a construção civil, para a saúde, para a mobilidade urbana, para soluções ambientais, como filtros para hidrocarbonetos, despoluição das águas e reciclagem e engenharia reversa; para todas as atividades econômicas em que a indústria entrega máquinas, equipamentos e insumos mais produtivos como base para o funcionamento melhorado de toda a economia nacional, com produtividade e renda crescentes.

A **segunda função** da indústria é propiciar as condições para uma inserção cada vez mais soberana do Brasil no cenário internacional. A especialização a que o Brasil vem sendo forçado não é de vantagens naturais, mas ancorada em produtos e processos produtivos cuja estrutura de competição internacional acirrada deprime os preços e amplia os riscos derivados da oscilação de mercados. O agronegócio brasileiro também se nutre de mistificações, para além dos subsídios. A sua contribuição direta ao PIB é de apenas 6% e suas exportações não estão entre as maiores do mundo. A sua expansão recente esteve baseada em subsídios fiscais e creditícios, somados a sucessivas renegociações de dívidas. O grande agronegócio concentra-se em poucas lavouras, mas é incapaz de satisfazer as necessidades básicas da mesa dos brasileiros: importamos arroz e trigo, dois dos grãos alimentares mais importantes do mundo, e somos grandes produtores apenas de milho (8% da produção mundial) e de soja, destinada, sobretudo, à alimentação animal. Uma inserção mais ativa do Brasil no mundo exige uma pauta de exportações mais diversificada, menos dependente de commodities básicas e não vinculadas à inaceitável degradação do ambiente e à recorrente violência que demarca a vida da população no meio rural e nas florestas. Um setor industrial pujante, dinâmico e transformador é um elemento indispensável para essa inserção mais soberana.

A **terceira função** primordial de um sistema industrial dinâmico é oferecer oportunidades de ocupação e emprego a um número cada vez maior de brasileiros, de todas as regiões, associadas à realização pessoal e ligando de forma indissociável as perspectivas de desenvolvimento nacional e profissional como projeto de país. Como resultado, a indústria brasileira será cada vez mais inteligente e seus trabalhadores, nas empresas industriais existentes e naquelas que deverão surgir ao longo do tempo, criarão oportunidades para processos de alto desempenho, para a fabricação de produtos inovadores, que satisfaçam as demandas dos brasileiros e propiciem uma integração internacional consistente com a nação soberana que queremos e devemos construir.

A construção de um novo tecido industrial que cumpra estas três funções só poderá ser feita ao longo do tempo, por meio de ações estruturadas que envolvam diferentes organismos de governo em sintonia com entidades sindicais e empresariais também orientadas ao desenvolvimento do país e de suas diferentes regiões. Essa é uma obra de longo prazo, mas existe desde já um conjunto de ações que podem ser colocadas em marcha com os instrumentos e recursos existentes, por meio de iniciativas de desenvolvimento local formuladas e implementadas no âmbito dos poderes executivos e legislativos nos Estados, municípios, ou das micro e mesorregiões que estruturam o território brasileiro.

O Brasil deve constituir o seu Plano Indústria, somando as forças do Estado brasileiro com o setor privado e os trabalhadores em uma grande agenda que reposicione o País na economia global.

---

**Rafael Marques.** *Presidente do Instituto Trabalho, Indústria e Desenvolvimento (TID-Brasil).*

# 7. O CRÉDITO E A DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NO GRANDE ABC PAULISTA

Vivian Machado

## Resumo Executivo

*A presente nota técnica tem por objetivo realizar uma primeira e breve análise sobre o crédito que circulava na Região do Grande ABC Paulista (que reúne Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), a partir de agências bancárias instaladas nos sete municípios que a compõem, ao final de 2019, comparativamente com os saldos ao final de 2008 (estopim da última grande crise internacional) e de 2013, quando se inicia um novo processo de reestruturação dos bancos no país, com o fechamento de muitas agências bancárias e de postos de trabalho. Cabe lembrar que, ocorreu, também, um declínio da participação do crédito no país, num período de sérias dificuldades econômicas. No primeiro período (2008 a 2013), observou-se significativo crescimento das operações de crédito e financiamentos na região. A carteira mais do que dobrou enquanto, nesse mesmo período, o número de agências instaladas nos sete municípios cresceu 20. Por sua vez, no segundo período analisado (2013 a 2019), houve fechamento de agências e redução de, aproximadamente, 15%, mas, o crédito no período, por sua vez, continuou crescendo, porém em ritmo bem menor do que no período anterior (alta de 22%). Analisando-se a carteira dos bancos públicos e dos bancos privados separadamente, conclui-se que os bancos públicos foram os principais responsáveis pelo crescimento do crédito em todo o período estudado. Enquanto os bancos privados reduziram sua participação no crédito para a região em 30% no período total da análise, a carteira dos públicos cresceu mais de 450%. O crédito exerce um papel fundamental no financiamento do consumo e do investimento de uma região, determinando o ritmo do crescimento econômico local. Em especial com relação ao crédito imobiliário, que pouco interessa aos privados devido a sua margem pequena de retorno. Nesse sentido, o estudo demonstrou que 100% dos recursos dessa carteira na Região do Grande ABC Paulista estão nos bancos públicos.*

## Introdução

A presente nota técnica tem por objetivo realizar uma primeira e breve análise sobre o crédito que circulava na Região do Grande ABC Paulista a partir de agências bancárias instaladas nos sete municípios que a compõem (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), ao final de 2019 (outubro de 2019 é o último dado disponível), comparativamente com os saldos ao final de 2008 (ano do estopim da última grande crise internacional) e ao final de 2013, quando se inicia um processo de reestruturação dos bancos no país, com o fechamento de muitas agências bancárias e postos de trabalho, e quando se observa um significativo declínio da participação do crédito no país, num período de sérias dificuldades econômicas.

Esse levantamento se deu a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da “ESTBAN”<sup>[1]</sup>, que se trata de um levantamento dos montantes das principais contas dos bancos, por agência bancária e por município.

O crédito possui importante papel na economia, sendo fundamental para o financiamento do consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2014), a ampliação do mercado de crédito no país foi uma das razões que explicam o crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2013, especialmente, a expansão do crédito com recursos direcionados (imobiliário, rural e do BNDES) foi determinante para a manutenção da dinâmica econômica do Brasil naquela época.

Nesse período, várias modalidades de crédito foram criadas ou ampliadas, como, por exemplo, o crédito consignado em folha de pagamento, entre outros. Os bancos públicos tiveram um papel de

destaque nessa evolução do crédito no país após o início da crise econômica internacional de 2008 (política anticíclica), e, especialmente, a partir de abril de 2012, quando o Governo Federal fez uso dessas instituições como instrumento de política monetária, visando forçar uma redução do *spread* bancário (DIEESE, 2014).

Dados do BCB apontam que a relação crédito/PIB era de 23,8% em dezembro de 2002, chegando a 56,5% em dezembro de 2013. Todavia, o período seguinte foi marcado por mudanças significativas nos rumos da economia do país, com a desaceleração do crescimento do PIB, em 2014, e uma forte recessão a partir de 2015, acompanhada de rápida elevação da taxa de desemprego (DIEESE, 2018).

Nesse cenário, o crédito também passou por uma inflexão e, após 2014, observou-se a redução do saldo de empréstimos e financiamentos no país que, por conseguinte, derruba a taxa de investimentos na economia seja a nível municipal, regional ou nacional.

## 1. A Cobertura da Rede Bancária nos sete municípios da região do Grande ABC Paulista

Os dados do BCB apontam que houve abertura de agências em todos os municípios do Grande ABC Paulista entre 2008 e 2013. Na média houve um crescimento de 20% no período. Foram abertas oito agências em Diadema, chegando a 48 unidades; nove em Mauá, num total de 34 em 2013; duas unidades em Ribeirão Pires, chegando a 13 e, apenas, uma no Rio Grande da Serra, que contava com cinco agências ao final de 2013 (vide tabela 1).

Nos outros três municípios da região Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul foram abertas, respectivamente, 17, 20 e 8 agências bancárias.

A tabela 1 demonstra também que, no período, foram abertas 43 agências de bancos públicos e 22 de bancos privados, ou seja, cresceu a presença dos bancos públicos na região (alta de 63% contra 8% de crescimento nos privados).

**Tabela 1: Número de agências bancárias em atividade nos municípios do Grande ABC Paulista, nos anos de 2008 e 2013**

Cidades	2008			2013			Variação % 2008 e 2013
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
Diadema	8	32	40	12	36	48	20,0
Mauá	7	18	25	13	21	34	36,0
Ribeirão Pires	2	9	11	3	10	13	18,2
Rio Grande da Serra	1	3	4	2	3	5	25,0
Santo André	21	79	100	32	85	117	17,0
SBernardo do Campo	22	74	96	34	82	116	20,8
São Caetano do Sul	7	41	48	15	41	56	16,7
<b>Total de Agências</b>	<b>68</b>	<b>256</b>	<b>324</b>	<b>111</b>	<b>278</b>	<b>389</b>	<b>20,1%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008 e 2013).

Quando se observam os dados da cobertura bancária na região entre 2013 e 2019, os dados apontam que, em todos os municípios, agências foram fechadas. A tabela 2 aponta que, na média, caiu cerca de 15% o quadro de agências instaladas na região.

Em Diadema, foram fechadas 4 agências no período e, ao final de 2019, o município contava com 44 unidades. Em Mauá, o quadro baixou de 34 para 31 agências, com o fechamento de 3 unidades. Em Ribeirão Pires, foi fechada apenas uma unidade, ficando em 12 ao final do período. E, em Rio Grande da Serra, a cobertura caiu para 3 agências.

Em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul foram fechadas 27, 18 e 6 agências, respectivamente.

Observando-se os números de agências em cada município, ao final de 2008 e ao final de 2019, nota-se que Santo André e Rio Grande da Serra tiveram saldo negativo. Ou seja, em 2019 ambos os municípios tiveram redução do quadro de agências, comparativamente a 2008. Na primeira cidade (Santo André), o total de agências caiu de 100 para 93 e na segunda (Rio Grande da Serra), apenas 3 agências se mantêm na cidade.

**Tabela 2: Número de agências bancárias em atividade nos municípios do Grande ABC Paulista, nos anos de 2013 e 2019**

Cidades	2013			2019			Variação % 2013 e 2019
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
Diadema	12	36	48	10	34	44	-8,3
Mauá	13	21	34	11	20	31	-8,8
Ribeirão Pires	3	10	13	3	9	12	-7,7
Rio Grande da Serra	2	3	5	1	2	3	-40,0
Santo André	32	85	117	26	67	93	-20,5
São Bernardo do Campo	34	82	116	32	66	98	-15,5
São Caetano do Sul	15	41	56	12	38	50	-10,7
<b>Total de Agências</b>	<b>111</b>	<b>278</b>	<b>389</b>	<b>95</b>	<b>236</b>	<b>331</b>	<b>-14,9%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013 e 2019).

Cabe ressaltar que, em todo o período, se observa a predominância da rede de bancos privados e um número significativamente menor de agências de bancos públicos. No entanto, ao se comparar 2019 com 2008, tem-se um crescimento das agências dos bancos públicos (27 unidades a mais) e uma queda de agências de bancos privados (20 a menos).

Diante disso, a próxima etapa apresenta uma análise da evolução do crédito na região, em ambos os períodos e sobre quem administra esse crédito, ou seja, quais bancos ofertam mais crédito para a população e empresas locais e apresentam as maiores carteiras de crédito – os de controle público ou os bancos do setor privado?

## 2. A Distribuição do Crédito no Grande ABC Paulista

Para se ter uma análise a respeito da evolução dos montantes das carteiras de créditos na região, os dados do BCB foram de 2008 e de 2013 foram trazidos para outubro de 2019 (data dos últimos dados disponibilizados).

A tabela 3 aponta que houve um significativo crescimento da carteira de crédito de todos os municípios da Região. Na média, a carteira mais que dobrou, apresentando uma alta de mais de 105%, passando de R\$ 13,5 bilhões, ao final de 2008, para R\$ 27,7 bilhões, ao final de 2013. O maior crescimento foi observado em SCS (alta de 225,5%), onde o total da carteira chegou a quase R\$ 5,5 bilhões, em 2013. Por sua vez, o menor crescimento das operações de crédito e financiamentos no período ocorreu no município de São Bernardo do Campo (71,7%), todavia se trata da maior carteira da região, chegando perto de R\$ 10,0 bilhões em 2013.

A segunda maior carteira está em Santo André, totalizando quase R\$ 7,5 bilhões, com alta de 103,7% em relação a 2008, portanto, mais do que dobrou.

A menor carteira estava no município de Rio Grande da Serra, totalizando R\$ 64,6 milhões em 2013. Nela foi observada uma alta de 134,6%, em relação ao final de 2008.

**Tabela 3: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios do Grande ABC, nos anos selecionados (em R\$ de 10/2019)**

MUNICIPIO	2008	2013	Variação % 2008/2013
São Bernardo do Campo	R\$ 5.583.599.807,20	R\$ 9.585.759.694,47	71,7
Santo Andre	R\$ 3.667.103.075,59	R\$ 7.470.570.141,13	103,7
São Caetano do Sul	R\$ 1.674.903.673,46	R\$ 5.455.473.841,02	225,7
Diadema	R\$ 1.440.427.980,42	R\$ 2.722.703.150,92	89,0
Maua	R\$ 783.692.394,20	R\$ 1.802.687.785,23	130,0
Ribeirao Pires	R\$ 316.930.186,03	R\$ 614.936.339,32	94,0
Rio Grande da Serra	R\$ 27.542.086,47	R\$ 64.618.685,73	134,6
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 13.494.199.203,36</b>	<b>R\$ 27.716.749.637,81</b>	<b>105,4%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008 e 2013).

Na tabela 4, são comparados os montantes das operações de crédito e financiamentos nos sete municípios para os anos de 2013 e 2019. Diferentemente do observado no período anterior, as únicas carteiras que tiveram crescimento no período foram em São Bernardo do Campo (117,5%) e Mauá (37,1%). No entanto, por se tratar da maior carteira, São Bernardo do Campo (com mais de R\$ 20,8 bilhões em 2019), levou a média de crescimento da região a ser positiva (alta média de 21,8%).

**Tabela 4: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios do Grande ABC, nos anos selecionados (em R\$ de 10/2019)**

MUNICIPIO	2013	2019	Variação % 2013/2019
São Bernardo do Campo	R\$ 9.585.759.694,47	R\$ 20.846.622.178,00	117,5
Santo André	R\$ 7.470.570.141,13	R\$ 5.665.300.506,00	-24,2
Mauá	R\$ 1.802.687.785,23	R\$ 2.472.115.730,00	37,1
São Caetano do Sul	R\$ 5.455.473.841,02	R\$ 2.407.749.158,00	-55,9
Diadema	R\$ 2.722.703.150,92	R\$ 1.846.180.124,00	-32,2
Ribeirão Pires	R\$ 614.936.339,32	R\$ 498.582.537,00	-18,9
Rio Grande da Serra	R\$ 64.618.685,73	R\$ 17.396.559,00	-73,1
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 27.716.749.637,81</b>	<b>R\$ 33.753.946.792,00</b>	<b>21,8%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013 e 2019).

A maior queda dos recursos e crédito foi observada no Rio Grande da Serra (-73,1%) e em São Caetano do Sul (-55,9%). As operações de crédito da primeira cidade fecharam o período analisado em R\$ 17,4 milhões (abaixo inclusive do montante de 2008). Em São Caetano do Sul, o total das operações de crédito e financiamentos chegou a R\$ 2,4 bilhões, em outubro de 2019.

Analisando a distribuição do crédito entre os bancos do setor público e os bancos do setor privado da economia, em 2008, nota-se uma correlação positiva, ou seja, os bancos privados (que somam mais agências instaladas na região) administram a maior parte dos recursos. Na média da Região, 62,9% do total das operações de crédito e financiamentos estão nas mãos dos bancos privados, enquanto 37,1% estão nos bancos públicos (tabela 5).

**Tabela 5: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2008, em R\$ de 10/2019)**

MUNICIPIO	2008		% de participação da carteira
	CONTROLE	Valores	
Diadema	PRIVADO	R\$ 957.361.413,28	66,5
	PÚBLICO	R\$ 483.066.567,14	33,5
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 1.440.427.980,42</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	R\$ 359.398.543,65	45,9
	PÚBLICO	R\$ 424.293.850,56	54,1
<b>Maua Total</b>		<b>R\$ 783.692.394,20</b>	<b>100%</b>
Ribeirão Pires	PRIVADO	R\$ 180.137.485,99	56,8
	PÚBLICO	R\$ 136.792.700,03	43,2
<b>Ribeirão Pires Total</b>		<b>R\$ 316.930.186,03</b>	<b>100%</b>
Rio Grande Da Serra	PRIVADO	R\$ 19.913.510,95	72,3
	PÚBLICO	R\$ 7.628.575,52	27,7
<b>Rio Grande Da Serra Total</b>		<b>R\$ 27.542.086,47</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 2.109.562.772,36	57,5
	PÚBLICO	R\$ 1.557.540.303,23	42,5
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 3.667.103.075,59</b>	<b>100%</b>
São Bernardo do Campo	PRIVADO	R\$ 3.661.988.792,82	65,6
	PÚBLICO	R\$ 1.921.611.014,38	34,4
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 5.583.599.807,20</b>	<b>100%</b>
São Caetano do Sul	PRIVADO	R\$ 1.195.775.833,90	71,4
	PÚBLICO	R\$ 479.127.839,56	28,6
<b>São Caetano do Sul Total</b>		<b>R\$ 1.674.903.673,46</b>	<b>100%</b>
<b>Grande ABC Paulista</b>	PRIVADO	R\$ 8.484.138.352,95	62,9
	PÚBLICO	R\$ 5.010.060.850,41	37,1
<b>TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 13.494.199.203,36</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008).

Por sua vez, no ano de 2013, observa-se na tabela 6, uma inversão nessa proporção, ainda que os bancos públicos permaneçam em menor número de unidades instaladas na região: 37,2% da carteira estavam nos bancos públicos, enquanto 62,8% estavam nos bancos privados. O município de São Caetano do Sul era a única exceção. Na cidade, 54,7% das operações de crédito estavam nos bancos privados e 45,3% nos públicos.

**Tabela 6: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2013, em R\$ de 10/2019)**

MUNICÍPIO	2013		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
Diadema	PRIVADO	R\$ 1.070.585.571,01	39,3
	PÚBLICO	R\$ 1.652.117.579,92	60,7
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 2.722.703.150,92</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	R\$ 367.303.557,62	20,4
	PÚBLICO	R\$ 1.435.384.227,61	79,6
<b>Maua Total</b>		<b>R\$ 1.802.687.785,23</b>	<b>100%</b>
Ribeirao Pires	PRIVADO	R\$ 191.154.658,81	31,1
	PÚBLICO	R\$ 423.781.680,51	68,9
<b>Ribeirao Pires Total</b>		<b>R\$ 614.936.339,32</b>	<b>100%</b>
Rio Grande Da Serra	PRIVADO	R\$ 12.764.896,99	19,8
	PÚBLICO	R\$ 51.853.788,74	80,2
<b>Rio Grande Da Serra Total</b>		<b>R\$ 64.618.685,73</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 2.308.396.279,25	30,9
	PÚBLICO	R\$ 5.162.173.861,88	69,1
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 7.470.570.141,13</b>	<b>100%</b>
São Bernardo Do Campo	PRIVADO	R\$ 3.371.667.888,81	35,2
	PÚBLICO	R\$ 6.214.091.805,66	64,8
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 9.585.759.694,47</b>	<b>100%</b>
São Caetano Do Sul	PRIVADO	R\$ 2.983.618.301,25	54,7
	PÚBLICO	R\$ 2.471.855.539,76	45,3
<b>Scs Total</b>		<b>R\$ 5.455.473.841,02</b>	<b>100%</b>
<b>Grande Abc Paulista</b>	PRIVADO	R\$ 10.305.491.153,73	37,2
	PÚBLICO	R\$ 17.411.258.484,08	62,8
<b>TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 27.716.749.637,81</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013).

Em 2019, percebe-se que os bancos privados seguem cada vez mais conservadores e não cumpridores do seu papel constitucional que é o de garantir um desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população. Mesmo possuindo ainda mais que o dobro de agências instaladas pelos públicos no Grande ABC Paulista, eles estão ofertando cada vez menos crédito a seus clientes. Apenas 17,6% do volume de crédito na região ao final de 2019 estava do setor bancário privado e 82,4% concentravam-se nos bancos públicos. A maior participação dos privados no crédito estava em Diadema (34,5%) e Rio Grande da Serra (31,7%). Em São Bernardo do Campo e Mauá estavam as menores participações dos privados (12% e 13%, respectivamente) – vide tabela 7.

**Tabela 7: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2019, em R\$ e em %)**

MUNICIPIO	2019		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
Diadema	PRIVADO	R\$ 637.572.812,00	34,5
	PÚBLICO	R\$ 1.208.607.312,00	65,5
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 1.846.180.124,00</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	R\$ 322.114.275,00	13,0
	PÚBLICO	R\$ 2.150.001.455,00	87,0
<b>Maua Total</b>		<b>R\$ 2.472.115.730,00</b>	<b>100%</b>
Ribeirao Pires	PRIVADO	R\$ 147.028.490,00	29,5
	PÚBLICO	R\$ 351.554.047,00	70,5
<b>Ribeirao Pires Total</b>		<b>R\$ 498.582.537,00</b>	<b>100%</b>
Rio Grande Da Serra	PRIVADO	R\$ 5.517.464,00	31,7
	PÚBLICO	R\$ 11.879.095,00	68,3
<b>Rio Grande Da Serra Total</b>		<b>R\$ 17.396.559,00</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 1.607.289.140,00	28,4
	PÚBLICO	R\$ 4.058.011.366,00	71,6
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 5.665.300.506,00</b>	<b>100%</b>
São Bernardo Do Campo	PRIVADO	R\$ 2.493.933.457,00	12,0
	PÚBLICO	R\$ 18.352.688.721,00	88,0
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 20.846.622.178,00</b>	<b>100%</b>
São Caetano Do Sul	PRIVADO	R\$ 727.317.671,00	30,2
	PÚBLICO	R\$ 1.680.431.487,00	69,8
<b>São Caetano do Sul Total</b>		<b>R\$ 2.407.749.158,00</b>	<b>100%</b>
<b>Região Do Grande ABC</b>	PRIVADO	R\$ 5.940.773.309,00	17,6
	PÚBLICO	R\$ 27.813.173.483,00	82,4
<b>TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 33.753.946.792,00</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2019).

Por fim, levando-se em conta os montantes administrados nos bancos públicos e nos privados, nos três períodos, em valores constantes, é notável a redução do crédito ofertado pelos privados para a Região (-30% entre 2008 e 2019). Por sua vez, os bancos públicos ampliaram significativamente sua carteira de crédito na Região, no período, passando de R\$ 5,0 bilhões em 2008, para R\$ 27,8 em 2019 (alta de 455%)– vide tabela 8.

Esses dados demonstram a importância dos bancos públicos para a economia da região. Especialmente num período de dificuldades econômicas, se não houver crédito disponível, os governos, as empresas e as famílias pouco poderão atuar no sentido de reverter a situação. Quando utilizadas adequadamente como instrumento de política econômica anticíclica, essas instituições são fundamentais para fomentar o consumo, a atividade industrial e manter o crescimento econômico.

**Tabela 8: Evolução das Operações de Crédito nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)**

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 8.484.138.352,95	R\$ 10.305.491.153,73	R\$ 5.940.773.309,00	-42,4	-30,0
PÚBLICO	R\$ 5.010.060.850,41	R\$ 17.411.258.484,08	R\$ 27.813.173.483,00	59,7	455,1

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

O papel dessas instituições é determinante, principalmente, no que diz respeito ao financiamento rural e imobiliário. São os chamados de recursos direcionados, ou seja, são liberados em razão de um objeto determinado. Os recursos livres são aqueles que as pessoas tomam emprestado sem precisar justificar o crédito solicitado ao banco.

São também recursos direcionados aqueles créditos voltados à infraestrutura, ao saneamento básico e a investimentos em grandes setores da economia nacional, que são conseguidos meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar de terem fundamental relevância para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região, essa modalidade de crédito não será abordada nesse estudo.

Sendo assim, tal como foi feito até aqui, a etapa a seguir destaca parte significativa das operações de crédito nos bancos da Região do Grande ABC Paulista: a distribuição do crédito rural e imobiliário, nos três períodos analisados (2008, 2013 e 2019).

## **2.2 O Crédito Rural e Imobiliário na Região do Grande ABC Paulista, entre 2008 e 2019.**

O Brasil encontra-se entre os países com as maiores taxas de juros do mundo, porém, para que se criem incentivos para movimentar a economia em direção do crescimento e do desenvolvimento econômico, a sociedade (famílias, empresas e governo) necessita de financiamentos e crédito mais barato, para o consumo e para investimentos (DIEESE, 2019). Apesar disso, os bancos privados alegam não ser vantajoso trabalharem nas modalidades de crédito, rural e imobiliário, por que, nos bancos públicos, os juros seriam subsidiados e eles não conseguiriam trabalhar com as mesmas taxas.

Em 2008, a carteira de crédito rural na região somava R\$ 128,6 milhões (em valores de outubro de 2019), sendo que 64% estavam nos bancos públicos e 36% nos bancos privados. Em Ribeirão Pires e Diadema, 100% desse crédito estava nos bancos privados.

As cidades de Mauá e Rio Grande da Serra não apresentavam esse tipo de financiamento registrado nos bancos naquele período. Os maiores montantes estavam concentrados nos municípios de São Bernardo do Campo (R\$ 84,9 milhões) e Santo André (R\$ 24,5 milhões), seguidos de Diadema, com R\$ 9,5 milhões e São Caetano do Sul, com R\$ 8,7 milhões.

Quanto ao crédito imobiliário, 99,7% dos recursos estavam concentrados nos bancos públicos e, apenas, 0,3% do total era administrado pelos privados. A região somava R\$ 2,4 bilhões em financiamento imobiliário, sendo que Rio Grande da Serra também não tinha recursos aplicados nesse tipo de financiamento. Assim como no caso do financiamento rural, os maiores montantes do imobiliário estavam em São Bernardo do Campo (R\$ 910,0 milhões) e Santo André (cerca de R\$ 760 milhões) - vide tabela 9.

**Tabela 9: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2008, em R\$ de 10/2019)**

MUNICIPIO*	2008				
	CONTROLE	FIN_RURALS	%	FIN_IMOBILIARIOS	%
Diadema	PRIVADO	R\$ 9.468.127,20	100,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO		0,0	R\$ 287.747.755,35	100,0
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 9.468.127,20</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 287.747.755,35</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	-		R\$ 0,00	0
	PÚBLICO	-		R\$ 201.052.882,78	100
<b>Maua Total</b>		<b>-</b>		<b>R\$ 201.052.882,78</b>	<b>100%</b>
Ribeirao Pires	PRIVADO	R\$ 1.091.559,49	100,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO		0,0	R\$ 22.174.855,16	100,0
<b>Ribeirao Pires Total</b>		<b>R\$ 1.091.559,49</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 22.174.855,16</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 2.016.615,11	8,2	R\$ 3.455.340,98	0,5
	PÚBLICO	R\$ 22.493.773,24	91,8	R\$ 756.501.058,66	99,5
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 24.510.388,35</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 759.956.399,64</b>	<b>100%</b>
Sao Bernardo Do Campo	PRIVADO	R\$ 25.291.691,83	29,8	R\$ 71.919,60	0,0
	PÚBLICO	R\$ 59.596.996,59	70,2	R\$ 910.003.913,94	100,0
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 84.888.688,42</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 910.075.833,55</b>	<b>100%</b>
Sao Caetano Do Sul	PRIVADO	R\$ 8.423.587,73	97,1	R\$ 3.760.394,31	1,5
	PÚBLICO	R\$ 251.540,84	2,9	R\$ 241.216.219,45	98,5
<b>São Caetano do Sul Total</b>		<b>R\$ 8.675.128,57</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 244.976.613,76</b>	<b>100%</b>
<b>Região Do Grande ABC</b>	PRIVADO	R\$ 46.291.581,36	36,0	R\$ 7.287.654,90	0,3
	PÚBLICO	R\$ 82.342.310,67	64,0	R\$ 2.418.696.685,34	99,7
<b>CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 128.633.892,03</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 2.425.984.340,24</b>	<b>100%</b>

\* Em 2008, não havia recursos de financiamento rural nem imobiliário no município de Rio Grande da Serra. Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008).

Em 2013, cresceu a participação dos bancos públicos, tanto no crédito rural (97,2%) quanto no imobiliário (99,8%). O total dos financiamentos rurais naquele ano chegou a R\$ 178,2 milhões. Por sua vez, o financiamento imobiliário totalizava R\$ 8,5 bilhões.

No município de Rio Grande da Serra, ainda não se identificava uma carteira de financiamento rural e 100% do financiamento imobiliário daquela cidade concentrava-se nos bancos públicos. Em Mauá e Santo André, praticamente 100% do crédito rural provinha do setor bancário público assim como se observa em relação ao financiamento imobiliário, em quase todos os municípios da região (vide tabela 10).

**Tabela 10: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2013, em R\$ de 10/2019)**

MUNICÍPIO	2013				
	CONTROLE	FIN_RURAL	%	FIN_IMOBILIARIOS	%
Diadema	PRIVADO	R\$ 652.913,18	20,1	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.598.443,34	79,9	R\$ 960.060.080,21	100,0
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 3.251.356,52</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 960.060.080,21</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 1.539.201,35	100,0	R\$ 925.604.238,34	100,0
<b>Maua Total</b>		<b>R\$ 1.539.201,35</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 925.604.238,34</b>	<b>100%</b>
Ribeirao Pires	PRIVADO	R\$ 631.678,13	22,7	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.144.944,31	77,3	R\$ 119.914.494,77	100,0
<b>Ribeirao Pires Total</b>		<b>R\$ 2.776.622,43</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 119.914.494,77</b>	<b>100%</b>
Rio Grande Da Serra	PRIVADO	-	-	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	-	-	R\$ 19.157.164,19	100,0
<b>Rio Grande Da Serra Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 19.157.164,19</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 25.588,76	0,0	R\$ 1.327.773,64	0,1
	PÚBLICO	R\$ 93.323.481,48	100,0	R\$ 2.497.797.565,41	99,9
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 93.349.070,24</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 2.499.125.339,05</b>	<b>100%</b>
Sao Bernardo Do Campo	PRIVADO	R\$ 1.785.791,27	11,7	R\$ 7.388.793,37	0,2
	PÚBLICO	R\$ 13.428.975,72	88,3	R\$ 3.144.735.263,77	99,8
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 15.214.766,99</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 3.152.124.057,14</b>	<b>100%</b>
Sao Caetano Do Sul	PRIVADO	R\$ 1.873.141,14	3,0	R\$ 10.401.049,40	1,2
	PÚBLICO	R\$ 60.206.391,74	97,0	R\$ 843.956.060,63	98,8
<b>São Caetano do Sul Total</b>		<b>R\$ 62.079.532,88</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 854.357.110,03</b>	<b>100%</b>
<b>Região Do Grande ABC</b>	PRIVADO	R\$ 4.969.112,48	2,8	R\$ 19.117.616,41	0,2
	PÚBLICO	R\$ 173.241.437,95	97,2	R\$ 8.511.224.867,31	99,8
<b>CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 178.210.550,42</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 8.530.342.483,72</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013).

Em 2019, os dados apontam para uma redução significativa redução do crédito rural na Região, porém, com ampliação da participação dos bancos privados nessa carteira. A carteira totalizou R\$ 64,1 milhões, sendo 34,4% provenientes de bancos privados. Os maiores montantes seguem nas três maiores cidades da Região: São Caetano do Sul (R\$ 24,5 milhões), Santo André (aproximadamente, R\$ 19 milhões) e São Bernardo do Campo (R\$ 17 milhões).

No caso do crédito imobiliário, a carteira totalizava, em outubro de 2019, R\$ 9,0 bilhões, com 100% dela sendo administrada pelos bancos públicos instalados na região. As maiores carteiras são de São Bernardo do Campo (R\$ 3,1 bilhões), Santo André (R\$ 2,5 bilhões) e Mauá (R\$ 1,8 bilhão). Por outro lado, sem contar com financiamento rural e com apenas R\$ 1 milhão de crédito imobiliário, o Rio Grande da Serra segue sendo a cidade menos favorecida da região por esses financiamentos tão relevante para seu crescimento e desenvolvimento econômico de sua população (vide tabela 11).

**Tabela 11: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2019, em R\$ e em %)**

MUNICÍPIO	CONTROLE	FIN_RURAL	%	FIN_IMOBILIÁRIO	%
Diadema	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.634.215,00	100,0	R\$ 847.763.019,00	100,0
<b>Diadema Total</b>		<b>R\$ 2.634.215,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 847.763.019,00</b>	<b>100%</b>
Maua	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 40.589,00	100,0	R\$ 1.751.314.947,00	100,0
<b>Maua Total</b>		<b>R\$ 40.589,00</b>		<b>R\$ 1.751.314.947,00</b>	
Ribeirao Pires	PRIVADO	R\$ 815.240,00	95,2	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 41.549,00	4,8	R\$ 94.921.239,00	100,0
<b>Ribeirao Pires Total</b>		<b>R\$ 856.789,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 94.921.239,00</b>	<b>100%</b>
Rio Grande Da Serra	PRIVADO	-		R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	-		R\$ 1.065.852,00	100,0
<b>Rio Grande Da Serra Total</b>		<b>-</b>		<b>R\$ 1.065.852,00</b>	<b>100%</b>
Santo Andre	PRIVADO	R\$ 8.457.345,00	44,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 10.521.777,00	55,4	R\$ 2.520.110.435,00	100,0
<b>Santo Andre Total</b>		<b>R\$ 18.979.122,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 2.520.110.435,00</b>	<b>100%</b>
Sao Bernardo Do Campo	PRIVADO	R\$ 10.151.366,00	59,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 6.893.771,00	40,4	R\$ 3.115.284.240,00	100,0
<b>São Bernardo do Campo Total</b>		<b>R\$ 17.045.137,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 3.115.284.240,00</b>	<b>100%</b>
Sao Caetano Do Sul	PRIVADO	R\$ 2.651.018,00	10,8	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 21.889.893,00	89,2	R\$ 672.862.253,00	100,0
<b>São Caetano do Sul Total</b>		<b>R\$ 24.540.911,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 672.862.253,00</b>	<b>100%</b>
<b>Região Do Grande ABC</b>	PRIVADO	R\$ 22.074.969,00	34,4	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 42.021.794,00	65,6	R\$ 9.003.321.985,00	100,0
<b>CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO</b>		<b>R\$ 64.096.763,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 9.003.321.985,00</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2019).

Observando-se a evolução dos montantes dos financiamentos rurais nos bancos públicos e nos privados, nos três períodos, em valores constantes, é significativa a redução na Região (-50% entre 2008 e 2019 e -64,0% entre 2013 e 2019) – vide tabela 12. No entanto, cabe destacar que o financiamento rural nos bancos privados entre 2013 e 2019 subiu 344,2%, passando de R\$ 5,0 milhões para R\$ 22 milhões, por essa razão cresceu a participação dos bancos privados nessa modalidade de crédito direcionado no período.

**Tabela 12: Evolução das Operações de Crédito Rural nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)**

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 46.291.581,36	R\$ 4.969.112,48	R\$ 22.074.969,00	344,2	-52,3
PÚBLICO	R\$ 82.342.310,67	R\$ 173.241.437,95	R\$ 42.021.794,00	-75,7	-49,0
<b>CRÉDITO RURAL</b>	<b>R\$ 128.633.892,03</b>	<b>R\$ 178.210.550,42</b>	<b>R\$ 64.096.763,00</b>	-64,0	-50,2

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

Quanto à evolução do financiamento imobiliário para a região nos três períodos, os bancos privados saíram completamente dessa modalidade na região. Toda a carteira concentra-se nas mãos dos bancos públicos (tabela 13).

**Tabela 13: Evolução das Operações de Crédito Imobiliário nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)**

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 7.287.654,90	R\$ 19.117.616,41	R\$ 0,00	-100,0	-100,0
PÚBLICO	R\$ 2.418.696.685,34	R\$ 8.511.224.867,31	R\$ 9.003.321.985,00	5,8	272,2
<b>CRÉDITO IMOBILIÁRIO</b>	<b>R\$ 2.425.984.340,24</b>	<b>R\$ 8.530.342.483,72</b>	<b>R\$ 9.003.321.985,00</b>	5,5	271,1

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

Entre 2008 e 2019, o crescimento do financiamento imobiliário cresceu 272,2% nos bancos públicos, sendo que o crescimento entre 2013 e 2019 foi de apenas 5,8%, chegando a um total de R\$ 9,0 bilhões.

### **Considerações Finais sobre a Evolução do Crédito e a Atuação dos Bancos no Grande ABC Paulista**

O crédito exerce um papel fundamental para o financiamento do consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos, os quais determinam o ritmo do crescimento econômico de uma região ou um país.

Os bancos, enquanto concessões públicas têm seu papel definido no artigo 192 da Constituição Federal (CF), que é o de garantir o desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população (CF, 1988). Todavia, os números do Banco Central por hora analisados demonstram que os bancos instalados na região do Grande ABC estão deixando a desejar em relação às funções principais.

Assim como aconteceu no país como um todo, dois movimentos foram observados em relação ao crédito na Região. Entre 2008 e 2013, detectou-se um significativo crescimento das operações de crédito e financiamentos. A carteira mais do que dobrou enquanto, nesse mesmo período, o

número de agências instaladas nos sete municípios cresceu 20%, sendo sempre predominante a presença dos bancos privados.

No segundo período analisado, ou seja, entre 2013 e 2019, houve fechamento de agências e a redução chegou a, aproximadamente, 15%, mas, ainda assim, o saldo de unidades instaladas em 2019 superava o número de 2008 em sete (7) agências (somando 331 estabelecimentos bancários). O crédito no período, por sua vez, continuou crescendo, porém em ritmo bem menor do que no período anterior (alta de 22%).

No entanto, ao se analisar, separadamente, a carteira dos bancos públicos e dos bancos privados se conclui que os primeiros foram os principais responsáveis pelo crescimento do crédito em todo o período estudado.

Em 2019, em relação a 2008, os bancos privados tiveram redução de 30% no total de sua carteira. Entre 2013 e 2019, a queda foi de mais de 42%. Nos bancos públicos, por sua vez, observa-se um crescimento de mais de 455%, entre 2008 e 2019, sendo que entre 2013 e 2019, a alta da carteira dos bancos públicos foi de quase 60%.

No caso do crédito rural houve queda nos dois segmentos bancários entre 2008 e 2019. Entretanto, entre 2013 e 2019 houve crescimento de 344% dessa modalidade de crédito, nos bancos privados. Ainda assim, houve significativa redução no total da carteira na região, o que pode ser reflexo de mudanças no direcionamento dos investimentos ali. A carteira apresentou queda de 50% entre 2008 e 2019 e de 64% entre 2013 e 2019.

A análise a respeito do financiamento imobiliário reforça a importância dos bancos públicos na região. Apesar de se tratar de uma carteira tão importante para o desenvolvimento de uma região, os bancos privados nos três períodos analisados apresentaram participação ínfima na carteira e zeraram sua participação nessa modalidade em 2019. Ou seja, 100% do crédito imobiliário na região estão nos bancos públicos.

Diante desses números, parece incoerente que os bancos privados tenham mais agências na região do que os públicos, mas, deixem a desejar quanto a cumprir com sua principal função, que é a de promover um desenvolvimento equilibrado nos sete municípios e atender aos interesses de suas populações, financiando o consumo das famílias e os investimentos em geral, seja das empresas ou dos governos.

Recentemente, a Caixa Econômica Federal anunciou um programa de reestruturação em sua área de varejo, segundo o qual a Superintendência Regional do ABC seria fechada. O Sindicato dos Bancários do ABC vem se mobilizando no sentido de evitar que isso ocorra, e buscou apoio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, tendo em vista que esse fechamento, ainda que o banco alegue que não haverá fechamento de agências ou postos de trabalho na região, prejudicará as prefeituras da região assim como os projetos de investimentos locais. Todas as prefeituras, assim como o próprio Consórcio, mantêm contratos com a Caixa por meio da Superintendência Regional.

É fundamental que os bancos corrijam essas distorções, mas, principalmente, que ofereçam crédito com juros justos e mais próximos da realidade internacional, sem penalizar ainda mais uma sociedade que precisa desse apoio para crescer e se desenvolver, tendo em vista que, conforme aponta Ladislau Dowbor (2015), a intermediação financeira no Brasil drena para os bancos um imenso volume de recursos por meio dos juros cobrados, seja de pessoas físicas, pessoas jurídicas (empresas), como, também, dos juros que incidem sobre a dívida pública. Isso trava a demanda agregada do país e cria obstáculos ao crescimento da economia. Ocorre aqui, nas palavras do autor, uma “deformação estrutural dos processos produtivos”, tornando muito difícil a dinamização da economia local, regional, assim como do país como um todo (Dowbor, 2015)

E, para tanto, é fundamental, também, que se fortaleça a participação e presença dos bancos públicos para o desenvolvimento da região e da população como um todo.

## Notas

[1] Os saldos “Estban” por município e por agência são gerados mensalmente, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, por município. Disponibilizado 60 (sessenta) dias após a data-base do documento, com exceção da data-base de dezembro, que é disponibilizado em 90 (noventa) dias após o seu encerramento. Com atualização mensal, abrange os últimos 6 (seis) meses publicados (BCB – Estatística Bancária).

---

**Vivian Machado.** Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Informalidade Urbana. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

## Referências Bibliográficas

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.** Relatório por Município e por Agência. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Acesso em: 6 de janeiro de 2020.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013.** Nota Técnica nº 135. São Paulo: maio de 2014.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Análise da evolução do crédito no período recente 2014 – 2017.** Nota Técnica nº 193. São Paulo: abril de 2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Juros e spread bancários no Brasil: Razões estruturais para os patamares elevados.** Nota Técnica nº 208. São Paulo: junho de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **O sistema financeiro trava o desenvolvimento econômico.** Estudos Avançados (*online*). São Paulo, vol. 29, nº 83, p. 263-278, 2015.

## 8. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UM NOVO PARADIGMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO E SEU IMPACTO PARA O MEIO EMPRESARIAL

Alexandro Rudolfo de Souza Guirão  
Andressa Misael de Souza  
Graziele Rocha da Silva

### **Resumo Executivo**

*A nota técnica trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709, sancionada pela Presidência da República em 14 de agosto de 2018, bem como busca avaliar seu impacto para o meio empresarial.*

Primeiramente, cabe esclarecer que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – sancionada pelo então presidente Michel Temer) é uma lei brasileira que regula o tratamento de dados pessoais e visa proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade natural. A nova vertente da legislação tem alguns mandamentos, quais sejam: respeito à privacidade, a liberdade de expressão, a inviolabilidade da intimidade, a livre iniciativa, os direitos humanos, dentre outros.

Mas, afinal, o que é um dado pessoal? Consoante a LGPD dado pessoal é, em síntese, toda informação relacionada a uma pessoa identificada ou identificável, não se limitando apenas a nome, idade, endereço, identificação como RG ou CPF; podendo incluir dados de localização, placas de carros, perfis de compras, número do *Internet Protocol* (IP), dados acadêmicos, um dado relacionado a um login, entre vários outros. A LGPD trouxe um conceito novo para dado pessoal, como se pode notar, pois não é só o dado identificado que é considerado um dado pessoal para o alcance da LGPD, mas também o dado identificável; sempre relacionados à pessoa natural viva.

Posta assim a questão, é um tema de extrema relevância para o meio empresarial, dada a sua atualidade e complexidade, pois abrange controles rígidos para a garantia da conformidade no que se refere ao tratamento de dados de pessoas físicas detidas (e na expressão da lei, controlados), pelas pessoas jurídicas. A partir de agosto de 2020 todas as empresas que realizem qualquer operação de tratamento de dados pessoais, independentemente do seu porte ou segmento de mercado, necessitarão estar em conformidade com a legislação, logo, preservar a privacidade e segurança dos dados pessoais dos titulares desses dados não será mais uma opção, sejam em organizações públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas.

O intuito da lei foi criar uma cultura de respeito à privacidade dos dados pessoais, uma vez que, vivemos na sociedade da informação e nessa sociedade a informação tem um enorme valor; hoje a informação vale mais do que petróleo, dizem por aí.

Muitas empresas ainda não se adequaram a essa nova realidade e estão desorientadas. Mas a solução para isso é bem simples - qualquer tratamento de dados que a empresa possua em seus bancos de dados, seja feito por ela diretamente ou por qualquer outra entidade que mantenha relação jurídica com ela, deverá estar em conformidade com a LGPD.

Como podemos notar pela semântica da lei, ela é uma lei geral, o escopo de aplicação dela é muito amplo e se aplica para toda e qualquer atividade que envolva o uso de dados pessoais, ou seja, que exerça a atividade em que se utilizem tais dados sejam coletas, armazenamento, exclusão e etc., inclusive por meios digitais. Não estar em conformidade com a legislação pode acarretar grande impacto nas empresas.

A legislação tem alcance extraterritorial, uma vez que se aplica também aos dados que sejam tratados fora do Brasil, desde que a coleta tenha ocorrido em território nacional ou oferta de produto ou serviço para indivíduos em território brasileiro.

Por isso, a forma de aplicabilidade da lei ainda é incerta, uma vez que, é algo novo em nosso ordenamento e extremamente técnico, gerando várias expectativas, tanto positivas quanto negativas, pois alguns aspectos deixaram margens para interpretações mais amplas, gerando insegurança jurídica.

Na Europa, apesar do tema ser estudado há quase 20 anos antes do Regulamento Geral Europeu entrar em vigência, diante da “novidade” trazida pela norma, houve uma grande movimentação das empresas para se adequarem.

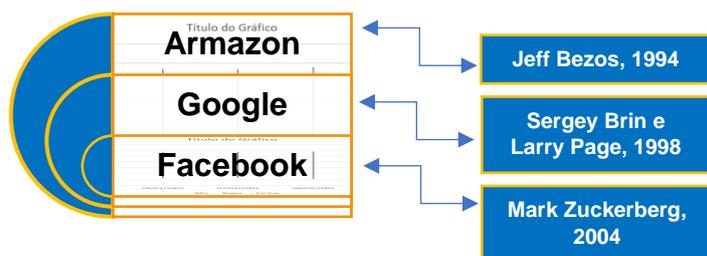
A nova lei brasileira teve grande influência do Regulamento Europeu de Proteção de dados Europeu n.º 679 – *General Data Protection Regulation* - GDPR. Todo esse movimento para a proteção de dados pessoais teve maior celeridade após o escândalo de vazamento de dados do Facebook, apesar de já existir um movimento de proteção de dados desde o ano de 1990 (PINHEIRO, Patrícia, 2018). O caso ocorreu com os dados dos usuários do Facebook que foram colhidos pela empresa de consultoria *Cambridge Analytica*, e em posse desses dados a empresa utilizou para influenciar as eleições norte americanas que acabaram por eleger Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, bem como, de certa forma acabaram influenciando as pessoas a votarem no plebiscito no Reino Unido, para retirar o país da União Europeia. Esses escândalos provocaram uma agilidade na criação do regulamento europeu, diante da necessidade de maior transparência na utilização de dados. O regulamento europeu teve sua aprovação em 27 de abril de 2016, com prazo de adequação de dois anos, ou seja, até 25 de maio de 2018 todos deveriam estar em conformidade com o regulamento. De acordo com Patricia Peck (2018) esse regulamento causou um “efeito dominó”, pois, todos os países que tivessem relações comerciais com a União Europeia – ter em seu ordenamento jurídico uma legislação no nível da GDPR, pois do contrário haveria barreiras econômica ou até mesmo um impasse ao realizar negócios com países da União Europeia.

O Brasil que já vinha trabalhando a respeito do tema, pelo menos desde 2009/2010, de forma a criar uma norma que fosse mais específica acerca da proteção dos dados, em que pese já existir garantias à proteção de dados na Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil.

Uma tentativa ocorreu em 2010, quando um movimento capitaneado pelo Ministério da Justiça pretendia encaminhar um projeto para o Congresso, elaborado à época pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Mas o Congresso cedeu às pressões das entidades financeiras, que conseguiram colocar à frente, como se fosse de maior importância, a aprovação da Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414, de 09/06/2011). As instituições financeiras e seu *bureau* de “proteção de crédito” conseguiram minar a aprovação da proposta apresentada à época para regulamentar a proteção de dados pessoais (Rielli, 2019), de modo que a estratégia utilizada pelos membros do governo foi investir na aprovação do Marco Civil da internet e na inserção, nessa norma, de uma mínima proteção dos dados pessoais que tivessem fluxo nesse ambiente (Lei nº 12.965, de 23/04/2014).

Assim, com a aprovação da GDPR e a pressão social criada pelos setores econômicos, o tema se tornou necessidade. Nos dias atuais, a economia é voltada para o tratamento de dados, o que deve aumentar ao longo dos próximos anos.

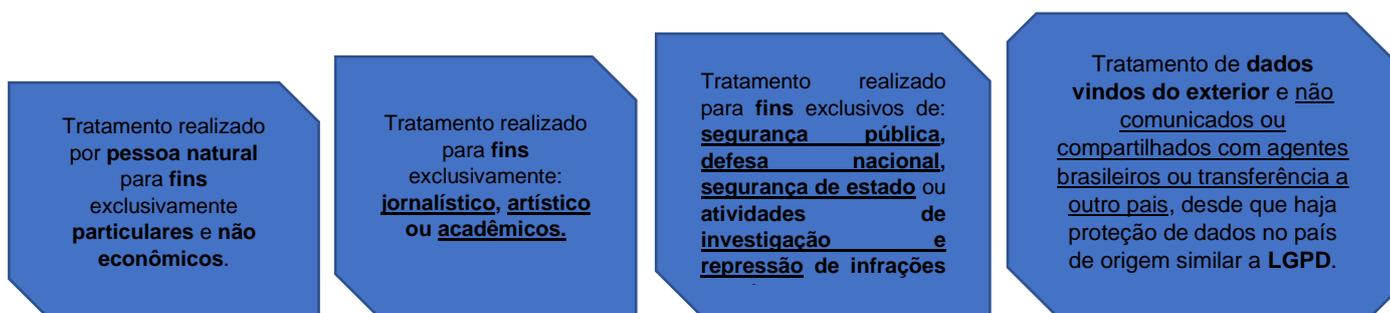
Ajay Banga, CEO da Mastercard, vai além, “A diferença é que o petróleo vai acabar um dia, os dados não.” (Época Negócios, acesso em 19/7/2019). A exemplo da premissa supramencionada, três das dez empresas mais valiosas do mundo, são movidas a dados, ou seja, os seus principais ativos são os dados, e são empresas relativamente novas na sociedade. (Fxssi, acesso em 19/7/2019).



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

Assim, como bem preceitua a advogada e especialista em direito digital Patricia Peck Pinheiro (2018), que atualmente a informação passou a ser um ativo de alta relevância para as organizações: “Quem tem acesso aos dados, tem acesso ao poder”. Premissa essa que faz todo sentido, vez que, as empresas supramencionadas são três das dez mais poderosas do mundo.

A Lei Geral de Proteção de Dados não se aplica nos seguintes casos, de acordo com o artigo 4º:



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

## Adequação à Lei geral de proteção de dados

Muitas empresas estão inertes em se adequarem à LGPD por imaginar não tratar dados pessoais, uma vez que o artigo 1º da LGPD é bem explicito ao mencionar que a lei se aplica somente para dados de pessoas naturais/físicas. De fato, informações sobre empresas ou referentes a pessoa jurídica não encontra respaldo na legislação. Todavia, ao analisar as relações entre pessoas jurídicas, é possível se extrair dados de sócios, diretores, administradores, como exemplo: nome, endereço, data de nascimento etc.; ou mesmo se a empresa tiver aparelhos de vigilância que capturem imagens de pessoas, aparelhos biométricos para liberação de entradas, se tiver funcionários... enfim, essa organização estará tratando um dado pessoal e está, portanto, enquadrada na LGPD.

Inúmeras são as formas de tratamento de dados, logo, atualmente é muito difícil uma organização não operar com dados pessoais. Como bem destacou Almir Rocha, VP Governance, Risk & Compliance na FLEETCOR (USA), em palestra para a Universidade Municipal de São Caetano do Sul em 9 de maio de 2019, várias são as formas das pessoas deixarem rastros de seus dados pessoais, sem ao menos se questionarem como aqueles dados serão tratados. Por exemplo, ao adentrar a um condomínio, através de aplicativos que somos adeptos, ao deixar o CPF na

farmácia ou mercado em troca de descontos. São as formas de coletas de dados “camufladas”, gerando um grande impacto em nossas vidas.

Com efeito, ao analisar a legislação, esta aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados independentemente do meio, do país, de sua sede ou de onde estejam localizados os dados. E para se adequar à lei é necessário entender quais são seus pilares:

**Privacidade de dados** – é o panorama central da lei, no qual traz os direitos que os proprietários dos dados pessoais devem ter, de acessar seus dados, corrigir erros, apagar os dados ou exportar seus dados pessoais.

**Controles e notificação** – Todas as empresas que precisarão estar em conformidade com a lei devem proteger os dados pessoais com um nível de segurança adequada, realizar notificações a respeito de violações de dados pessoais, obter o consentimento para o tratamento de dados, manter um registro de processamento dos dados.

**Políticas Transparentes** – As organizações serão obrigadas a fornecer aviso claro e explícito sobre a coleta de dados; informar o propósito do tratamento dos dados; definir políticas de retenção e exclusão de dados.

**Tecnologia da Informação e Treinamento** – As organizações também precisarão treinar os funcionários; realizar auditorias e atualização de políticas de dados bem como criar e gerenciar contratos compatíveis com fornecedores. As organizações devem definir estratégias para a proteção de dados pessoais com apoio de tecnologias que permitam que os gestores alcancem o nível de segurança esperado e adequado.

Dito isto, a LGPD será aplicada a toda e qualquer pessoa – natural ou jurídica de direito público ou privado - que realize o tratamento de dados, ou seja, toda opção realizada com algum tipo de manuseio de dados pessoais (coleta, recepção, classificação, produção, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, edição, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, armazenamento, compartilhamento, exclusão etc.) inclusive nos meios digitais.

De igual sorte, a lei foi projetada para proteger dados pessoais, controles mais rígidos sobre como a sua organização gerencia e protege os dados pessoais serão necessários.

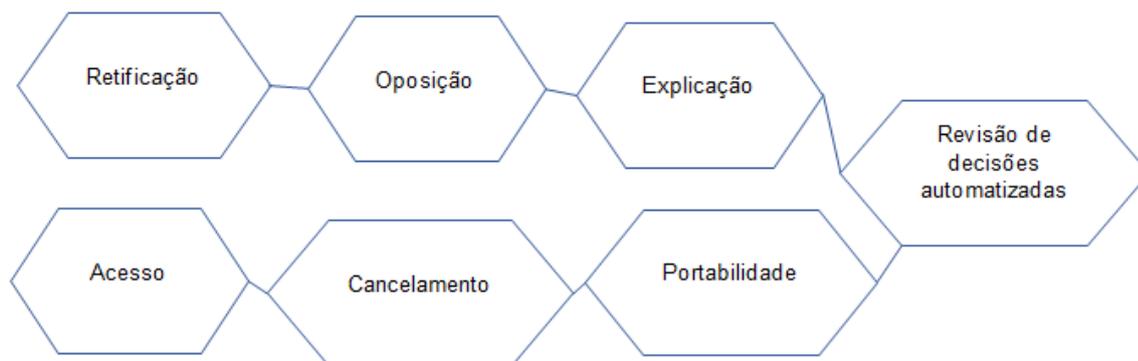
No início desse texto já definimos quais são os dados pessoais passíveis de proteção. São Aqueles que identificam facilmente o indivíduo ou que permitam sua identificação (dados identificáveis).

Em contrapartida, os dados anonimizados, por sua vez, são dados relativos a um titular não identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento.

A legislação traz ainda a definição de dados pessoais sensíveis, que são dados cujo tratamento estejam relacionados a características da personalidade do indivíduo e suas escolhas pessoais, tais como à opção sexual, convicções religiosas, filosóficas ou morais, origem racial ou étnica, opinião política, dados referentes a saúde, dados genéticos ou biométricos. O tratamento dos dados pessoais sensíveis merece maior atenção, uma vez que dependendo da situação a sua violação pode implicar riscos significativos aos direitos e às liberdades fundamentais da pessoa.

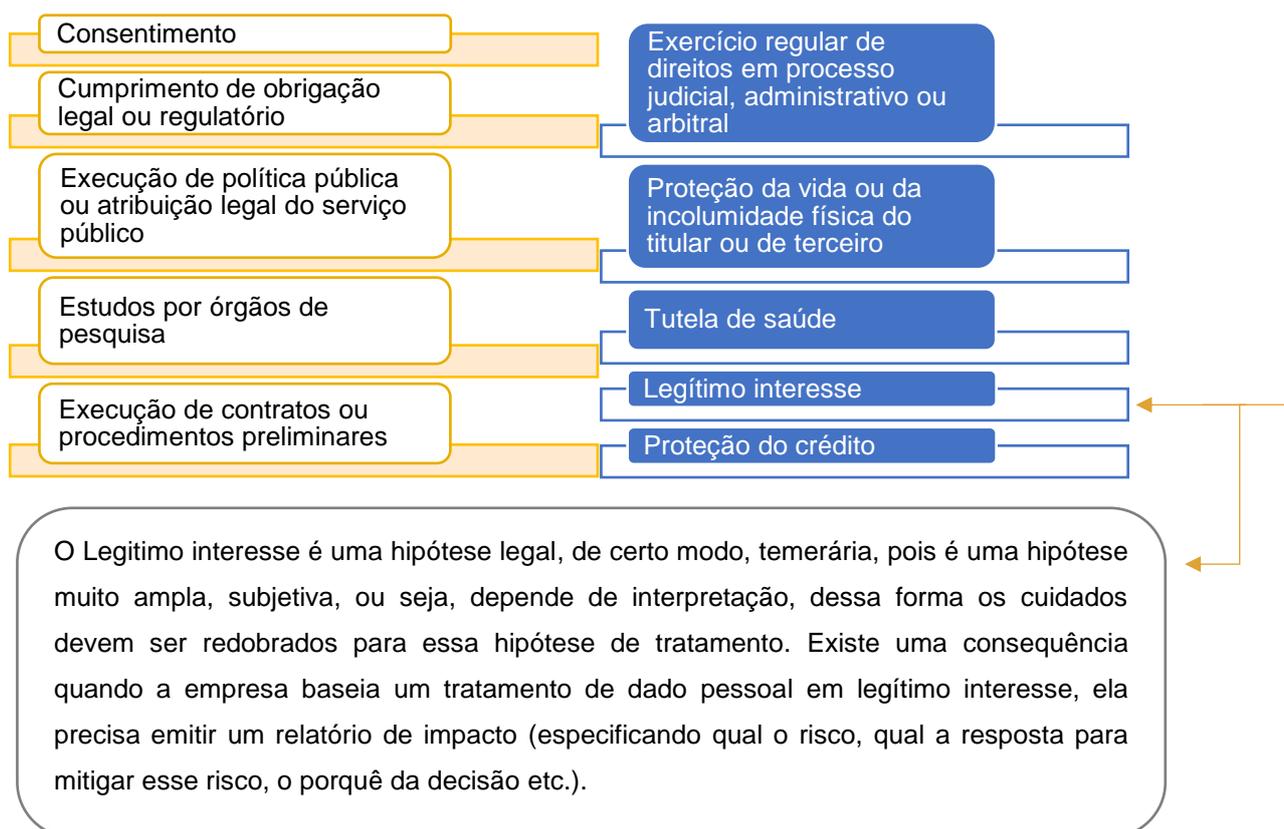
A lei menciona um ponto de suma importância para os titulares, que são os seus direitos, pois as empresas acreditavam que os dados pessoais coletados pertenciam a empresa, e a legislação mudou todo esse cenário pois deixa claro que os seres humanos são titulares dos dados; essas empresas apenas realizam a custódia e tratamento dos dados, quando os manipula com algum interesse econômico.

Os titulares dos dados pessoais terão os seguintes direitos:



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

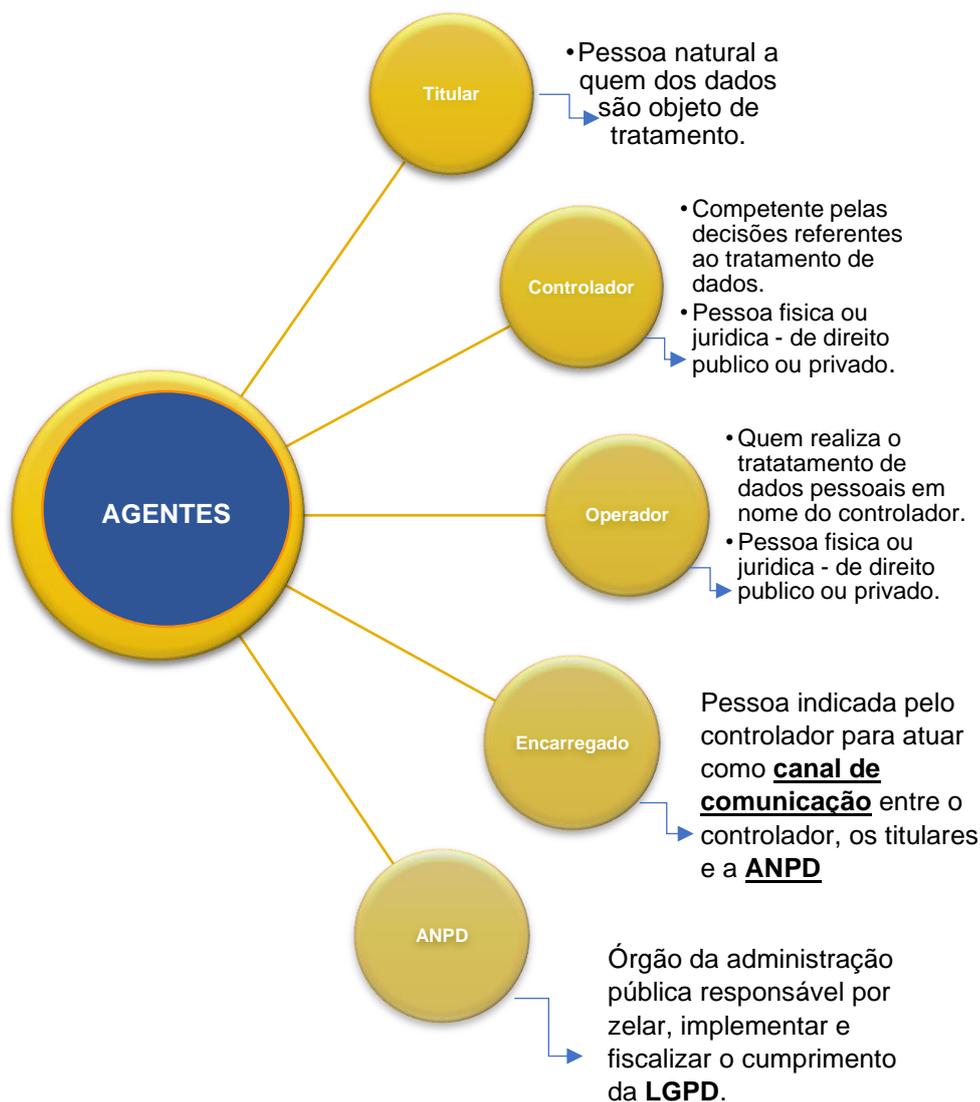
O artigo 7º da lei menciona as hipóteses que autoriza o tratamento de dados; são elas:



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

A lei salienta que, para que ocorra o tratamento de dados pessoais será necessário observar a boa-fé, bem como possuir finalidade, limites, prestações de contas, garantir a segurança dos dados, assim como a transparência e possibilidade de consulta aos titulares.

Outro ponto de suma importância são os agentes que compõem essa relação com a segurança e proteção dos dados pessoais.



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

## Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

A lei geral de proteção de dados é uma lei principiológica e estabelece alguns princípios como alicerces da norma. Para estar em conformidade com a legislação será necessário andar *pari passu* com esses princípios para o tratamento de dados pessoais.

O primeiro princípio trata-se da finalidade – só haverá possibilidade do tratamento dos dados se existir uma finalidade clara, objetiva, específica e legítima a respeito dos dados tratados. Todas essas informações deverão ser explicadas aos titulares de dados de forma inequívoca, antes mesmo de realizado o tratamento. Princípio da adequação – deverá existir compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular dos dados. Princípio da segurança – as organizações deverão ter medidas técnicas e administrativas para a proteção de dados pessoais; tanto internas como externas de segurança da informação. Princípio da transparência – as informações deverão ser claras, precisas e facilmente acessíveis para os titulares. Princípio da necessidade – utilização de dados pessoais estritamente necessários, ou seja, limitação do tratamento ao mínimo necessário para realização de suas finalidades. Princípio da prevenção – adoção de medidas para evitar danos aos titulares. Princípio do livre acesso – direito dado aos

titulares de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e duração do tratamento, tal como sobre a integridade de seus dados. Princípio da não discriminação – não utilização dos dados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos. Princípio da qualidade dos dados – os dados deverão ser exatos, claros, relevantes e atualizados, de acordo com a sua necessidade bem como para o cumprimento da finalidade do tratamento. Princípio da responsabilização e prestação de contas – obrigatoriedade na demonstração de adoção de medidas eficazes ao cumprimento da norma, ou seja, além de cumprir a LGPD, deverá evidenciar que está em conformidade.

## Medidas e técnicas de proteção de dados

Com efeito, muito se discute a respeito da comparação do evento ocorrido em 2000 “Problema do ano 2000, Bug do milênio ou Bug Y2K”, o termo foi usado para se referir ao problema previsto para ocorrer em todos os sistemas informatizados na passagem do ano de 1999 para 2000, fato que gerou um grande caos, todavia, vazio de fundamento. Seria a LGPD o “novo bug do milênio”? Uma lei que “late, mas não morde”? Como diz Marcos Assi (2018) – “Estamos em um caminho sem volta, se não o fez, deve fazer, e se já o fez, precisa melhorar”. Uma vez que, a lei adentrou ao nosso ordenamento jurídico, e veio para fazer a diferença.

É de conhecimento geral que as empresas necessitarão realizar uma *framework* para que estejam em conformidade com a legislação, obrigação essa que será de responsabilidade do controlador, operador e do encarregado ou *Data Protection Officer* - DPO, consoante à LGPD ou então deixar essas responsabilidades para o setor de Compliance, desde que tenham notórias habilidades para isso. Pode-se mencionar, por exemplo, a necessidade desses profissionais conhecerem os dados das organizações, saberem por onde são coletados, por onde entram e saem, como são mantidos e armazenados e qual o tempo de vida deles; bem como gerenciar as informações, pois é necessário identificar quais são as pessoas que possuem acesso a esses dados e como eles estão sendo utilizados; documentar os dados coletados, uma vez que os titulares tem direito de corrigir, excluir ou revogar o seu consentimento, e as organizações tem de comprovar que irão realizar o pedido; atualizar-se constantemente com a rotação de dados e medidas de segurança corretas.

Dessa forma, o fluxo de dados atualmente é descomunal, engrenando a economia. Logo, algumas medidas de segurança são de extrema importância para que as empresas gerenciem riscos, eventos, incidentes, ataques e estejam menos vulneráveis a possíveis vazamentos ou outra exposição de dados pessoais. Será necessário realizar um diagnóstico na empresa para que seja possível dar um posicionamento objetivo, pois esse diagnóstico visa priorizar as atividades de tratamentos, quais são os fluxos de dados, quais são os registros de dados, realizar um balanceamento adequado com a tecnologia; construir uma boa gestão da segurança, criar um programa de governança em proteção de dados com a elaboração de medidas e controles para o acompanhamento da implementação de conformidade com a LGPD, buscar apoio da alta gestão, para que a proteção de dados esteja incorporada aos valores da empresa, realizar treinamentos internos sobre as novas políticas de proteção de dados entre outros. Ter um bom programa de Compliance pode ser um bom caminho para implementação, desde que as pessoas dessa organização tenham competência e estejam preparados tecnicamente para essa função. Consoante o palestrante Almir Rocha, Executivo da empresa VP Fleetcor Rocha, especialista em *Compliance*:

Sem *Compliance*, empresas, bem como pessoas, estão passíveis de multas, perda de oportunidades e punições. (...) O profissional de *Compliance* ideal tem que ter uma visão mais ampla, onde *Compliance* seja um fim por si só, mas o resultado de ações que busquem proteger a empresa, seus clientes, parceiros e os “ativos de informação” de todos esses grupos. Ao fazer o que tem de ser feito, *Compliance* vem como consequência. O profissional de *Compliance* é acima de tudo um gerente de risco, responsável por orientar o time gerencial sobre como priorizar projetos, otimizar recursos e atingir novos níveis de maturidade processual, com mínimo impacto nos resultados da empresa. (...) É importante entender as leis, contratos e padrões que regem o negócio da empresa. A partir daí executar uma “*gap analysis*” para saber onde estão os principais pontos que

precisam ser melhorados e então priorizá-los. A partir daí projetos têm de ser iniciados, com claro suporte executivo, para atingir os objetivos. *Compliance* não pode ser atingida com varinha mágica, portanto, todos devem ter a visão de dar um passo de cada vez, celebrando cada conquista. Um ponto fundamental é a conscientização de toda organização da importância e valor que *Compliance* traz. Desde o presidente ao funcionário. Se começar com uma postura “faço o que falo, mas não o que faço” vai ser um esforço vazio e desperdício de recursos.

O fato de não observar as regras técnicas que a LGPD traz, geram consequências significativas e prejudiciais à organização. O vazamento acarreta perdas financeiras, danos à marca/negócio, responsabilidade legal, interrupção do negócio e falta de credibilidade perante o mercado.

Infra segue a imputação de sanções administrativas previstas na LGPD:

Sanções						
Advertências	Multa de até 2% do faturamento no Brasil no último exercício, limitada a R\$ 50 milhões por infração	Multa diária, observado o limite de R\$ 50 milhões por infração	Publicização dos dados pessoais	Bloqueio dos dados pessoais	Eliminação dos dados pessoais	Outras sanções administrativas, civis ou penais não estão excluídas

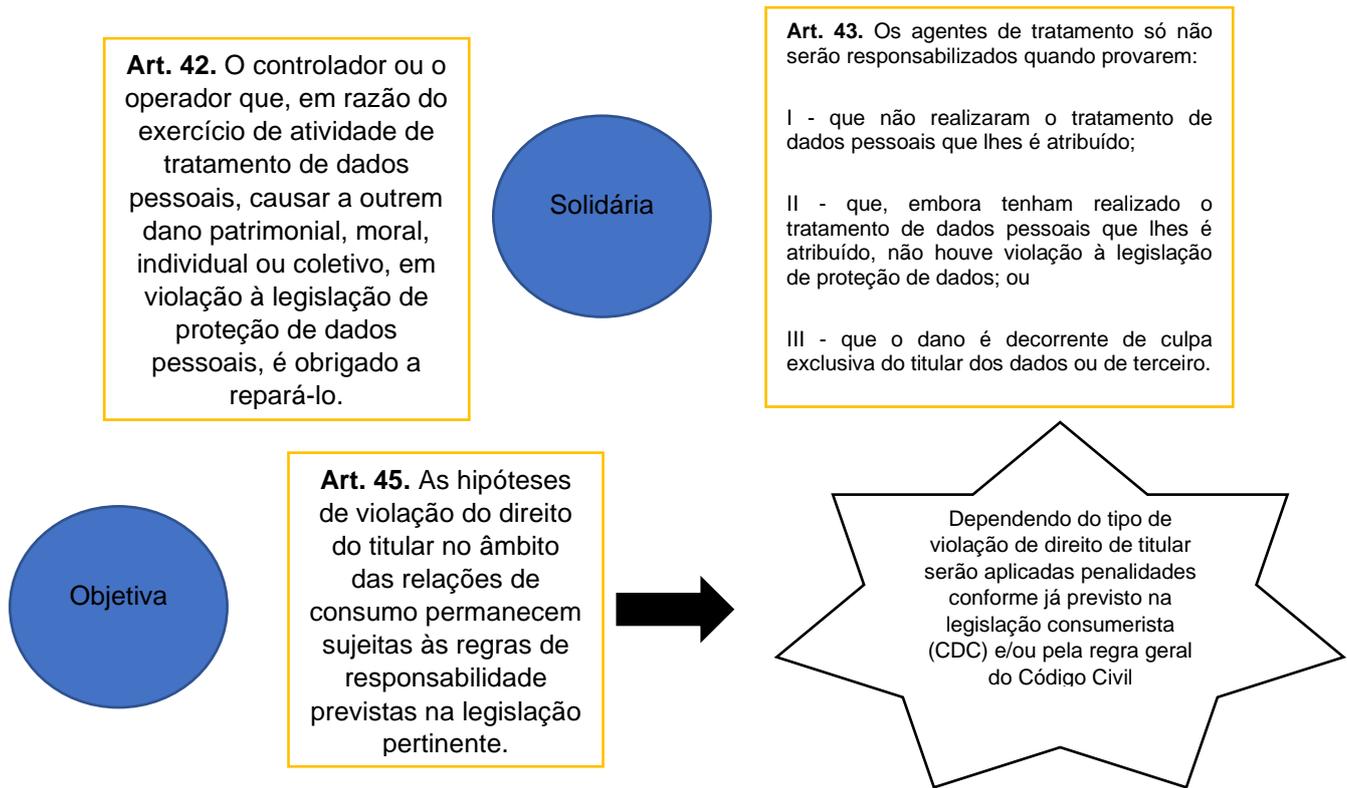
Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

Nota-se que as sanções são significativas, a exemplo 2% do faturamento da pessoa jurídica no seu último exercício, limitada a 50 milhões, importante destacar que este valor é por infração; o bloqueio de dados pessoais até que as infrações sejam corrigidas, gerando grandes transtornos organizacionais; eliminação de dados pessoais referente às infrações.

Apenas título de curiosidade, a legislação pioneira europeia – GDPR, já aplicou multas pesadíssimas contra empresas de grande notoriedade no mercado por terem falhado na missão de proteger informações pessoais.



## Tipos de Responsabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

## Autoridade nacional de produção de dados pessoais

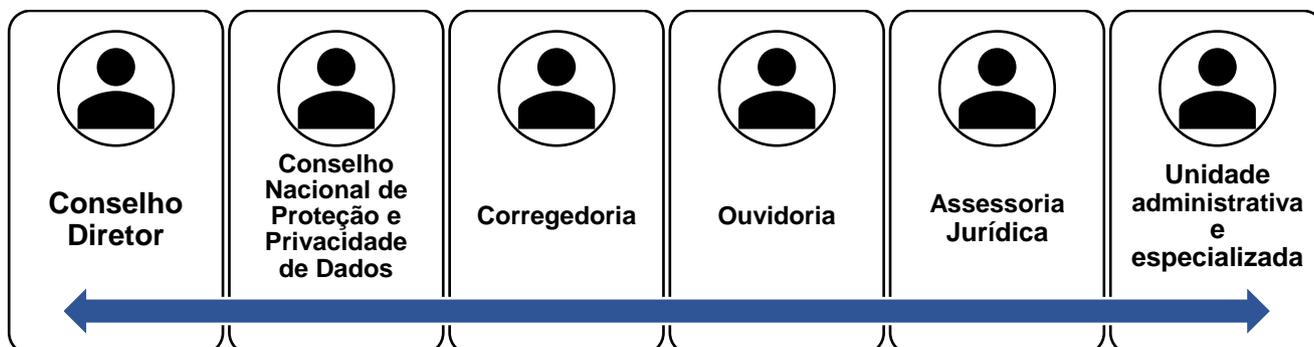
A princípio, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD sofreu veto da Casa Civil, o argumento apresentado para esse veto foi que o Poder Legislativo não poderia versar sobre a criação de órgão integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Justiça. Todavia, o veto à criação da ANPD geraria uma lacuna desestruturante para a implementação da lei, além de não permitir que o Brasil recebesse o reconhecimento por parte da União Europeia, visto que o regulamento europeu exige “legislação de mesmo nível do GDPR”. Em palestra para a Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS em 13 de agosto de 2019, Maurício Vedovato, ressalta ainda a falta de efetividade da legislação sem uma autoridade fiscalizatória. Decerto, haveria a possibilidade de fiscalização por parte de agentes legitimados, como o Ministério Público, contudo, deixar essa atribuição ao MP poderia gerar alguns obstáculos, pois como já mencionado, a lei é um protótipo novo no ordenamento jurídico, extremamente técnica, exigindo assim uma fiscalização a altura da técnica exigida pela legislação.

No entanto, esse veto não durou muito tempo, na data de 9 de julho de 2019, a autoridade foi inserida no ordenamento jurídico pela lei nº. 13.853/19 que alterou a lei nº. 13.709/18. Sem esse órgão a LGPD não atingiria o seu objetivo de efetivamente proteger os dados pessoais de todos os cidadãos.

Os objetivos da ANPD são a proteção de dados pessoais, fiscalização e aplicação de sanções, elaboração de diretrizes para prática de políticas nacionais de proteção de dados, deliberar sobre

a interpretação da LGPD, apreciar pedidos de titulares contra controladores. Caso não houvesse a previsão de tal órgão, careceríamos de um controle mais eficaz e se manteria a mesma situação de hoje.

De acordo com Maurício Vedovato, a Autoridade Nacional de Proteção de dados é um órgão da administração pública federal, integrante da presidência da república de natureza transitória. E a sua composição se dará pela seguinte forma:



Fonte: Elaborado pelos autores do Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS.

De acordo com Leite e Machado (2019):

Com a criação desta Autoridade Reguladora, os casos de violações de direitos sobre a segurança da informação, defesa do consumidor, relacionada à proteção de dados, sobretudo sobre os novos diplomas legais da LGPD, serão atraídos para a sua competência administrativa e deliberativa, unificando as diretrizes a atuação dos diversos órgãos da Administração Pública que tratam do tema Proteção de Dados Pessoais.

De fato, ainda existem muitas dúvidas sobre temas centras da lei geral de proteção de dados e sobre o órgão regulador - ANPD, todavia, será necessário esperar “cenas dos próximos capítulos”.

## Considerações Finais

Após quase uma década de debates, temos no ordenamento jurídico pátrio, finalmente, uma lei específica acerca da privacidade dos dados pessoais. O assunto é extremamente desafiador, exigirá uma mudança de cultura e comportamento. Todas as empresas que ainda não se organizaram terão de apressar seus processos de adequação para atender às exigências legais da lei.

A LGPD não é uma lei maligna ou que tem por objetivo banir o acesso à informação (como vem sendo propagado), mas sim impor limites à utilização de dados pessoais e coibir o abuso.

O mundo caminha para o estabelecimento de garantias, proteção e a privacidade de dados pessoais, competindo ao Brasil acompanhar essa tendência, por questões econômicas e de alinhamento global.

Não se trata de se submeter à tendência e, sim, andar lado a lado em favor das garantias individuais dos cidadãos, do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Quem nega a importância dessa nova legislação revela sua contrariedade aos interesses dos cidadãos brasileiros.

---

**Alexandro Rudolfo de Souza Guirão.** Sócio do Guirão Advogados, Escritório de Advocacia Empresarial, responsável pelas Áreas de Contratos, Direito Societário e Compliance. Professor de Direito Empresarial da Escola de Direito da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Profissional Certificado em Compliance (CPC-A – LECBOARD/FGV; CEC – Instituto ARC).

**Andressa Misael de Souza.** Advogada Bacharel em Direito Pela USCS (2017), Pós Graduada em Direito Tributário Membro do OIEC - Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS Integrante do PID - Programa de Iniciação à Docência da USCS - Curso de Direito.

**Graziele Rocha da Silva.** Advogada Bacharel em Direito Pela USCS (2017), Pós Graduada em Direito Processual Civil Membro do OIEC - Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS Integrante do PID - Programa de Iniciação à Docência da USCS - Curso de Direito.

## Referências Bibliográficas

ASSI, Marcos. Compliance: Como implementar. – São Paulo: Trevisan, 2018.

BA faces £183m fine over passenger data breach. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2019/jul/08/ba-fine-customer-data-breach-british-airways>> Acesso em 20/11/2019.

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura). - 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000

“Dados são o novo petróleo”, diz CEO da Mastercard – exceto por um pequeno detalhe. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/07/dados-sao-o-novo-petroleo-diz-ceo-da-mastercard.html>> Acesso em: 19/7/2019.

Google multada em 50 milhões de euros por falta de transparência. Disponível em: <<https://www.jn.pt/mundo/google-multada-em-50-milhoes-de-euros-por-falta-de-transparencia-10467753.html>> Acesso em 20/11/2019.

Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm)> Acesso em 15/05/2019.

LEITE, Fernando Vasconcelos; LAMBOY, Christian Karl de; ANDRADE, Marcelo Henrique Lapolla. Manual de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – São Paulo, SP: Via Ética, 2019.

Marriott Faces \$123 Million Fine For 2018 Mega-Breach. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/kateoflahertyuk/2019/07/09/marriott-faces-gdpr-fine-of-123-million/#783a7b624525>> Acesso em: 20/11/2019.

*Most Valuable Companies in the World – 2020.* Disponível em: <<https://fxssi.com/top-10-most-valuable-companies-in-the-world>> Acesso em: 19/7/2019.

PINHEIRO, Patricia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à lei n. 13.709/2018 (2018). – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RIELLI, Mariana Marques. O Processo de Construção e aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: bases legais para o tratamento de dados em um debate multisetorial. *In* Revista do Advogado, Ano XXXIX, nº 144. AASP – Associação dos Advogados de São Paulo, novembro de 2019.

Web Hosting Company 1&1 Fined 9.5 Million Euros for GDPR Violation. Disponível em: <<https://www.whotop.com/pt/news/26383-web-hosting-company-1-1-fined-9.5-million-euros-for-gdpr-violation>> Acesso em: 20/11/2019.

## 9. SAÚDE E HÁBITOS ALIMENTARES NUM CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL: PROJEÇÕES PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS, PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA

Carolina Gouveia

### Resumo Executivo

*Diante da realidade de alta demanda e consumo de alimentos de origem animal, é possível estabelecer relações de causalidade entre o consumo destes e a incidência de doenças como crônica, diabetes, artrite, câncer de próstata, entre outras. Fazendo uma projeção de população presente na região do Grande ABC no ano de 2030 e aplicando estatísticas provindas de estudos, é possível prever a quantidade de pessoas que poderão evitar doenças com simples mudanças na alimentação.*

Num cenário mundial de produção incessante de carnes, leite e ovos para atender à demanda mundial (tabela 1), que passará de 218 milhões de toneladas de produção de carne em 1997-1999 para 376 milhões de toneladas em 2030, presencia-se também grande aumento do número de pessoas com doença crônica, sendo esta responsável por 60% das 56,6 milhões de mortes registradas e ainda por 46% de todas as doenças mundiais. Entre as perspectivas para 2020, a doença crônica será laudo de 75% dos casos de morte. Além das doenças crônicas, a diabetes tipo 2 também está mais recorrente, atingindo pessoas cada vez mais cedo, e com muitos casos principalmente em países desenvolvidos, já que são os que mais consomem esse tipo de alimento (FAO 2003).

**Tabela 1: Consumo anual de leite e carne nos países em desenvolvimento e desenvolvidos**

		Consumo <i>per capita</i> anual		Consumo total	
		Carne (kg)	Leite (kg)	Carne (kg)	Leite (kg)
<b>Em desenvolvimento</b>					
	1980	14	34	47	114
	1990	18	38	73	152
	2002	28	44	137	222
	2015	32	55	184	323
	2030	38	67	252	452
	2050	44	78	326	585
<b>Desenvolvidos</b>					
	1980	73	195	86	228
	1990	80	200	100	251
	2002	78	202	102	265
	2015	83	203	112	273
	2030	89	209	121	284
	2050	94	216	126	295

Fonte: THORNTON, 2010 (Tradução livre da autora desta nota técnica).

Através de dados da FAOSTAT (Estatísticas da FAO), apresentados na tabela 2, é possível entender a mudança da dieta ao longo dos anos. Os países industrializados - desenvolvidos - são

os que consomem mais calorias por dia, passando de 3.003 calorias consumidas por dia em 1969 para 3.380 em 1999. O consumo de calorias providas de fonte animal também aumentou, saltando de 7,8% das calorias diárias totais em 1969 para 27,8% em 1999, representando crescimento de 3,5 vezes, enquanto nos países em desenvolvimento o índice é de 12,5% já em 1999. Ademais, o consumo de produtos de origem animal cresceu e, conseqüentemente, o montante de gorduras saturadas ingeridas também. A gordura saturada é encontrada em todos os produtos de origem animal, e causa aumento dos níveis de LDL - conhecido como o colesterol ruim - no sangue, além de aumentar as chances de doença cardiovascular e cardíaca coronária (HU Frank B *et al.* 2009). No geral, alimentos de origem animal compõem aproximadamente 30% das calorias ingeridas nas nações desenvolvidas, sendo 51% dessa energia provida da gordura saturada. Dessa forma, mesmo com o ferro e proteína disponíveis em tais alimentos, pela quantidade de gordura que se ingere juntamente, não se encontra bons motivos de consumi-los tendo em consideração a disponibilidade de ferro e proteína nos alimentos do reino vegetal, que não possuem gordura saturada, e são rico em fibras e micronutrientes (D Blaney e H Diehl, 2009), bem como antioxidantes, além de serem fator de prevenção de doença arterial coronariana e aterogênese (Tuso, 2015). Uma dieta baseada em alimentos integrais e vegetais aumenta diretamente o consumo de alimentos densos em nutrientes, assim como a diminuição de produtos processados, açucarados, gordurosos, e de origem animal (Tuso *et al.* 2013).

A partir de uma estimativa da população da região do Grande ABC Paulista, considerando dados de 2018 e 2019 do IBGE, percebe-se que a população total será aproximadamente de 3 milhões de habitantes. Sendo assim, utilizando as estimativas do consumo *per capita* de carne de leite mostrados na tabela 1, conclui-se que o consumo total de carne ao ano somará mais de 100 milhões de quilos, e o consumo de leite mais de 200 milhões de litros, como mostrado na tabela 3. Para cada quilo de carne, demandam-se aproximadamente 15 mil litros de água (M.M. Mekonnen A.Y. Hoekstra, 2010); portanto, é necessário o equivalente a 1,5 trilhões de litros d'água ao ano para a produção de 100 milhões de quilos de carne, que poderiam ser direcionados à produção de proteínas vegetais, como o feijão, por exemplo. Neste cenário, com a mesma quantidade de água, seria possível produzir quase 300 milhões de quilos dessa leguminosa (sendo 5053 litros de água para cada quilo de feijão). Logo, com a mesma quantidade de água, é possível produzir o triplo de alimento, e que ainda contem muito mais nutrientes, sendo eles ferro, fibra, magnésio, fósforo, potássio e zero colesterol (contra 126mg presentes na carne bovina patinho, por exemplo) (TACO, 2017).

**Tabela 2: Estimativa populacional para o Grande ABC Paulista para o ano de 2030**

<b>Grande ABC</b>	<b>2010</b>	<b>2019</b>	<b>2030</b>
São Bernardo do Campo	765.463	838.936	903.866
Diadema	386.089	423.884	457.690
Mauá	417.064	472.912	528.763
Ribeirao Pires	113.068	123.393	132.363
Rio Grande da Serra	43.974	50.846	57.975
Santo André	676.407	718.773	748.574
São Caetano	149.263	161.127	170.774
<b>Total</b>	<b>2.551.328</b>	<b>2.789.871</b>	<b>3.000.006</b>

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do IBGE de 2010 e 2019.

**Tabela 3. Estimativa de consumo de carne e leite para o ano de 2030 no Grande ABC Paulista**

		Consumo <i>per capita</i> anual		Consumo total	
			carne (kg)	leite (kg)	carne (kg)
Grande ABC	2030	38	67	114.000.215	201.000.379

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS

Dados do Adventist Health Study mostram que vegetarianos apresentaram "riscos muito menores de obesidade, hipertensão, diabetes, artrite, câncer de próstata, doença coronária em homens e mortes por todas as causas". Isso porque a dieta vegana é rica em consumo de oleaginosas (castanhas e sementes) e alimentos integrais; que, por sua vez, foram fortemente relacionados com a proteção de casos de doença cardíaca isquêmica fatal e não-fatal a partir do experimentos do estudo (Fraser, 1999). De forma geral, concluiu-se que a dieta que exclui alimentos de origem animal - baseando-se portanto em frutas, legumes e castanhas - é melhor do que a onívora em relação à prevenção de cânceres, visto que o consumo de carnes aumenta a probabilidade de desenvolvimento de câncer de colo e de bexiga.

**Tabela 4: Fontes de energia vegetal e animal na dieta (calorias per capita por dia)**

Região	1967-1969			1977-1979			1987-1989			1997-1999		
	T	V	A	T	V	A	T	V	A	T	V	A
<b>Países em desenvolvimento</b>	2059	1898	161	2254	2070	184	2490	2248	242	2681	2344	337
<b>Países em transição</b>	3287	2507	780	3400	2507	893	3396	2455	941	2906	2235	671
<b>Países industrializados</b>	3003	2132	871	3112	2206	906	3283	2333	950	3380	2437	943

Tabela 4. T, calorias totais; V, calorias de origem vegetal; A, calorias de origem animal. 2003.  
Fonte: FAOSTAT. Tradução livre da autora desta nota técnica.

O consumo de laticínios está diretamente ligado com o aumento das chances de doença cardíaca, crônica (Givens, 2005), e de próstata (Allen *et al.* 2008), o de ovos ligado com câncer colorretal (Chan *et al.* 2007) e o de alimentos de origem animal, no geral, relacionados com maior inflação do corpo, favorecendo um ambiente intestinal propício à inflamações sistêmicas e alteração metabólica devido à resistência à insulina (Franco-de-Moraes, 2017). Um experimento de 1998 (Jacobsen *et al.*) investigou se as isoflavonas presentes em produtos de soja eram capazes de reduzir o risco de câncer de próstata. De 12.395 homens, 225 tinham o câncer; a partir do estudo, chegou-se a conclusão que aqueles que consumiam leite de soja frequentemente, sendo mais de uma vez ao dia, tiveram uma diminuição de 70% no risco de câncer de próstata. Outro estudo, realizado com indivíduos da África do Sul, investigou o número de casos de câncer de colo no país, tendo como resultado em menos de um caso a cada 100 mil habitantes negros, enquanto que se comparado com os brancos, da mesma região, a estatística subiu para 17 casos a cada 100 mil habitantes. Isso se deve ao alto consumo de carnes e queijos deste e à dieta baixa em alimentos de origem animal daquele, bem como alto consumo de refeições *plant-based* (O'Keefe *et al.* 1999).

Levando em consideração as informações sobre chances da redução do câncer de próstata, os dados sobre a porcentagem de homens no Estado de São Paulo (IBGE 2010), e aplicando-as na

hipótese de população total do Grande ABC em 2030, pode-se estimar que os 1.458.002 homens (48,6% de 3.000.006), se tiverem uma alimentação baseada em alimentos de origem vegetal, terão 70% menos chances de desenvolverem o câncer. Com quase um milhão e meio de homens tendo chances bem menores de desenvolver câncer, a estimativa da qualidade de vida e população economicamente ativa do Grande ABC será maior, a mortalidade e o dinheiro a ser investido em hospitais diminuirão, abrindo, assim, portas para investimento em saneamento, educação, espaços culturais públicos e desenvolvimento regional como um todo, possibilitando a melhora dos índices sociais.

### PROJEÇÕES PARA 2030

Porcentagem de homens no Estado de São Paulo (IBGE 2010)	48,6%
Estimativa de população total da região do Grande ABC no ano de 2030	3.000.006
Homens com 70% menos chances de desenvolverem câncer de próstata	1.458.002

Elaboração da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS

Como toda dieta, deve-se dar a devida atenção aos alimentos e nutrientes consumidos. Na dieta vegetariana estrita, na qual não há consumo de qualquer alimento de origem animal, deve-se direcionar atenção à vitamina B12 (através de suplementação ou alimentos fortificados); garantir o consumo de cálcio, a partir de alimentos fortificados e também vegetais verde escuro (brócolis, couve, espinafre), tofu, gergelim, pasta de gergelim - de acordo com um estudo do *The Journal of Nutrition* o leite de soja com cálcio tem a mesma biodisponibilidade que o leite de vaca (Zhao Y, Martin BR *et. Weaver* CM, 2005). Uma dieta vegana não é necessariamente saudável, afinal há diversos fast-foods veganos, doces, e alimentos ultraprocessados que não contém alimentos de origem animal. Portanto, é necessário basear ter uma alimentação *whole-food plant-based diet*, ou seja, dieta baseada em alimentos integrais e de origem vegetal, de preferência com o apoio de um nutricionista, especializado na alimentação vegana, esta já sendo recomendada como uma dieta saudável para todos os estágios da vida.

---

**Carolina Gouveia.** *Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Estudante de francês na Université Grenoble Alpes em setembro de 2019. cursou um semestre de Economia pela Universidade Federal de São João Del Rei (2017). Realizou intercâmbio de um semestre no Colégio Chippewa (Canadá). É membro da Organização Não-Governamental ROTARACT, desenvolvendo diversas ações sociais. Atuou como atriz no projeto "Ciência em Cena", realizado pela UFABC. É membro do grupo Coral da mesma Universidade.*

### Referências Bibliográficas

Chan JM, Wang F, Holly EA. **Pancreatic cancer, animal protein and dietary fat in a population-based study, San Francisco Bay Area, California.** *Cancer Causes Control* 2007;18:1153–67.

CRAIG, Winston J. **Health effects of vegan diets.** *The American Journal of Clinical Nutrition*, Volume 89, Issue 5, May 2009, Pages 1627S–1633S. Disponível em: <<https://doi.org/10.3945/ajcn.2009.26736N>> Acesso em: 24 ago 2019.

D Blaney, H Diehl. **The optimal diet: the official CHIP cookbook.** Hagerstown, MD: Autumn House Publishing; 2009. Jan 1.

D. I. Givens. **The role of animal nutrition in improving the nutritive value of animal-derived foods in relation to chronic disease.** *Proceedings of the Nutrition Society* (2005), 64, 395–402. The Author 2005.

FRANCO-DE-MORAES Ana Carolina, DE ALMEIDA-PITITTO Bianca, FERNANDES Gabriel da Rocha, GOMES Everton Padilha, PEREIRA Alexandre da Costa & FERREIRA Sandra Roberta G. **Worse**

**inflammatory profile in omnivores than in vegetarians associates with the gut microbiota composition.** *Diabetology & Metabolic Syndrome*, volume 9, Article number: 62 (2017).

Fraser GE. **Associations between diet and cancer, ischemic heart disease, and all-cause mortality in non-Hispanic white California Seventh-day Adventists.** *Am J Clin Nutr* 1999;70(suppl):532S–8S.

GIBSON Rosalind S., PERLAS Leah and HOLTZ Christine. **Improving the bioavailability of nutrients in plant foods at the household level.** Cambridge University Press: 07 March 2007.

HU Frank B, STAMPFER Meir J, MANSON JoAnn E, ASCHERIO Alberto, COLDITZ Graham A, SPEIZER Frank E, HENNEKENS Charles H, and WILLETT Walter C. **Dietary saturated fats and their food sources in relation to the risk of coronary heart disease in women.** American Society for Clinical Nutrition. 1–3. *Am J Clin Nutr* 1999;70:1001–8. Printed in USA. ©1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jan 2020.

Jacobsen, B.K., Knutsen, S.F. & Fraser, G.E. **Cancer Causes Control** (1998) 9: 553. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1008819500080>. Acesso em: 25 ago 2019.

MARCHAND Loïc Le, KOLONEL Laurence N., WILKENS Lynne R., MYERS Beth C. and HIROHATA Tomio. **Animal Fat Consumption and Prostate Cancer: A Prospective Study in Hawaii.** Vol. 5, No. 3 (May, 1994), pp. 276-282. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3702827>. Acesso em: 3 fev 2020.

M.M. Mekonnen, A.Y. Hoekstra. **The green, blue and grey water footprint of farm animals and animal products.** Disponível em: [https://waterfootprint.org/media/downloads/Report-48-WaterFootprint-AnimalProducts-Vol1\\_1.pdf](https://waterfootprint.org/media/downloads/Report-48-WaterFootprint-AnimalProducts-Vol1_1.pdf). Acesso em: 30 jan 2020.

MOKDAD AH et al. **The continuing epidemics of obesity and diabetes in the United States.** *Journal of the American Medical Association*, 286:1195--1200, 2001.

N E Allen, T J Key, P N Appleby, R C Travis, A W Roddam, A Tjønneland, N F Johnsen, K Overvad, J Linseisen, S Rohrmann, H Boeing, T Pischon, H B Bueno-de-Mesquita, L Kiemeny, G Tagliabue, D Palli, P Vineis, R Tumino, A Trichopoulou, C Kassapa, D Trichopoulos, E Ardanaz, N Larrañaga, M-J Tormo, C A González, J R Quirós, M-J Sánchez, S Bingham, K-T Khaw, J Manjer, G Berglund, P Stattin, G Hallmans, N Slimani, P Ferrari, S Rinaldi & E Riboli. **Animal foods, protein, calcium and prostate cancer risk: the European Prospective Investigation into Cancer and Nutrition.** *British Journal of Cancer*, volume 98, pages 1574–1581. 06 May 2008.

Qi Dai, Xiao-ou Shu, Fan Jin, Yu-Tang Gao, Zhi-Xian Ruan & Wei Zheng. **Consumption of Animal Foods, Cooking Methods, and Risk of Breast Cancer.** *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*. Vol. 11, 801–808, setembro 2002.

Stephen J. D O’Keefe M.D. , Mark Kidd B. Greg Espitalier-Noel B. Peter Owira B. **Rarity of colon cancer in Africans is associated with low animal product consumption, not fiber.** *The American Journal of Gastroenterology*, Volume 94, Issue 5, Pages 1373-1380. Maio 1999.

Tabela Brasileira de Composicao de Alimentos - TACO 4 Edicao Ampliada e Revisada. Acesso em: 30 jan 2020.

THORNTON Philip K. **Livestock production: recent trends, future prospects.** *Phil. Trans. R. Soc. B* (2010) 365, 2853–2867. Doi:10.1098/rstb.2010.0134.

TUSO Phillip, STOLL Scott R, LI William W. **A Plant-Based Diet, Atherogenesis, and Coronary Artery Disease Prevention.** *Perm J*. 19(1): 62–67. 2015 Winter.

TUSO PJ, ISMAIL MH, HA BP, BARTOLOTTA C. **Nutritional update for physicians: plant-based diets.** *Perm J*. 17(2):61-6. 2013 Spring

World Health Organization/Food and Agriculture Organization. **Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases.** Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva: WHO. 2003.

## 10. CUIDADOS COM A SAÚDE DOS MORADORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA

Antônio Aparecido de Carvalho  
Álvaro Francisco Fernandes Neto  
Reginaldo Braga Lucas

### Resumo Executivo

*Cuidados com a saúde é um tema que traz preocupação para os indivíduos, empresas e gestão pública. A presente pesquisa buscou identificar como os moradores das cidades do ABC cuidam da saúde, em relação à busca por profissionais da saúde, seja pública ou privada, com o intuito de prevenção de doenças, se existe o hábito de prática de atividades físicas para gerar melhor qualidade de vida. O questionário foi aplicado por 130 alunos do curso de administração de uma instituição privada do município de São Bernardo do Campo. Cada aluno entrevistou em média 14 pessoas. A pesquisa contou com uma amostra de 1.803 moradores da região. Os resultados da pesquisa são preocupantes, pois 41,8% dos entrevistados declararam que não tem o hábito de buscar atendimento odontológico, 60,6% não fazem consultas periódicas em consultórios médicos e 81,9% não praticam nenhum tipo de atividade física. Entende-se, que apesar dos esforços das mídias de comunicação e das campanhas voltadas à prevenção de doenças, ainda não há uma busca adequada pelos serviços voltados aos cuidados com a saúde, sobretudo devido à insatisfação com os serviços prestados pela saúde pública e queda de clientes dos planos de saúde em decorrência da crise econômica e o número elevado de desempregados.*

### Saúde Pública e Privada

Os cuidados com a saúde estão vinculados à conscientização da necessidade da construção de hábitos saudáveis para prevenção de doenças, tais como alimentação, prática de atividade física e visitas periódicas aos profissionais da saúde dos setores público ou privado.

A crise econômica financeira que abala o país, sobretudo com o elevado número de desempregados, trouxe como consequência, segundo dados do 5º Fórum da Federação Nacional de Saúde Suplementar ocorrido em Brasília em outubro de 2019, queda no número de clientes dos planos de saúde em três milhões. Em 2014 o número era de 50,2 milhões de clientes, já no final de 2018 o número era de 47,2 milhões. O plano de saúde é o terceiro item de desejo dos brasileiros, ficando atrás somente da moradia e educação.

Os beneficiários dos planos de saúde migraram para o Sistema Único de Saúde – SUS, contudo o sistema apresenta-se engessado devido à crise fiscal e pelo estabelecimento do teto de gastos.

Pesquisa realizada em janeiro de 2019 pelo Instituto ABC Dados com 1.000 moradores do ABC demonstrou que 83% não estão satisfeitos com o Sistema de Saúde local. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do ABC o resultado insatisfatório é devido ao baixo investimento e a falta de incentivo aos profissionais da área.

A partir dos dados do Instituto ABC Dados, apresenta-se a seguir na tabela 1 a quantidade de médicos por cidade.

**Tabela 1: Quantidade de Médicos ABC em 28/12/2018**

<b>Cidade</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Número por habitantes</b>
Santo André	2.300	3,40
São Bernardo do Campo	1.275	1,67
São Caetano do Sul	600	4,02
Diadema	935	2,42
Mauá	622	1,49
Ribeirão Pires	147	1,30
Rio Grande da Serra	17	0,39
Média ABC	-	2,10
Média estado de São Paulo	-	2,70
Média Brasil	-	2,11

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de dados do Instituto ABC Dados (2019).

Os números apresentados mostram que a cidade de São Caetano do Sul tem a maior proporção de médicos por 1.000 habitantes em relação à média da região, do estado e nacional.

## **A pesquisa**

A pesquisa buscou identificar como os moradores da região do ABC cuidam da saúde, como são os hábitos de visitas aos profissionais da saúde e como estão as práticas de atividades físicas. A amostra foi composta por 1.803 respondentes, o questionário foi aplicado presencialmente, os dados foram extraídos e analisados estatisticamente. O questionário foi aplicado por 130 alunos do curso de administração de uma instituição privada do município de São Bernardo do Campo. Cada aluno entrevistou em média 14 pessoas.

## **Análise dos Dados**

Perfil sociodemográfico dos respondentes:

56,5% dos respondentes são do gênero masculino, 43,2% feminino e 0,3% outros. Em relação à faixa etária a tabela 2 apresenta os dados.

**Tabela 2: Faixa Etária dos respondentes**

<b>Faixa etária</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Menos de 20 anos	171	9,5
De 20 a 29 anos	732	40,6
De 30 a 39 anos	373	20,7
De 40 a 49 anos	243	13,5
De 50 a 59 anos	186	10,3
De 60 a 69 anos	69	3,8
Acima de 70 anos	29	1,6
Total	1.803	100

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

A faixa etária com maior número de respondentes está entre 20 a 29 anos e a de menor número está nos respondentes acima de 70 anos.

A tabela 3 apresenta a questão relacionada à escolaridade dos respondentes.

**Tabela 3: Escolaridade**

	<b>Número</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental incompleto	79	4,4
Ensino Fundamental completo	58	3,2
Ensino Médio incompleto	157	8,7
Ensino Médio completo	649	36,0
Ensino Superior incompleto	389	21,6
Ensino Superior completo	384	21,2
Pós Graduação	87	4,8
Total	1.803	100

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

A classificação econômica está demonstrada na tabela 4.

**Tabela 4: Classificação econômica**

<b>R\$</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Até 1.163,55	180	10,0
De 1.163,56 a 3.490,65	664	36,8
De 3.490,66 a 5.817,75	409	22,7
De 5.817,76 a 11.635,50	299	16,6
Acima de 11.635,51	63	3,5
Não respondeu	188	10,4
Total	1.803	100,0

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2019).

Observa-se que os respondentes se concentram na faixa de renda entre R\$ 1.163,56 e R\$ 3.490,65.

### **Consultas Médicas**

Questionados sobre o hábito de consulta médica, 60,6% (1.093) afirmaram que não tem o hábito de consultas médicas e apenas 39,4% (710) afirmaram que buscam consultas médicas com periodicidade.

Daqueles que buscam consultas médicas com periodicidade 38,1% (271) fazem consultas com médicos particulares, 33,3% (236) com médicos da rede pública e 28,6% (203) com profissionais de convênios de plano de saúde.

### **Tratamento Odontológico**

Em relação a tratamento odontológico 41,8% (754) não visitam com regularidade os dentistas, 26,8% (483) visita uma vez no ano, 19% (343) visita duas vezes no ano, 6,1% (110) visita três vezes no ano e 6,3% (114) visita quatro vezes no ano.

## Atividades Físicas

Quanto à prática de atividades físicas 81,9% (1.477) dos respondentes não praticam nenhum tipo de atividade física, 18,1% (327) tem o hábito de prática de atividade física.

## Conclusão

Constata-se que dos 1.803 moradores da região do ABC pesquisados, 60,6% não buscam consultas médicas, dado considerado alarmante, pois são muitas as campanhas de conscientização acerca da necessidade preventiva de doenças, contudo entende-se que existe dificuldade de acesso aos profissionais de saúde, sobretudo devido à insatisfação com os serviços públicos, daqueles que buscam acompanhamento médico com periodicidade 66,7% dos respondentes fazem uso da rede particular e convênios de plano de saúde.

Ainda se apresenta preocupante o número de respondentes que não busca acompanhamento odontológico com frequência.

Em relação à atividade física, 81,9% não pratica nenhum tipo de atividade física, apesar das cidades oferecerem praças públicas estarem aparelhadas com equipamentos de ginástica e possuem pistas para caminhada.

Entende-se que a crise econômica contribui para a baixa procura pelos profissionais da saúde, principalmente pela dificuldade de manutenção dos convênios dos planos de saúde, contudo cabe aos órgãos públicos a melhoria nos serviços de saúde prestados. Cabe às empresas e sociedade o uso das mídias de comunicação acerca da necessidade dos cuidados preventivos com a saúde.

---

**Antônio Aparecido de Carvalho.** *Doutorando em Administração - USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós Graduado em Administração Financeira – UMESP. Graduado em Ciências Econômicas – IMES e Administração – IMES. Docente e Coordenador do Curso de Administração – FASB. Trabalhou na Caixa Econômica Federal. Parecerista do Guia do Estudante. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>*

**Álvaro Francisco Fernandes Neto.** *Doutorando em Administração - USCS; Mestre em Administração - Universidade Presbiteriana Mackenzie; MBA em Marketing (UNINOVE); Graduado em Administração - Escola Superior de Administração de Negócios. Docente no Centro Universitário Unipaulistano. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/3871519856967388>*

**Reginaldo Braga Lucas.** *Mestre em Administração pela USCS, professor da Faculdade de São Bernardo do Campo (FASB) e consultor da Flemming Associados. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/0455951582946551>*

## Referências Bibliográficas

ABCDADOS. A Cara do ABC. Disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/abc/noticia/-a-cara-abc-abc-dados-divulga-1-pesquisa-76255> . Acesso em janeiro de 2020.

FORUM FENASAÚDE. Novos Rumos da Saúde Suplementar 2019. Disponível em: <http://fenasaude.org.br/eventos/eventos-realizados/5-forum-fenasaude.html>. Acesso em janeiro de 2020.

## 11. O PAPEL LEGAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) EM 2020 NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DECORRENTE DO RESULTADO DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS <sup>1</sup>

Francisco R. Funcia

### Resumo Executivo

*O financiamento e orçamento do SUS não é de competência exclusiva nem do gestor da área orçamentária e financeira nem do gestor da saúde – os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde representam a instância máxima de deliberação do SUS na respectiva esfera de governo. Os aspectos econômicos e financeiros relacionados ao planejamento das ações e serviços públicos de saúde devem integrar tanto os instrumentos específicos de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), como os instrumentos do ciclo orçamentário necessários à execução das despesas públicas no âmbito do SUS, a saber, o Plano Plurianual (quadrienal), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (anual) e a Lei Orçamentária Anual. Tudo isso analisado e deliberado previamente pelos respectivos Conselhos de Saúde nas três esferas de governo. Esses instrumentos nortearão também o processo de transição de governo nos Municípios entre as equipes de saúde atual e futura que tomará posse em 1º de janeiro de 2021. Os Conselhos Municipais de Saúde deverão requerer participação na agenda de transição governamental na área da saúde quando esse processo for iniciado após o resultado das eleições municipais de outubro de 2020 (mesmo que tenha ocorrido reeleição para um novo mandato).*

O SUS está prestes a completar 32 anos de vigência como o maior sistema público de saúde mundial de acesso universal e com atendimento integral para mais de 200 milhões de brasileiros. Porém, persiste ainda em muitos entes da federação uma resistência quanto ao caráter deliberativo e ao papel dos Conselhos de Saúde nos aspectos relacionados (i) ao planejamento e (ii) à execução orçamentária e financeira, conforme estabelece os princípios constitucionais e legais (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Lei Complementar 141/2012). Em outros termos: financiamento e orçamento do SUS não é de competência exclusiva nem do gestor da área orçamentária e financeira nem do gestor da saúde. Os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde representam a instância máxima de deliberação do SUS na respectiva esfera de governo.

Os aspectos econômicos e financeiros relacionados ao planejamento das ações e serviços públicos de saúde devem integrar, de um lado, os instrumentos específicos de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) aprovados pelo Conselho de Saúde, a saber, o Plano Municipal de Saúde (quadrienal) e a Programação Anual de Saúde, e, de outro, os instrumentos do ciclo orçamentário necessários à execução das despesas públicas no âmbito do SUS, a saber, o Plano Plurianual (quadrienal), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (anual) e a Lei Orçamentária Anual, instrumentos estes de iniciativa do Poder Executivo sob a forma de projetos de lei específicos submetidos à aprovação do Poder Legislativo. Porém, a elaboração destes instrumentos deve obedecer às diretrizes para o estabelecimento de prioridades aprovadas pelo Conselho de Saúde e, ainda, previamente ao envio para o Poder Legislativo. Estes instrumentos precisam ser apreciados pelos Conselhos de Saúde.

Em resumo, quanto ao processo de planejamento orçamentário e financeiro, é competência do gestor do SUS submeter estes instrumentos para deliberação prévia do Conselho de Saúde, inclusive a programação dos projetos de lei do PPA, LDO e LOA, para então a área orçamentária e financeira do Poder Executivo formalizar a proposta a ser encaminhada para a aprovação do

Poder Legislativo (PPA, LDO e LOA). É desejável também que, durante o processo de elaboração destes instrumentos, o gestor apresente ao Conselho de Saúde um resumo executivo das atividades realizadas, inclusive as eventuais restrições impostas pela área orçamentária e financeira do governo na limitação dos recursos disponibilizados para a programação das despesas para atender às necessidades de saúde da população nos termos das diretrizes para o estabelecimento de prioridades aprovadas pelo Conselho de Saúde.

No último ano de mandato municipal, 2020, os Conselhos Municipais de Saúde devem estar atentos na análise e deliberação referente:

- a) às diretrizes para o estabelecimento de prioridades para 2021 (os conselhos deverão aprovar isso até o final de fevereiro de 2020);
- b) à Programação Anual de Saúde (PAS) para 2021 (os conselhos deverão analisar e aprovar essa programação até o final de março de 2020);
- c) ao capítulo saúde do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2021 (os conselhos deverão analisar e aprovar isso até o final de março de 2020); e
- d) ao capítulo saúde do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 (os conselhos deverão analisar e aprovar a PLOA 2021 até o final de agosto de 2021).

Para o cumprimento desses prazos, os gestores municipais têm a responsabilidade legal de encaminhar as propostas para os Conselhos Municipais de Saúde com a antecedência necessária para que o controle social possa exercer o papel estabelecido pela legislação do SUS para esse fim. Esses instrumentos nortearão também o processo de transição de governo entre as equipes de saúde atual e futura que tomará posse em 1º de janeiro de 2021.

Os Conselhos Municipais de Saúde deverão requerer participação na agenda de transição governamental na área da saúde quando esse processo for iniciado após o resultado das eleições municipais de outubro de 2020 (mesmo que tenha ocorrido reeleição para um novo mandato), oportunidade em que será preciso pautar também a alocação de recursos no orçamento de 2021 para a realização da Conferência Municipal de Saúde que o debaterá e aprovará. O projeto de lei deverá estar em tramitação no Poder Legislativo.

Nessa perspectiva, durante este ano de 2020, os conselheiros municipais de saúde devem requerer dos gestores municipais de saúde informações periódicas sobre o estágio da elaboração desses instrumentos, inclusive a participação nas reuniões com as áreas técnicas da secretaria municipal de saúde durante o processo de elaboração das propostas que serão encaminhadas para deliberação dos Conselhos Municipais de Saúde.

Esses instrumentos deverão ser elaborados de forma compatibilizada com as diretrizes aprovadas pelas Conferências Municipais de Saúde e com as deliberações dos Conselhos Municipais de Saúde referentes ao PPA (2018-2021), ao Plano Municipal de Saúde (2018-2021) e às diretrizes para o estabelecimento de prioridades aprovadas para 2021, além daquelas aprovadas pela 16ª Conferência Nacional de Saúde, cujo processo ascendente resultou na incorporação das deliberações estabelecidas nas etapas preparatórias em âmbito municipal e estadual.

## Notas

1 Versão revisada do texto publicado na Revista Domingueira da Saúde nº 04, de 31/01/2020, editada eletronicamente pelo IDISA/Instituto de Direito Sanitário Municipal.

---

**Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pesquisador e coordenador adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>. As opiniões expressadas nesta nota técnica são de inteira responsabilidade do autor, não se configurando como posicionamento oficial das instituições de que é participante.

## 12. ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Stefanie Sussai

### Resumo Executivo

Os acidentes por animais peçonhentos estão presentes na lista das doenças tropicais negligenciadas e são um agravo de notificação compulsória no Brasil. Animais peçonhentos produzem peçonha, ou seja, veneno, e possuem características físicas para injetá-la em suas vítimas. Os acidentes com animais peçonhentos são mais comuns nos meses de verão, graças ao calor, umidade e período de reprodução das espécies. Os tipos de acidentes possíveis de serem notificados são por: serpente, aranha, escorpião, lagarta e abelha. Acidentes envolvendo outros tipos de animais peçonhentos dão entrada no sistema através da categoria outros e há ainda a categoria de ignorado ou em branco, quando o local que notificou o acidente não preencheu o tipo. Independente do tipo de acidente, o diagnóstico do agravo é feito baseado no histórico e na identificação do animal causador do acidente. As manifestações clínicas, divididas em locais e sistêmica, são variáveis de acordo com a espécie envolvida. O tratamento é sintomático e com a aplicação de soro antiveneno. Verifica-se que nos últimos anos os números totais de acidentes por animais peçonhentos vêm crescendo na região do Grande ABC Paulista: 2017 apresentou um aumento de cerca de 2,7% dos casos quando comparado ao ano anterior; seguindo a tendência 2018 registrou um crescimento de 6,4% de acidentes; e 2019 teve um aumento de 25% de casos notificados. Considerando os anos de 2016 a 2020, o tipo de acidente com animais peçonhentos mais frequentes na região foi o de aranha, seguido pelos de serpente, abelha, escorpião e lagarta. São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra foram as cidades que menos registraram acidentes. São Bernardo do Campo foi a cidade que mais registrou notificações por animais peçonhentos da região, tendo mais que o triplo da média dos totais de notificações por município. A quantidade e a presença dos tipos de acidente variam na região, porém o único tipo de acidente por animal peçonhento presente nos sete municípios é o de aranha. É extremamente importante que, ao sofrer um acidente com animal peçonhento, as pessoas procurem um serviço de saúde (se possível com uma foto ou com o próprio animal que a feriu); todos os acidentes sejam notificados; as fichas de notificação sejam corretamente e completamente preenchidas para que quando uma notificação entre no sistema, qualquer pessoa possa ter acesso às informações, principalmente os gestores de saúde que as utilizam para o planejamento da prevenção e reação aos agravos. Considerando as características o comportamento das espécies envolvidas nos acidentes peçonhentos, é possível reduzir o risco tomando algumas medidas gerais simples para a proteção individual e da população.

### O que são acidentes por animais peçonhentos: epidemiologia, transmissão, diagnóstico e tratamento.

Causado por ataque de animal peçonhento, o agravo de acidentes por animais peçonhentos está presente na lista das doenças tropicais negligenciadas que acometem em maior frequência as populações das áreas rurais, além de ser um agravo - mal ou prejuízo à saúde de um ou mais indivíduos - de notificação compulsória no Brasil, devendo todos os casos serem notificados ao Governo Federal após a confirmação (BRASIL, 2020a).

Animais peçonhentos produzem peçonha, ou seja, veneno, e possuem características físicas para injetá-la em suas vítimas através de presas, ferrões, cerdas, espinhos, entre outros (BRASIL, 2020a). Os animais peçonhentos que geralmente estão envolvidos em acidentes no Brasil são algumas espécies de: serpentes, escorpiões, aranhas, lepidópteros (mariposas e suas larvas),

himenópteros (abelhas, formigas e vespas), coleópteros (besouros), quilópodes (lacraias), peixes e cnidários (água-vivas e caravelas) (BRASIL, 2020a).

Os acidentes com animais peçonhentos são mais comuns nos meses de verão, graças ao calor, umidade e período de reprodução das espécies (BRASIL, 2020a).

Os acidentes ofídicos são os envenenamentos causados pela inoculação de toxinas por meio das presas de serpentes, podendo acarretar alterações no local da picada e por todo o corpo (SÃO PAULO, 2020a). A maioria dos acidentes ofídicos são pelos gêneros *Bothrops* (jararaca, jararacuçu, urutu, caíçaca), que representam o grupo com predomínio de 80% dos acidentes no Estado de SP (SÃO PAULO, 2020a). O gênero *Crotalus* (cascavel) é responsável por aproximadamente 8 a 9% dos acidentes ofídicos no Brasil, podendo alcançar porcentagens mais elevadas em algumas regiões do Estado (SÃO PAULO, 2020a). Não existem serpentes do gênero *Lachesis* no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2020a).

Apesar do grande número de aranhas presentes na natureza e de quase todas produzirem veneno, cerca de 99,4%, poucas são consideradas de importância médica no Brasil (SÃO PAULO, 2020b). O envenenamento é causado pela inoculação de toxinas através de aparelho inoculador (quelíceras) de aranhas, podendo determinar alterações locais e sistêmicas (SÃO PAULO, 2020b). No Estado de São Paulo há três gêneros com espécie cujos acidentes requerem cuidados médicos: *Phoneutria spp.* (aranha armadeira) que causa o foneutrismo; *Loxosceles spp.* (aranha marrom) que gera o loxoscelismo; e *Latrodectus spp.* (viúva amarela e flamenguinha), que resulta o latrodectismo, com número baixo de acidentes no estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2020b).

Acidentes por lonomia e outras lagartas (erucismos) são os envenenamentos causados pela penetração de cerdas de lagartas na pele, que leva a inoculação de toxinas que podem determinar alterações locais e, nos envenenamentos pelo gênero *Lonomia*, manifestações sistêmicas (SÃO PAULO, 2020c). Estão envolvidos nesse tipo de acidente os insetos pertencentes à ordem *Lepidoptera* na sua forma larvária, popularmente conhecida como taturana, oruga, lagarta-de-fogo, que apresenta grande variedade morfológica (SÃO PAULO, 2020c). As principais famílias de lepidópteros causadoras de acidentes são *Megalopygidae* e *Saturnidae* (SÃO PAULO, 2020c).

Os himenópteros, especialmente a infraordem *Aculeata*, composta por abelhas, vespas e formigas, são de importância médica, pois o ovopositor, a estrutura utilizada para colocar ovos, foi modificado para injetar veneno através do ferrão (SÃO PAULO, 2020d). O ferrão dos *Aculeata* é dividido em duas partes: uma formada por uma estrutura muscular e quitinosa, responsável pela introdução do ferrão e do veneno e outra parte glandular, que secreta e armazena o veneno (SÃO PAULO, 2020d). Os *Aculeata* podem ser divididos em dois grupos quanto a maneira de utilização do aparelho de ferroar: espécies que apresentam autotomia, ou seja, quando ferroam perdem o ferrão, injetando maior quantidade de veneno e morrem após a ferroada pela perda do aparelho de ferroar; e as espécies que não apresentam autotomia, em que o aparelho de ferroar pode ser usado diversas vezes (SÃO PAULO, 2020d).

Escorpionismo, ou o envenenamento causado pela inoculação de toxinas por meio do ferrão de escorpiões, pode gerar alterações locais na região da picada e sistêmicas (SÃO PAULO, 2020e). No Estado de São Paulo existem em três espécies de escorpiões de importância médica: o *Tityus serrulatus*, ou escorpião amarelo, o mais prevalente, que causa o maior número de acidentes e os de maior gravidade; o *Tityus bahiensis*, ou escorpião marrom, também com potencialidade de causar acidentes graves, porém em menor frequência; e o *Tityus stigmurus*, conhecido como escorpião amarelo do nordeste, assemelha-se ao *T. serrulatus* nos hábitos e na coloração, porém seu tronco é claro e amarelo, apresentando uma faixa escura longitudinal na parte superior, seguido de uma mancha triangular na região frontal da carapaça, e tem sido responsável por poucos acidentes (SÃO PAULO, 2020e).

Há um aumento significativo do escorpionismo nos períodos mais quentes e úmidos, principalmente nos meses de outubro a março (SÃO PAULO, 2020e). A maioria dos casos tem evolução benigna, com baixa taxa de letalidade, o que quer dizer que o número de pessoas que foram picadas por escorpião e morreram por conta disso é baixo (0,03%), sendo os casos graves e óbitos relacionados a acidentes por *T. serrulatus* em crianças menores de 10 anos (SÃO PAULO, 2020e). No caso do escorpionismo, o tempo entre o acidente e o início de manifestações sistêmicas graves é bem mais curto (1,5 horas) do que para os acidentes ofídicos (3 horas) (SÃO PAULO, 2020e). Dessa maneira, crianças picadas por *T. serrulatus*, ao apresentar os primeiros sinais e sintomas de envenenamento sistêmico, devem receber o soro específico o mais rapidamente possível, bem como todos os cuidados para a manutenção das funções vitais (SÃO PAULO, 2020e).

Independente do tipo de acidente, o diagnóstico do agravo é feito baseado no histórico e na identificação do animal causador do acidente, através de descrição ou, se possível, foto ou o próprio animal, sendo recomendados exames complementares em alguns casos (BRASIL, 2020a). As manifestações clínicas, divididas em locais e sistêmica, são variáveis de acordo com a espécie envolvida, são fundamentais para determinar a gravidade do acidente (SÃO PAULO, 2020a). A avaliação da gravidade deve ser feita imediatamente após a entrada do paciente no serviço de saúde, uma vez que esta avaliação determinará a quantidade de antiveneno que deverá ser administrada ao paciente (SÃO PAULO, 2020a).

O tempo entre o acidente e o atendimento, bem como o tipo de envenenamento, pode aumentar a letalidade dos acidentes em até oito vezes, como no envenenamento crotálico, quando o atendimento é realizado mais de 6 horas após o acidente (SÃO PAULO, 2020a). A frequência de sequelas está relacionada a complicações locais e a fatores de risco, como o uso de torniquete, picada em extremidades (dedos de mãos e pés) e retardo ou demora na administração da soroterapia (SÃO PAULO, 2020a).

Dependendo do tipo de sintoma, medidas são adotadas, como o uso de analgésicos e de compressas mornas para alívio da dor, além do tratamento com soro antiveneno correspondente a espécie e a cada situação, sendo todos eles ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

## **Índices de acidentes com animais peçonhentos na região do Grande ABC Paulista**

O Centro de Vigilância Epidemiológica "Profº Alexandre Vranjac" (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde (SES) de São Paulo inclui os sete municípios da região do Grande ABC Paulista no "GVE - Grupo de Vigilância Epidemiológica de residência 7 Santo André". Os dados divulgados para acesso público pela SES-SP não diferenciam as cidades da região e foram atualizados em 8 de janeiro de 2020. Contudo, é possível identificar por município as notificações de acidentes por animais peçonhentos, oriundas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), processadas pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde (MS), disponíveis para acesso público no DATASUS.

Os tipos de acidentes possíveis de serem notificados são por: serpente, aranha, escorpião, lagarta e abelha. Acidentes envolvendo outros tipos de animais peçonhentos dão entrada no sistema através da categoria outros. Há ainda a categoria de ignorado (ign) ou em branco, quando o local que notificou o acidente não preencheu o tipo.

Na Tabela 1, encontra-se a distribuição dos acidentes por animais peçonhentos segundo o tipo de acidente ocorridos no GVE 7 Santo André, dentro do intervalo de tempo de 2016 ao início de 2020.

**Tabela 1: Distribuição dos acidentes por animais peçonhentos segundo tipo de acidente, no GVE 7 Santo André, no período de 2016 a 2020**

Ano	Ign/branco	Serpente	Aranha	Escorpião	Lagarta	Abelha	Outros	Total
2020 <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
2019	18	55*	98	22	9	53	17	272
2018	6	53	68	34	14	15	14	204
2017	13	34	91	19	9	17	8	191
2016	15	15	95	19	12	25	5	186
Média	13	34	88	23,5	11	27,5	11	213,25

<sup>1</sup> Até 08/01/2020. \* 1 caso de óbito. Fonte: Adaptação da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do CVE da SES-SP (2020).

Verifica-se que, nos últimos anos, os números totais de acidentes por animais peçonhentos vêm crescendo na região: 2017 apresentou um aumento de aproximadamente 2,7% dos casos quando comparado ao ano anterior; seguindo a tendência 2018 registrou um crescimento de 6,4% de acidentes; e 2019 teve um aumento de 25% de casos notificados. Considerando todos os anos estudados, o tipo de acidente mais frequente foi o de aranha, seguido pelos de serpente, abelha, escorpião e lagarta.

O único caso letal de acidente por animais peçonhentos na região foi um acidente ofídico, causado por serpente.

Na Tabela 2, evidenciam-se as notificações por tipo de acidentes por animais peçonhentos segundo o município de ocorrência no ano de 2019.

**Tabela 2: Notificações por tipo de acidente por animais peçonhentos segundo município de ocorrência, no ano de 2019**

Município	Ign/branco	Serpente	Aranha	Escorpião	Lagarta	Abelha	Outros	Total
Diadema	-	3	5	4	-	2	2	16
Mauá	8	-	13	3	-	5	3	32
RPires	3	9	12	1	3	-	3	31
RGSerra	2	5	1	-	1	-	-	9
SAndré	3	6	12	4	2	-	2	29
SBCampo	2	13	42	4	3	40	4	108
SCSul	-	-	1	4	1	-	1	7
Média	3,6	7,2	12,28	3,33	2	15,66	2,5	33,14

Fonte: Adaptação da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do DATASUS (2020).

De acordo com a tabela 2, São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra foram as cidades que menos registraram acidentes. São Bernardo do Campo foi a cidade que mais registrou

notificações por animais peçonhentos da região, tendo mais que o triplo da média dos totais de notificações por município.

O único tipo de acidente por animal peçonhento presente nos sete municípios da região é o de aranha. Em 2019, apenas Rio Grande da Serra não registrou nenhum acidente por escorpião. Os acidentes envolvendo serpentes estiveram ausentes em duas cidades, Mauá e São Caetano do Sul. Nenhum acidente com lagarta foi registrado em Diadema e Mauá. Entretanto, apenas Diadema, Mauá e, expressivamente, São Bernardo do Campo registraram acidentes envolvendo abelhas.

Os únicos municípios da região que notificaram todos os acidentes por animais peçonhentos ocorridos com a identificação do tipo em 2019 foram Diadema e Mauá. As demais cidades somaram 18 notificações que não se sabe qual o tipo. Deve-se considerar ainda os 52 casos ignorados ou em branco nos últimos anos do GVE 7 presentes na tabela 1.

Geralmente, os agravos de saúde são subnotificados, ou seja, nem todos os acidentes por animais peçonhentos que aconteceram na região foram realmente notificados, seja porque a pessoa que sofreu o acidente não procurou um serviço de saúde, ou porque o próprio serviço de saúde, apesar de ser uma obrigação, não notificou, ou ainda quando notificou, não informou todas as informações requeridas na ficha. Vale ressaltar que os casos só entram para o sistema quando há confirmação.

É extremamente importante que: ao sofrer um acidente com animal peçonhento as pessoas procurem um serviço de saúde (se possível com uma foto ou com o próprio animal que a feriu); todos os acidentes sejam notificados; as fichas de notificação sejam corretamente e completamente preenchidas para que quando uma notificação entre no sistema, qualquer pessoa possa ter acesso às informações, principalmente os gestores de saúde que as utilizam para o planejamento da prevenção e reação aos agravos.

Os serviços de saúde devem saber que a unidade de referência para atendimento de acidentes com animais peçonhentos do GVE 7 Santo André é o Hospital Vital Brasil, que possui todos os soros antivenenos e fica localizado na Avenida Vital Brasil, 1500, Instituto Butantan, São Paulo, telefone (11) 2627-9530 (SÃO PAULO, 2020g).

## **Como prevenir a ocorrência de acidentes com animais peçonhentos**

Considerando as características o comportamento das espécies envolvidas nos acidentes peçonhentos, é possível reduzir o risco tomando algumas medidas gerais simples para a proteção individual, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a):

- usar calçados e luvas nas atividades rurais e de jardinagem, observando o interior das mesmas antes de calçá-los;
- olhar calçados, roupas pessoais, de cama e de banho, panos de chão e tapetes antes de usá-los;
- afastar camas e berços das paredes e evitar pendurar roupas fora de armários;
- limpar regularmente móveis, cortinas, quadros, cantos de parede e terrenos baldios (sempre com uso de equipamentos de proteção individual – EPI);
- vedar frestas e buracos em paredes, assoalhos, forros e rodapés;
- utilizar telas, vedantes ou sacos de areia em portas, janelas e ralos;
- manter limpos os locais próximos das residências, jardins, quintais, paióis e celeiros;

- evitar plantas tipo trepadeiras e bananeiras junto às casas e manter a grama sempre cortada;
- não mexer em colmeias e vespeiros. Casos estejam em áreas de risco de acidente, contatar a autoridade local competente para a remoção;
- no amanhecer e no entardecer, evitar a aproximação da vegetação muito próxima ao chão, gramados ou jardins, pois é quando as serpentes estão em maior atividade;
- evitar piquenique às margens de rios, lagos ou lagoas, e não encostar-se a barrancos durante pescarias ou outras atividades;
- caso encontre um animal peçonhento, afaste-se com cuidado e evite assustá-lo ou tocá-lo, mesmo que pareça morto, e procure a autoridade de saúde local para orientações.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a) também adverte medidas extras de proteção da população para prevenir acidentes com animais peçonhentos:

- não depositar ou acumular lixo, entulho e materiais de construção junto às habitações;
- evitar que plantas trepadeiras se encostem às casas e que folhagens entrem pelo telhado ou pelo forro;
- limpar terrenos baldios, pelo menos na faixa de um a dois metros junto ao muro ou cercas;
- não montar acampamento próximo a áreas onde normalmente há roedores (plantações, pastos ou matos) e, por consequência, maior número de serpentes;
- controlar roedores existentes na área e combater insetos, principalmente baratas, pois servem de alimento para escorpiões e aranhas.

### **Primeiros socorros em caso de acidentes com animais peçonhentos**

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a), as orientações para os primeiros socorros em caso de acidentes com animais peçonhentos são:

- leve a vítima imediatamente ao serviço de saúde mais próximo para que possa receber o tratamento adequado em tempo;
- se possível, e caso essa ação não atrase a ida do paciente ao atendimento médico, lave o local da picada com água e sabão (exceto em acidentes por águas-vivas ou caravelas, em que se deve colocar compressas geladas de água do mar ou pacotes fechados de gelo);
- mantenha a vítima em repouso e com o membro acometido elevado até a chegada ao pronto socorro;
- não amarre ou faça torniquete/garrote, não fure, não corte, não queime, não esprema ou faça sucção (“chupar o veneno”) no local da ferida, nem aplique folhas, pó de café ou terra para não provocar infecções;
- também não ingira bebida alcoólica, querosene, ou fumo, conforme costume de algumas regiões do país;
- em acidentes nas extremidades do corpo, como braços, mãos, pernas e pés, retire os acessórios que possam levar à piora do quadro clínico, como anéis, fitas amarradas e calçados apertados.

---

**Stefanie Sussai.** Médica Veterinária, formada pela Universidade Anhembi Morumbi, com “graduação sanduíche” através do Programa Ciência sem Fronteiras, na University of Wisconsin - Madison, EUA. Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pelo Depto. de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Fac. de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Coordenadora dos Médicos Veterinários de Rua da Associação Médicos do Mundo. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/0554636283683744>

## Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acidentes por animais peçonhentos: o que fazer e como evitar.** Disponível em: <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-por-animais-peconhentos>>. Acesso em: 5 fev. 2020a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acidentes por Animais Peçonhentos - Notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/animaisp/bases/animaisbrnet.def>>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Acidentes ofídicos.** Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/serpentes.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2020a.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Acidentes por aranhas.** Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/aranhas\\_2.htm](http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/aranhas_2.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2020b.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Acidentes por lonomia e outras lagartas (euricismo).** Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/lagartas.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2020c.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Acidentes por abelhar e vespas.** Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/abelhas\\_2.htm](http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/abelhas_2.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2020d.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Acidentes por escorpiões.** Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/agravos/animais-peconhentos/escorpioes/sobre-acidentes-por-escorpioes>>. Acesso em: 5 fev. 2020e.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Dados Estatísticos Acidentes por animais peçonhentos.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/agravos/animais-peconhentos/dados-estatisticos>>.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. CVE – CENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA “PROF. ALEXANDRE VRANJAC”. **Unidades de referência para atendimento de acidentes com animais peçonhentos, Estado de São Paulo.** Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/unidades-de-referencia/peconhentos\\_unidades.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/unidades-de-referencia/peconhentos_unidades.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020g.

### 13. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA

Ana Carolina Kaminski Buratto  
David Pimentel Barbosa de Siena  
Rafaella Navarro Leonel

#### Resumo Executivo

A presente análise tem como objeto as informações criminais da região do Grande ABC Paulista relativas ao segundo trimestre de 2019. Foram coletados os dados dos crimes praticados no período eleito, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

#### Mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)

Diante dessas informações é possível aferir o número de *mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)*, indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, *caput* e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 2º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 2º, do Código Penal).

**Tabela 1: Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2018 e 2º trimestre 2019**

Município	2º trimestre de 2018	2º trimestre de 2019	Variação
Santo André	13	13	0%
São Bernardo do Campo	14	13	-7,1%
São Caetano do Sul	0	1	Infinito
Diadema	14	8	-42,8%
Mauá	1	8	700%
Ribeirão Pires	3	2	-33,3%
Rio Grande da Serra	1	1	0%
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>0%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Considerando a totalidade da região, não houve variação do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (0%). Em números absolutos, Santo André e São Bernardo do Campo foram os municípios que lideraram o ranking com 13 mortes cada, durante o segundo trimestre de 2019. Em contrapartida, São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra registraram uma morte cada.

Com relação às variações, em comparação ao segundo trimestre de 2018, Mauá apresentou a maior aumento (700%), enquanto que Diadema obteve a maior queda (-42,8%). Contudo, estas variações são decorrentes de flutuações naturais que ocorrem nos dados, quando se trabalha com números pequenos de eventos, o que prejudica o dimensionamento dos fenômenos, podendo levar a conclusões equivocadas sobre o aumento ou queda.

**Tabela 2: Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	1,9
São Bernardo do Campo	1,6
São Caetano do Sul	0,6
Diadema	2,0
Mauá	1,9
Ribeirão Pires	1,7
Rio Grande da Serra	2,2

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Rio Grande da Serra obteve a maior taxa de morte decorrente de CVLI, sendo que ocorreram 2,2 mortes por 100 mil habitantes durante o referido período. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve nos patamares mais baixos de violência com taxa de 0,6 mortes por 100 mil habitantes.

### **Mortes decorrentes de oposição à intervenção policial**

O número de *mortes decorrentes de oposição à intervenção policial*, leva em consideração as ações envolvendo integrantes das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal), amparados por alguma causa excludente da ilicitude, que afasta a tipificação no crime de homicídio doloso.

**Tabela 3: Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, Grande ABC Paulista, 2º trimestre 2018 e 2º trimestre 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2018</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	5	3	-40%
São Bernardo do Campo	2	4	100%
São Caetano do Sul	0	0	0%
Diadema	4	1	-75%
Mauá	2	0	-100%
Ribeirão Pires	0	0	0%
Rio Grande da Serra	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>-38,4%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Durante o segundo trimestre de 2019, São Bernardo do Campo foi o município que registrou o maior número de mortes decorrentes de intervenção policial, com quatro casos. Mauá, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não registraram nenhum caso de morte decorrente de oposição à intervenção policial. Em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, Mauá apresentou a maior diminuição (-100%), e São Bernardo do Campo obteve a maior variação percentual (100%). Todavia, como dito no tópico anterior, estas variações são decorrentes de flutuações naturais que ocorrem nos dados, quando se trabalha com números pequenos de eventos, o que prejudica o dimensionamento dos fenômenos, podendo levar a conclusões equivocadas sobre o aumento ou queda.

**Tabela 4: Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	0,4
São Bernardo do Campo	0,5
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	0,2
Mauá	0,0
Ribeirão Pires	0,0
Rio Grande da Serra	0,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Considerando toda região, ocorreu uma considerável diminuição no número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial (-38,4%). A Cidade de São Bernardo do Campo apresentou a maior taxa de morte decorrente de oposição à intervenção policial, com 0,5 morte por 100 mil habitantes. Já São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentaram os melhores indicadores, com taxa zero de mortes.

## Estupros

No número de casos de *estupros* são levados em consideração todos aqueles em que houve vitimização sexual notificada à Polícia Civil, e classificada nos artigos 213 e 217-A, do Código Penal.

**Tabela 5: Número de casos de estupros, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2018**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2018</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	27	30	11,1%
São Bernardo do Campo	36	27	-25%
São Caetano do Sul	8	8	0,0%
Diadema	16	18	12,5%
Mauá	21	20	-5%
Ribeirão Pires	2	11	450%
Rio Grande da Serra	4	6	50 %
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>120</b>	<b>5,2%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Desprende-se da tabela acima que o total de estupros nas cidades cresceu em um comparativo com o ano anterior, em diversas cidades como Santo André, Diadema, Rio Grande da Serra e principalmente em Ribeirão Pires, sendo esta a com a maior variação entre os períodos. Já as cidades de São Bernardo do Campo e Mauá tiveram o número de casos inferior ao do ano anterior, e São Caetano do Sul permaneceu sem variações durante tal período.

**Tabela 6: Número de casos de estupro por 100 mil habitantes no Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	5,2
São Bernardo do Campo	3,6
São Caetano do Sul	5,3
Diadema	4,6
Mauá	4,7
Ribeirão Pires	14,1
Rio Grande da Serra	12,4

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A cidade que apresenta a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes é Ribeirão Pires, liderando também a tabela anterior. Seguida por Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul, logo em seguida as cidades de Santo André, Mauá e Diadema, ficando em última a cidade de São Bernardo do Campo.

### **Roubos em geral**

No número de casos de *roubos em geral* são compreendidos todos aqueles notificados à Polícia Civil, e classificados no artigo 157, *caput* e § 2º, do Código Penal, exceto os casos de subtração de veículos automotores, que possuem indicador próprio.

**Tabela 7: Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2018**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2018</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	2.048	1.722	-15,9%
São Bernardo do Campo	1.506	1.594	5,8%
São Caetano do Sul	197	192	-2,5%
Diadema	1.606	1.587	-1,1%
Mauá	805	584	-27,4%
Ribeirão Pires	115	87	-24,3%
Rio Grande da Serra	33	15	-54,5%
<b>Total</b>	<b>6.310</b>	<b>5.781</b>	<b>-8,3%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Observa-se uma redução do número de casos de roubos em geral (-8,3%). Em números absolutos, Santo André apresentou a maior quantidade de roubos, sendo que ocorreram 1.722 casos. Rio Grande da Serra registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 15 casos. Em comparação ao segundo trimestre do ano anterior, São Bernardo do Campo foi a única cidade que apresentou aumento (5,8%), enquanto que Rio Grande da Serra demonstrou a maior queda (-54,5%).

**Tabela 8: Número de casos de roubos em geral por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	254,5
São Bernardo do Campo	208,2
São Caetano do Sul	128,6
Diadema	411
Mauá	140
Ribeirão Pires	76,9
Rio Grande da Serra	34,1

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Diadema apresentou a maior taxa de roubos em geral, onde ocorreram 411 casos por 100 mil habitantes. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 34,1 casos por 100 mil habitantes.

### **Roubos e furtos de veículos**

No número de casos de *roubos e furtos de veículos* são contabilizados todos os casos notificados à Polícia Civil, e classificados como roubo (artigo 157, caput e § 2º, do Código Penal) e furto (artigo 155, caput e § 4º, do Código Penal) de veículo automotor.

É possível aferir que dentro do período mencionado o número de furtos de veículos é maior do que o de roubos de veículos, indicando as cidades de Santo André e São Bernardo do Campo como as mais atingidas por estes crimes. Em comparação ao 1º trimestre de 2019 houve um aumento no índice de furto de veículos nas cidades de Santo André (aumento de 84 casos), São Bernardo do Campo (aumento de 67 casos) e Ribeirão Pires (aumento de 2 casos).

**Tabela 9: Número de casos de roubos e furtos de veículos, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2018**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2018</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	1813	1526	-15,8%
São Bernardo do Campo	899	1132	25,9%
São Caetano do Sul	167	152	-8,9%
Diadema	837	745	-10,9%
Mauá	895	564	-36,9%
Ribeirão Pires	107	86	-19,6%
Rio Grande da Serra	9	11	22,2 %
<b>Total</b>	<b>4727</b>	<b>4216</b>	<b>-10,8%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Depreende-se uma redução do número de casos de roubos e furtos de veículo (-10,8%). Santo André registrou a maior quantidade de roubos e furtos de veículo durante o segundo trimestre de 2019, quando ocorreram 1.526 casos. Rio Grande da Serra foi o Município que registrou a menor quantidade de crimes, onde ocorreram 11 casos. Em Mauá ocorreu a maior diminuição, em comparação ao segundo trimestre de 2018, apresentando queda de (-36,9 %). Por outro lado, as cidades de São Bernardo do Campo e Rio Grande da Serra, apresentaram aumento na variação de 25,9% e 22,2%, respectivamente.

**Tabela 10: Número de casos de roubos e furtos por 100 mil veículos, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	212,3
São Bernardo do Campo	134,9
São Caetano do Sul	94,3
Diadema	175,7
Mauá	119,2
Ribeirão Pires	69,6
Rio Grande da Serra	21,6

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A Cidade de Santo André apresentou a maior taxa de roubos e furtos de veículos, onde ocorreram 212,30. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 21,63 casos por 100 mil veículos.

### **Produtividade policial**

Na construção do indicador *produtividade policial* são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial.

**Tabela 11: Número de prisões efetuadas, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2018**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2018</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>	<b>Variação</b>
Santo André	471	535	13,5%
São Bernardo do Campo	795	823	3,5%
São Caetano do Sul	124	24	-80,6%
Diadema	438	466	6,3%
Mauá	268	430	60,4%
Ribeirão Pires	69	57	-17,3%
Rio Grande da Serra	11	21	90,9%
<b>Total</b>	<b>2.176</b>	<b>2.356</b>	<b>8,2%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve aumento no número de prisões efetuadas (8,2%). São Bernardo do Campo efetuou o maior número de prisões durante o segundo trimestre de 2019, quando foram procedidas 823 prisões. Rio Grande da Serra foi o Município que efetuou o menor número de prisões, onde foram executas 21 ordens. Também em Rio Grande da Serra foi onde ocorreu a maior elevação, em comparação ao segundo trimestre de 2018, apresentando aumento de 90,9%. Por outro lado, São Caetano do Sul demonstrou a maior queda do número de prisões (-80,6%).

**Tabela 12: Número de prisões efetuadas e furtos por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2º trimestre de 2019**

<b>Município</b>	<b>2º trimestre de 2019</b>
Santo André	77,6
São Bernardo do Campo	107,5
São Caetano do Sul	16
Diadema	120,6
Mauá	103,1
Ribeirão Pires	50,4
Rio Grande da Serra	47,7

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Diadema apresentou a maior taxa de prisões efetuadas, onde ocorreram 120,6 prisões por 100 mil habitantes, superior à taxa estadual de 98,3 prisões. São Caetano do Sul demonstrou a menor taxa, com 16 prisões por 100 mil habitantes.

---

**David Pimentel Barbosa de Siena.** Professor de Direito Penal da USCS; Coordenador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da USCS. Professor de Criminologia da Academia de Polícia (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP).

**Ana Carolina Kaminski Buratto.** Graduanda em Direito pela USCS. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/7282240247323499>

**Rafaella Navarro Leonel.** Graduanda em Direito pela USCS. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/0110820179254570>

## Nota Técnica

# 14. PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DE CULTURA DE INTEGRIDADE EMPRESARIAL NO GRANDE PAULISTA E EM OUTRAS REGIÕES

Alexandro Rudolfo de Souza Guirão  
Carlos Afonso

Observatório de Integridade Empresarial e Compliance - OIEC

## Resumo Executivo

*A presente nota técnica tem como objetivo apresentar os dados coletados na Pesquisa de Identificação de Cultura de Integridade Empresarial, promovida pelo Observatório de Integridade Empresarial e Compliance (OIEC), ligado à Escola de Direito da Universidade de São Caetano do Sul (USCS).*

O objetivo principal da pesquisa é verificar se as empresas do Grande ABC Paulista e de outras regiões conhecem o Compliance Anticorrupção e o que elas têm feito para mitigar problemas relacionados à corrupção.

O questionário esteve disponível no link:

<https://pt.surveymonkey.com/r/pesquisaintegridadeempresarial> até 25/01/2020, quando a pesquisa foi encerrada e os dados finais apresentados.

Os resultados parciais levam em consideração os questionários que foram respondidos até 25/01/2020, tendo 157 respondentes, de diversas cidades.

## Método

Em relação à sistemática da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo com a natureza de dados qualitativa, a fim de proporcionar levantamento teórico das informações.

A plataforma que serve para hospedagem do questionário de pesquisa e armazenamento dos dados é a SurveyMonkey.

## Sujeitos e Amostra

Os sujeitos da pesquisa são sócios, acionistas, administradores, diretores, gerentes, coordenadores, gestores, que atuem no mundo empresarial e cuja atividade empresarial se relacione com outros empresários ou mesmo com o Governo, independentemente da esfera.

O resultado parcial da pesquisa identificou um total de 157 profissionais que responderam ao questionário de pesquisa, de diversas regiões do país.

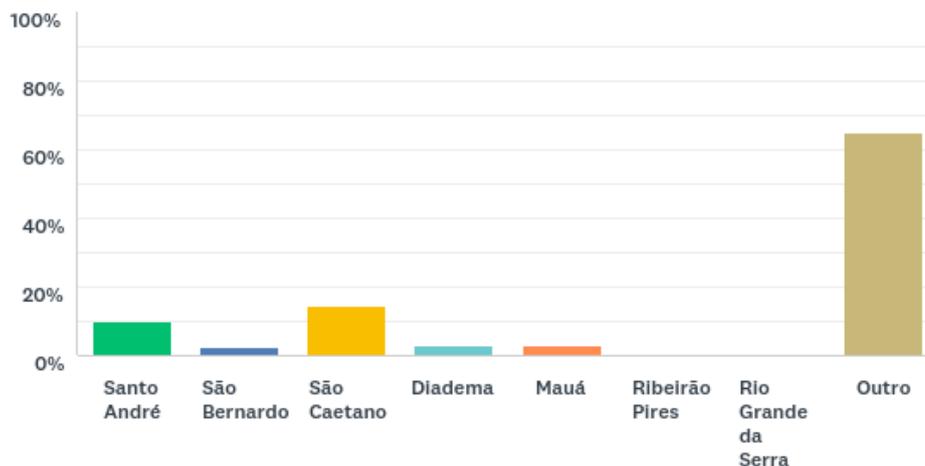
## Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Os resultados obtidos serão apresentados de duas formas:

- a) A primeira levando em consideração todas as respostas
- b) A segunda levando em consideração somente os respondentes domiciliados no Grande ABC Paulista.

O objetivo da primeira questão da pesquisa foi verificar o município onde a empresa está sediada.

**Figura 1: Município onde a empresa está sediada**

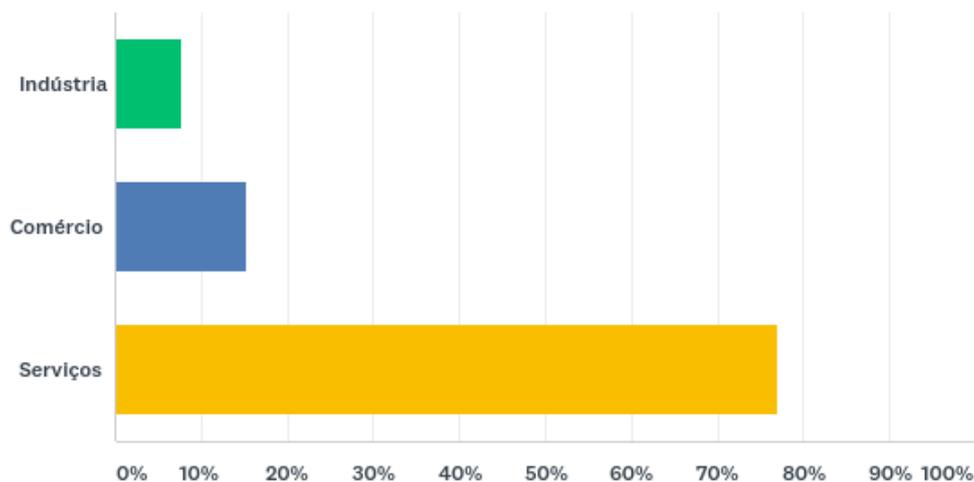


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

A pesquisa obteve retorno de profissionais das seguintes cidades: Santo André: 16; São Bernardo: 4; São Caetano: 23; Diadema: 5; Mauá: 5; Ribeirão Pires: 1; Rio Grande da Serra: 1; outros: 102.

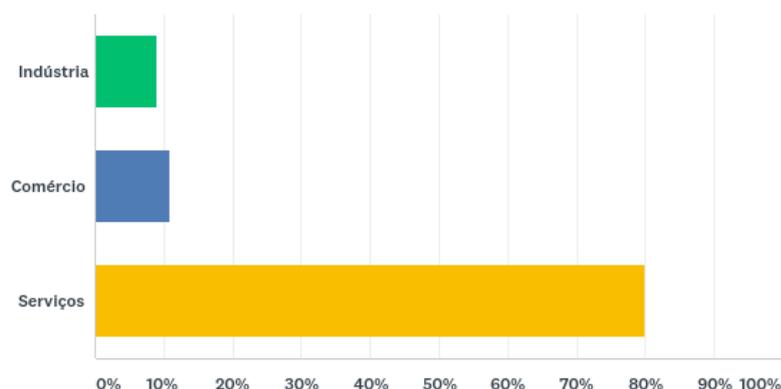
Em relação à segunda pergunta, objetivamos conhecer o setor de atuação do profissional que respondeu à pesquisa, ou seja, se atua na indústria, comércio ou serviços.

**Figura 2A: Área de atuação da empresa – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 2B: Área de atuação da empresa – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Observa-se, majoritariamente, que a grande maioria dos respondentes da pesquisa atua na área de prestação de serviços, sendo que no ABC Paulista correspondente a 44 (80%) e considerando todas as regiões 121 empresas (774%).

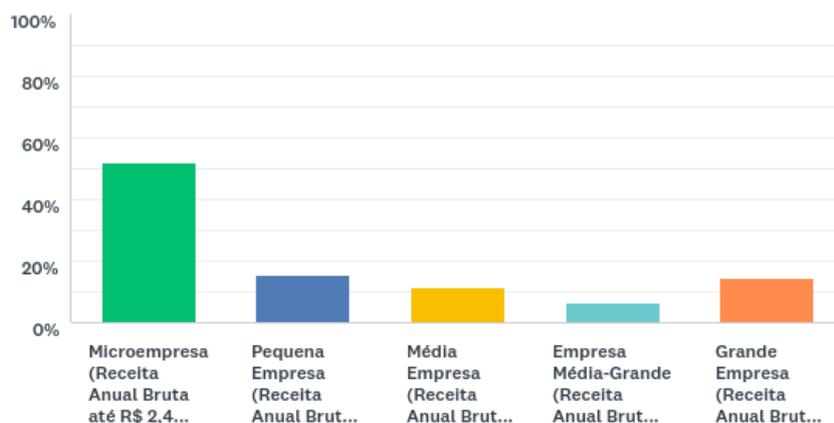
Na terceira pergunta objetivamos conhecer o porte das empresas dos pesquisados. Para tanto, utilizou-se o critério de faturamento definido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a saber:

**Tabela 1: Porte da empresa em relação à Receita Anual Bruta**

PORTE DA EMPRESA	RECEITA ANUAL BRUTA
Microempresa	até R\$ 2,4 milhões
Pequena Empresa	de R\$ 2,4 milhões até R\$ 16 milhões
Média Empresa	de R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões
Média-Grande	de R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões
Grande Empresa	acima de R\$ 300 milhões

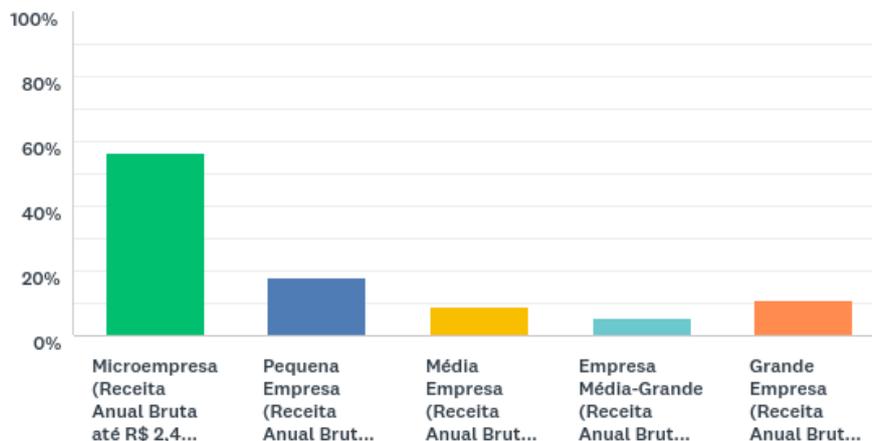
Fonte: BNDES.

**Figura 3A: Porte da empresa – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 3B: Porte da empresa – Somente Grande ABC Paulista**

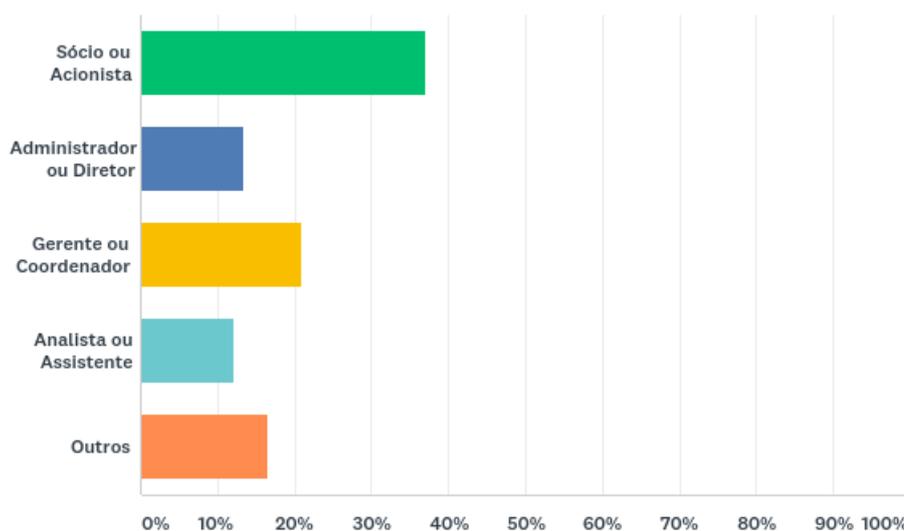


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Observa-se que de forma preponderante, tanto considerando todos os municípios, como considerando somente o Grande ABC Paulista, as microempresas são as mais representativas no que diz respeito ao porte, sendo 82 (52,2%) quando consideramos todos os municípios e 31 (56,3%) quando consideramos apenas o ABC Paulista.

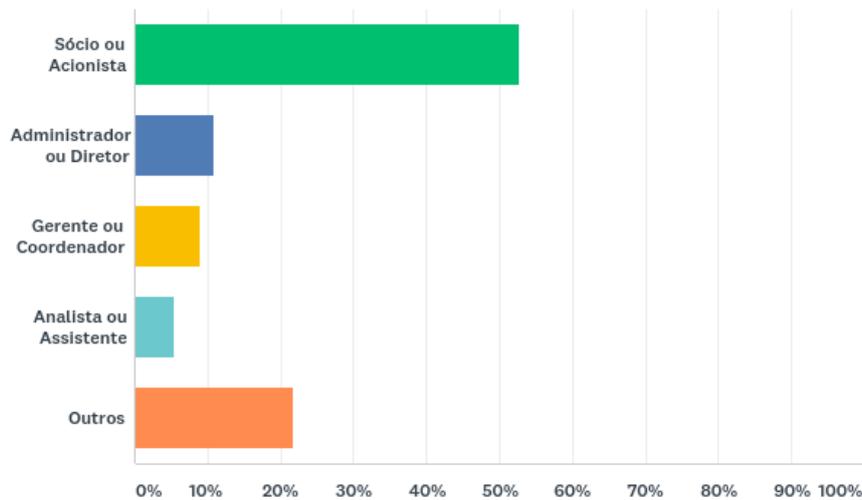
Na quarta pergunta buscamos identificar o cargo do profissional que respondeu a pesquisa.

**Figura 4A: Cargo de quem respondeu a pesquisa – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 4B: Cargo de quem respondeu a pesquisa – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Considerando todos os municípios, observa-se que um total de 58 profissionais (36,9%) são sócios ou acionistas de empresas. Já quando analisamos a região do Grande ABC Paulista isoladamente, temos um total de 29 profissionais (52,7%) que ocupam os mesmos cargos.

Na quinta pergunta, questionamos os profissionais sobre quem deve ser responsável pelo combate à corrupção, subornos ou fraudes no ambiente corporativo.

**Tabela 2: Responsável pelo combate à corrupção**

RESPONSÁVEL	TODOS MUNICÍPIOS	APENAS Grande ABC Paulista
Do Estado, através das autoridades (Polícia, Judiciário e Ministério Público)	13 (8,28%)	4 (7,27%)
Dos Sócios, Acionistas, Conselhos de Administração, Diretores da empresa	45 (28,66%)	21 (38,18%)
Dos Gerentes e Coordenadores	1 (0,64%)	1 (1,82%)
Assistentes e Analistas	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Todos os colaboradores e terceiros que se relacionam com a empresa	98 (62,42%)	29 (52,73%)

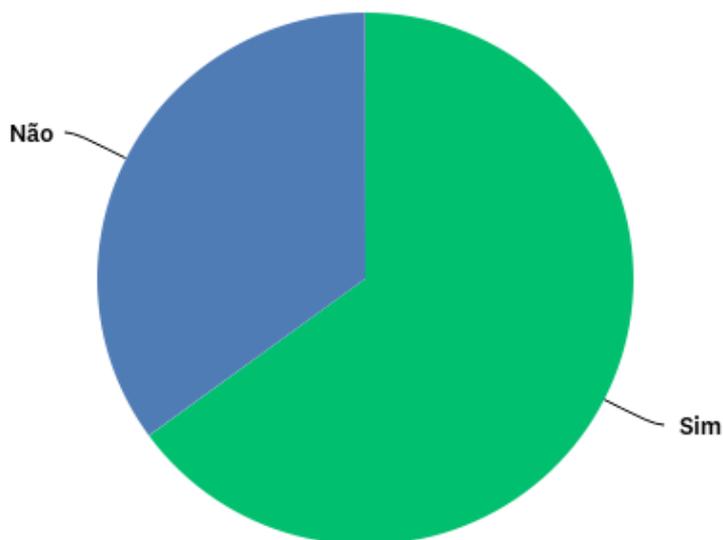
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Analisando os dados obtidos e considerando-se os dados de todos os respondentes, 98 (62,42%) deles acreditam que a responsabilidade pelo combate à corrupção, subornos ou fraudes no

ambiente corporativo deve ser de todos os colaboradores e terceiros que se relacionam com a empresa. Já considerando apenas o Grande ABC Paulista, a maioria, ou seja, 29 profissionais (52,73%) acreditam que essa deve ser uma atribuição do Estado, através das autoridades (Polícia, Judiciário e Ministério Público).

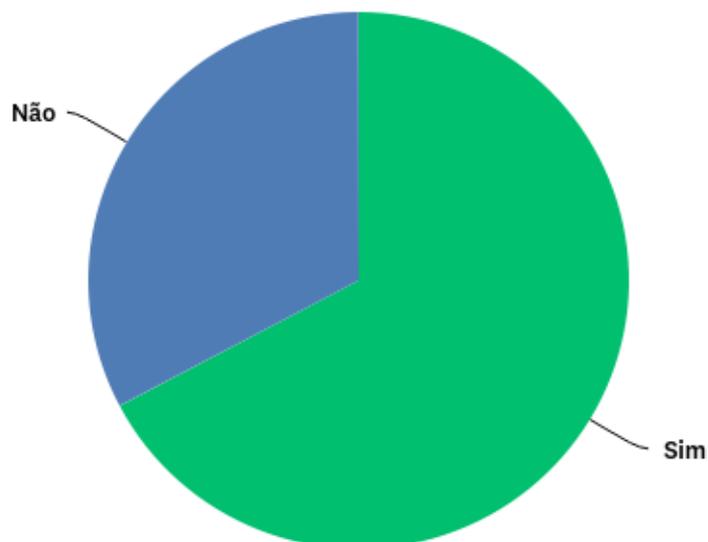
Na sexta pergunta, indagamos aos profissionais se eles conhecem ou sabe o que é o Compliance Anticorrupção ou programas de integridade empresarial.

**Figura 5A: Sabe o que é Compliance Anticorrupção – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 5B: Sabe o que é Compliance Anticorrupção – Somente Grande ABC Paulista**

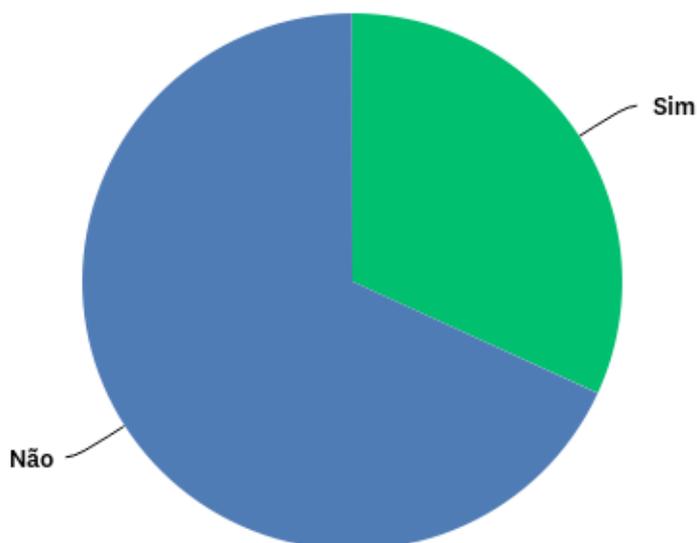


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

No cômputo geral da pesquisa, considerando todos os respondentes, 102 deles (64,97%) afirmaram que sabem o que é o compliance anticorrupção ou programas de integridade empresarial. Já no que diz respeito àqueles oriundos do Grande ABC Paulista, 37 (67,27%) afirmam saber o que é.

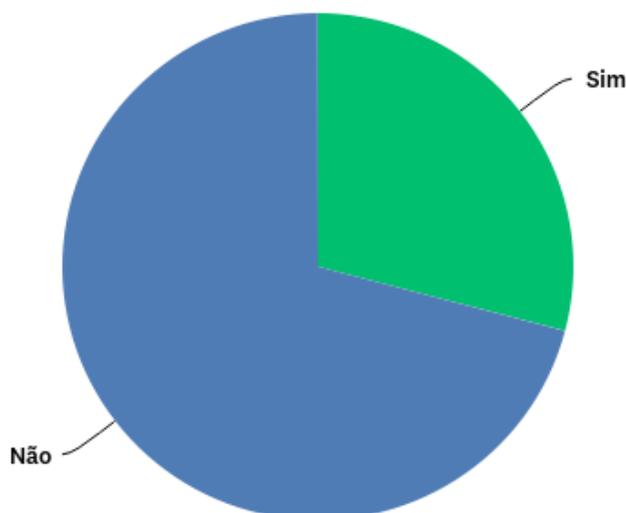
Na sétima pergunta questionamos aos participantes se sua empresa se relaciona com o Poder Público fornecendo produtos ou serviços por meio de licitação.

**Figura 6A: Fornece produtos ou serviços por meio de licitação – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 6B: Fornece produtos ou serviços através de licitação – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Em ambos os grupos, a grande maioria das empresas não fornece produtos ou serviços para o Governo, sendo que no Grande ABC apenas 16 empresas (29,09%) afirmam fazê-lo.

Na oitava pergunta, questionamos os profissionais se eles já haviam presenciado situações de recebimento ou oferecimento de propina em relacionamento com o Poder Público.

**Tabela 3: Corrupção e relacionamento com o setor público**

<b>VOCÊ, REPRESENTANDO A EMPRESA NUM RELACIONAMENTO COM O PODER PÚBLICO, JÁ TOMOU SITUAÇÕES ABAIXO:</b>	<b>TODOS MUNICÍPIOS</b>	<b>APENAS Grande ABC Paulista</b>
Pedido de Propina ou qualquer vantagem indevida para fazer ou deixar de fazer algo que era inerente à atividade do Agente Público (Ex.: não aplicar uma multa, conceder um alvará ou licença).	31 (19,75%)	11 (20,00%)
Oferecimento de propina ou qualquer vantagem para o Agente Público fazer ou deixar de fazer algo.	16 (10,19%)	1 (1,82%)
Nunca presenciei pedido ou oferecimento de propina ou vantagem indevida.	110 (70,06%)	43 (78,18%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Considerando-se todos os profissionais que responderam à pesquisa, 19,75% deles já tomaram conhecimento de situações de pedido de propina/vantagem indevida para o agente público fazer ou deixar de fazer algo que era sua obrigação, ou oferecimento de propina ou vantagem indevida ao agente público. Quando analisamos o Grande ABC Paulista de forma isolada, esse percentual mantém-se praticamente o mesmo, ou seja, 20%.

A nona pergunta, cuja resposta não era obrigatória, buscou saber dos participantes da pesquisa se sua atividade está sujeita a algum tipo de regulação setorial, sendo que as respostas dos participantes foram as seguintes:

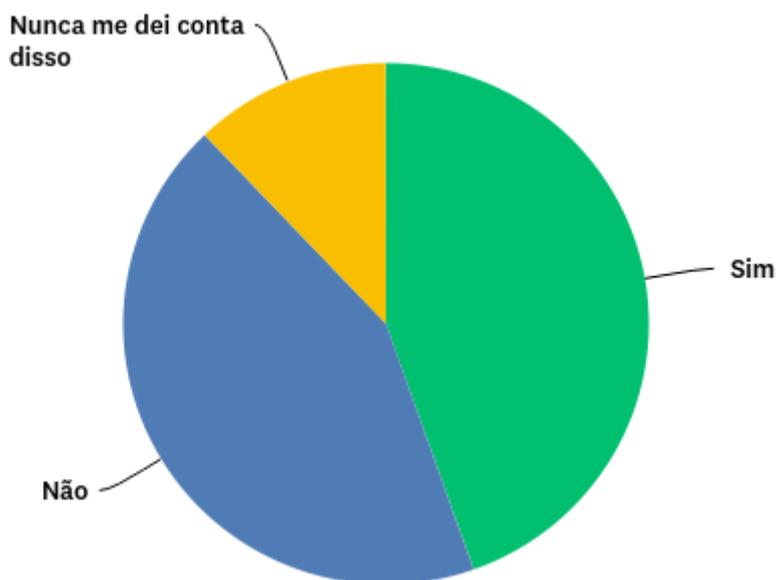
**Tabela 4: Órgão de regulação setorial**

<b>ORGÃO REGULADOR DA ATIVIDADE</b>		
ANVISA	AMBIMA	ANS
ANEEL	ANP	ANTT
BACEN	CFC	CVM
CRC	CREF	CONAR
CRMV	INMETRO	FEDERAMINAS
MEC	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MINISTÉRIO PÚBLICO
OAB	SUSEP	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO
VIGILÂNCIA SANITÁRIA		

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

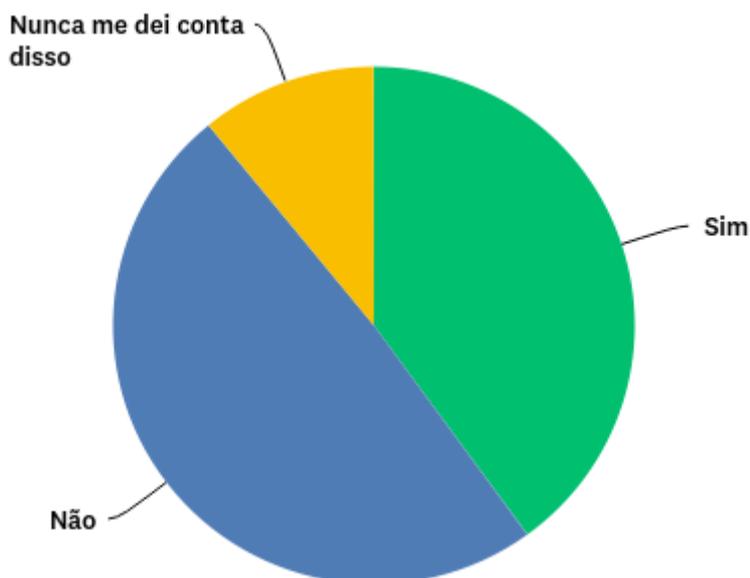
A décima pergunta objetiva saber dos profissionais se seus clientes ou fornecedores já lhe exigiram, por meio de contrato, algum compromisso de integridade ou exigiram adesão a um código de conduta deles ou a uma política interna?

**Figura 7A: Exigência de compromisso de integridade, adesão ao código de conduta ou política de cliente ou fornecedor – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 7B: Exigência de compromisso de integridade, adesão ao código de conduta ou política de cliente ou fornecedor – Somente Grande ABC Paulista**



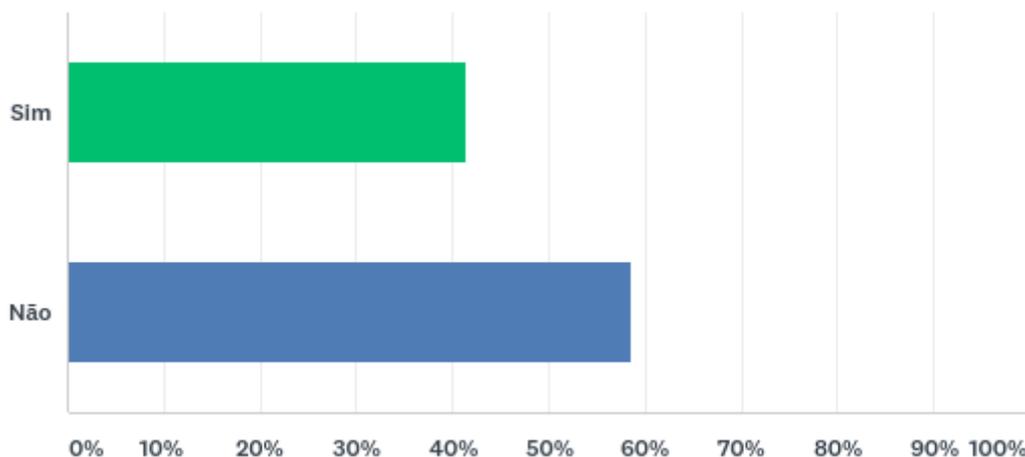
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

De todos os profissionais que responderam à pesquisa, 70 (44,59%) responderam que seus clientes ou fornecedores já lhe exigiram, por meio de contrato, algum compromisso de integridade ou exigiram adesão a um código de conduta deles ou a uma política interna. Considerando apenas os profissionais do Grande ABC Paulista, esse número é de 22 (40%). Já no que diz

respeito aos profissionais que informaram que nunca se deram conta disso, os percentuais foram de 12,10% (19 pessoas), quando consideramos o total dos respondentes e 10,91% (6 pessoas), considerando somente a região do Grande ABC Paulista, informou

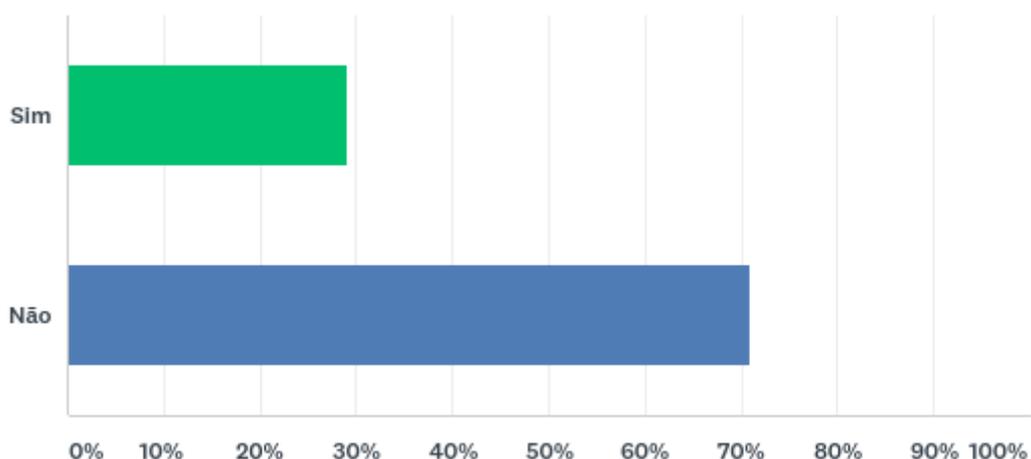
A décima primeira pergunta está relacionada com o fato de a empresa possuir ou não algum programa de proteção à integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos (exemplos: risco legal, reputacional, regulatório).

**Figura 8A: Existência de programa de proteção à integridade empresarial – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 8B: Existência de programa de proteção à integridade empresarial – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Considerando todos os profissionais que responderam à pergunta, 92 (58,60%) afirmam que a empresa não possui nenhum tipo de programa de proteção de integridade empresarial ou

prevenção de riscos corporativos. Já considerando-se somente os profissionais do Grande ABC Paulista, esse número é de 39 profissionais (70,91%).

A décima segunda pergunta relaciona-se a quem é o responsável pela área de *compliance* da empresa.

**Tabela 5: Área responsável pelo programa de *compliance***

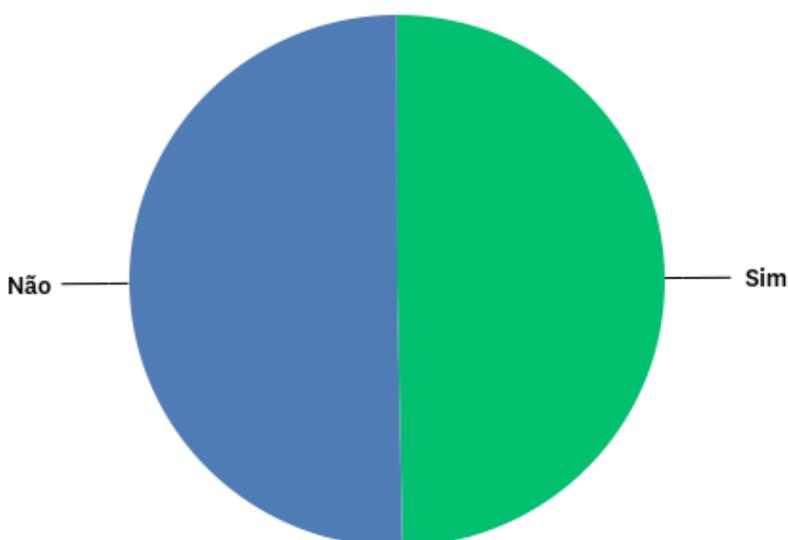
ÁREA RESPONSÁVEL	TODOS MUNICÍPIOS	APENAS Grande ABC Paulista
Compliance	14,01%	5,45%
Auditoria interna	8,92%	3,64%
Jurídica	6,37%	9,09%
Financeiro/Controladoria	4,46%	3,64%
Governança Corporativa	4,46%	3,64%
Outras áreas	5,73%	9,09%
Não Possui programa de Compliance	56,05%	65,45%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Observa-se, quando analisamos os dados de todos os respondentes, em 14,01% dos casos, a área de *compliance* é capitaneada pelo próprio departamento de *compliance*. Quando analisamos os dados do Grande ABC Paulista isoladamente, em 9,09% dos casos o departamento jurídico é o responsável pela área de *compliance* e, com o mesmo percentual, outras áreas.

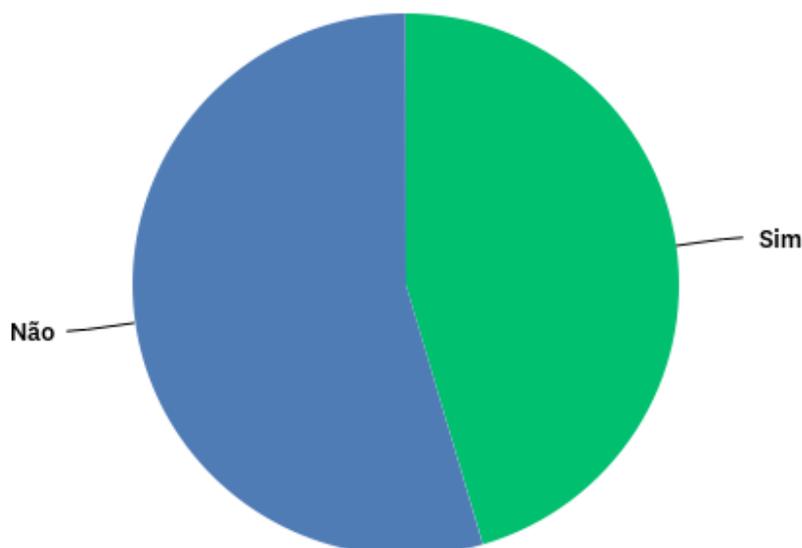
A décima terceira pergunta verifica se a sua empresa possui algum canal para receber relatos ou denúncias de colaboradores ou de terceiros, como por exemplo situações de assédio moral ou sexual, má conduta de funcionários, conflitos éticos, entre outros.

**Figura 9A: Possui canal de denúncias – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 9B: Possui canal de denúncias – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Considerando todos os profissionais que responderam à pesquisa, 79 deles (50,32%) afirmam que sua empresa não possui canal de denúncias. Já quando consideramos apenas os profissionais do Grande ABC Paulista, esse número é de 30 (54,55% do total).

Ainda sobre o canal de denúncias, a décima quarta pergunta verifica quem é o responsável pela administração dele.

**Tabela 6: Responsável pelo canal de denúncias**

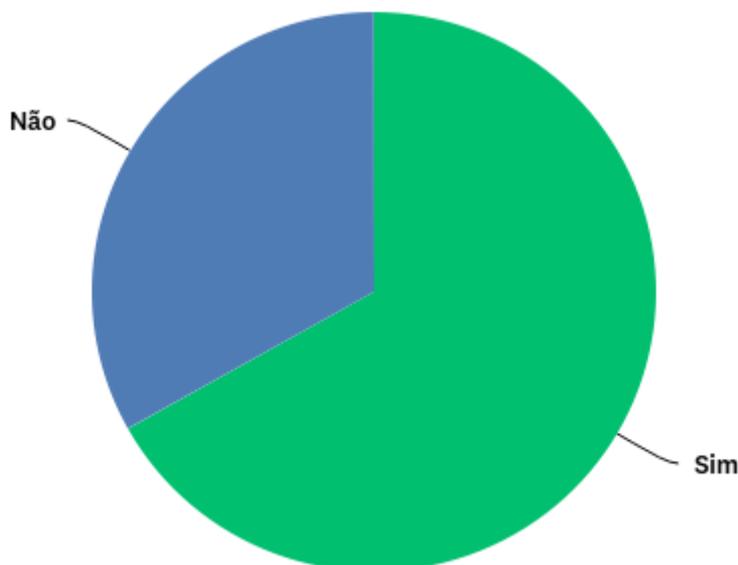
ÁREA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO CANAL DE DENÚNCIAS	TODOS MUNICÍPIOS (# RESPOSTAS)	APENAS Grande ABC Paulista (# RESPOSTAS)
Diretoria	29	14
RH	14	4
Finanças	0	0
<i>Compliance</i>	12	2
Jurídico	15	3
Empresa terceirizada	6	1
Outros	59	25
Não responderam	22	6
Total	157	55

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Verifica-se que, de acordo com as respostas dos participantes, outros departamentos são os responsáveis pelo canal de denúncias.

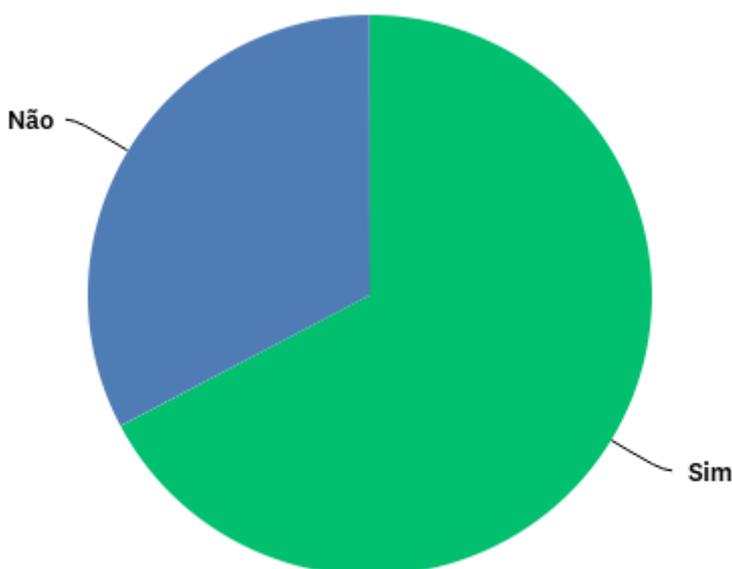
A décima quinta questão procura verificar junto aos profissionais se antes de contratar novos fornecedores, sua empresa procura fazer algum levantamento para checar a idoneidade da empresa e dos seus dirigentes.

**Figura 10A: Checa idoneidade da empresa e dirigentes – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 10B: Checa idoneidade da empresa e dirigentes – Somente Grande ABC Paulista**



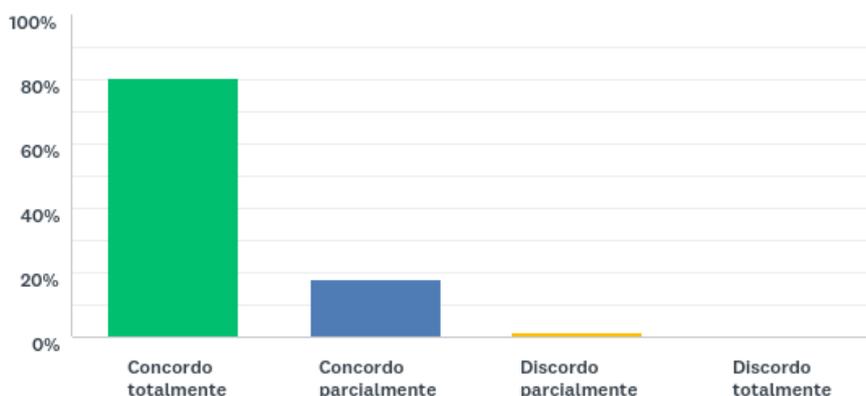
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

No que diz respeito à checagem de dados da empresa e de seus dirigentes antes de contratar novos fornecedores, e considerando os profissionais de todos os municípios, 105 (66,887%) afirmaram fazer essa checagem. Já com relação aos profissionais do Grande ABC Paulista, 37 deles (67,27% do total) também o fazem. Chama a atenção daqueles que não fazem nenhuma checagem em relação à idoneidade da empresa ou dos sócios, correspondendo a pouco mais de 1/3 em ambos os casos.

Na última pergunta do questionário de pesquisa afirmou-se que os programas de *compliance* anticorrupção visam promover melhores relações no ambiente empresarial e promover mais segurança para as empresas que o adotam, mitigando eventuais riscos.

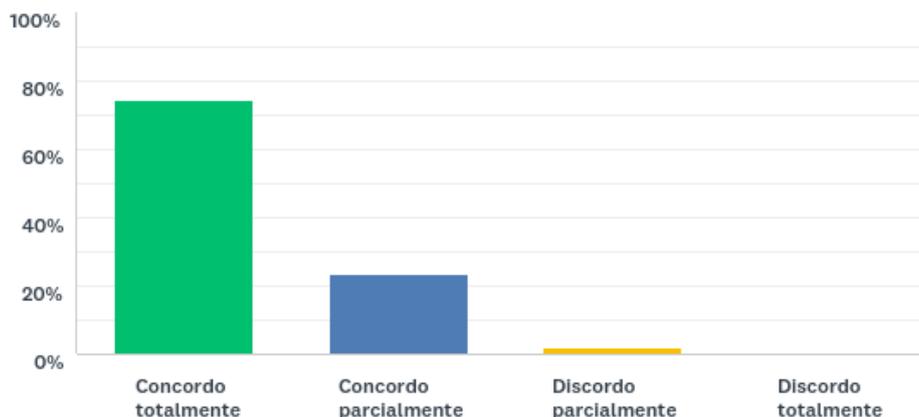
Foi solicitado aos profissionais que analisassem essa afirmativa e manifestassem seu grau de concordância.

**Figura 11A: Grau de concordância em relação à afirmativa – Todos os municípios**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Figura 11A: Grau de concordância em relação à afirmativa – Somente Grande ABC Paulista**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

**Tabela 7 – Grau de concordância em relação à afirmativa**

GRAU DE CONCORDÂNCIA	TODOS MUNICÍPIOS %	APENAS Grande ABC Paulista %
Concordo totalmente	80,25%	74,55%
Concordo parcialmente	17,83%	23,64%
Discordo parcialmente	1,27%	1,82%
Discordo totalmente	0,64%	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa de campo.

Solicitados a analisar a afirmativa de que os programas de *compliance* anticorrupção visam promover melhores relações no ambiente empresarial e promover mais segurança para as empresas que o adotam, mitigando eventuais riscos, pouco mais de 80% do total de respondentes concordam totalmente com ela. Já quando analisamos somente os respondentes oriundos do Grande ABC Paulista, o percentual é de 74,55%.

## Conclusão

A presente pesquisa trouxe dados bastantes relevantes sobre a cultura de integridade empresarial, não só na região do Grande ABC Paulista, onde o Observatório de Integridade Empresarial e Compliance da USCS está sediado, bem como em outras regiões do país.

Embora a cultura de *compliance* tenha começado inicialmente no setor financeiro, por conta das regras do setor bancário internacional e, conseqüentemente, adaptação dos bancos brasileiros às normas internacionais, foi após a publicação da Lei 12.846/2013, mais conhecida como Lei Anticorrupção, que o *compliance* e a integridade empresarial começam a ganhar corpo efetivamente.

Prestes a completar sete anos de existência em agosto de 2020, a Lei Anticorrupção trouxe importantes avanços ao prever a responsabilização de empresas que pratiquem atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, prevendo, inclusive, punições de bastante significativas, podendo chegar até 20% do faturamento bruto.

Por outro lado, embora haja uma maior difusão da necessidade de cultura de integridade, a pesquisa mostra que ainda existe uma ideia um tanto quanto equivocada em relação àqueles que devem combater a corrupção, subornos ou fraudes. Pouco mais de 1/3 dos respondentes da pesquisa responderam que essa obrigação cabe ao Estado ou aos sócios, acionistas e diretores de empresas.

A pesquisa mostrou também que pouco mais de 1/3 do total de respondentes não sabe o que é Compliance Anticorrupção ou Programa de Integridade Empresarial. Quando olhamos o Grande ABC Paulista isoladamente, esse percentual é pouco maior que 32%. Em ambos os casos, o percentual é bastante significativo, considerando que a pesquisa foi direcionada para sócios, diretores, gerentes e todos aqueles que possuam cargos executivos nas empresas.

Também chama a atenção o percentual de respondentes que responderam que já presenciaram pedido de propina ou vantagem indevida (19,75%) ou oferecimento de propina ou vantagem para agente público (10,19%).

Observa-se ainda que pouco mais de 58% dos respondentes afirmaram que sua empresa não possui programa de proteção à integridade empresarial ou prevenção de riscos corporativos. 50% dos respondentes também afirmaram que a empresa não possui algum canal para receber relatos ou denúncias de colaboradores ou de terceiros. O canal de denúncias, tamanha sua importância dentro de um programa efetivo de *compliance*, é considerado como um dos seus nove pilares.

Adicionalmente aos resultados obtidos pela Pesquisa de Identificação de Cultura de Integridade Empresarial é importante fazer um paralelo com a pesquisa da Transparência Internacional intitulada “Índice de Percepção da Corrupção”, cuja edição 2019 foi divulgada recentemente. No ranking da pesquisa, o Brasil ocupou a 106ª posição, num total de 180 países pesquisados, caindo mais uma posição em relação à edição de 2018.

O Índice de Percepção de Corrupção (IPC) é um indicador de corrupção no setor público, elaborado numa escala que vai de zero a 100 pontos. Quanto mais próximo de 100, mais íntegro é o país. Quanto mais próximo de zero, mais corrupto é. Em 2019 o Brasil obteve um total de 35 pontos. A pontuação média foi de 43 pontos.

Nas primeiras posições do ranking de 2019 figuram: Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia, Singapura, Suécia, Suíça, Noruega, Holanda, Alemanha e Luxemburgo, nessa ordem.

Desta forma, a própria pesquisa da Transparência Internacional de fato demonstra que existe ainda um longo caminho a ser percorrido pelo Brasil no que diz respeito ao combate à corrupção e a criação de uma cultura de integridade, de modo que possamos ser um país cada vez mais íntegro e com menores níveis de corrupção.

---

**Alexandro Rudolfo de Souza Guirão.** Sócio do Guirão Advogados, Escritório de Advocacia Empresarial, responsável pelas Áreas de Contratos, Direito Societário e Compliance. Professor de Direito Empresarial da Escola de Direito da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Profissional Certificado em Compliance (CPC-A – LECBOARD/FGV; CEC – Instituto ARC).

**Carlos Afonso.** É Administrador e Contabilista. Sócio-diretor do Grupo MCR – Contabilidade e Auditoria. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Santo André. Técnico em Contabilidade pelo SENAC São Paulo. Bacharelado em Direito pela Universidade de São Caetano do Sul. MBA em Controladoria e Contabilidade Avançada pela Universidade de São Caetano do Sul. Pós-Graduado em Gestão Empresarial e em Administração Financeira pela Escola Superior de Administração de Negócios (Centro Universitário da FEI).

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12846.htm). Acesso em 28 de janeiro de 2020.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Lei Anticorrupção.** <https://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorruptao>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

LEC – Legal, Ethics, Compliance. **Os nove pilares de um programa de Compliance.** Acesso <https://lec.com.br/blog/os-9-pilares-de-um-programa-de-compliance/>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção da Corrupção 2019.** <https://ipc.transparenciainternacional.org.br>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

## 15. **THINK TANK (2): DESENHO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA PARA MELHORAR A QUALIDADE DO JOGO POLÍTICO ELEITORAL**

Aristogiton Moura

### **Resumo Executivo**

*A discussão necessária de voltarmos a cultivar a inteligência como elemento transformador da realidade política e social, coloca nas agendas acadêmicas, públicas e políticas um importante instrumento de agregação e potencialização social que são os think tanks. Esses instrumentos que foram tão importantes no século XX para muitos países e desprezado por outros tantos, mostra-se agora crítico para o enfrentamento na era digital. O termo inteligência aqui é diverso do entendimento comumente voltado às questões de defesa. O que é tratado nesta nota está relacionado ao conhecimento e compreensão da realidade presente e futura e os instrumentos para a ação humana planejada. Este conceito condiciona todas as opções, seja como contexto geral, seja como texto das decisões críticas que afetam a sociedade. Ao relacionar inteligência com problemas sociais (no caso o jogo político eleitoral) pretende-se demonstrar, com a ajuda de Matus e Dror, que um Centro de Inteligência Estratégica se aplica ao macroproblema de escolha e orientação e condução política que afeta a sociedade moderna.*

### **Introdução**

A nota técnica “**Proposta de desenho de um Think Tank para desenvolver Inteligência Regional de suporte ao Desenvolvimento Sustentável do Grande ABC Paulista**”, publicada na 10ª. **Carta de Conjuntura do CONJUSCS – Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS**, de minha autoria, tem suscitado discussões e algumas questões críticas foram levantadas, como a do professor Lúcio Freitas, que provoca: “*excelente discussão. Vale a pergunta: qual seria o roteiro a seguir?*” Para responder a questão colocada de como seria o desenho de um instrumento de planejamento e prospecção - um Centro de Inteligência Estratégica – e aproveitando a situação de um momento eleitoral, esta nota foi escrita pensando em como estruturar um Centro dirigido a melhorar a qualidade do jogo político.

A sustentação teórica desta nota está baseada na Teoria do Jogo Social de Carlos Matus, desenvolvida para ajudar a enfrentar a baixa capacidade dos governos e dos partidos políticos em dar respostas efetivas aos graves problemas políticos e sociais e o desenvolvimento teórico de Yehezkel Dror sobre os sistemas e métodos para suporte à alta direção pública e política e sua orientação sobre a estruturação de CIESS.

### **Fundamentação**

Embora o senso comum indique que o desenvolvimento de um Centro seja o desenho do **Projeto** <sup>[1]</sup>, ou da **Governabilidade** <sup>[2]</sup> necessária para colocá-lo na agenda política, este é claramente um problema de liderança estratégica, definida por Matus como de **Capacidade de Governo** <sup>[3]</sup>. Esta deficiência explica o fenômeno de haver dirigentes inteligentes e bem formados e totalmente incapazes de enfrentar os novos problemas surgidos na era digital.

A atuação efetiva nos âmbitos governamental, político e social requer o apoio de uma teoria da ação em jogos complexos de alta incerteza, como a “Teoria do Jogo Social” construída por Matus. Esta contempla o desenvolvimento da teoria da análise de problemas quase estruturados; a teoria da ação em áreas complexas de múltiplas dimensões; a análise de sistemas complexos com a multiplicidade de recursos escassos; a análise de situações; a análise estratégica; o planejamento estratégico público; a análise da incerteza; a teoria das macroorganizações; o fundamento das

apostas sociais; o monitoramento e avaliação da gestão pública; o estudo de atores; a simulação histórica; os jogos de simulação e várias outras disciplinas das ciências e técnicas de governo, que estão ausentes do ensino universitário. A Teoria PES (Planejamento Estratégico Situacional) é uma contribuição nessa direção, e o método PES, indicado para sustentação dos planos estratégicos necessários, sintetiza suas propostas operacionais.

Já os aportes de Dror são baseados em seu conhecimento especializado, nos desenvolvimentos teóricos de sua carreira acadêmica e na sua profícua carreira de conselheiro para altos dirigentes. Ele traz, de maneira didática, o passo a passo da estruturação de *think tanks*, Centros de Inteligência Estratégica e de sistemas de suporte ao processo de tomada de decisões para a alta direção pública, política e social.

## **Contexto político e os desafios para a inteligência estratégica**

Pelo que vimos nas últimas campanhas eleitorais, a forma como a sociedade enxerga a política e os políticos tem mudado drasticamente, o que resultou na desconstrução do *status quo* da política brasileira. Entretanto, nos deparamos, mesmo depois de toda essa mudança, com atores políticos tradicionais preparando-se para 2020 como se essa revolução nas eleições não tivesse acontecido.

Mas, a bem da verdade, é prudente que se diga que eles estão sim procurando aprender as “novas fórmulas” para ganhar esse novo tipo de eleição, que pôs em xeque velhos dogmas eleitorais brasileiros. Para isso compram tecnologia, buscam conhecimento nas melhores universidades e os melhores filósofos da autoajuda para “modernizar-se” sem, no entanto, saber o que deve ser feito e o que deve ser mudado para tornarem-se os “novos políticos”, uma vez que os eleitores já não os reconhecem e não votam neles e nem por eles.

Esse processo passa por diversos caminhos, que vão da “refundação, modernização, transformação...” dos partidos e dos políticos, focando-se nas formas e não sabendo que a mudança deve ser estrutural: deixar de ser agremiações de interesses pontuais no mundo físico para ser espaços de conversações e consensos no mundo virtual, pois é nas plataformas digitais que o eleitor mostra que política não se faz apenas pelo voto. A principal característica das eleições que estão por vir é que elas são abertas e permanentes, e são decididas, na maioria dos casos, no último momento de um processo que se dá dentro de um panorama complexo e imprevisível.

O que tínhamos como seguro e confiável agora é líquido e confuso. Em geral, consultores e especialistas eleitorais se apegam em seu conhecimento tradicional e mantêm uma postura conservadora embora a realidade venha demolindo suas crenças e seus acertos anteriores não podem mais ser replicados. O panorama não é bom, ninguém parece saber de nada. O que parece certo é que a liderança tradicional e sua política partidária estão se acabando.

O que pudemos aprender destas campanhas é que quem está acertando e ganhando não são partidos, mas as pessoas e as ideias no ambiente virtual. Os partidos tradicionais insistem em concentrar seus esforços e recursos em suas lideranças históricas para ganhar e estão tendo os péssimos resultados vistos nas últimas eleições. Daniel Innerarity <sup>[4]</sup>, filósofo espanhol é hoje um dos poucos que consegue explicar a nova realidade. Para ele a tendência global é o afastamento dos eleitores das campanhas tradicionais e, principalmente, dos jovens, num movimento coerente com a nova realidade mundial. As empresas, por exemplo, consideram os jovens "a galinha dos ovos de ouro" do novo mercado e dedicam enormes quantias para direcionar sua publicidade a eles. Mesmo sendo geridas por gerações tradicionais, sabem que o mundo sólido e permanente de então está desaparecendo. Todo esse processo afeta a dinâmica da sociedade e se constitui numa tendência aparentemente irreversível em todos os segmentos, gerando, com isso, a necessidade de a política diferenciar mensagens e narrativas para o novo momento.

Os jovens não são apolíticos. O que eles não querem de jeito algum é participar de um modelo que consideram esgotado ou associado a escândalos de corrupção. Buscam, na política, uma

campanha rupturista, a partir das novas propostas de arranjos institucionais, àqueles que criaram ou que confiaram para atuar em cenários diferentes. Querem transmitir uma mensagem inovadora que transforma o sistema partidário. Vão conseguir? Todavia ainda é cedo para responder a essa pergunta. No momento, estão nisso.

Um dos perigos que enfrentam é o populismo. Se os problemas políticos do nosso tempo são tão fáceis de consertar, por que ainda estão aí? A solução não é procurar culpados e nem se envolver em correntes de discursos carregados de ódio e ressentimento nas redes sociais, principalmente nesse momento atípico em que vivemos, em que o ódio se viralizou, sendo inclusive utilizado como plataforma política dos *outsiders*. O mundo real é complexo e soluções reais exigem amplo consenso e aceitabilidade e, principalmente, uma nova capacidade que é a de escutar e atuar no mundo virtual.

Os partidos políticos, embora enfrentando situações de extremo desgaste, mostram agora que estão se armando para reagir e tentar sobreviver a essa onda com a arma política do momento – as *fake news* – que vêm sendo utilizadas por eles como tática de aglutinação de sua força, desmobilização das forças adversárias e provocar confusão e dessensibilização na sociedade. Essa parece ser, para eles, o que há de mais moderno em termos de política. No entanto, esta tática, que pode até ter algum resultado imediato, é um fator de desestímulo para a sociedade, fazendo com que essa se afaste e se negue a participar quando for o momento de governar. Esta situação acaba sendo um dos maiores fatores que contribuem para a baixa capacidade que afetam os novos governos, nascidos destas táticas.

A boa notícia é que a criação e o emprego de novas tecnologias estão ajudando a inovar e transformar a maneira de ser fazer campanha. Os jovens sabem bem disso. Em suas campanhas valorizam mais chamar sua atenção, com uma projeção viralizante na internet, do que qualquer mobilização partidária tradicional. Recusam-se a participar na direção das campanhas políticas tradicionais, mas não têm receio em ocupar posições no poder, caso sejam vitoriosos. Tanto na política quanto nos novos governos, eles sabem de que nada servem as estratégias de mobilização se não vierem acompanhadas de ações midiáticas e chamativas que envolvam a sociedade conectada. As palavras de ordem são: remova o logotipo do partido, crie um movimento, foque em ações de *millenials* e aposte em fazer uma campanha rupturista que faça sentido para os diferentes segmentos sociais conectados.

No Brasil, a partir das eleições de 2018, o fenômeno da articulação política por fora dos caminhos tradicionais tomou força e os movimentos suprapartidários que apoiam e incentivam a renovação na política elegeram 29 deputados e 4 senadores. Os eleitos integram nove grupos: o Agora!, o Renova Brasil, o Livres, o Nós, o Ocupa Política, o Muitas, o Vote Nelas, a Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade (RAPS) e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Este processo que transmutou das redes sociais ao poder, grupos ativistas que nunca antes haviam transitado pelos caminhos da política tradicional, criou uma elevada contradição para o sistema político, fragilizando-o e impondo um desafio quase intransponível para as novas forças políticas, pois sua existência significa uma enorme contradição para o modelo tradicional de governança pública e para o contrato social vigente.

As instituições políticas tradicionais são resultados de um acordo social que nasceu e se desenvolveu num processo de acumulação histórica, resultado de uma trajetória social oriunda da Revolução Industrial que vem se perpetuando no tempo, sem grandes alterações. Esta é um legítimo fruto dos “tempos sólidos”, como definiu Zygmunt Bauman, e que tem dado, até então, sustentação e sentido para a sociedade.

Já a natureza dos movimentos políticos modernos é típica dos “tempos líquidos”, que são respostas da sociedade ao desgaste do modelo político tradicional. Eles nasceram para enfrentar problemas específicos e temporais e têm as características de coalizões especializadas que enfrentam problemas transitórios, e que tendem a se reconfigurar ou desaparecer, assim que estes entram na agenda governamental, pois são resultado de um modelo de ativismo difuso,

próprio das coligações sociais desses tempos.

Para se manter vigente e apoiar a transição dos modelos de governança e sustentação social os movimentos têm de incorporar determinadas práticas e sistemas que deem suporte à nova geração política. Esta, para fazer a diferença, deve incorporar novos conhecimentos e práticas que lhes permita criar uma agenda própria para desenhar e implementar novos modelos de se fazer política e governo que sejam adequados à sociedade em rede.

Para tanto, o caminho para esse novo momento implica no desafio para a academia e para a política de desenhar e implantar Centros de Inteligência Estratégica, que atuem como um *think tank* de produção de conhecimentos e conteúdos políticos, suportados por um programa permanente de formulação e formação para o Novo Político, a Nova Política e o Novo Governo.

## **O que é um centro de inteligência estratégica e quais são os seus objetivos?**

Um Centro de Inteligência Estratégica é uma parte de sistema que tem a missão de estabelecer as bases teóricas e metodológicas para desenvolver as capacidades de um jogador político no jogo social, dentro de um contexto político específico, para que se atinja resultados concretos nos problemas atuais. Para tanto, deve atuar em cinco níveis:

1. Análise Situacional - Análise contínua por parte dos componentes do Centro de Inteligência Estratégica, tendo como foco a sua estrutura para atuar no mundo digital, os sistemas e processos para este fim, bem como uma agenda que contemple os principais problemas a serem enfrentados pelo Centro.
2. Desenvolvimento da Macro Estratégia com suporte de métodos prospectivos, que, por meio de teoria e metodologia apropriadas, dá suporte de direcionalidade às macro decisões que orientem a ação nos jogos políticos e sociais de interesse estratégico;
3. Planejamento Estratégico Situacional - Suporte de Planejamento Estratégico Situacional para a alta direção, com metodologia para atuar em contextos complexos, criativos e conflituos, onde domina a incerteza e é necessário inovar para atingir os objetivos políticos desejados. Dessa maneira, esse nível apoia o processamento descentralizado, pelo aporte de informações, dados e contexto para que cada uma planeje (dentro do princípio enunciado por Matus "planeja quem faz", apontando que o planejamento é uma ação descentralizada) e que esteja alinhada com planos da alta direção;
4. Ciências e Técnicas de Governo – Implantação e Formação nas metodologias e ferramentas das Ciências e Técnicas de Governo desenvolvidas por Carlos Matus e Y.Dror, com ênfase na discussão dos três conceitos: *O Novo Político*, *A Nova Política* e *o Novo Governo*;
5. Inteligência de Campanhas Eleitorais – Suporte à direção, planejamento e gestão de campanhas eleitorais em um contexto no qual a Internet e as Redes Sociais têm cada vez mais importância como veículo de comunicação e transformação social. A campanha passa de um mero instrumento de marketing eleitoral para um instrumento de estabelecer novos consensos políticos.

O Centro de Inteligência Estratégica, nesse caso, é o centro do processo de orientação, tanto de longo prazo quanto para a ação no dia a dia. A partir dele são desenvolvidas e difundidas as diretrizes de atuação e a correção do curso de ação planejada e são criadas as condições para enfrentamento de crises e emergências, que afetam organizações políticas, seus planos, seus dirigentes e seu campo de atuação.

## Contextos e Desafios

Com o advento da internet e a popularização das redes sociais houve uma mudança do paradigma de como se organizar a sociedade politicamente, participar dos processos eleitorais e de como fazer governo por resultados.

As mudanças produzidas pela sociedade conectada mudou a clássica relação governantes-governados com a sociedade, para uma relação governantes – governantes, pois o poder se desconcentrou e dispersou-se por vários e diversos atores que jogam o jogo político social, fazendo com que os modelos clássicos estejam a reboque, e não conduzindo, os processos políticos críticos nesse meio.

Neste novo momento, somos obrigados a abandonar os métodos tradicionais de fazer política e governar e as teorias sobre organizações departamentalizadas que têm nos conduzido nos últimos 50 anos. Agora, é necessário dominar as ciências transversais, para atuar em ambientes políticos complexos, conflitivos e de alta incerteza, no qual o tradicional perdeu sua primazia para vários outros atores, pois o poder burocrático e legalista está perdendo espaço para o poder da comunicação instantânea e os consensos difusos. Saber planejar em ambientes complexos, nebulosos e em constante transformação, com grande velocidade de mudança e repleto de informações é o novo campo da política.

Para tanto há que se apropriar de novos conceitos como Inteligência aplicada à escuta ativa da internet no jogo político e da capacidade de entender, estruturar e atuar no novo ambiente político, para, entre outros, adquirir as condições mínimas de governabilidade e ser ator nas diferentes e diversas mesas de negociação na sociedade conectada.

## Atuação de um centro de inteligência estratégica para o momento eleitoral

São cinco as dimensões de atuação de um Centro nesta tipologia:

### 1. *Análise Situacional dos sistemas, estrutura organizacional de processos e problemas do Centro de Inteligência Estratégica:*

Num primeiro momento, é necessário que o Centro de Inteligência Estratégica faça um processamento do estágio de transformação do mundo sólido para o mundo líquido em que organização se encontra. Isso implica estudar sua estrutura organizacional, seus sistemas, bem como identificar os principais entraves que a mesma enfrenta. Assim, o trabalho inicial deve se pautar em cinco ações:

- a) Análise dos planejamentos estratégicos em vigor no processo político e dos sistemas de direção estratégica que lhes dão suporte;
- b) Levantamento dos principais processos que os sustentam;
- c) Identificação e análise dos principais gargalhos das estruturas organizacionais;
- d) Identificação dos principais problemas que elas enfrentam;
- e) Identificação da Rede de Produção que as identificam;
- f) E quanto de processo tradicional e quanto de inclusão digital há nas organizações.

### 2. *Desenvolvimento da Grande Estratégia que oriente o processo.*

Neste nível de atuação, os programas ofertados pelo Centro de Inteligência Estratégica se dão em ciclos e não em “etapas”, uma vez que, pela metodologia utilizada, estes ciclos estão em constante mudança e o redesenho dos cursos de ação são absolutamente necessários. Uma revisão e adaptação constante à nova realidade é a maneira do plano estar sempre vigente. O objetivo deste desenvolvimento é o de desenhar o Plano Prospectivo do Centro de Inteligência Estratégica para poder se posicionar de forma mais eficaz quanto aos desafios futuros. São três os Ciclos do Desenvolvimento da Grande Estratégia:

- Inteligência Estratégica: Aqui são trabalhados o objetivo central do Plano Prospectivo, sua abrangência, a pergunta central, bem como a identificação das forças motrizes e tendências que influem no jogo político e social;
- Exploração Estratégica: Neste ciclo são desenhados cenários prospectivos, ponderados pelas principais forças motrizes do jogo social identificadas, permitindo assim a descoberta de oportunidades e ameaças associadas a cada um dos cenários;
- Direcionalidade Estratégica: A partir dos ciclos anteriores, definem-se valores, visão estratégica e missão dos jogadores.

### 3. *Planejamento Estratégico Situacional como fundamento do plano.*

No nível de atuação política, no novo contexto aqui descrito, as discussões teóricas e as ações práticas oferecidas pelo Centro de Inteligência Estratégica têm o objetivo de dar suporte à elaboração das diretrizes de Planos Estratégicos a partir da identificação de macroproblemas -- objetos das organizações que devem ser enfrentados, a elaboração das operações para resoluções, análise dos atores relevantes no jogo político, análise da viabilidade das operações, bem como acompanhamento e suporte à implementação do plano.

São quatro momentos, do Planejamento Estratégico Situacional que sustenta a elaboração destes planos:

- Momento Explicativo (M1): Como explicar a realidade a partir de uma Visão Sistêmica?
- Momento Normativo (M2): Como desenhar um plano?
- Momento Estratégico (M3): Como se faz a Análise Estratégica e como se constrói Viabilidade Política do Plano?
- Momento Tático Operacional (M4): Como atuar e avaliar sistemicamente.

### 4. *Ciências e Técnicas de Governo como suporte à atuação transversal no jogo político.*

Neste tópico o Centro de Inteligência Estratégica atuaria em duas dimensões: a **primeira dimensão** seria a estruturação das equipes de suporte à Alta Direção e do sistema de suporte à tomada de decisão. Nesta dimensão, os trabalhos seriam no sentido da modernização dos Gabinetes dos Dirigentes, utilizando ferramentas e metodologias específicas, como:

- a. Suporte à estruturação da equipe de suporte da Alta Direção para o monitoramento do seu foco de atenção e qualificação do processo de tomada de decisões;

- b. Suporte ao redesenho da estrutura funcional do núcleo de suporte da Alta Direção;
- c. Capacitação da equipe de suporte ao processo de tomada de decisões em unidades especiais:
  - i. Unidade de Processamento Tecnopolítico - UPT.
  - ii. Unidade de Presença Política - UPP.
  - iii. Unidade Central de Planejamento - UCP.
- d. Suporte à modernização de filtros de qualidade e segurança de assuntos que entram na agenda da Alta Direção;
- e. Suporte à estruturação da Agenda da Alta Direção, visando à definição de uma Agenda Especial, voltada para orientar seu foco de atenção;
- f. Implantação e monitoramento da Sala de Situações (Command Center);
- g. Implantação de Sistema de Prevenção e Manejo de Crises e Emergências;
- h. Gestão por Resultados: monitoramento e avaliação da gestão.

A **segunda dimensão** deve ser formar e capacitar a Alta Direção e os atores estratégicos relacionados ao Centro de Inteligência Estratégica.

- O Novo Político -- Que conhecimentos e práticas são necessários para formar as novas lideranças para a política e o governo do futuro?
  - As Ciências & Técnicas de Governo como base para a formação das Novas Lideranças.
  - Liderança e Capacidade de Governo.
  - Os Novos Líderes e o Gabinete do Dirigente Moderno.
  - As ferramentas e metodologias da Nova Política – Ferramentas específicas para a Alta Direção.
  - A comunicação política como diferencial para a atuação estratégica nos novos ambientes políticos e sociais.
- A Nova Política Organizada: Modernização, reforma e criação de Partidos Políticos que tratem de temas como o de criar modelos de representação para atender às expectativas e demandas da Nova Política.
  - Elementos básicos para compreender a natureza, as características e os problemas dos Partidos Políticos no século XXI.
  - Como se formula uma estratégia de modernização de um Partido Político para trazê-lo ao Século XXI.

- Como se formula um Programa de Governo de um Partido Político do Século XXI.
  - Como apoiar a transformação de movimentos, associações e iniciativas sociais em organizações formais para atuar na política.
- O Novo Governo para a Nova Política: Estratégias de Modernização e Reforma da Gestão Pública para novos desenhos institucionais.
    - Critérios Básicos para a modernização e redesenho da gestão e da máquina pública.
    - Níveis de desenho organizativo que atendam as novas demandas políticas e sociais em rede.
    - Teoria e Prática da Modernização do Macro Desenho Institucional e Reforma Organizativa.
    - Governo Aberto: Transparência; Participação; e Colaboração – O novo modelo de gestão para a Nova Política.

5. *Inteligência de Campanhas Eleitorais, como elemento diferenciador e transformador da forma de se fazer política.*

No que diz respeito ao nível de atuação de inteligência de campanhas eleitorais, o Centro pode dar suporte e desenvolver competências de direção, planejamento e gestão de campanhas eleitorais, adequando os produtos e serviços tradicionais às novas tecnologias e à comunicação do século XXI.

A Nova Política nas Eleições: Direção, Planejamento e Gestão de Campanhas Eleitorais

- A importância da Estratégia e do Planejamento Estratégico no contexto das novas Campanhas Eleitorais.
- Formulação de Programas de Governo a partir da participação e colaboração da sociedade conectada.
- O que é a nova campanha eleitoral em ação.
- Inteligência Estratégica para Campanhas Eleitorais na Internet e nas Redes Sociais.

**O processo de construção de viabilidade técnica e o de viabilidade política para esta proposta**

O grande desafio para a implantação de um Centro de Inteligência Estratégica, nos moldes aqui apresentado é a dificuldade dos atores centrais em enxergar um problema para o qual ainda não tem vocabulário para explicá-lo, pois como sustenta a filosofia da linguagem, só conseguimos explicar os fenômenos para os quais temos vocabulário. Como afirmava Wittgenstein “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”. O grande obstáculo, hoje, é como construir vocabulários para uma nova realidade que foi imposta pela revolução digital e, apesar de nos envolver, não conseguimos enxergar.

Para tanto é necessário que esse antiprobema <sup>[5]</sup> seja declarado por uma força política e esta declaração se transforme em uma convocação para a construção de uma rede que envolva a academia, a política e a sociedade em rede. O locus pode ser a universidade, mas a construção passa por trazer atores que desenvolvem sua prática em Centros de Pensamento e que estejam envolvidos na produção de novas práticas políticas e novos desenhos institucionais para responder às demandas que a nova política está estabelecendo através dos cidadãos conectados.

## Notas

[1] Propostas de meios e objetivos que remetem às mudanças para o caminho da situação desejada.

[2] Variável que sintetiza o grau de dificuldade da viabilidade política da proposta, no caminho que ela deve percorrer, verificável pelo grau de aceitação ou rejeição ao projeto pelas capacidades políticas dos participantes do jogo social nivelado pelas circunstâncias.

[3] Variável relacionada à falta de experiência e de conhecimentos em Ciências e Técnicas de Governo. Essa capacidade de condução ou direção que se acumula na pessoa do líder, em sua equipe e na organização que dirige, apoia-se no acervo de técnicas, métodos, destrezas e habilidades de um ator e sua equipe que são necessários para conduzir o processo político-social, dadas a governabilidade do sistema e o compromisso com o projeto de governo. Capacidade de governo é sinônimo de perícia para realizar um projeto.

[4] [https://elpais.com/autor/daniel\\_innerarity/a/](https://elpais.com/autor/daniel_innerarity/a/).

[5] Matus definia *antiprobema* como um resultado do jogo social para um jogador, que este declara insatisfatório, mas que dentro de sua circunstância resulta *inevitável*. Limitado a seus próprios meios o jogador fica atrapalhado, não tem saída, está condenado a conviver com o *antiprobema*, o outro que tem governabilidade sobre ele considera a situação natural ou inevitável. Nesse caso, um *antiprobema* não pode ser objeto de intercâmbio de problemas. O resultado desfavorável do jogo não é momentâneo e persiste como parte da paisagem social.

---

**Aristogiton Moura.** Professor convidado da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo, formado por Carlos Matus, da Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor, consultor internacional no Brasil e na América Latina. Atualmente, é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, Diretor-presidente da Estratégia Consultores e Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica.

## Referências Bibliográficas

Bauman, Z. - Tempos Líquidos – Brasil - Zahar – 2007.

Dror, Y. México : Fondo de Cultura Económica, 1990.

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap –1996.

Nain, M. O fim do Poder – Brasil – LeYa – 2013.

Wittgenstein, L. Investigaciones Filosóficas - México - Fondo de Cultura Económica, 1990.

## 16. COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL EM REGIÕES METROPOLITANAS: EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO (WORKSHOPS) ENTRE ATORES DO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS RESULTADOS PRELIMINARES

Volney A. Gouveia  
Filipe R. C. Souza

### Resumo Executivo

*As metrópoles se apresentam como territórios dinâmicos, com forças centrípetas capazes de concentrar os fatores de atração de capital, atividade econômica, investimentos e, conseqüentemente, de trabalhadores. Esta nota discute os principais resultados das discussões sobre os projetos de fomento à indústria aeronáutica no Grande ABC e a instalação de um novo aeroporto em São Bernardo do Campo, ambas coordenadas pelo CONJUSCS e pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC por meio da realização de dois workshops ocorridos no segundo semestre de 2019. Apresenta-se inicialmente uma abordagem teórica sobre a importância da integração entre atores locais na elaboração de projetos de desenvolvimento regionais.*

Por que planejadores, gestores públicos e intelectuais têm se dedicado cada vez mais a pensar maneiras de articular e executar políticas públicas setoriais, sobretudo em grandes cidades? Até o final da década de 1970, período marcado pelo padrão de produção fordista/keyneasiano, uma região era vista como sendo algo indiferente. Com a crise do fordismo, o Estado-nação perdeu espaço na arena de decisões globais, tornando-se ao mesmo tempo pequeno demais para negociar com o capital internacional e grande demais para lidar com os novos desafios dela resultante. Neste novo cenário, este quadro se inverte: a região dá lugar ao território, “sujeito que através de um processo de reificação passa a ter condições de decidir sobre questões fundamentais. Hoje, o território, antes de qualquer coisa, importa” (COSTA, 2007, p. 82).

Nas pesquisas sobre o tema tem prevalecido, contudo, um enfoque meramente normativo, tomando o desenvolvimento territorial como ação, intervenção, projeto ou resultado de intenções ou interesses. Poucos estudos têm se debruçado a analisar o tecido social e econômico dos territórios e de como interferem na construção do desenvolvimento em longo prazo de espaços tão complexos, dinâmicos e heterogêneos (FAVARETO *et al.*, 2015).

Vale destacar que o desenvolvimento econômico, de modo mais amplo, é conceitualmente distinto do crescimento econômico. O desenvolvimento é relacionado a ações, projetos e construções sociais que signifiquem participação dos diferentes agentes e o acesso de modo mais igualitário, por parte dos diferentes atores, a recursos e às liberdades individuais inerentes ao desenvolvimento econômico (SEN, 2000). De outro lado, o desenvolvimento econômico implica, sobretudo, nos países subdesenvolvidos, de alterações estruturais para sua uma nova inserção dos países da periferia do capitalismo na divisão internacional do trabalho, com foco em um processo de crescimento local que, se não fosse capaz de promover o acesso à autonomia tecnológica, conseguisse minimamente homogeneização social e diminuição da desigualdade (FURTADO, 1992; 1994).

Para que ocorra o desenvolvimento seria necessária uma transformação estrutural da sociedade, explicitada em alterações sociais de caráter qualitativo no modo de vida, nas instituições e nas estruturas produtivas. Desenvolvimento econômico seria, portanto, a existência de crescimento econômico contínuo, aliado à reconfiguração produtiva e evolução dos indicadores sociais, abarcando, pois, um fenômeno de longo prazo. Seu resultado primeiro, conseqüentemente, consistiria no fortalecimento da economia nacional, com a respectiva ampliação da economia de

mercado, elevação geral da produtividade, aumento da participação do mercado interno e endogeneização de progresso técnico e formação de capital (COSTA, 2007).

Neste novo paradigma do momento econômico global, as metrópoles, de maneira particular, apresentam-se como territórios dinâmicos, com forças centrípetas capazes de concentrar os fatores de atração de capital, atividade econômica, investimentos e, conseqüentemente, de trabalhadores. Esse dinamismo promove o crescimento das áreas metropolitanas, com geração de emprego e a renda e a existência de serviços especializados em abundância e diversificação. Por outro lado, nos países do capitalismo periférico, convivem com um “subproduto”: pobreza, exclusão, desigualdade.

O protagonismo das grandes cidades nos mercados globais tem demonstrado que é preciso debater o modelo de arranjos institucionais, principalmente no terceiro mundo, a fim não de pensar o território por seus limites formais ou de jurisdição. Ao contrário, mostra-se necessário analisá-los como parte integrante e atuante em uma nova ordem mundial, a fim de incluí-los um ambiente fértil ao surgimento projeto real e sustentável de desenvolvimento para as cidades brasileiras, em nível local e regional.

Arena de interesses (e conflitos) sociais, ambientais, culturais, econômicos, políticos e institucionais e ponto de intersecção com a economia global, a metrópole, no contexto do capitalismo de regime de acumulação flexível (HARVEY, 1989), representa a escala territorial em que ocorre a (contra) posição entre as demandas e projetos locais e as prioridades do capital internacional, em um fenômeno de glocalização das agendas (BRENNER, 2009, 2010). Esta configuração exige de atores públicos e privados um papel muito mais de mediação e de negociação na construção e/ou opção de (contra) planos e (contra) projetos, olhando-se pela perspectiva de que interesses muitas vezes antagônicos precisam convergir, no território da metrópole, para um pacto territorial de construção do desenvolvimento econômico.

Além disso, o livre mercado não é capaz de prover bons resultados em processos com a existência de externalidades (atividades de um componente sobre seus vizinhos) negativas. Elas são encontradas, sobretudo, nas regiões metropolitanas, pois redes públicas de serviços básicos (água, esgoto, transporte e saúde, por exemplo), segurança pública, gestão de bacias hidrográficas e questões referentes ao uso e ocupação do solo seguem a lógica da indivisibilidade. Quanto mais crescem a presença de bens públicos e de externalidades, mais necessárias serão as ações coordenadas. O crescimento das regiões metropolitanas (sobretudo as mais complexas socioeconomicamente) demanda, portanto, uma agenda estratégica comum de mobilização, cooperação e ação de agentes públicos e privada (KLINK, 2010).

Institucionalizar, portanto, uma matriz de projetos locais e regionais com foco em desenvolvimento econômico no território de uma metrópole requer disposição dos agentes envolvidos e uma abordagem mais abrangente, conectada com as dinâmicas territoriais oriundas da complexa institucionalidade metropolitana e sua conexão com dinâmicas territoriais exógenas, a fim de combater uma eventual competição entre cidades – o municipalismo autárquico - termo cunhado por Celso Daniel que designa a difusão da ideia errônea, do ponto de vista micro e macrorregional, de que as prefeituras seriam capazes de resolver por si mesmas todas as necessidades de ação coordenada colocadas a suas populações.

Nessa corrente, os prefeitos tornam-se os protagonistas da relação intergovernamental, defendendo suas cidades como unidades legítimas e separadas das demais. Prevalece, portanto, a competição por verbas públicas e investimentos privados, em detrimento da cooperação e coordenação federativa (ABRUCIO, 2005). De modo oposto ao municipalismo autárquico, o desenvolvimento local e regional tem sido associado ao aprofundamento da democracia e à construção e manutenção de novas dinâmicas democrático-participativas. No geral, as opções disponíveis no que tange o desenvolvimento local representam, em grande medida, maneiras de radicalização da democracia em seu espaço de discussão e participação (SILVEIRA, 2010).

É preciso, portanto, olhar o desenvolvimento sob a ótica do território, e não apenas em escala municipal ou de limites federativos, de acordo com um olhar mais amplo de desenvolvimento regional, em que se torna fundamental destacar que o território:

[...] compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial (Albuquerque, 2001, p. 111-12).

O conceito de desenvolvimento territorial/local parte do pressuposto de a existência, na determinada localidade, de “mecanismos endógenos ao lugar [...] que possibilitem a agregação de valor a partir da mobilização de recursos ociosos ali disponíveis ou de uma alavancagem das potencialidades existentes” (SILVA, TAKAGI E SANTOS, 2010, p. 168). Neste sentido, as regiões metropolitanas são constituídas por uma configuração socioeconômica e espacial complexa e possui uma sua posição privilegiada na hierarquia de fluxos de capital e de investimento na América Latina.

Os estudos e abordagens mais restritos ao desenvolvimento, em escala local e territorial, apontam para o tema da identificação da trajetória do espaço socialmente construído e a configuração e inter-relação socioeconômica dos agentes com foco na construção de capital social como indutor de um projeto político-econômico de desenvolvimento local (PUTNAM, 1993). Diversas correntes de cunho regionalista, em contraposição a teóricos globalistas, repercutem e debatem o tema sob óticas distintas e/ou complementares de construção de um pacto territorial em prol do desenvolvimento.

O exemplo mais evidente reside em Bagnasco, Becattini, Garofoli e outros autores italianos e a sua visão de construção de capital social à italiana a partir da experiência de distritos industriais *neomarchallianos* de micro e pequenas empresas na região conhecida como Terceira Itália. Uma visão ainda mais radical de participação democrática de diversos agentes do setor público e privado na construção de processos endógenos de desenvolvimento aparece na proposição de mobilização produtiva do território de Giuseppe Cocco (2006), que vai além ao conceituar a visão de capital social como demasiada estoque produtivo, ignorando os processos inerentes à constituição de um determinado território como os verdadeiros catalisadores do desenvolvimento a partir de suas particularidades e do saber-fazer de um determinado local.

Neste sistema dinâmico que é o território, de acordo com Albuquerque (2011), existem determinados requisitos que são fundamentais para a modernização da base produtiva local. A oferta, disponibilidade e acesso destes fatores facilitadores à comunidade local, principalmente às micro e pequenas empresas locais, “são decisivos para garantir as exigências de modernização do tecido produtivo e empresarial existentes nos diferentes territórios de um determinado país” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 196). Sem a devida criação de tais determinantes no território, não é possível atender a demanda de economias externas necessárias ao estímulo e desenvolvimento dos setores produtivos e, conseqüentemente, o crescimento econômico por elas gerado, com a respectiva geração de emprego e renda sendo limitada e distribuída de forma desigual e difusa.

Albuquerque, a partir de seus estudos acerca dos sistemas de pequenas e médias empresas na América Latina e Caribe e no âmbito da atuação de apoio ao desenvolvimento industrial a partir da escala local do Instituto de Pequena e Média e Empresa Industrial (Impi) da Espanha, delimitou alguns componentes, fundamentais à indução de processos de desenvolvimento econômico endógeno, que ele denomina “Sistema funcional local”. Segundo eles, tais fatores são mais componentes locais do que problemas exógenos, e podem ser objeto de intervenção da administração pública local para a facilitação de processos endógenos. Dentro desse trabalho, uma gestão municipal eficiente é aquela que capaz de facilitar a:

cooperação eficiente entre os diferentes níveis das administrações públicas, tanto horizontalmente (dentro do próprio município e com diferentes atores sociais locais) como verticalmente, isto é, entre os distintos entes administrativos que constituem a organização territorial do Estado (Albuquerque, 2011, p. 195).

É importante enfatizar, porém, que num projeto de desenvolvimento regional, mesmo que capitaneado pelo Estado, torna-se fundamental, portanto, a participação ativa de seus indivíduos. A sociedade civil local deve atuar concretamente no processo por meio da criação de mecanismos que tornem possíveis a sua representação e ação dentro do espaço público do território. Dessa forma, será capaz de promover a integração eficaz entre a administração pública e o tecido social da territorialidade em questão. Essa articulação agirá como força motriz para a legitimização da cooperação dos atores em nível local, intermunicipal e regional, por meio da efetividade (fazer sentir as políticas), demonstrabilidade (fazer ver os resultados das políticas) e incremento (fazer expandir as políticas) da agenda comum (PIRES, 2010).

### **A Experiência de Cooperação e Facilitação entre Atores do Grande ABC Paulista: Um Balanço dos *Workshops* sobre Indústria Aeronáutica e Aeroporto em SBC**

No segundo semestre do ano de 2019 foram realizados dois workshops para tratar do tema aeroporto no Grande ABC Paulista. Sob a coordenação do CONJUSCS e do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, o projeto foi discutido no dia 31 de outubro nas dependências da USCS em São Caetano e no dia 2 de dezembro nas dependências do Consórcio em Santo André, no intervalo das 09h às 12h. Estas experiências demonstraram o engajamento de importantes atores da região no projeto, os quais se mostraram sensíveis à temática e reconheceram a necessidade de novos projetos de desenvolvimento para a superação das dificuldades econômicas da região.

O primeiro encontro contou com participantes oriundos das entidades de classe (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Dieese), Universidades, empresas e governos locais. A tabela 1 apresenta o número de participantes por setor:

**Tabela 1: Quadro Geral de Participantes dos *Workshops***

Entidade	Número de Representantes
Universidade Municipal de São Caetano (USCS)	03
Universidade Federal do ABC	03
Instituto Mauá de Tecnologia	01
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	01
Departamento Intersindical de Estudos Econômicos	01
Empresa do segmento Aeronáutico	02
Profissional da Aviação Comercial	01
Governo Municipal	04
Total	16

Fonte: Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS

A dinâmica do *workshop* foi pautada, inicialmente, pela apresentação do tema pela USCS e pelo Consórcio, que contextualizaram o tema e, na sequência, convidaram aos participantes para darem suas contribuições ao projeto. Em linhas gerais, as principais contribuições apresentadas apontaram para a necessidade de se ampliar o número de atores participantes nas discussões e se atentar para o aprofundamento do debate em torno de temas mais sensíveis. Estes temas dizem respeito, basicamente, aos aspectos econômicos e ambientais. Sugeriu-se então a formação de equipes acadêmicas para se aprofundar nestes temas, cujas discussões se centram nos seguintes aspectos:

## **A Questão Econômica**

O Brasil tem protagonismo na indústria aeronáutica, apesar do baixo adensamento da cadeia produtiva doméstica, com 95% valor de suprimentos importados (Guerra & Ferreira, 2013). Também apresenta limitações de escala de produção, com barreiras à entrada de novas empresas em razão das exigências de capital, tecnologia e recursos humanos. Nas discussões sobre a indústria aeronáutica, a sugestão foi a de incorporar às discussões mais empresas e mapear aquelas que perderam mercado e/ou saíram da região, notadamente aquelas do setor de petróleo e gás. Também foi pontuado que o mercado de manutenção, por exemplo, movimenta US\$ 8 trilhões no mundo, o qual pode ser explorado se se criasse as condições para sediar empresas deste segmento. A contribuição das Universidades foi no sentido de apontar a necessidade de se criar um polo aeronáutico no ABC, a exemplo do que ocorre no Vale do Paraíba, formatando-o de tal maneira que esteja integrado às próprias Universidades da região. Por exemplo, há espaço para se discutir o uso de tecnologias já desenvolvidas no âmbito da Embraer e das Universidades para fabricação de aeronaves nos moldes do tradicional Bandeirante, que poderia ser utilizada pela aviação regional, aquela que opera rotas de menor densidade de tráfego em direção ao interior do país. A indústria aeronáutica possui baixo dinamismo da sua cadeia produtiva, apresentando oportunidades de adensamento: do total de quase US\$ 10 bilhões exportados de aeronave, 25% (US\$ 2,5 bilhões) referem-se a insumos importados, os quais poderiam ser produzidos internamente.

Para discussão sobre a implantação de novo aeroporto na região, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o mercado de transporte aéreo. Salientou-se a dimensão deste mercado no Brasil e sua evolução nos anos recentes, além das perspectivas promissoras de expansão para os anos vindouros <sup>[1]</sup>. Ressaltou-se o risco de “apagão” de infraestrutura e de fatores humanos caso o país atrase os investimentos em infraestrutura num contexto de retomada de seu ritmo de crescimento econômico. A forte relação entre desempenho da economia e demanda por transporte aéreo sugere que o mercado dobrará de tamanho até o início dos anos 2030, dobrando a densidade de tráfego no país. Portanto, existem oportunidades de a região do ABC se integrar a este mercado de forma competitiva.

A implantação do sítio aeroportuário contaria com as potencialidades econômicas (integração econômica com os mercados doméstico e internacional) e locais (turismo, serviços, eventos) como vantagem competitiva para se viabilizar operações aeroportuárias. Associado às transformações nas relações entre trabalho e tecnologia, no qual postos de trabalho são fechados, o projeto do aeroporto abriria novas perspectivas de ocupação laboral, exigindo-se assim maior integração dos governos locais, investidores e instituições de pesquisa para geração de novas oportunidades de trabalho. A tabela abaixo apresenta um painel de benefícios potenciais a partir dos projetos de fomento à indústria aeronáutica e do aeroporto na região. Estima-se potencial de R\$ 1,1 bi com a indústria aeronáutica e de R\$ 1,8 bi com a construção, manutenção e operação do aeroporto.

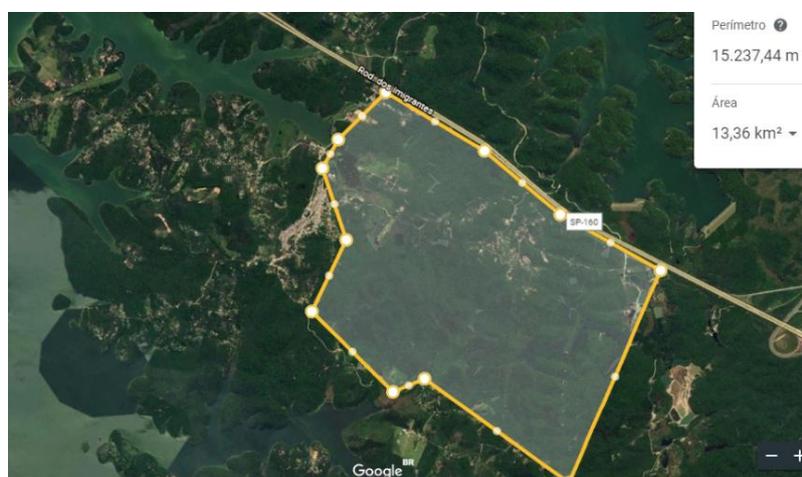
Escopo	Indústria Aeronáutica	Aeroporto
<b>Contexto</b>	<p>“Desindustrialização” (dependência indústria automotiva; guerra fiscal, baixo crescimento)</p> <p>Baixa complexidade da cadeia de valores</p> <p>Desvantagens nos termos de troca na Balança Comercial</p>	<p>Estrangulamento da capacidade aeroportuária disponível</p> <p>Alternativa de diversificação produtiva</p>
<b>Oportunidades</b>	<p>Internacionalização</p> <p>Efeitos Multiplicadores de renda e emprego</p>	<p>Expansão do mercado</p> <p>Infraestrutura produtiva consolidada</p>
<b>Resultados Estimados</b>	<p>Potencial para gerar de 12 a 50 mil postos de trabalho</p> <p>Renda de R\$ 270 mi a R\$ 1,1 bi anuais</p> <p>Ampliação % indústria</p>	<p>Não perenes: R\$ 960 milhões (indústria) e R\$ 172 milhões (serviços)</p> <p>Perenes: R\$ 108 milhões (indústria) e R\$ 504 milhões (serviços)</p>

## A Questão Ambiental

Projetos de sítio aeroportuário geram externalidades positivas e negativas. Geralmente os efeitos negativos se referem aos impactos ambientais. Para mitigar estes riscos, foi pontuado a necessidade de modernizar/atualizar o Plano Diretor da Cidade e integrar todos os atores envolvidos na questão (órgãos ambientais, comunidades, governos locais e entidades de classe). As novas tecnologias vigentes já permitem contornar os impactos das intervenções urbanísticas e reduzir efeitos nocivos, de tal forma que seus benefícios no longo prazo suplantam eventuais custos de curto prazo.

A definição de área de implantação do aeroporto, obedecendo às legislações municipal e estadual, obedeceu à lógica de menor geração possível destas externalidades, notadamente aquelas relativas à transferência de comunidades vizinhas. As figuras abaixo mostram o local <sup>[2]</sup> do sítio aeroportuário em três diferentes perspectivas.

**Figura 1: Vista Aérea da Área para Implantação de Sítio Aeroportuário**



Fonte: Google Maps (2019) – Adaptado pelo autor.

**Figura 2: Vista Aérea da Área para Implantação de Sítio Aeroportuário**



Fonte: Google Maps (2019) – Adaptado pelo autor.

**Figura 3: Vista Aérea da Área para Implantação de Sítio Aeroportuário**



Fonte: Google Maps (2019) – Adaptado pelo autor.

Como forma de encaminhamento do tema, USCS e Consórcio apresentaram a seguinte agenda para os próximos meses:

1. Criar um Fórum Governamental Permanente, por meio da USCS e do Consórcio Intermunicipal, com participação dos Municípios, agências de fomento e Autoridades Aeronáuticas (SAC, ANAC, MI, DECEA);
2. Estruturar modelo de parceria público-privada (PPP). A composição acionária pode ser configurada com a participação da União, governo municipal e investidores privados;
3. Mapear as indústrias, as redes de pesquisa e desenvolvimento e seu nível de internacionalização para identificar o melhor perfil de aeroporto (cidade, indústria ou corredor);
4. Realizar Estudo de Impacto Ambiental de acordo com o que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente;
5. Elaborar Plano Diretor Aeroviário de acordo com o Manual de Implantação de Aeroporto;
6. Plano de Desenvolvimento Local;

- 6.1. Plano local de gestão (restrições aeroportuárias, demandas sociais locais, potencial de indução econômica do aeroporto);
- 6.2. Definição de critérios para a ocupação do solo, com a observância ao plano de proteção ao voo (PPV);
- 6.3. Programa de adensamento urbano para evitar ocupações irregulares;
- 6.4. Implantação de sistema viário integrado, já contemplando futura necessidade de ampliação do parque aeroportuário de forma a conectá-lo às cidades do ABC;
- 6.5. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
- 6.6. Licenciamento ambiental junto ao Departamento Estadual para Preservação dos Recursos Naturais;

As discussões prosseguirão no ano corrente por meio da elaboração de relatórios técnicos e novas rodadas de discussões entre os atores.

## Notas

1 Os chamados países em desenvolvimento possuem o dobro do potencial de expansão de sua aviação comparativamente aos países desenvolvidos.

2 Trata-se de área de 13 km quadrados, o equivalente a oito vezes a área do aeroporto de Congonhas-SP.

---

**Volney A Gouveia** Gestor e Professor do Curso de Ciências Aeronáuticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Economia pela Universidade Candido Mendes (RJ) e Pós Graduado em Educação no Ensino Superior pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Ciências Econômicas pela FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado (SP).

**Filipe R. C. Souza** Consultor de Políticas Públicas no SEBRAE e professor convidado na FESP-SP. Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (2018), pós-graduado em Gestão de Pequenos Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (2015) e em Economia Urbana e Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013), graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2008).

## Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. L.. A coordenação federativa no Brasil: A experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 41-67, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a05n24.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

ALBURQUERQUE LLORENS, F.. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.

BAGNASCO, A.. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (orgs.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 349-363.

BECATTINI, G.. O distrito marshalliano. Uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Celta Editora, Oreas (Port.), 1994, p. 19-31.

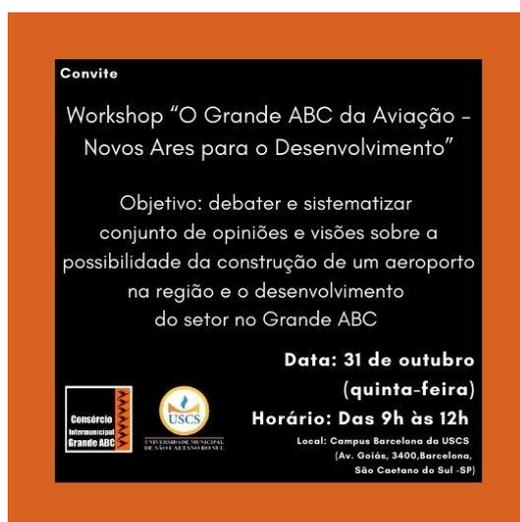
- BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.
- BRENNER, N.. Open questions on state rescaling. *Cambridge Journal of Region, Economy and Society*, 2009, n. 2, p. 123-139.
- BRENNER, N.. A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia. *Cadernos MetrÓpole*, 2010, 12(24), p. 535-564.
- COCCO, G.. Mobilizar os territÓrios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.). *TerritÓrios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A. Brasília-DF: SEBRAE, 2006, p. 171-200.
- COSTA, E. J. M.. Políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiÓes periféricas. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, 409 p.
- DECEA. Zona de Proteção de AerÓdromos: a regra vale para todos.
- ESPÓsito, M. Os Limites do Debate TeÓrico da Desindustrialização no Brasil: uma Crítica a partir da Perspectiva da FormaçaÓ Nacional. *Revista EconÔmica – NiterÓi*, v. 19, n.1., p. 131-158, junho 2017.
- FAVARETO, A.; et al.. TerritÓrios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiÓes rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em InovaçaÓ, Gestã e Sustentabilidade - ReGIS*, v. 1, p. 13-33, 2015.
- FURTADO, C.. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, pp. 5-19, 1992.
- GUERRA, J. & FERREIRA, L. Análise das Consequências do Modelo de IntegraçaÓ dos Sistemas dos Fabricantes de Avião. *REVISTA ELETRÔNICA DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS*. v. 8, n.3, Art.6, p.103-126, 2013.
- HARVEY, D. *CondiçaÓ Pós-Moderna*. São Paulo: EdiçÓes Loyola, 2004, 13a ed.
- KLINK, J.J. Regionalismo e reestruturaçaÓ urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Revista eletrônica da PUCRS, EducaçaÓ, Porto Alegre*, v. 32, n. 2, p. 217-226, mai. 2009 (a).
- \_\_\_\_\_. *Novas governanças para áreas metropolitanas: o panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro*. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 415-433, jul. 2009 (b).
- PIRES, L. H.. A descentralizaçaÓ do poder e a regionalizaçaÓ das soluçÓes como instrumentos de promoçaÓ do desenvolvimento local/regional. In: POCHMANN, M.; DOWBOR, L. (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Editora Fundaçã Perseu Abramo, 2010, p. 105-130.
- PUTNAM, R.; LEOPARDI, R.; NANETTI, R.. *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- SBC. Lei Nº 6374, de 15 de dezembro de 2014. DispÕe sobre o parcelamento, o uso e a ocupaçaÓ do solo em todo o territÓrio do MunicÍpio de São Bernardo do Campo.
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 6184, de 21 de dezembro de 2011. DispÕe sobre a AprovaçaÓ do Plano Diretor do MunicÍpio de São Bernardo do Campo.
- SILVA, C. *Escolha de Sítio Aeroportuário: ITA*, 2018.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: POCHMANN, M.; DOWBOR, L. (orgs.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 41-66.

SILVA, J.G.; TAKAGI, M.; SANTOS, A.C.. Experiências de desenvolvimento territorial e controle social no governo brasileiro In: POCHMANN, M.; DOWBOR, L. (orgs.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 167-196.

SOUZA & BUENO. Empreendimentos Aeroportuários e Seus Impactos: O Caso de Viracopos. Oculum Ensaios, p. 112-131, Campinas: 2011.

## ANEXO I: Material de Divulgação do I Workshop



## ANEXO II: II Workshop no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC



## 17. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: VOO AUTORIZADO OU CANCELADO?

Volney A. Gouveia

### Resumo Executivo

*Esta nota técnica é uma das reflexões que compõe o livro “A Economia do Transporte Aéreo no Brasil: Novos Ares para o Desenvolvimento da Aviação”, lançado neste mês de fevereiro de 2020 pela Editora Didakt. O texto discute, em linhas gerais, os principais temas discutidos no livro. Destacam-se três partes fundamentais da obra. A primeira apresenta um panorama conceitual e conjuntural da aviação comercial brasileira e mundial, permitindo ao leitor compreender as especificidades desta indústria, seus desafios, relevância econômica e oportunidades de negócios. A segunda parte trata do tema infraestrutura aeroportuária e coloca em evidência o Grande ABC Paulista como região propícia a receber um sítio aeroportuário no porte do Aeroporto de Congonhas, cuja capacidade de operar aeronaves e movimentar passageiros já se encontra esgotada em um cenário de baixa atividade econômica. A terceira e última parte apresenta uma discussão teórica sobre desenvolvimento econômico regional e contextualiza o transporte aéreo no âmbito das transformações econômicas assistidas pelo país nas últimas décadas, apresentando na sequência dados de renda e tráfego do Estado de São Paulo de forma a evidenciar a força econômica do estado e suas favoráveis condições para a realização de investimentos. A obra procura sensibilizar ao público em torno da importância da aviação comercial como importante indutor de desenvolvimento e bem estar social.*

No Brasil, viajar de avião é um evento. Aeroportos e aviões ainda possuem aquela aura de sofisticação e exclusividade, mesmo depois de – aparentemente – serem mais “utilizados” pelos brasileiros nos anos recentes. Digo aparentemente porque o transporte aéreo no país continua sendo de acesso restrito a um número reduzido de brasileiros. Comparativamente, viajar de carro ou de ônibus ainda é muito mais corriqueiro do que viajar de avião. Em verdade, predomina no imaginário popular a ideia de que aeroportos e aviões são para uma minoria “privilegiada”. E esta ideia não está equivocada, ainda que se tenha observado nos últimos anos uma relativa ampliação do acesso das pessoas ao transporte aéreo.

A hipótese para a questão do aparente uso disseminado do transporte aéreo pelos brasileiros é simples: houve nos anos recentes aumento da frequência de uso do modal por aqueles que já o utilizam, mas não sua ampliação (popularização/massificação). Aqui devemos entender a popularização/massificação como aquela na qual toda a população do país utiliza o modal aéreo com certa regularidade e frequência, da mesma forma como se usam rodoviárias e estradas para as nossas necessidades de locomoção. Ainda que os órgãos oficiais divulguem dados apontando que o percentual de viagens realizadas por via aérea no Brasil seja maior que o percentual das viagens por via rodoviária, as estatísticas escondem o fato de que o país, sendo eminentemente rodoviário, utiliza em grande proporção o automóvel em viagens de negócios e turismo. Portanto, a ideia de que “houve popularização do transporte aéreo no Brasil” deve ser refutada, porque nem mesmo países cuja aviação é mais desenvolvida conseguiram tal proeza. Utilizar a expressão “popularização” é equivocado e esconde uma falsa percepção.

Um agravante para a realidade do mercado aéreo brasileiro é o próprio perfil de distribuição de renda no país. Seu alto grau de concentração constitui óbice estrutural que limita as possibilidades de expansão do mercado, reproduzindo por assim dizer seu próprio padrão histórico de utilização, qual seja, o de poucos brasileiros “privilegiados” terem acesso ao modal aéreo. A expansão do mercado não deveria se dar apenas pela ampliação da frequência daqueles que já voam, decorrente de suas condições econômicas mais favoráveis, mas sobretudo pela incorporação de novos usuários a partir de mudanças mais profundas no perfil de participação na renda nacional do conjunto da população. As perspectivas de curto e médio prazos sinalizam para a ampliação

do mercado. Mas, sem mudar estruturalmente o perfil dos passageiros que já usam o transporte aéreo, não há como viabilizar a ampliação do acesso ao mercado aéreo.

Como corolário às limitações de expansão do mercado, tem-se que as condições econômicas, operacionais e legais para se viabilizar quantidades maiores de voos são desafiadoras. Levantar voo custa caro e implica numa série de compromissos que devem ser assumidos pelas empresas. Ciclos econômicos adversos (expansão e contração do PIB) - com seus impactos nos fluxos de passageiros e cargas -, variações do preço do principal insumo de produção – o querosene de aviação – e limitações de infraestrutura aeroportuária (sistema de pistas, terminal de passageiros, acessibilidade, comunicação, regulamentações etc.) constituem custos estruturais que limitam a obtenção de ganhos de escala pelas empresas do setor, impedindo reduções mais orgânicas dos preços e impactando nos seus resultados econômicos e na demanda de passageiros.

O fenômeno que atinge mais diretamente a indústria aérea pode ser melhor compreendido se compararmos o setor da aviação com o setor financeiro. Caso um banco incorpore um cliente a mais em seu portfólio, seu custo unitário para incorporar este cliente será próximo de zero, porque o banco não precisará adquirir uma nova agência, contratar um novo gerente ou mesmo uma nova tecnologia: ele (banco) usará o próprio equipamento do cliente (telefone celular, computador, *tablet* e *internet*) para que este realize suas transações financeiras. O banco transfere importantes custos operacionais para os novos clientes. Mas o mesmo não ocorre com os passageiros adicionais que passam a voar (mais) numa empresa aérea. Em última instância, transportar um passageiro a mais implica em adquirir nova aeronave, contratar novos tripulantes e utilizar mais vezes a infraestrutura aeroportuária. Comparativamente, na margem, empresas aéreas incorrem em custos numa proporção muito maior que outros setores de serviços intensivos em tecnologia (p.e. bancos).

Portanto, trata-se de uma indústria com suas especificidades: é dinâmica, sofisticada, desafiadora e dispendiosa! E para entender estas especificidades, vale considerar que a aviação comercial é uma indústria intensiva em tecnologia, de alta alavancagem econômica e operacional, que sofre forte regulamentação governamental e que está umbilicalmente ligada à dinâmica da economia. Sua operação é suportada pela elaboração de malha aérea pelos planejadores de voo, que utilizam de matriz de origem-destino, índice de qualidade de serviços e de indicadores de desempenho para garantir sua viabilidade operacional e econômica. O perfil desta malha define o tipo de rede aérea a ser explorado (se *ponto a ponto* ou *hub*) e as formas de otimizá-lo (conectividade aérea, gestão da capacidade, demanda e preço).

Outro setor que merece atenção, mas que tem sido pouco explorado, é o da indústria aeronáutica. O Brasil está entre os cinco maiores produtores de aeronaves do mundo, mas sua integração com o mercado aéreo brasileiro é fraca. O Brasil não compra avião brasileiro. E a cadeia de suprimentos desta indústria é pouco adensada. Ou seja: muito do que utilizamos para produzir os aviões vem do exterior, pois o país não possui tecnologia e recursos próprios para desenvolvê-los. Se os tivessem, seriam US\$ 2,5 bilhões de dólares economizados anualmente com importações, cujos produtos poderiam ser produzidos internamente: residem aqui grandes oportunidades de desenvolvimento para o país. Nesta linha, a indústria aeronáutica brasileira - a partir da recente aquisição pelo país das aeronaves caças (GRIPEN) da empresa sueca SAAB – pode gerar efeitos potenciais de geração de emprego e renda na região do Grande ABC Paulista. Neste contexto, a experiência de industrialização e de inserção externa do país nos últimos anos demonstra o potencial da região em coordenar e conduzir programas de desenvolvimento. Esta capacidade em coordenar programas de desenvolvimento, ainda que comprometida nos tempos recentes, precisa permear as ações estratégicas de fomento aos setores indutores de novos negócios, notadamente no setor aeronáutico no qual o país ainda mantém baixo nível de integração produtiva. Contraditoriamente, o país é importante participante do jogo comercial em nível mundial com a produção e venda de aeronaves para diversos continentes do mundo, razão que - por si só - já é suficiente para priorizarmos uma agenda de fortalecimento das cadeias produtivas do setor aeronáutico e aéreo.

Diante do potencial de expansão da demanda por transporte aéreo no mundo (cinco bilhões de pessoas nunca pisaram em um aeroporto ou aeronave!) e no Brasil (89% da população nunca utilizou o modal), o aeroporto é outra dimensão importante que exerce papel relevante de vetor de desenvolvimento econômico da aviação comercial, da economia nacional e regional. A alternativa de implantação de um novo aeroporto no Grande ABC Paulista, mais especificamente na cidade de São Bernardo do Campo, surge no contexto de limitações de capacidade aeroportuária vigentes nos dois principais aeroportos da região metropolitana de São Paulo (Congonhas-SP e Cumbica-GRU) e a necessidade de um novo sítio para acomodar a ampliação das operações aéreas e a movimentação de passageiros e cargas.

No que tange ao território, importante a preocupação em identificar, a partir da legislação vigente, as áreas disponíveis para acomodar um novo sítio aeroportuário, que garanta a menor intervenção possível para se evitar custos associados, como por exemplo, desapropriações, impactos à vizinhança, acessibilidade e ocupações irregulares. No aspecto econômico, ressalta-se o potencial econômico da região e a relação de mão dupla existente entre o aeroporto e o desenvolvimento do Grande ABC, com impactos diretos e indiretos sobre os setores produtivos da região. A região reúne todas as condições para sediar um complexo da indústria aeronáutica e de sítio aeroportuário, permitindo integração eficaz ao sistema de aviação civil.

A teoria econômica é vasta na interpretação sobre o desenvolvimento econômico. Este deve ser entendido como o aperfeiçoamento das forças produtivas acompanhado da melhoria do padrão de vida da população de um país, região ou localidade. Não é desenvolvimento o processo no qual apenas a quantidade de riquezas produzida aumenta se não for acompanhada de melhorias no padrão de vida do conjunto da sociedade; assim como não é possível melhorar o padrão de vida da sociedade se este não vier acompanhado do aperfeiçoamento das forças produtivas. Assim, o desafio está em viabilizar, simultaneamente, prosperidade econômica e desenvolvimento socioeconômico.

O transporte aéreo no Brasil constitui-se em poderoso vetor de melhoria da produtividade sistêmica da economia e alternativa de emprego e renda, podendo viabilizar a produção de riquezas e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria do padrão de renda, emprego e acesso aos bens públicos. Nesta perspectiva, o estágio de desenvolvimento de um país ou região é fruto das ações coordenadas – ou descoordenadas - do Estado. O perfil econômico do país, na condição de nona maior economia do mundo, não é obra isolada de setores, mas resultado da coordenação de políticas de desenvolvimento que foram implantadas a partir do primeiro quartil do século XX.

No caso brasileiro, ao observarmos a evolução do setor aéreo brasileiro, a ação estatal sempre foi (e tem sido) predominante. Não haveria integração nacional e capilaridade das operações aéreas não fosse a coordenação do ente público. Esta atuação deve ser percebida como algo inerente à complexidade da sociedade e de suas demandas por serviços de características nitidamente públicas, em relação a qual o setor privado, exclusivamente, não tem (ou teria) interesse em atuar em razão dos elevados custos e riscos envolvidos. Trata-se aqui da infraestrutura aeroportuária, dos financiamentos para aquisição de tecnologias e dos polos de geração de tráfego que dependem das dinâmicas econômicas locais.

Como corolário, têm-se as experiências de estímulo à aviação regional que, desde os anos 1910, vêm contando com a atuação do ente público para dar conta de garantir a integração do território nacional e tentar “encurtar” as distâncias por meio das operações aéreas. Mais recentemente, estas experiências têm tido o desafio de ampliar o acesso ao modal aéreo, além de integrar as regiões remotas do país aos principais centros urbanos e, ao mesmo tempo, viabilizar o seu desenvolvimento, criar e potencializar os pontos de tráfego para que mais pessoas voem e mais negócios sejam realizados.

É neste contexto que o Grande ABC Paulista se apresenta como grande alternativa para incorporar projetos de fomento à indústria aeronáutica e de transporte aéreo, com a instalação da nova fábrica da SAAB e de um aeroporto na região. Os governos locais, estadual e federal,

juntamente com as entidades de classe da região (sindicatos, universidades, agências de desenvolvimento regional, associações comerciais) e suas comunidades devem se articular para levar adiante uma agenda comum de fomento à aviação no Grande ABC Paulista. Iniciativas nesta direção foram adotadas recentemente, com a realização de dois *workshops* que trataram do projeto de aeroporto em São Bernardo do Campo, além da elaboração de estudos mais específicos no âmbito do CONJUSCS (Observatório de Políticas Públicas e Empreendedorismo da USCS) e da criação do curso de Ciências Aeronáuticas na mesma Universidade. A aeronave está na cabeceira da pista pronta para decolar de forma segura: vamos cancelar ou autorizar o voo? As condições meteorológicas apontam para um “céu de brigadeiro”. Basta manter a proa e “dar” potência...

---

**Volney A Gouveia** Gestor e Professor do Curso de Ciências Aeronáuticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Economia pela Universidade Candido Mendes (RJ) e Pós Graduado em Educação no Ensino Superior pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Ciências Econômicas pela FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado (SP). Professor de Economia do Instituto Mauá de Tecnologia, do Centro Universitário Fundação Santo André e da Universidade São Judas Tadeu. Foi Coordenador de Estudos Econômicos na TAM e Varig. Atua na aviação há 28 anos. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq/2283556163965342>

## Nota Técnica

# 18. ALDEIA GUYRAPA-JU – TERRA INDÍGENA TENONDÉ PORÃ AÇÕES MULTIDIMENSIONAIS ENTRE ÁREAS DE CONHECIMENTO DISTINTAS PARA APRENDIZADO E TROCA DE SABERES

Edmilson Gonçalves dos Santos  
Luis Felipe Xavier  
Marta Angela Marcondes

## Resumo Executivo

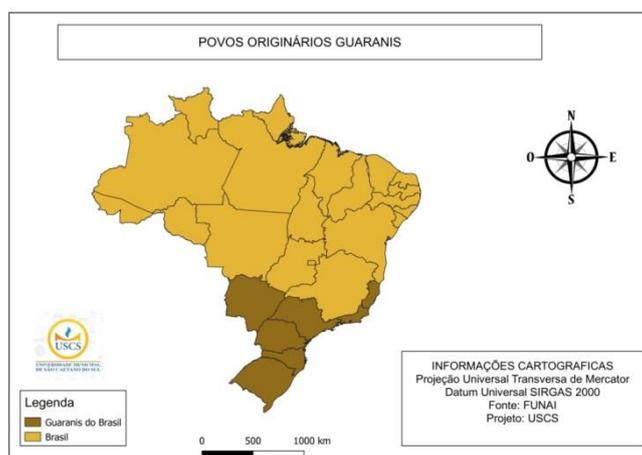
A nota técnica trata de uma ação multidimensional entre áreas de conhecimento distintas, com o objetivo da reforma e construção de algumas instalações na Aldeia Guyrapa-Ju – Escola, Casa de Reza e Centro Cultural – que fazem parte das ações de monitoramento/ prevenção na área da Saúde, Gestão e Educação Ambiental que ocorrem na Aldeia.

## Os Guaranis

O Povo Originário Guarani é considerado como a maior população indígena do Brasil, habita em sete estados do território brasileiro: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul). Também é um povo intercontinental, constituído em cinco países da América do Sul, (Bolívia, Argentina, Brasil e Paraguai e Uruguai). Segundo o Conselho Indigenista Missionário/ CIMI (2017) a população guarani é estimada em 280 mil, nos cinco países, distribuídos em 1461 comunidades, sendo que desses, 80 mil estão situados no Brasil.

Do tronco linguístico Tupi, tem seu próprio idioma com variáveis linguísticas (dialetos), pois a etnia se caracteriza por se multiétnico, dividido em quatro povos pelo Brasil, Os Guaranis Mbya, que abrange toda região costeira do país, os Guaranis Avá, mais localizada ao centro oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul, os Guaranis Nhandeva, localizados ao centro e oeste dos estados do Paraná e São Paulo, e os Guaranis Kaiowá, conhecidos como guaranis paraguaios, localizados no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente na cidade de Dourados.

O povo Guarani encontra grandes problemas com seus territórios, pois perdem a Terra, para Latifundiários com a expansão do Agronegócio pelo país, nas regiões urbanas perdem a Terra para grandes empreendimentos imobiliários e são basicamente exprimidos pelo crescimento populacional, como acontece com a População dos Guaranis nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.



## **Os Guaranis Mbya da Região Metropolitana de São Paulo**

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é contemplada por duas Terras Indígenas (TI) Guaranis Mbya. Uma TI está localizada na Zona Oeste da Cidade de São Paulo, A TI Jaraguá é considerada a menor Terra Indígena do Mundo com seis aldeias e 750 indígenas.

A TI Tenondé Porã, maior Terra Indígena do Estado de São Paulo, abrange seis municípios, (São Paulo, São Bernardo do Campo, Praia Grande, São Vicente, Itanhaém e Mongaguá), nove aldeias e aproximadamente 2000 indígenas.

A TI do Jaraguá conta com serviços de utilidade indígena nas aldeias Pyau e Ytu, esses serviços contêm duas escolas indígenas, um posto de saúde indígena e espaços culturais que atendem as seis aldeias. Na Terra Indígena Tenondé Porã, são oferecidas duas escolas indígenas e dois postos de saúde indígenas, todos localizados no município de São Paulo nas aldeias Tenondé Porã e Krukutu, as outras aldeias possuem salas de aula em situação de alta vulnerabilidade.

Os Guaranis da RMSP vivem basicamente de prestação de serviços realizados nos serviços públicos nas aldeias e do artesanato, poucos realizam trabalhos fora de suas aldeias. A média de renda per capita é de um salário mínimo e o grau de escolaridade em maioria é de apenas o Ensino Fundamental, tema que vamos abordar a fundo mais abaixo.

O grande porém que afeta essa população é a questão da alteridade, que por conta do etnocentrismo radical, gera um preconceito muito grande, afastando assim o povo guarani do convívio com juruá (não indígena), ou muitas das vezes o aculturamento que interfere no modo de vida dos grupos sociais, causando um impacto social e étnico, para Rorty essa casualidade é um contexto da diversidade humana ocasionado pela arte da historiografia, faz saber:

O principal suporte para a historiografia não é a filosofia e sim as artes, que servem para desenvolver e modificar a autoimagem de um grupo, por exemplo, glorificando os seus heróis, diabolizando seus inimigos, construindo diálogos entre seus membros e refocalizando sua atenção (Rorty, 1983, p. 586-587).

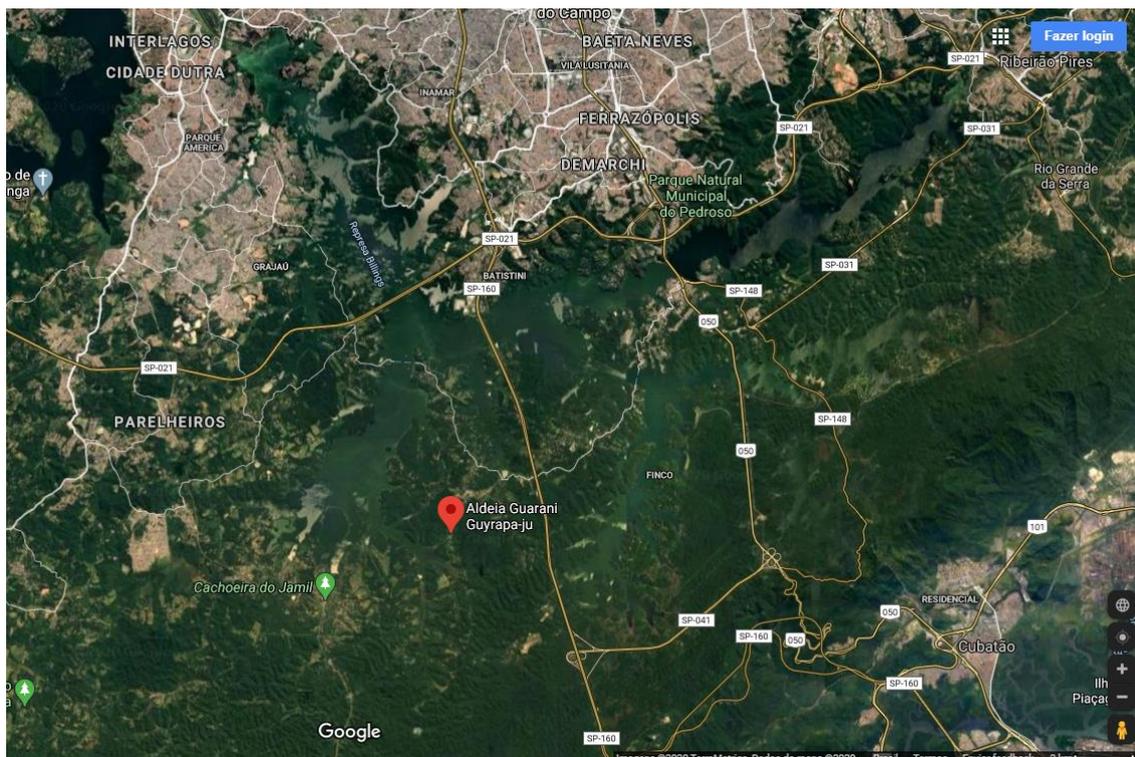
As aldeias urbanas e/ou as rurais mais próximas da mancha urbana da RMSP, acabam recebendo muitos visitantes, o que gera problemas por conta da religião, uso de drogas, consumo de bebidas alcoólicas, alimentação não saudável por conta das doações de cestas básicas. Alguns trabalhos já começaram a ser feitos para tratar essa problemática, como trabalhos de agroecologia, educação ambiental e trabalho e geração de renda, mas há um longo caminho a se percorrer, para mitigar esses problemas.

### **Aldeia Guyrapa-Ju Guarani Mbya**

A Aldeia Guyrapa-Ju, localizada as margens da represa Billings no Município de São Bernardo do Campo - SP, é umas das aldeias da TI Tenondé Porã, foi constituída por um grupo social familiar de aproximadamente 20 indígenas no ano de 2010.

O grupo social familiar Guyrapa-Ju vivia na Aldeia Krukutu, localizada nas margens da represa Billings no Município de São Paulo. Com aumento populacional da aldeia Krukutu, a Xejaryi (avó de todos) ou anciã do núcleo familiar decidiu em conjunto com seus entes explorar o Território e fundar uma nova aldeia, com propósito de ter uma vida mais tranquila com seu grupo social familiar. Ao longo desses nove anos o grupo se multiplicou e já somam 15 famílias e cerca de 60 pessoas.

**Figura 1: Localização da Aldeia Guyrapa-Ju, em São Bernardo do Campo.**



Fonte: Google Earth, 2020.

O Grupo se constitui com lideranças internas e externas, que atuam de forma política e social. Vivem praticamente da subsistência da agricultura alternativa e artesanatos, poucos integrantes trabalham em outras aldeias como educadores ou agentes de saúde.

## Educação

A educação é um fator preocupante nas aldeias indígenas, a falta de infraestrutura e de material humano é algo que se alastra por todo país. Segundo a Constituição em seu Artigo 210 os indígenas do Ensino Regular tem direito a Educação específica atendendo o idioma e a cultura, faz saber:

Artigo 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL 1988).

A Aldeia Guyrapa-Ju enfrenta sérios problemas de infraestrutura para educação de suas crianças e jovens, além de não ter uma sala de aula para os adultos, que necessitam concluir seus estudos.

O pré-conceito e o etnocentrismo da parte do não indígena, ocasiona a evasão dos alunos indígenas das escolas convencionais, então se faz necessário a construção de uma escola, para que se possa atender os anseios de uma educação de qualidade pra crianças, jovens e adultos.

## **Cultura e Agroecologia**

A Cultura Guarani é baseada na espiritualidade, descrita com Nhandereko, que para o povo Mbya é mais do que cultura é o modo de ser, de viver e como se enxerga o mundo. A mais importante paisagem vernácula dentro de uma aldeia é a Casa de Reza (Opy), construída de taipa, é símbolo de tradição e espiritualidade ancestral do povo Mbya. A terra tem grande importância, pois ela é fruto da vida e de tudo que se constrói dentro de uma aldeia.

A agroecologia é fator primordial, pois retrata o modo de vida, a cultura do plantio do milho, da mandioca e da batata doce, alimentos típicos dos Mbya, além da caça e da pesca. A aldeia Guyrapa-Ju tem em sua raiz o plantio camponês indígena, preservando suas origens e repassando saberes para seus futuros sucessores.

Nesse cenário que teve início uma parceria extremamente importante entre os indígenas da aldeia Guyrapa-Ju, atores que já realizam ações diversas de manutenção da cultura na aldeia e educandos, professores e gestores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.

Esse diálogo se iniciou com reuniões para que a equipe técnica da USCS conhecesse a realidade da aldeia e sua cultura, após foi agendada a primeira visita técnica ao local.

## **Visita Técnica**

A equipe de educandos do Escritório Modelo ARÁ do Curso de Arquitetura e Urbanismo da USCS fez a primeira visita à Aldeia Guyrapa-Ju da Terra Indígena Tenondé Porã no dia 08/09/2019, acompanhando a Profª Me. Marta Marcondes (do Curso de Medicina), o Prof. Me. Luis Felipe Xavier (do Curso de Arquitetura e Urbanismo), o Indigenista, pós graduado em Educação Ambiental Edmilson Gonçalves dos Santos e a estudante de Ciências Biológicas, Maria Camila de Melo.

Foi observada uma riqueza característica da região onde está situada a Aldeia, dos poucos fragmentos de Mata Atlântica que o Estado de São Paulo ainda contém. No pequeno tempo de espera para a balsa (Balsa Riacho Grande-João Basso) foi possível notar que a frequência aos domingos se caracteriza por famílias que buscam opções de lazer em sítios, chácaras e clubes da região, com acesso pela Estrada do Rio Acima, em São Bernardo do Campo/ SP.

## **Na aldeia**

O grupo foi recebido pelo Cacique da Aldeia, Elsio dos Santos (Karai Mirim) e uma das lideranças mulheres, Iracema Martins (Ará), que em uma roda de conversa: “contou-nos que a forma como se apropriam das coisas e da natureza se dá de forma diferente do ‘homem branco’. Mostrou-nos a riqueza de como compartilham as decisões da aldeia – das pequenas às grandes coisas, da forma como educam os filhos e de como transmitem as questões culturais, de geração e geração. Contou-nos sobre a expectativa que o pessoal da Aldeia tem com os espaços que necessitam: a adequação (reforma) da Escola; a construção do Centro Cultural e a reforma da Casa de Reza”.

Uma vez que o grupo conheceu os espaços e discutiu as expectativas, houve um momento para a escolha dos locais que passarão por adequações ou construções.

O local escolhido para a execução da escola está situado próximo a um dos acessos da Aldeia – em uma clareira. O espaço se caracteriza por uma antiga construção, com três compartimentos, construídos em blocos de concreto e em tijolos de barro comum. O pé-direito é baixo, o que pode ser perceptível pelo calor excessivo nos ambientes, dada a aeração insuficiente – pelo pé-direito baixo e ausência de ventilação cruzada. A cobertura, confeccionada em telha francesa, está parcialmente demolida e o estado de conservação do madeiramento está razoável na estrutura (vigas e caibros) e deficiente nas ripas (apoio das telhas). Nota-se que a inclinação atual do

telhado é incompatível com as especificações do fabricante para a telha utilizada. Pelos vestígios e compartimentações do local parece que o local foi utilizado como estábulo de uma fazenda.

Foi verificado ser possível aproveitar parte das instalações da construção antiga (alvenaria e madeiramento do telhado), reduzindo as demolições a fim de trabalhar de forma mais adequada a gestão dos resíduos de construção no local. Foi feita a medição das instalações existentes para fazer a adequação das instalações nos princípios da Bioconstrução e Permacultura, utilizando materiais naturais para a execução – na reforma e ampliação - de forma que os processos construtivos se alinhem com os aspectos culturais da aldeia e sejam de fácil apropriação pelos indígenas no uso, operação e manutenção do equipamento. Se pretende fazer uma cinta de amarração na alvenaria existente e construir as vedações na técnica de “taipa de pilão”. Na área dos sanitários, que deverá ter uma intervenção maior, serão feitas vedações externas com adobe e as divisórias internas dos sanitários com “taipa-de-mão”. Será importante elevar a altura da alvenaria, confeccionar novas tesouras de madeira para a cobertura, adequando a devida inclinação para a telha francesa (que pode ser limpa e aproveitada) complementando a cobertura com a execução de um lanternim – para aumentar a ventilação natural. As demolições na alvenaria existente foram previstas apenas para aumentar as aberturas para o entorno direto – a mata nativa. Ao redor da construção foi prevista a execução de uma circulação avarandada para proteger as aberturas e a alvenaria existente. Essas ações serão feitas para melhorar o conforto ambiental (térmico, lumínico e acústico) do local.

A expectativa é de que o espaço da escola possa funcionar para crianças, jovens e adultos na formação, além do espaço da cozinha e refeitório. Com a incorporação do espaço da cozinha, refeitório e sanitários neste espaço será possível incluí-lo na política educacional do município, através de recursos humanos, materiais e financeiros. Como foi descrito anteriormente a carência de um espaço para o desenvolvimento das atividades de educação é muito grande, então essa adequação/construção é de suma importância.

Um segundo espaço merece atenção então foi especialmente retratado na visita: a Casa de Reza. Este espaço, onde a Aldeia realiza sua espiritualidade, se caracteriza pelo estilo vernacular <sup>[1]</sup> do “pau-a-pique” (taipa-de-mão), construído com varas de bambu e barro. O espaço tem cobertura de sapê, sem aberturas – apenas a porta de acesso. Internamente há poucos adornos pendurados das paredes. O chão é de terra batida e a ambiência interna, apesar da ausência de aberturas, é mais fresca que a do espaço exterior – este dia estava quente, com uma baixa umidade relativa do ar, com a temperatura oscilando em torno de 29°. Notou-se que esta técnica da “taipa-de-mão” se incorpora totalmente à cultura de compartilhamento praticada pela Aldeia. Para se construir na técnica da taipa precisa-se do “OUTRO” em uma ação conjunta de trabalho com as mãos, exatamente da mesma forma pedagógica que eles demandam as ações na aldeia de forma compartilhada. A tradição indígena é, para este espaço, fazer uma construção coletiva com todos os integrantes da Aldeia – em regime de autoconstrução. Desta forma as tradições em um espaço de referência são apropriadas e transferidas de geração em geração – com o emprego coletivo da execução da técnica da taipa-de-mão.

Observou-se que há uma deficiência na forma como a Casa de Reza atual foi executada – ausência de beiral e isolamento do bambu e da terra do solo. Ao construir com materiais naturais costumamos usar uma expressão de que a construção precisa ter uma “boa bota e um bom chapéu” – os materiais naturais (como terra e bambu) precisam estar isolados de: umidade ascendente do solo (boa bota) e proteção das intempéries diretas como luz do sol e umidade provenientes da chuva (bom chapéu).

Para este espaço (da Casa de Reza) optou-se trabalhar com os materiais locais na mesma técnica utilizada por eles (da taipa-de-mão), com bambu, pedra e terra, observando os requisitos para utilização destes materiais (de proteção). A diferença principal no projeto que foi adotado se dará no isolamento do bambu e da terra com o solo, por meio da base em pedra marroada e da execução de um beiral maior para proteção das paredes das chuvas e da incidência direta do sol. Será aumentada (em projeto) a altura da edificação, em relação à altura do espaço atual, e será trabalhada com um lanternim superior para aumentar a ventilação do espaço. Neste espaço está

previsto utilizar as varas de bambu na técnica de simples amarração, observando o manejo adequado do bambu – do corte, tratamento e emprego do material. O espaço de construção para a nova Casa de Reza será feito em uma localização mais reservada da aldeia, acima de onde está localizada a atual.

O terceiro local para projetar a construção é o Centro Cultural, uma obra nova em uma localização mais próxima do centro da aldeia, em uma clareira natural, onde é possível ocorrer atividades da aldeia bem como receber visitantes para mostrar os produtos de seu artesanato – feitos com madeira, bambu e taquara. Foi feito o reconhecimento do local que pode ser acessado por três trilhas. Este espaço está sendo concebido na técnica do bambu, por amarração. Criaram-se hipóteses diferentes de concepção espacial bem como estrutural, para que a Aldeia decida qual estética melhor se adequa a suas expectativas. Procurou-se resgatar neste espaço o valor simbólico dos espaços circulares, contínuos e infinitos. Para garantir a proteção da umidade e da insolação direta será feita a utilização de uma boa cobertura com um óculo na parte superior, para evitar o fenômeno de condensação e conseqüente apodrecimento das peças. A função do óculo é trazer iluminação natural e dissipar o ar quente do espaço interno – por convecção.

### **Colocando em prática**

De volta para a universidade, ao escritório modelo (pranchetas e equipamentos), foi feito o projeto inicial para apresentar para a comunidade da aldeia. Muito empenho e trabalho produziram a primeira maquete da escola da aldeia, então no dia 13/10/2019, o grupo retornou a aldeia para fazer a entrega e discussão das adequações ao projeto, esse momento foi registrado na foto 1, foi impressionante a atenção e carinho com que os indígenas receberam a maquete.

**Foto 1: Entrega do projeto preliminar e modelo da Escola.**



Fonte: acervo pessoal dos autores (13/10/2019).

Após esse momento, e com as adequações requeridas pelos integrantes da aldeia, novamente o grupo voltou a universidade para produzir os novos projetos.

Desta maneira dia 8/12/2019, foram entregues as versões finais dos projetos da Escola, da Casa de Reza e do Centro Cultural. Como pode ser visto nas fotos 2 e 3.



**Foto 2:** Entrega do Projeto da Casa de Reza.



**Foto 3:** Entrega dos Projetos da Escola e do Centro Cultural.

## Lições aprendidas

O que fica para nós deste processo são as lições aprendidas que amadurecemos com o grupo antes, durante e depois de fazermos as proposições de projeto. A experiência das visitas (e da troca de saberes) foi ímpar para o grupo. Esta ação evidenciou do quanto precisamos apreender com os povos originários, seus tempos, seus cuidados, sua pedagogia, seu acolhimento e, sobretudo, a forma como se inserem no meio natural – com respeito e amor. Para nós, a certeza de que a materialidade do processo de projeto e de aprendizagem dá mais fruto quando em vez de “projetarmos para” adotamos a metodologia de “PROJETAR COM” eles.

## Notas

[1] Vernacular é o termo utilizado para caracterizar o que é “puro”, de origem.

---

**Luis Felipe Xavier.** Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela FAU-USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS e do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É Sócio-Diretor da LFX-OBRA.

**Edmilson Gonçalves dos Santos,** graduado em Gestão Ambiental pela Fatec de São Paulo (2008), pós graduado em Gestão em Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade São Bernardo

2010, pós graduado em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Senac (2016), graduando em Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo (2021).

**Marta Angela Marcondes**, graduada em Ciências Biológicas, doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), professora e pesquisadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (Escola da Saúde e Medicina). coordenadora do Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC e do Projeto Expedição Mananciais. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>.

## Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil, Artigo 210 – 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

RAPOPORT, Amos, Vivienda y cultura, G.Gili, Barcelona, 1972.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KINUPP, V.F. 2007. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007. 562 p. Tese de Doutorado em Fitotecnia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Disponível em:<i>. (Acesso em 10 maio de 2019).

RORTY, R. Postmodernist Bourgeois Liberalism. Journal of Philosophy, n. 80, p. 583-589, 1983.

## Nota Técnica

# 19. DRENAGEM URBANA NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES

Enio Moro Junior

### Resumo Executivo

*A construção de “piscinões” é o coroamento de uma sucessão de equívocos para a resolução das enchentes no Grande ABC Paulista: são prejudiciais à paisagem urbana, demandam grandes obras com altos custos, modificam artificialmente o meio ambiente e desqualificam os locais onde são implantados. Esta nota técnica apresenta, de maneira sucinta, alternativas para ações em drenagem urbana com baixo custo, grande eficiência e sustentabilidade ambiental.*

O Governo do Estado de São Paulo anunciou recentemente para o Grande ABC Paulista a abertura de processo licitatório para construção do piscinão no Córrego Jaboticabal, localizado nas divisas entre São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Diadema e São Paulo, na confluência dos ribeirões dos Couros e dos Meninos. Os investimentos previstos são de R\$ 315 milhões, sendo, R\$ 190 milhões em obras e outros R\$ 125 milhões para desapropriação de terrenos. Sua capacidade de retenção será de 900.000 m<sup>3</sup>.

O piscinão Guamiranga, localizado na bacia do rio Tamanduateí na Vila Prudente, com capacidade de retenção ligeiramente inferior (cerca de 850.000 m<sup>3</sup>) possui características construtivas e de obra concluída muito semelhante ao futuro piscinão Jaboticabal:

**Foto 1: Piscinão Guamiranga, semelhante ao futuro Piscinão Jaboticabal**



Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/maior-piscinao-da-cidade-de-sao-paulo-e-inaugurado-na-zona-leste-1>

A solução de implantação de piscinões como política pública principal de drenagem urbana, como também o alargamento, canalização e aprofundamento das calhas dos rios somado aos intensos processos de impermeabilização do solo urbano revela um modelo de enfrentamento das enchentes com baixa qualidade urbana, alto impacto ambiental e significativos custos. É um

modelo que aumenta a vazão e a velocidade das águas urbanas para concentrá-la, como etapa final, nos famigerados piscinões.

Essa solução oficial proposta e constantemente implementada é corretiva e não preventiva, desconsiderando relações das características da urbanização no Grande ABC Paulista, o perfil das chuvas em tempos de aumento do aquecimento global e seus rios erroneamente canalizados. As estratégias oficiais de drenagem urbana traduzem um adiamento de soluções efetivas para as enchentes nas cidades, que deveria ser um acontecimento extraordinário. Entretanto, é simplesmente um evento com data marcada, no qual resignadamente a população aguarda a visita anual das chuvas de verão e suas danosas consequências.

A implantação de piscinões impacta negativamente o meio ambiente das cidades. O desafio da drenagem urbana não pode ser refém dessa lógica (técnica e política) dominante, ou seja, soluções que transferem as águas para pontos mais baixos das cidades, cada vez com maior velocidade e capacidade de escoamento. O modelo alternativo que vamos discutir subverte essa ordem, ou seja, apresenta como opção um conjunto de ações pulverizadas pelo território, ambientalmente sustentáveis e de custos infinitamente inferiores, que retém as águas em sua origem inibindo o seu trajeto e concentração em um único ponto.

### **Foto 2: Enchente em área limítrofe com o piscinão Guaramiranga**

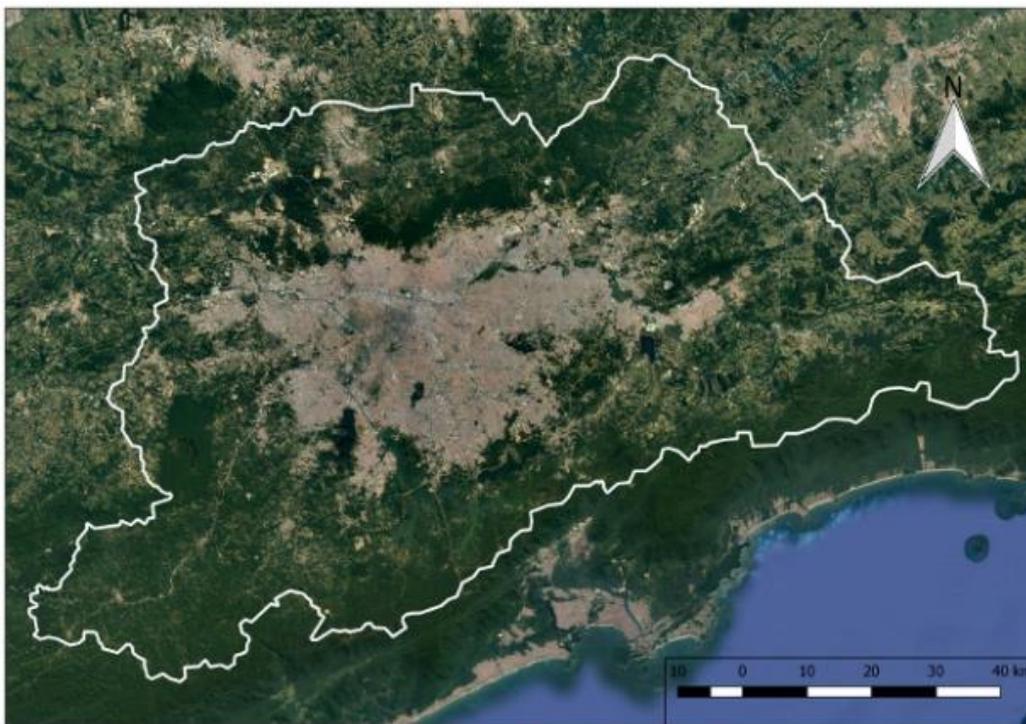


Fonte: <http://folhavponline.com.br/2019/03/impacto-da-forte-chuva-no-abc-e-transbordo-do-piscinao/>, acesso em 12/02/2020

Um ligeiro olhar sobre o histórico de urbanização em nossa região comprova uma sucessão de desacertos: por exemplo, alto impacto ambiental, desmatamentos e irrestrição à intensa impermeabilização de lotes e áreas. A velocidade e intensidade do crescimento urbano do Grande ABC Paulista, em especial nos períodos de vigor da expansão industrial e aumento da população residente como mão de obra ou exército de reserva, nunca permitiu o resguardo das várzeas ou a permeabilização dos lotes e áreas. O desenvolvimento urbano foi refém da lógica dos loteadores que, por meio de seus empreendimentos, desenhavam as cidades sobre a lógica do mercado sem o necessário esmero e rigor técnico necessário para um projeto de cidade.

As áreas mais urbanizadas do Grande ABC Paulista são extremamente impermeabilizadas, seja por pavimento asfáltico, calçadas, residências sem áreas permeáveis, grandes galpões, estacionamentos de hipermercados entre alguns exemplos. Esse fenômeno gera “ilhas de calor” (desconsiderado no cálculo dos piscinões) que nada mais é que o aumento localizado e concentrado da temperatura em função da falta de áreas verdes. Esse componente é uma das causas das chuvas intensas e concentradas não só no Grande ABC Paulista, mas também em toda Região Metropolitana de São Paulo.

## Mancha urbana na Região Metropolitana de São Paulo.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Sao+Paulo+Metropolitan+Area,+SP/@-23.5556911,-46.732543,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94ce68c5cb0b8687:0xef741183257f7866!8m2!3d-23.6750786!4d-46.670534>

Enfim, ofertamos condicionantes para o aumento das chuvas e diminuimos a capacidade de absorção dessas águas pelo próprio território. Os sistemas de drenagem urbana oficial que aplicamos possuem, como verdade absoluta, como principal objetivo tornar o escoamento das águas das chuvas o mais eficiente possível. Essa opção, que parece ser boa, na realidade auxilia somente no afastamento do problema e não em sua resolução. Telhados, calhas e condutores somente afastam a água de nós. Os quintais impermeabilizados não absorvem água e somente jogam para as ruas, que, por sua vez juntam-se com outras águas da própria rua, de suas guias e sarjetas conduzindo para o córrego mais próximo, morfologicamente sem capacidade para receber tanta água.

O modelo natural é sábio. A água da chuva deve ser absorvida prioritariamente no seu local de origem. Esse é o paradigma que a lógica oficial não considera. Devemos mudar esse olhar. A domesticação das águas das chuvas passa por sua absorção no local de origem e não pela condução para locais mais distantes.

A dissertação de Mestrado do Professor Arquiteto Wilis Tomy Miyasaka comprova que para enfrentar o problema das inundações em áreas urbanas “(...) *intervenções de pequeno porte e pulverizadas por toda a extensão das bacias hidrográficas poderiam substituir as tradicionais soluções de drenagem*”. Nesta pesquisa é realizada uma comparação entre as soluções de grande impacto (como os piscinões e canalizações) com um conjunto de obras de baixo custo pulverizadas pelo território da cidade. A pesquisa comprova que soluções alternativas trazem ainda benefícios colaterais como a melhoria da paisagem urbana, do microclima da cidade, melhor conforto térmico nas edificações. Tudo isto, sem qualquer desapropriação.

Os códigos de obras no Grande ABC Paulista apresentam diretrizes para áreas permeáveis internas aos lotes, mas ainda de maneira tímida. O Prof. Wilis construiu parte de seu raciocínio a partir das lógicas consolidadas na Lei de Parcelamento do Solo 6766/79 na qual todo e qualquer loteamento (em linhas gerais) prevê que 35% de suas dimensões totais são áreas públicas,

incluindo áreas verdes com 10%, institucionais com 5% e vias públicas com 20%. Há, portanto legalmente, um potencial de 35% do território para intervenções que não precisam ficar concentradas em uma única área (como piscinões), mas podem ficar dispersas. Em seu estudo, ainda, comprova-se que a *“retenção de águas pluviais, o escoamento para os sistemas de drenagem através do uso do telhado verde pode ser reduzido de 50% a 90%, já que a maior parte dessa retenção retorna ao ciclo natural da água por meio da transpiração/evapotranspiração”*.

A pesquisa remete-nos, entre outras iniciativas, a algumas soluções pulverizadas e de baixo custo, para o enfrentamento das enchentes, agenda lamentavelmente muito distante do discurso oficial que privilegia piscinões e outras obras de grande impacto e custo. Dentre as soluções propostas pela pesquisa elencamos:

- Telhados Verdes: utilização das coberturas de edifícios e residências para ampliação das áreas de vegetação;
- Poços de Infiltração em terrenos públicos e privados: estruturas que armazenam água para posterior absorção natural pelo solo;
- Áreas verdes: condições originais da Mata Atlântica absorvem cerca de 80% do volume precipitado, ou seja, devemos ter políticas de arborização com espécies locais;
- Jardins de chuva: pequenas áreas verdes em calçadas que possibilitam a absorção da água da chuva e evitam que sobrealimentem as galerias de águas pluviais existentes.

Além disso, poderíamos considerar:

- Pavimentos drenantes em vias públicas (que poderiam ser implementados nas repavimentações);
- Telas protetoras de bocas de lobo;
- Transformação das galerias de águas pluviais existentes em reservatórios de retenção; Limpezas preventivas do sistema existente;
- Programas de Educação Ambiental.

A partir de dados da pesquisa, extraímos que o potencial de água que será retido em um piscinão localizado poderá ter capacidade semelhante e de menor impacto se for pulverizado por todo o território; a retenção de 1m<sup>3</sup> de água em piscinão poderá ser feita por 50% do seu valor por meio da seguinte composição de ações pulverizadas:

- Telhados verdes: 0,27m<sup>3</sup>
- Áreas livres em terrenos públicos e privados: 0,27m<sup>3</sup>
- Áreas institucionais: 0,04 m<sup>3</sup>
- Áreas verdes (parques e praças): 0,13m<sup>3</sup>
- Arborização intensa: 0,09m<sup>3</sup>
- Jardins de chuva em passeios públicos: 0,12m<sup>3</sup>
- Total: 0,92 m<sup>3</sup>.

Conforme dados trabalhados a partir do início desta nota técnica, o custo para retenção de 1m<sup>3</sup> de água em piscinão é de cerca de R\$ 350,00. Por metade desse valor conseguimos implementar todas ações pulverizadas mostradas anteriormente com eficiência muito próxima. Não seria o momento de repensarmos a lógica dominante de drenagem urbana em prol de soluções mais efetivas, ambientalmente sustentáveis e geradoras de espaços públicos de qualidade para o Grande ABC Paulista?

---

**Enio Moro Júnior.** Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>

## Referências Bibliográficas

JACOBS, J. *Morte e Vida das grandes cidades*: São Paulo: Martins Fontes, 2000

MIYASAKA, Willis Tomy. *A bacia do córrego esmaga sapo em Jaçanã/Tremembé : problemas urbano paisagísticos e alternativas projetuais* – São Paulo, Dissertação (Mestrado) – FIAM-FAAM, 2016.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-sp-abre-licitacao-de-r-315-milhoes-para-construcao-do-piscinao-jaboticabal/> , acessado em 12/02/2020.

<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/menor-piscinao-da-cidade-de-sao-paulo-e-inaugurado-na-zona-leste-1>, acesso em 09/02/2020.

<http://folhavponline.com.br/2019/03/impacto-da-forte-chuva-no-abc-e-transbordo-do-piscinao/>, acesso em 09/02/2020.

<https://www.google.com.br/maps/place/Sao+Paulo+Metropolitan+Area,+SP/@-23.5556911,-46.732543,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94ce68c5cb0b8687:0xef741183257f7866!8m2!3d-23.6750786!4d-46.670534m> acesso em 11/02/2020.

## 20. NÍVEL DE QUALIDADE EM ATENDIMENTO DE SERVICE DESK EM ESPANHOL E EMPREGO DE CARACTERÍSTICAS LINGUÍSTICAS NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Bárbara Soares da Silva

### Resumo Executivo

*À medida que a economia brasileira se internacionaliza, empresas nacionais têm a necessidade de oferecer serviços de atendimento telefônico em língua estrangeira aos seus clientes. Este estudo baseia-se em dados de uma companhia americana localizada no Brasil, mais especificamente na Região do Grande ABC, contratada por uma multinacional brasileira para fornecer suporte de Service Desk por telefone aos seus clientes. Um Service Desk é uma prestação de serviço de TI dentro dos serviços de gerenciamento de Tecnologia da informação (ITSM), conforme definido pela metodologia ITIL (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação). A intenção é prover um único ponto de contato (“SPOC”) com o intuito de atender às necessidades comunicacionais, tanto de usuários quanto de funcionários de TI. O objetivo deste estudo é identificar e estudar quais são as características linguísticas que uma central de suporte em microinformática apresenta quando presta serviços em língua espanhola a clientes que não estão habituados ao conceito Service Desk. A metodologia da pesquisa inclui os seguintes passos: primeiramente, um conjunto de ligações foi colhido, criando-se um corpus de 70 textos etiquetados com o etiquetador Biber Spanish Tagger. Em seguida, os dados foram submetidos ao software estatístico SPSS e uma anotação manual dos níveis de desempenho de qualidade e suas características linguísticas foi executada por meio de taxonomia desenvolvida para esta pesquisa, baseada em Michael Hoey (1983).*

A pesquisa proposta é justificada pelo fato do estudo oferecer contribuição à Linguística de Corpus pois não há pesquisas anteriores abordando atendimentos telefônicos em Service Desk analisando a relação entre o uso do Português e do Espanhol. Os resultados indicam baixa incidência de problemas nas ligações; ao serem agrupados, tais problemas indicam diferença nos níveis de qualidade de atendimento do departamento. Esses resultados podem ser avaliados e trabalhados em uma rotina de treinamento, propiciando aos analistas de atendimento maior ciência das características linguísticas das ligações em Service Desk.

Esta nota técnica tem como objetivo relatar um estudo que trata da investigação dos padrões linguísticos mais frequentes de palavras identificadoras em que, a comunicação intercultural, no que tange aos serviços de suporte ao cliente, especificamente nos Estados Unidos demonstra crescido extensivamente desde 1990. O fornecimento destes serviços, especialmente nos anos 90, adveio de países como Índia e Filipinas. A comunicação intercultural é uma disciplina científica que estuda os processos de comunicação entre representantes de culturas diferentes e é um dos temas-chave quando o assunto é a prestação de serviços que, como consequência, envolva outro idioma. Primeiramente, para dar luz à realidade de uma comunicação intercultural como a encontrada neste estudo, é importante considerar o que conhecemos hoje como um atendimento telefônico.

O atendimento, tanto de Call Center como de Help Desk e Service Desk, ilustra um local composto por estruturas físicas e de pessoal, que objetiva centralizar o recebimento de ligações telefônicas por meio da distribuição automática aos chamados agentes de atendimento. A comunicação em um Service Desk engloba uma série de fatores importantes em relação ao papel do agente de atendimento, tais como: (1) proficiência no idioma exigido para o suporte a ser prestado, neste caso, a língua espanhola; (2) familiaridade com o ambiente do cliente em questão; (3) conhecimento e habilidades para lidar com informações técnicas e especializadas, além de

saber transferi-las para outros setores fluentemente; (4) habilidades para adequar solicitações e reclamações que excedem suas limitações de desempenho no momento da interação ao telefone.

Por esse motivo, contando também com as contribuições de Friginal (2009), um dos objetivos da pesquisa apresentada é despertar o interesse de linguistas generalistas sobre uma nova variedade de texto, a linguagem dos Call Centers, em especial, aqui, a linguagem dos Service Desks, e sobre como, na perspectiva da Linguística de Corpus, pode-se atribuir valor a essa rotina de trabalho. A perspectiva da Linguística de Corpus é a principal área em que esta pesquisa se desenvolve, por tratar, com extrema atenção, o léxico e o estudo com base em corpus. Além disso, a padronização dos dados da pesquisa evidencia-se por colocações, coligações ou estruturas que se repetem significativamente e a Linguística de Corpus dará conta de trabalhar o modo como a linguagem é estudada.

As empresas brasileiras com amadurecimento em prestação de serviços adequaram-se a alguns critérios relacionados a melhores práticas consagradas internacionalmente, tais como o offshore mencionado previamente. O panorama econômico modificou a forma pela qual encara-se o modo como os serviços são terceirizados e como as organizações otimizam seus custos. Como pesquisadora, selecionei atendimentos relativos à rotina diária de trabalho de analistas ao fornecerem serviços em língua espanhola a usuários localizados em distintos países da América Latina. Tais informações foram extremamente relevantes para a pesquisa desenvolvida, por possibilitarem o levantamento do comportamento dos analistas no âmbito da prestação de serviços. Nesse ambiente específico – central de suporte em microinformática –, os funcionários trabalham sob um modelo de negócios denominado Service Desk, estruturado de modo a manter o usuário final ou cliente preso a um único ponto de contato quando precisa resolver o seu problema técnico.

A ideia desse tipo de serviço é facilitar a comunicação e a solução de problemas do ponto de vista do cliente. Internamente, a empresa A, nesta pesquisa, possui um departamento de suporte ou BackOffice para esse front desk, chamado Service Desk. O modelo está sob os moldes de um conjunto de processos e práticas chamada de Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação. Nortearam esta investigação as seguintes perguntas de pesquisa: (a) Qual é a avaliação dos atendimentos segundo os critérios de qualidade da empresa? Como esses atendimentos podem ser divididos em grupos de desempenho? (b) Quais são os marcadores conversacionais usados nos atendimentos, a partir de Gili Gaya (1943) e Zorraquino e Duran (1999)? Há diferenças de frequência entre os grupos de atendimentos de desempenho? (c) Quais são as instâncias de ocorrência de empréstimos do português nos turnos dos atendentes? Há diferenças de frequência entre os grupos de atendimentos de desempenho; (d) Quais termos da microinformática em um Service Desk são empregados pelos atendentes e pelos usuários? Há diferenças de frequência entre os grupos de atendimentos de desempenho; (e) Qual é a relação encontrada entre a qualidade nos atendimentos e a origem dos analistas (entendida como falantes nativos ou não nativos do Espanhol)? A experiência de trabalho como analista de qualidade bilíngue e, posteriormente, como supervisora de um Service Desk bilíngue em uma multinacional americana líder no segmento da Tecnologia da Informação, em um departamento de qualidade e em um Service Desk onde havia o suporte ligado a atendimentos telefônicos para módulos de Call Center, Help Desk e Service Desk, foi a força-motriz para que eu pudesse iniciar pesquisa acadêmica ligada à LC.

A presente pesquisa foi, assim, realizada por meio da coleta de corpus dos atendimentos telefônicos entre atendente e cliente, ocorridos dentro do suporte de Service Desk fornecido pela empresa prestadora de serviços, contratante, líder mundial em mineração. A tabela meta dados foi o primeiro instrumento de anotação e contém os critérios estabelecidos pela empresa A no que tange àquilo que é esperado de um analista quando em atendimento. Tais critérios incluem o: conhecimento da linguagem técnica, a dificuldade com o idioma, os usos de empréstimos do português enquanto a língua espanhola é falada e também a influência exercida pelo fato de o analista ser de origem brasileira ou de outro país da América Latina.

Segue amostra da tabela meta dados a seguir, para observação de alguns critérios relacionados ao interesse do analista a respeito do problema apresentado pelo cliente, à confirmação ou não dos dados do cliente pelo analista e à justificativa das perguntas feitas, além de destacar se houve ou não dificuldades com o idioma.

Tabela Meta dados

<b>Amostra da tabela de meta dados Áudio</b>	<b>Conhecimento Técnico</b>	<b>Dificuldades com idioma</b>	<b>Script ou Roteiro Técnico</b>
Áudio 1	Não	Não	Sim
Áudio 2	Não	Não	Não
Áudio 3	Sim	Não	Sim

Fonte: Adaptado pela Autora.

O primeiro ponto levantado para a pesquisa na metodologia foi avaliar os atendimentos segundo os critérios de qualidade da empresa e dividi-los em grupos de desempenho. Isso se prestou com o intuito de discriminar e compreender características únicas do discurso desse tipo de comunidade além de outros tipos de interações da fala.

Sendo assim, os resultados indicaram que há três grupos distintos de atendimentos, a partir dos critérios de qualidade levados a cabo na empresa: bom, médio e insuficiente. O primeiro grupo é o mais numeroso, com cerca de 50% dos atendimentos. Isso indica que a probabilidade de um cliente ser atendido de forma satisfatória é apenas de uma em duas chances; ou seja, em quase 50% dos casos, os clientes não são atendidos da melhor maneira possível. Isso caracteriza-se claramente como um problema para o setor, algo que a própria empresa já percebia, tendo em vista a quantidade de reclamações dos clientes.

Esses grupos foram correlacionados a medidas de uso de características linguísticas, a fim de saber se o emprego de tais características estava ou não relacionado à melhoria no atendimento. Os resultados indicaram que os melhores atendimentos estão relacionados ao menor uso de marcadores discursivos. Isso nos parece um sintoma relacionado ao fato de os atendentes lidarem com problemas de comunicação e de resolução dos problemas e, nesse contexto, fazem uso de marcadores para tentarem reparar os problemas de comunicação. Do mesmo modo, os melhores atendimentos fazem menor uso de empréstimos do Português, de maneira mais acentuada do que em relação aos marcadores: os melhores atendimentos usam cerca de metade dos empréstimos usados nos atendimentos menos favoráveis. Ao mesmo tempo, esses resultados mostram que o uso de empréstimos do Português (ou de outra língua que seja a primeira dos atendentes) é inevitável quando se trata de falantes de língua estrangeira ou já aculturados em um país em que a língua do atendimento não é a língua corrente. Ou seja, um atendimento de alta qualidade pode, sim, ter empréstimos da língua materna do atendente. Já o emprego de termos de informática não parece ter relação com a melhoria do atendimento.

O grupo médio tem mais usos desses termos, seguido do grupo insuficiente e do grupo de boa qualidade. Ou seja, não há uma progressão linear que demonstre que quanto maior o emprego desses termos menor a qualidade. Por outro lado, é surpreendente que o grupo que tenha melhor qualidade seja o que menos empregue os termos de informática. Uma explicação para isso talvez seja a de que nos atendimentos de boa qualidade os problemas sejam resolvidos sem a necessidade de muitas repetições e retomadas, evitando assim a reiteração dos nomes de equipamento e termos técnicos que levaram o cliente a ligar para o Service Desk. Uma outra descoberta interessante é a de que em relação à pergunta de pesquisa “Qual é a relação encontrada entre a qualidade nos atendimentos e a origem dos analistas (entendida como falante nativo ou não nativo do Espanhol)?”, os atendentes brasileiros bilíngues são os que apresentam maior frequência quanto ao desempenho de qualidade no atendimento.

A ideia inicial da contratação de um 58 Service Desk é a de que falantes nativos de uma língua e que vivam no Brasil, como é o caso do contexto desta pesquisa, possam cometer menos desvios do idioma Espanhol e, portanto, transmitir maior qualidade no atendimento ao cliente final. No contexto desta pesquisa, o resultado surpreendeu pois demonstrou que a contratação de brasileiros bilíngues em Espanhol indica a possibilidade de qualidade nos atendimentos. Em suma, esta pesquisa encontrou três grupos de qualidade de atendimento em Service Desk, na empresa investigada (prestadora de atendimento, no Brasil, a clientes internacionais, em Espanhol), e identificou algumas características linguísticas associadas à qualidade do atendimento telefônico. Em pesquisas futuras, pode ser feita uma análise qualitativa dos aspectos já identificados nos resultados quantitativos.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o melhor entendimento da linguagem empregada em contextos empresariais onde ocorrem atendimentos telefônicos a clientes, em geral, e no contexto de Service Desk, em particular no Grande ABC.

---

***Bárbara Soares da Silva.*** *Doutorado em Linguística Aplicada na PUCSP e Professora de Ensino Superior da FATEC Praia Grande.*

### **Referências Bibliográficas**

ALUISIO, S. Anotação de corpus. Revista ICMC, V.1, 2011.

ALVAREZ, M.L.O; SILVA, K.A. Linguística aplicada: múltiplos olhares. Brasília: UnB, Campinas: Pontes Editores, 2007.

BARROW, M. A Concordancer for Parallel Texts. Athel, 2003.

BIBER, D. Variation across speech and writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. Corpus linguistics: investigating language structure and use. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BIBER, D. Applied linguistics and computer applications. In: GRABE, W.; KAPLAN, R. (eds). Introduction to applied linguistics. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1992. p.257-278.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de corpus: Histórico e problemática. DELTA, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus. Barueri, SP: Editora Manole, 2004.

CALSAMIGLIA, H.; TUSÓN, A. Las cosas del decir. Manual de análisis del discurso. Barcelona: Ariel, 1999.

FIRTH, J. Studies in Linguistic Analysis. Special Volume of the Philological Society, 2nd ed, 1957.

FRANCIS, W. A Pilgrim Progress: From philology to linguistics. In: KONRD, E.F.K. (ed.) First Person Singular III. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins, 1998.

FRIGINAL, E. Communication in organizations Discourse analysis. Intercultural communication. Interpersonal communication. In: FOREY, G.; LOCKWOOD-LEE, J. Globalization. Communication and the Workplace: Talking Across the World. London; New York: Continuum, 2009.

GAYA, G. Curso superior de sintaxis española. México: Minerva, 1943. 60

- HALLIDAY, M.A.K. Quantitative studies and probabilities in grammar. In: HOEY, M. (ed.). Data, description, discourse: papers on the English language in honour of John McH Sinclair. London: HarperCollins Publishers, 1993. p.1-25.
- HOEY, M. On the Surface of Discourse. London: George Allen and Unwin, 1984.
- HOEY, M. Patterns of lexis in text. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- HUNSTON, S. Corpora in Applied Linguistics. Cambridge Applied Linguistics Early English books online Cambridge University Press, 2002.
- KENNEDY, G. An Introduction to corpus linguistics. London: Longman, 1998.
- LEECH, G. The State of the Art in Corpus Linguistics. In: KARIN, A.; ALTENBERG, B. (eds.) English Corpus Linguistics: Studies in Honour of Jan Svartvik. London; New York: Longman, 1991. p.08-29.
- MALONE, T. O Futuro dos empregos. Série Trends and Implications, 2005.
- MARCUSCHI, A. Análise da Conversação. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)
- PINHEIRO, F. A implantação de um Service Desk: Um estudo de caso aplicando conceitos do Itil e do Pmbok. BPM Brasil, São Paulo, 2006.
- SINCLAIR, J. Trust the text. In: COULTHARD, M. (ed.) Advances in written text analysis. London: Routledge, 1994. p.12-25.
- TEUBERT, W. Editorial. International Journal of Corpus Linguistics, Vol.1, n. 3,1996.
- THOMAS, C. Editorial Welcome to the help desk. Forum, 2009.
- WILSON A.; McENERY, T. (eds.) Corpora in Language Education and Research: UCREL Technical Papers, V.4, University of Lancaster, 1994.
- ZARADOSNY, A.A. Global Information Technology Report. V.2, Toronto: Hewllet Publishers, 2013.
- ZORRAQUINO M.A.; DURAN, E. Gramatica Descriptiva de la Lengua Espanola. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

## 21. ENTRE A MÃO INVISÍVEL E O LEVIATÃ: RESENHA<sup>1</sup>

Roberto Vital

### Resumo Executivo

A nota técnica faz uma resenha do livro “Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira”, de Jefferson José da Conceição, recém-lançado pela editora Didakt

**Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira**, de 405 páginas, do Professor e Economista Jefferson José da Conceição, tem tudo para tornar-se obra de referência no debate sobre caminhos para o desenvolvimento econômico com inovação e distribuição de renda no Brasil. O que o torna ainda mais interessante é o fato de abordar essa temática tanto no âmbito nacional, quanto no regional e local.

O sugestivo título aponta o foco do debate. A mão invisível é, desde sua formulação por Adam Smith, pai da economia política nos fins do século XVIII, a palavra de ordem de todo o liberalismo econômico. Os neoliberais contemporâneos – grupo ideológico em que se destaca na atualidade o ministro da Economia Paulo Guedes e do qual faz parte o estridente ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco – são incansáveis em citá-lo em seus discursos, textos e conferências, como fazem os padres e pastores em seus sermões e homilias com os versículos bíblicos. Trata-se da crença inabalável na autocorreção dos mercados, sem interferência estatal. Essa ideologia apregoa que tudo caminha pelo melhor dos mundos na economia capitalista de mercado, desde que o Estado não tenha a péssima ideia de interferir nos mercados de bens, de serviços, de capitais, de terras e de trabalho: organizá-los, regulamentá-los, apoiar sua expansão ou restringi-los.

Muito embora a mega crise financeira de 2007/2008 – a maior desde a Grande Depressão – tenha levado um de seus principais implementadores, o ex-presidente do Banco Central dos EUA, Alan Greenspan, a declarar ao Senado dos EUA ter ficado “incrédulo, em estado de choque”; e tímidos, mas inéditos comentários críticos tenham sido emitidos até por técnicos da catedral mundial das políticas de ajuste neoliberal – o FMI -, o coro ideológico dessa igreja laica segue dogmaticamente clamando por “mais do mesmo”. Assemelham-se aos inquisidores espanhóis ao tempo da ascensão industrial e liberal da Grã Bretanha - com a diferença de falarem em nome, não da potência decadente, mas da hegemônica, o que os torna mais destrutivos.

Já o Leviatã – termo originado em um monstro bíblico – é o título da principal obra teórica em defesa do Estado absolutista, escrito por John Hobbes no século XVII. Isto é, mais de um século antes de Smith lançar sua teoria, que contestava exatamente o controle estatal das atividades econômicas, seja de forma direta, seja por meio de regulamentações detalhadas sobre as ações dos agentes econômicos privados.

O debate econômico, desde Smith, teve nessa oposição um de seus focos principais. Toda a Escola Clássica inglesa e francesa adotou o liberalismo econômico, tendo em David Ricardo, depois de Smith, seu paladino, no início do século XIX. Em contraposição, o economista alemão Friedrich List propôs uma legislação protecionista e diversos outros estímulos estatais para industrializar a Alemanha e os EUA. Esses dois países seguiram em boa parte suas recomendações. Entretanto, no gigante norte-americano, nas últimas quatro décadas, o *mainstream* (corrente predominante) na teoria econômica tem sido o pensamento neoliberal, com seu ideal do Estado mínimo, difundindo-o a todo o globo. É o caso típico de quem subiu ao pódio e em seguida chutou a escada para impedir os concorrentes de alcançá-lo, como diz o economista coreano Ha Joon-chang em seu best-seller **Chutando a Escada** – citado nesta obra.

Na América Latina, o pós-Segunda Guerra Mundial foi dominado em grande parte pelas teses desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cujo maior expoente brasileiro foi Celso Furtado. A opção foi pela participação ativa do Estado na construção de um processo industrializante que transformou muitos países latino-americanos, de economias exportadoras de matérias-primas agrícolas ou minerais, em economias com graus distintos de industrialização, evoluindo em termos urbanos e de serviços. O Brasil é um dos casos mais destacados. Lamentavelmente, o receituário neoliberal adotado desde 2016, associado a fatores internacionais, tem-nos feito regredir novamente ao estágio primário-exportador, sucateando e destruindo a indústria como setor gerador de renda e empregos.

O resultado das políticas desenvolvimentistas é inequívoco. Uma economia agrária e exportadora tornou-se uma das dez maiores economias do mundo graças à industrialização e seus efeitos relacionados: expansão dos serviços, em especial da educação, bem como a urbanização acelerada. O processo não foi harmonioso e incluiu aspectos negativos: inflação, déficits públicos e endividamentos recorrentes, insuficiência quantitativa e qualitativa dos serviços públicos - apesar de sua forte expansão -, concentração de renda (contrariando as expectativas desenvolvimentistas), caos urbano-metropolitano, crises de balanço de pagamentos, crises políticas e econômicas. No entanto, o Brasil moderno, urbano, com amplo setor de serviços, ensino fundamental quase universalizado e forte presença do ensino médio, técnico e superior (inclusive pós-graduado), importante comunidade científica e destacada atividade cultural, seria impensável sem a realização daquelas estratégias.

Abandonada nas décadas perdidas de 1980 e 1990 – com a crise final da ditadura e o predomínio neoliberal (Collor e FHC) -, a perspectiva desenvolvimentista foi retomada nos doze anos de governos petistas (2003-2014), agora explicitamente acompanhada de políticas ativas de distribuição de renda. Houve, por certo, aspectos incompletos ou contraditórios, incluindo o lado ambiental, em que avanços e recuos pontuaram o período. Mas as conquistas acumuladas daquele período são incontestáveis: o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, elevou dezenas de milhões de cidadãos a patamares maiores de renda, gerou mais de treze milhões de empregos formais, incluiu milhões de jovens de baixa renda nas universidades, tornou-se referência reconhecida mundialmente em políticas redistributivas, alcançou maior presença internacional e soberania. É à destruição desse legado que se volta toda a política social, econômica e diplomática desde o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff (2016) e, com ainda maior virulência, a partir da posse do presidente Bolsonaro (2019).

O destaque à inovação e aos aspectos e particularidades regionais são uma marca expressiva no conjunto do livro. Keynes, a CEPAL, Schumpeter e seus seguidores póstumos (neoschumpeterianos) são inspiradores das propostas aqui apresentadas. O autor e seus eventuais parceiros (alguns capítulos foram escritos em coautoria) não se esquivam de tomar partido por uma intervenção estatal de molde desenvolvimentista, sustentável e distributivo. A inovação ocupa papel primordial na trajetória para o desenvolvimento necessário. E a preocupação com as especificidades do desenvolvimento regional levanta a necessidade de atentar para a enorme diversidade territorial deste país-continente. Necessidade que Celso Furtado já assinalava, mas que aqui se traduz em estudos de casos e proposições bastante detalhados e criativos. Como foco no Grande ABC Paulista, o livro inspira a criação de estratégias e diretrizes diversas conforme a realidade local e regional, sempre com caráter inovador.

Ressalte-se que inovação não se limita à tecnologia ou aos processos produtivos em sentido estrito, sem dúvida, fundamentais. Ela também se aplica à implementação das políticas públicas e à combinação criativa entre políticas nacionais (federais) e locais. Um aspecto indispensável, tratado com maestria neste livro, refere-se ao envolvimento de atores locais para a criação de ambientes inovadores, como base para o desenvolvimento local: empresários e suas associações, sindicatos de trabalhadores, universidades e centros de pesquisa, o Poder Público em suas três dimensões territoriais (federal, estadual e municipal). Enfim, um processo dialogado, participativo, que carrega e explicita conflitos, acordos e consensos, na busca permanente de caminhos para o reforço e modernização do ambiente produtivo, com a maior inclusão possível de todos os segmentos sociais nos seus benefícios.

A trajetória do autor, desde sua vasta experiência como assessor econômico do sindicalismo mais avançado do País, até sua atuação institucional como secretário municipal de desenvolvimento em São Bernardo do Campo e diretor da agência de inovação de São Paulo, fornece-lhe materiais empíricos concretos em profusão. Sua também grande experiência como docente, professor doutor e pesquisador, permite-lhe articular esses materiais, combinando eficazmente teoria e prática ao longo do livro.

Enfim, em tempos de destruição de conquistas sociais, de desindustrialização e reprimarização de nossa economia, de ataque às universidades públicas, à ciência e à cultura, além da vergonhosa perda de soberania nacional e do rápido agravamento dos indicadores sociais, este livro vem, na contracorrente, contribuir com exemplos, casos, propostas e reflexões pertinentes, para alimentar a formulação de novas estratégias voltadas ao desenvolvimento inclusivo, sustentável e criativo do Brasil, em âmbito nacional, regional e local.

## Notas

1. Este artigo foi originalmente publicado na Revista Teoria e Debate, da Fundação Perseu Abramo. Edição 193, fevereiro 2020. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/estante/formulacao-voltada-ao-desenvolvimento-inclusivo-sustentavel-e-criativo/>

---

**Roberto Vital** é Bacharel em Ciências Econômicas – FEA-USP; Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas - FAU-USP; Doutor em Planejamento e Gestão do Território - UFABC. Docente de História Econômica Geral e História do Pensamento Econômico na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS e na Universidade Anhembi-Morumbi. Autor do livro “O Retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI”, editora Perseu Abramo/Serpente.

Curriculum

lattes:

[http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=92BB5F572A5D29DA9D7E9605701B62C2.jb\\_buscacv\\_219](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=92BB5F572A5D29DA9D7E9605701B62C2.jb_buscacv_219).

## Características

Editora Didakt

405 pág.

23 cm x 16 cm

Os interessados podem adquirir o livro em [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br)

Ou pelo link <https://www.estantevirtual.com.br/alpharrabio/jefferson-jose-da-conceicao-entre-a-mao-invisivel-e-o-leviata-contribuicoes-heterodoxas-a-economia-brasileira-2110503954>

Interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS podem acessar os links abaixo:

**1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

**2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

**3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

**4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

**5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

**6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-6a-carta-de-conjuntura/>

**7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>

**8ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-8a-carta-de-conjuntura/>

**9ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-9a-carta-de-conjuntura/>

**10ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-10a-carta-de-conjuntura/>

**Notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura (Março/2018):**

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição*
2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017- *Jefferson José da Conceição*
4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 – 2017 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto, Antonio Aparecido de Carvalho e Ricardo M. Kawai*
7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - *José Turíbio de Oliveira*
8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC

9. INDICADORES INPES - *Daniel Giatti*

**Notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura (Maio/2018):**

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 - *Francisco R. Funcia*
2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA - *José Carlos Garé*
3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITALIS - *Ricardo Makoto Kawai*
7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza e Rubens Topal de C. Bastos*
8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza*
9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. "SMART CITIES" E INVESTIMENTO PRIVADO NA "INDÚSTRIA 4.0" DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniel Vaz*
11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA - *Volney Gouveia*
12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto e Antônio Aparecido de Carvalho*
14. O ECOSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)*
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL - *Beatriz Tauany Silva, Dariane Beatriz Marino Cardoso, Bianca Martins dos Santos, Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa, Maria Eduarda Amaral Vieira e Rafael Fassina*
17. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017) - *Daniel Giatti*

### **Notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura (Agosto/2018):**

1. A 'VIA CRUCIS' DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DELUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018 - *Jefferson José da Conceição*
4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Volney Aparecido de Gouveia*
5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO - *Volney Aparecido de Gouveia*
6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - *Daniel Vaz*
7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL - *Roberto Vital Anau*
8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO - *Ricardo Makoto Kawai*
10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)*
11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA - *Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)*
14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA - *Maria do Socorro Souza*
15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA? - *Wendell Cristiano Lepore*
16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016) - *Francisco R. Funcia*
18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? - *Enio Moro Junior*

## **Notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura (Outubro/2018):**

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS- *Daniel Vaz*
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS - *Jefferson José da Conceição e Ricardo Kawai*
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA - *Vinicius Silva*
4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Érick da Silva Cortes e Lúcio Flávio da Silva Freitas*
5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - *Francisco R. Funcia*
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL - *Irene Cantero Barone, Regina Albanese Pose e Tânia Fator*
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Edson Brunelli Rodrigues, Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS*
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CEJUSCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO - *Roberto Vital Anau*
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto (ITESCS)*
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D - *Maria do Socorro Souza*
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – *Gleibe Pretti*

20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA - *Volney Aparecido de Gouveia*

22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*

### **Notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura (Dezembro/2018):**

1. ESTATÍSTICA, PESQUISAS E ELEIÇÕES - *Regina Albanese Pose e Daniel Giatti de Sousa*

2. UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E IMPACTO NO EMPREGO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*

3. A DESIGUALDADE RACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES CONSIDERAÇÕES - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*

4. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*

5. INDICADORES DE HOMICÍDIO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*

6. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DO CENTRO DE TRIAGEM DE COLETA SELETIVA DE SÃO CAETANO DO SUL - *Raquel da Silva Pereira, André Luiz da Silva e Maria Lúcia Soares do Amaral*

7. GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SANTOS E SÃO VICENTE: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

8. NOTAS PRELIMINARES PARA O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE RETIRADA DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SAÚDE DO CÔMPUTO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA ESSAS DESPESAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - *Francisco R. Funcia*

9. REPASSES FEDERAIS E INTERVENÇÕES URBANAS NO GRANDE ABC PAULISTA: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PROPOSITIVA - *Enio Moro Junior*

10. TREINAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: OPÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

11. EMPREENDEDORISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - *Luiz Lopes Schimidt – Presidente do ITESCS*

12. MOVIMENTO MIGRATÓRIO E CULTURA EMPREENDEDORA: ANÁLISE COMPARATIVA DO GRANDE ABC PAULISTA FRENTE ÀS DEZ CIDADES MAIS EMPREENDEDORAS - *Paulo Roberto Silva – Diretor do ITESCS*

13. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO NO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE - *Vinicius Oliveira Silva*

14. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NAS LEIS DE FALÊNCIAS DOS EUA E DO BRASIL: BREVE COMPARAÇÃO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

15. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CAUSAS - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

16. INDÚSTRIA 4.0: OFERTAS DE CURSOS SUPERIORES NA REGIÃO DO GRANDEABC PAULISTA - *Maria do Socorro Souza*

17. OS NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS: UM OLHAR ESTRATÉGICONAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL- *Elaine Mattioli – Diretora de RH da Termomecânica e Executiva do Grupo G3 de RH*

18. IMPACTO ECONÔMICO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*

19. VINTE E QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS SERÃO CRIADOS NA ECONOMIAVERDE NO MUNDO ATÉ 2030: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO GRANDE ABCPAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*

20. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA EESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*

### **Notas técnicas da 6ª Carta de Conjuntura (Fevereiro/2019):**

1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? - *Joaquim Celso Freire Silva*

2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA - *Luis Carlos Burbano Zambrano*

3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES - *Daniel Vaz*

4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 - *Alessandra Santos Rosa*

6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA - *Vinicius Oliveira Silva*

8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA - *Roberto Vital Anau*

9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - *Maria do Socorro Souza*

12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 - *Luiz Schimidt (Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS)*

13. REDE FABLAB ABC - *Enio Moro Junior*

14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA - *João Lucas Moreira Pires\**

15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - *Volney Gouveia*

16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES - *Luiz Felipe Xavier*
17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL - *Francisco R. Funcia*
18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*
21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE - *Aristogiton Moura*
22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) - *Antônio Fernando Gomes Alves*
23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato X. de Melo*
24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - *Vânia Viana*

#### **Notas técnicas da 7ª Carta de Conjuntura (Abril/2019):**

1. OS DESAFIOS DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS NEGOCIAÇÕES PELA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FÁBRICA DA FORD EM SBC NA VISÃO DE UM DOS SEUS NEGOCIADORES – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO TID-BRASIL, RAFAEL MARQUES - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
2. A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA PELA GENERAL MOTORS NOS ESTADOS UNIDOS E A FORTE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM 2009 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
3. A MUDANÇA NO PERFIL DO EMPREGO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2017: COMO OS NÚMEROS DEVEM SER LIDOS - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
4. UMA NOVA ERA DA MANUFATURA - *A new manufacturing era* - *Roberto dos Reis Alvarez*
5. PANORAMA DE ÁREAS CONTAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO GRANDE ABC, E A RELAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS COM A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA - *Nathália Vegi Bohner e Ricardo Gallinaro Pessoa*
6. O GRANDE ABC ESTÁ PREPARADO PARA A MOBILIDADE COMO SERVIÇO? - *Daniel Vaz*
7. ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DO AEROPORTO NO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. NOVAS VERTENTES DA ECONOMIA, ECONOMIA CRIATIVA E MERCADO DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
9. REDE FABLAB JR. PARA O ENSINO MÉDIO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*

10. DENSIDADE DE BANDA LARGA FIXA NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva*
11. “TOP OF MIND ABC”: AS MARCAS MAIS POPULARES ENTRE OS CONSUMIDORES DA REGIÃO - *Mauricio Mindrisz*
12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
13. INDICADORES CRIMINAIS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa*
14. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS TAXAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniela Buccì*
15. MAUS TRATOS CONTRA CRIANÇAS NO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS IMPACTOS - *Flavia Pereira dos Santos*
16. INTOXICAÇÃO ALIMENTAR: RESULTADOS DE UMA AMOSTRA DE LOJAS NO GRANDE ABC PAULISTA DE UMA REDE DE FAST FOOD - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Bianca Matiello, Letícia de Souza Gonçalves, Nathália Ruiz Sinefonte e Rodrigo Ramos*
17. ENTEROBACTÉRIAS E PARASITAS PRESENTES EM FRUTAS E HORTALIÇAS DE SUPERMERCADOS E FEIRAS LIVRES DE MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL E SÃO PAULO - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Beatriz Guedes de Moura, Priscila Silva Brandão e Sara Stefanie Ferreira Conceição*
18. MORTES NO TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. A EPIDEMIA DE DENGUE EM 2019 NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
20. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO JARDIM RINA E ADJACÊNCIAS - *Luis Felipe Xavier*
21. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE RECURSOS NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE GUARUJÁ: PROJETO CIDADANIA VIVA - *Márcia Célia Galinski Kumschlies e Sidnei Aranha*
22. DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO PROSPECTIVO COM O PLANEJAMENTO DO PERÍODO DO GOVERNO - *Gloria Patricia Ramírez Gálvis*
23. MODERNIZAR, GOVERNAR E FAZER POLÍTICA EM TEMPOS LÍQUIDOS - *Aristogiton Moura*
24. A INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS - *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*
25. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRASIL: UMA ATIVIDADE COM REPRESENTATIVIDADE CRESCENTE NA ÚLTIMA DÉCADA - *Fernando Semenzato*
26. CHINA, AMÉRICA LATINA, E A INICIATIVA “UM CINTURÃO, UMA ROTA” - *Adhemar S. Mineiro*

#### **Notas técnicas da 8ª Carta de Conjuntura (Julho/2019):**

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL - *Adhemar S. Mineiro*
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE) - *Leandro Horie e Adriana Marcolino*
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E NOVO PERFIL DE EMPRESAS E CONSELHEIROS - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA - *Roberto Vital Anau*
5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO - *Flavia Pereira dos Santos*
6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO - *Enio Moro Junior*
10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ - *Luis Felipe Xavier e Robson da Silva Moreno*
11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET - *Aristogiton Moura*
12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL - *Maria da Consolação Veji da Conceição*
13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - *Antônio Aparecido de Carvalho, Leonardo Birche de Carvalho, Milton Carlos Farina e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL - *Scarlett Rodrigues da Cunha*
16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*
17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A “REINDUSTRIALIZAÇÃO” DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flavio da Silva Freitas*
18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE - *Marta Angela Marcondes, Fernanda Amate Lopes e Paula Simone da Costa Larizzatti*
21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDIMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ - *Marta Angela Marcondes e Viviane Pereira Alves*

22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE? - *Andréa Lacerda e Fernanda Avanzi*

23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Alessandra Santos Rosa, Jefferson José da Conceição e Vânia Viana*

24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Ana Paula Lazari Ferreira*

### **Notas técnicas da 9ª Carta de Conjuntura (Setembro/2019):**

1. CENTRO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO DA USCS (CAU-USCS): OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL – *Cibele Cristine Remonds Sequeira, João Carlos da Silva Bizario, Regina Maura Zetone Grespan, Simonne de Nazareth Carmona Quaglia e Sonia Regina Pereira de Souza*

2. A ASFIXIA FINANCEIRA DO SUS E OS REFLEXOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC: O QUE FAZER? – *Francisco R. Funcia e Carlos O. Ocké-Reis*

3. ALIMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL NO BRASIL E PROJEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Carolina B. F. Gouveia*

4. SÍNDROME DE *BURNOUT*: UM ESTUDO SOBRE A DOENÇA E SEUS IMPACTOS NOS TRABALHADORES – *Flávia Pereira dos Santos*

5. BANCOS E *FINTECHS*: COLABORAÇÃO E COMPETIÇÃO QUE AFETAM O EMPREGO NOS BANCOS E A OFERTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – *Vivian Machado de Oliveira Rodrigues*

6. INDÚSTRIA GRÁFICA: COMPARTILHAR É NECESSÁRIO – *Edilmo Oliveira Lima*

7. O ABC DA CRISE: LEITURAS DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO INSTITUTO DE PESQUISAS INPES/USCS – *Lucio Flávio da Silva Freitas*

8. EMPRESAS PÚBLICAS: MITOS E FATOS – *Maria Rita Serrano*

9. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS LOJAS FRANCAS EM FRONTEIRA TERRESTRE – *DUTY FREE* – *Rosana Marçon da Costa Andrade*

10. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: INDICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS – *Volney Gouveia*

11. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA LIDERANÇA EXERCIDA NA SATISFAÇÃO POR PARTE DOS PARTICIPANTES DO APL – *Alessandra Bitante*

12. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – *Jacqueline de Souza Anjolin*

13. A INFLUÊNCIA DO PERFIL COMPORTAMENTAL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO – *Maísa Sodré*

14. DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E FOME: UMA PERSPECTIVA NACIONAL E DO GRANDE ABC – *Alessandra Santos Rosa*

15. INDICADORES DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA – *David Pimentel Barbosa de Siena*

16. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O MUNDO REAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RONDON SP® NO GRANDE ABC – *Stefanie Sussai*

17. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL: O CASO

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) NO CONTEXTO ATUAL – *Scarlett Rodrigues da Cunha*

18. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA – *Adriana Pereira da Silva*

19. ENTENDENDO O *BULLYING*, A DIFICULDADE EM QUANTIFICAR AS PRÁTICAS E COMBATER ESTA VIOLÊNCIA – *Celoy Sene Rodrigues Silva e Vinicius Oliveira Silva*

20. LOCAÇÃO SOCIAL E O GRANDE ABC: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS ITALIANA, FRANCESA E URUGUAIA – *Enio Moro Junior*

21. A SAUDABILIDADE ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – *Ana Elisa Beio Garcia*

22. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS É REALIDADE NAS INDÚSTRIAS E LARES BRASILEIROS, APONTAM ESTUDOS RECENTES – *Daniel Vaz*

23. INDÚSTRIA QUÍMICA E RELAÇÕES DO TRABALHO: ENTREVISTA COM PAULO LAGE, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS E ATUAL PRESIDENTE DO INSTITUTO ART DO SABER – *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Renata Veggi Tozato*

24. CONTRIBUIÇÕES INESPERADAS – *René Henrique Götz Licht*

### **Notas técnicas da 10ª Carta de Conjuntura (Dezembro/2019):**

1. UMA CRISE EXTERNA A CAMINHO? – *Adhemar S. Mineiro*

2. O RELATÓRIO DA OIT “TRABALHANDO EM UM PLANETA MAIS QUENTE”, E SUA APLICAÇÃO PRELIMINAR AO PIB INDUSTRIAL E AO DE SERVIÇOS NO GRANDE ABC PAULISTA – *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi, Gustavo Kaique de Araújo Monea e Vânia Viana*

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019 QUE INSTITUI O CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO E ALTERA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – *Maria da Consolação Veggi da Conceição*

4. OS AFASTAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO: TRANSTORNOS DE UMA CATEGORIA SOB PRESSÃO – *Vívia Machado e Catia Uehara*

5. NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PROPOSTO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E OS RISCOS DE REDUÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO SUS NOS MUNICÍPIOS A PARTIR DE 2021 – *Francisco R. Funcia*

6. GOVERNANÇA E CONSELHO CONSULTIVO – *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

7. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O KAIZEN - BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA INOVADORA NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA – *Gisele Yamauchi*

8. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO GERANDO MAIOR DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS CIDADES QUE COMPÕEM O ABC PAULISTA – *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*

9. URBANISMO TÁTICO: POSSIBILIDADE PARA O GRANDE ABC? – *Enio Moro Junior*

10. O NECESSÁRIO FORTALECIMENTO DE UMA AGENDA PARA O FUTURO REGIONAL DO GRANDE ABC PAULISTA – *Edgar da Nóbrega Gomes*

11. PROPOSTA DE DESENHO DE UM THINK TANK PARA DESENVOLVER INTELIGÊNCIA REGIONAL DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GRANDE ABC PAULISTA – *Aristogiton Moura*

12. DESENVOLVIMENTO REGIONAL RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL (DRRS): UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Raquel da Silva Pereira e Angelo Palmisano*

13. IMPACTO ECONÔMICO DA RECICLAGEM NO GRANDE ABC PAULISTA – *Lúcio Flávio Freitas*
14. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL REFERENCIADA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL – APLICAÇÃO EM COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – *Pedro Souza Ferrão*
15. A QUESTÃO ALIMENTAR NO GRANDE ABC: A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DAS COMPRAS COMUNITÁRIAS – *José Lourenço Pechtoll*
16. ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE BATATA FRITA: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS X AMBULANTES EM MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC PAULISTA – *Caroline Rosa Koerner, Débora Francine Fonseca e José Carlos dos Santos Júnior*
17. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) COMO POLÍTICA DE FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS: O CASO DOS APLs DO GRANDE ABC E DO APL DE PÃO DE QUEIJO DE HORTOLÂNDIA – *Alessandra Santos Rosa e Rafael Pupo Maia*
18. A INTRODUÇÃO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: O CRESCIMENTO DO SETOR PET NO BRASIL, ALGUNS NÚMEROS DA PRESENÇA DE CÃES E GATOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E REFLEXÕES SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL – *Stefanie Sussai e Ivan Santos da Silva*
19. INDICADORES DO NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE SÃO CAETANO DO SUL – *Patrícia Maria Villa Lhacer*
20. INDICADORES CRIMINAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019 DO GRANDE ABC PAULISTA – *David Pimentel Barbosa de Siena, Ana Carolina Kaminski Buratto e Rafaella Navarro Leonel*
21. É PRECISO MELHORAR AS GESTÕES ESTRATÉGICAS LOCAIS DO PODER JUDICIÁRIO – *Marcelo Vegi da Conceição*
22. AS OFERTAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS FRAGILIDADES DAS MATRÍCULAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INTEGRAL EM SÃO PAULO E NO GRANDE ABC PAULISTA – *Adriana Pereira da Silva*
23. REPRESENTAÇÃO DO SER HUMANO NO GOOGLE BOOKS: UMA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA DE CORPUS SOB OS ESTÁGIOS DA VIDA – *Bárbara Soares da Silva*
24. O MERCADO DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Álvaro Barbosa da Silva Junior*
25. O CAPITAL NÃO É GELEIA – *Jefferson José da Conceição*

